



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação

**Habitar o centro de Brasília:
projeto, construção e vivência do Setor Comercial Sul**

Erika Castanheira Quintans

Brasília
2021

Habitar o centro de Brasília: projeto, construção e vivência do Setor Comercial Sul

ERIKA CASTANHEIRA QUINTANS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, História e Crítica

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Pescatori Candido da Silva

Brasília, 2021

FICHA CATALOGRÁFICA

Quintans, Erika C. **Habitar o centro de Brasília: projeto, construção e vivência
do Setor Comercial Sul.**

Dissertação (Mestrado em Teoria, História e Crítica)

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo
Universidade de Brasília

TERMO DE APROVAÇÃO

HABITAR O CENTRO DE BRASÍLIA: PROJETO, CONSTRUÇÃO E VIVÊNCIA DO SETOR COMERCIAL SUL

Autora: Erika Castanheira Quintans

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Carolina Pescatori Candido da Silva
(orientadora)

Profa. Dra. Luciana Saboia Fonseca Cruz
(examinadora interna)

Dr. Carlos Madson Reis
(examinador externo)

Prof. Dr. Carlos Henrique Magalhães de Lima
(suplente)

Brasília, junho de 2021

À Veri, Raja e Loli, por serem minha casa

AGRADECIMENTOS

A lista de pessoas que influenciaram, direta e indiretamente, este trabalho é longa demais para constar aqui (e, que sorte a minha!). Sei que serei injusta e esquecerei de mencionar alguns nomes e peço desculpas. Mas, como a página vazia seria ainda mais injusta e impensável, agradeço, em especial, ao GDF, pela generosa oportunidade de me dedicar integralmente à pesquisa. Simone Costa, Renata Caetano, Thiago de Andrade, Mateus Oliveira, Mariana de Paula e Ricardo Noronha (chefe, nem tenho palavras para agradecer seu apoio até o último segundo), vocês viabilizaram a pouca paz de espírito que tive nesse trajeto.

Obrigada:

Aos amigos e colegas da Seduh, pela força nesse processo longe (deu saudade do dia-a-dia com vocês!). Scylla, Mare, Lucas, Teder, obrigada, obrigada.

À Seduh, que tem sido uma escola pelos últimos tantos anos.

À Brasília, terra vermelha que me acolheu criança e que escolhi adulta. Que é uma parte bonita e indelével de mim.

À minha família, por compreender a minha ausência em diversos momentos. Mãe, pai, irmã, sobrinhas, tios, primos, vó, amo vocês.

Aos amigos, os de longe e os de perto, Cervejinha e Piscines, que entenderam a minha falta (aturaram a minha falta de outros assuntos) e me amaram mesmo assim. Mari-Mari, Driquinha, Rafita, amores meus, que quentinho meu coração fica sabendo que mesmo longe vocês são presentes, ainda mais quando o calo aperta. Denise, obrigada pelo acolhimento, por esse coração enorme, pela presença e pelas dicas valiosas de como organizar meu tempo.

À Carol Pescatori, de amiga à orientadora, pelas conversas sempre animadoras, pela paciência e pela constante troca de ideias (o que seria de mim sem você?).

Aos membros da banca, Luciana Saboia e Carlos Madson, pela paciência (sei que preciso exercitar minha concisão), pela leitura atenta e pelas contribuições valiosas na qualificação, que deram rumo para este trabalho.

Aos queridos amigos e colegas de pós, com quem dividi os perrengues desse caminho, que, sabemos, não é nada fácil.

Aos professores do PPGFAU Elane, PPP, Maria Fernanda, Ana Elisabete, Oscar, Rossetti, Carlos Henrique, que bom que foi aprender com vocês.

À FAU, pela importância que teve em me construir, como pessoa e como profissional, e pela acolhida depois de tantos anos.

À Loli, Raja, Cristal e Cajuzinho, amores que trazem movimento, inquietação e alegrias pros meus dias.

À Veri, amor de uma vida, que me mostrou que é preciso ser resiliente (principalmente, no último ano, que foi tão difícil pra todes por causa da pandemia), a quem eu devo a beleza da formatação deste trabalho e tanto mais que não caberia nestas páginas. Obrigada por dividir a vida e caminhar comigo. Sua coragem e autenticidade me ensinam todos os dias.

Esta pesquisa tem por foco o Setor Comercial Sul (SCS), localizado na zona central de Brasília. Assim como diversos centros urbanos de metrópoles, o SCS vem passando por alterações em suas dinâmicas socioeconômicas, sendo reconhecido como um local em decadência. Atualmente, estima-se que cerca de 25% dos imóveis do Setor estejam vagos. Como meio para reverter esse quadro, surgiu a proposta, inicialmente trazida pelo Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), de inserir habitações de interesse social (HIS), em complementaridade ao uso comercial. Além de coadunar-se com uma perspectiva inclusiva de direitos à moradia e à cidade, a nosso ver, essa proposta traz para a frente do debate um questionamento sobre a necessidade de que a setorização funcional, típica do urbanismo modernista, seja mantida de maneira tão rígida. Debruçamo-nos, assim, sobre uma investigação acerca da história do Setor desde sua concepção até 2014. Na análise entre o planejado, o projetado e o construído e suas formas de apropriação e vivência, utilizamos diversas fontes históricas, entre outras: o Relatório do Plano Piloto de Brasília, de autoria de Lucio Costa, o projeto urbanístico do Setor, da década de 1960, a Revista Brasília, fotografias obtidas no Arquivo Público do DF e o jornal diário Correio Braziliense. Além disso, examinamos cinco dos projetos de revitalização propostos em âmbito institucional: Revitalização do Setor Comercial Sul (1997); Programa de Revitalização dos Setores Centrais (2009); Novos Projetos (2017); PPCUB (2018) e o Programa Viva Centro! (2020). Com base nessas análises, observamos que o Setor passou desde sua origem por mudanças; que ele sempre ocupou uma posição de centralidade na cidade; que uma gama diversa de atividades sempre se fizeram presentes ali; que os projetos de revitalização respondem a questões que são históricas no SCS. Por fim, percebemos que a força e a potência do Setor estão, sobretudo, na paisagem urbana, materializada com base no projeto de 1960, no princípio de priorizar o pedestre, na implantação dos edifícios, no gabarito, na configuração dos espaços públicos, nas galerias, nas praças, nas formas de apropriação daquela centralidade, e não na setorização de usos.

PALAVRAS-CHAVE: Brasília, Setor Comercial Sul, centro urbano, história urbana, revitalização, habitação

This research focuses on the Southern Commercial Sector (SCS), located in the central area of Brasília. As it also happened to several urban centers in metropolises, the SCS has been undergoing changes in its socioeconomic dynamics, being recognized as a neighborhood in decline. Currently, it is estimated that around 25% of the Sector's properties are vacant. As a means to reverse this situation, there is a proposal to include housing of social interest (HIS), brought by the Plan for the Preservation of the Urban Complex of Brasília (PPCUB), in addition to the commercial use. In addition to being consistent with an inclusive perspective of rights to housing and the city, we believe that this proposal questions the necessity for strict zoning, typical of modernist urbanism. In order to understand the construction of this proposal and also of the very own SCS, we focused on an investigation about the Sector, since its conception until 2014. To analyze what was planned and what was constructed and its forms of appropriation, we used several historic sources, among others: the Pilot Plan Report of Brasília, by Lucio Costa, the Sector's urban project developed in the 1960s, the magazine *Revista Brasília*, photographs obtained in the Public Archive of the Federal District and the daily newspaper *Correio Braziliense*. We've also examined five of the revitalization projects developed by the Government: Southern Commercial Sector Revitalization (1997); Central Sectors Revitalization Program (2009); New Projects (2017); PPCUB (2018) and the Viva Centro! (2020). Based on these analyses, we observed that the Sector has undergone changes since its inception; that he has always occupied a central position in the city; that a diverse range of activities have always present there; that revitalization projects answer questions that are historic in SCS. Finally, we came to the conclusion that the strength and the uniqueness of the Sector is materialized in its urban landscape - based on the 1960 project -, in the principle of prioritizing the pedestrian, in the implementation of buildings, in its configuration of public spaces, in the galleries, squares, forms of appropriation of that centrality, and not in the strict zoning.

KEYWORDS: Brasília, Southern Commercial Sector, urban center, urban history, revitalization, housing

LISTA DE ABREVIATURAS

ArPDF – Arquivo Público do Distrito Federal

BN – Biblioteca Nacional

CAUMA – Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente

CB – Correio Braziliense

CE – Código de Edificações de Brasília

CIAM – Congresso Internacional da Arquitetura Moderna

CONPLAN – Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal

CUB – Conjunto Urbanístico de Brasília

DETRAN - Departamento de Trânsito do Distrito Federal

DCT – Departamento de Correios e Telégrafos

DLFO – Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras

DUA – Divisão de Urbanismo e Arquitetura da Novacap

ERW – Eixo Rodoviário W (Eixinho W)

GDF – Governo do Distrito Federal

GT – Grupo de Trabalho

IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil

IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

IPDF – Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Novacap – Companhia Urbanizadora da Nova Capital

PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial

PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília

RA – Região Administrativa

RB – Revista Brasília

RPPB – Relatório do Plano Piloto de Brasília

SBS – Setor Bancário Sul

SCS – Setor Comercial Sul

SEDUH – Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

SDS – Setor de Diversões Sul

SHIS – Sociedade de Habitação de Interesse Social

SHS – Setor Hoteleiro Sul

SISDUC – Sistema de Documentação Urbanística e Cartográfica

SMHS – Setor Médico-Hospitalar Sul

SRTVS – Setor de Rádio e TV Sul

SSP – Secretaria de Serviços Públicos

SVO – Secretaria de Viação e Obras

TERRACAP – Companhia Imobiliária de Brasília

UnB – Universidade de Brasília

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

ZUCT – Zona Urbana do Conjunto Tombado

INTRODUÇÃO	■	página 1
Notas Metodológicas e lacunas	■	página 6
CAPÍTULO 1: NO PRINCÍPIO, ERA O PLANO	■	página 12
1.1 Breve contextualização do objeto de estudo: Brasília, o centro urbano e o SCS	■	página 12
1.2 O Relatório do Plano Piloto de Brasília, o projeto urbanístico dos anos 1960 e a questão da autoria	■	página 20
1.2.1 O Plano-Piloto	■	página 20
1.2.2 O Projeto	■	página 26
1.2.3 Mudanças no projeto e a questão da autoria	■	página 33
1.2.4 Linha do tempo do projeto urbanístico - 1956 a 1967	■	página 43
1.3 O SCS projetado e o construído	■	página 45
1.3.1 Lotes, blocos e quadras: a estrutura geral	■	página 48
1.3.2 Galerias e marquises: a circulação protegida do pedestre	■	página 52
1.3.3 Tipologia por quadras: a volumetria do SCS	■	página 55
1.3.4 A topografia e a implantação	■	página 62
1.3.5 O sistema viário e os espaços públicos	■	página 63
1.3.6 Usos e atividades	■	página 69
1.4 Considerações finais do Capítulo 1	■	página 72
CAPÍTULO 2: LUGAR E IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO	■	página 74
2.1 Os anos de consolidação (1960-1971)	■	página 75
2.2 Os anos de ouro: a centralidade econômica (1971-1983)	■	página 91
2.3 Os anos da centralidade política (1980-1990)	■	página 109
2.4 Os anos de centralidade popular: retóricas de decadência e de revitalização (1990-2014)	■	página 118

2.5 Considerações finais do Capítulo 2 ■ página 130

CAPÍTULO 3: TEMÁTICAS E PROJETOS ■ página 131

3.1 Narrativas temáticas ■ página 132

3.1.1 A construção material do setor: urbanização, infraestrutura e

manutenção ■ página 132

3.1.2 Habitação e outros usos ■ página 140

3.1.3 Trânsito ■ página 148

3.1.4 Presenças incômodas ■ página 162

3.1.5 Revisão ou alteração do plano ■ página 174

3.1.6 Tombamento ■ página 180

3.1.7 Revitalização ■ página 186

3.2 Projetos de revitalização ■ página 195

3.2.1 Revitalização do Setor Comercial Sul, 1997 ■ página 196

3.2.2 Programa de Revitalização dos Setores Centrais, 2009 ■ página 204

3.2.3 Novos projetos, 2017 ■ página 211

3.2.4 Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília

(PPCUB), 2018 ■ página 217

3.2.5 Programa Viva Centro!, 2020 ■ página 224

3.3 Considerações finais do Capítulo 3 ■ página 227

CONSIDERAÇÕES FINAIS ■ página 229

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ■ página 239

ANEXOS ■ página 259

Esta dissertação se insere no amplo campo de pesquisas sobre transformações espaciais e sociais dos centros urbanos de grandes cidades. Frequentemente, essas mudanças são compreendidas como movimentos de esvaziamento que requerem intervenções por meio de projetos de revitalização ou de requalificação urbana. Esta pesquisa tem por foco o Setor Comercial Sul (SCS), setor destinado a comércio e serviços, localizado na zona central de Brasília, que exerce forte centralidade física e simbólica na cidade. Assim como diversos centros urbanos de metrópoles, o SCS vem passando por alterações em suas dinâmicas socioeconômicas, sendo largamente reconhecido como um centro em decadência. Mesmo atualmente, em que dados da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) apontam processo de decadência, estimando em cerca de 25% a vacância de imóveis no local (SEDUH, 2017), consiste em uma das áreas de maior circulação de pessoas na capital, principalmente, de segunda a sexta-feira, já que, em razão da segregação de funções, é um setor que apresenta menos movimento nos fins de semana. Esta pesquisa visa a compreender como essa centralidade regional se configurou urbanística e socialmente ao longo do tempo, oferecendo subsídios ao debate fundamental sobre a capital, sua preservação, sua apropriação pelos cidadãos e seus potenciais políticos de ampliação do direito à cidade.

A problematização desta pesquisa partiu justamente da premissa assumida pela SEDUH de que o SCS vem passando por processo de esvaziamento e decadência, que estariam configurados por: alta vacância dos imóveis, desvalorização imobiliária, diminuição dos postos de trabalho ali ofertados e aumento da população em situação de rua, entre outros. Como meio para reverter esses processos surgiu a proposta, inicialmente trazida pelo Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB)¹, de inserir habitações de interesse social (HIS), em complementaridade ao uso comercial. No que diz respeito à proposta de moradias no centro do Plano Piloto, o PPCUB parte da argumentação de que inserir HIS no SCS pode não apenas ser uma maneira de assegurar a preservação da função - e da escala - gregária, mas também coadunar-se com uma perspectiva inclusiva de direitos à moradia e à cidade. Embora reconheçamos a premência

1 Essa proposta e esse instrumento serão melhor examinados no capítulo 3 deste trabalho.

de se discutir as questões atinentes ao direito à moradia e à cidade, permitimo-nos, aqui, adotar outro viés, que se apresenta como desdobramento dessa proposição. A nosso ver, a proposta de habitação no SCS questiona a própria noção da setorização de usos como elemento estruturante do projeto urbanístico modernista de Brasília e a necessidade de que ela seja mantida de maneira tão rígida, muitas vezes reconhecida como característica fundamental do valor cultural desta cidade planejada. Em larga medida, a motivação deste trabalho encontra-se nessa proposta habitacional.

Com esse questionamento sobre a inserção de habitações como norte, decidimos olhar para a história do Setor. E, uma das primeiras perguntas que nos fizemos foi se o SCS teria ou não contido moradias e outras atividades não comerciais em sua trajetória. O prosseguimento natural nos pareceu investigar os porquês de isso ter - ou não ter - acontecido. O impeditivo primeiro - corroborado pela argumentação do PPCUB - foi imaginar que o tombamento do Plano Piloto tivesse constituído uma barreira. O Plano Piloto foi protegido em níveis distrital e federal e inscrito na lista de patrimônio mundial pela Organização para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), em 1987, como forma de preservar sua concepção urbanística, consubstanciada em quatro escalas urbanas. E a preservação patrimonial do Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) ainda é bastante vista como alicerçada na setorização, proposta já no Relatório do Plano Piloto de Brasília (RPPB).

Fazemos, aqui, um alerta importante sobre esta dissertação: há muitos trabalhos sobre o tema de preservação patrimonial e as escalas urbanas do Plano Piloto²; este não é um deles. Não pretendemos aqui realizar essa investigação, tampouco fazer parecer que haja - ou oferecer - soluções simplistas a problemas complexos que se colocam. Contudo, entendemos que, ainda que não realizemos essa discussão, admiti-la é algo que não pode ser evitado. Consideramos necessário reconhecer que, seguindo estritamente os preceitos do zoneamento modernista, baseado na separação de funções, o SCS deveria abrigar usos comerciais. Apesar de a monofuncionalidade em Brasília ser amplamente questionada (Bicca, 1985; Holanda, 2002; Holston, 1993; Santos, 2012; Turkienicz e Comas, 2012), ela ainda é, frequentemente, reconhecida como característica definidora não apenas do Setor, mas também do CUB. Assim, as moradias foram o ponto de partida, mas, ao investigar a história do Setor, esta se mostrou rica e interessante, o que ajudou a moldar o formato dessa dissertação. De toda sorte, quanto a presença não só de residências quanto de outras atividades nos fizeram perceber que a setorização nunca tomou uma forma tão rígida quanto o nome do Setor sugere.

O objetivo primeiro desta pesquisa foi, assim, realizar uma narrativa histórica do Setor Comercial Sul (SCS) compreendendo como ele foi formado e reconfigurado

2 Sobre o assunto, sugerimos, por exemplo, a excelente dissertação de Thiago Perpétuo “Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília”, de 2015.

ao longo do tempo, desde sua concepção chegando até 2014. A narrativa divide-se em duas frentes complementares e indissociáveis: de um lado, temos a conformação física do SCS; de outro, temos a construção simbólica do imaginário urbano que cerca o SCS, como forma de “decifrar a cidade”, para usar a expressão de Sandra Pesavento (2008). O imaginário, segundo ela, não é uma reprodução fiel da cidade, mas nos apresenta com fragmentos que incitam narrativas e diferentes maneiras de apropriação do espaço, na medida em que “as narrativas do passado fornecem pistas para fazer reviver os espaços da cidade.” (PESAVENTO, 2008, p. 7). Nossa ideia, aqui, é apresentar uma possibilidade de olhar, com base na análise documental. Enxergamos, como Paul Veyne (1992), que a “história é uma narrativa de eventos” que não é una e incontroversa. É, antes, um campo de disputa, em que discursos diferentes são construídos por pessoas diferentes e em que os registros dos eventos são incompletos, na medida em que são pedaços do que transcorreu, porque não são, nem podem ser, o evento ocorrido em si. Assim, oferecemos, aqui, uma possibilidade de história do SCS. Esperamos que a interpretação histórica do SCS seja uma peça que contribua para uma nova compreensão não somente do Setor, mas também dos setores centrais, e, talvez, da escala gregária e da própria setorização, inclusive, de modo a subsidiar propostas futuras de intervenção.

Para atingir os fins a que se propõe, este trabalho estará organizado em três capítulos. No capítulo 1, contextualizaremos nosso objeto de estudo. Passaremos por localizar o Plano Piloto de Brasília e seu centro urbano, entendendo o Setor Comercial Sul como parte indissociável desses lugares. Buscaremos compreender o início do SCS, desde plano até projeto e cidade. Visamos, no primeiro capítulo, a compilar as configurações e as transformações pelas quais o SCS passou em sua trajetória de plano a projeto e realidade, numa lógica de justaposição entre imaginado, projetado e construído.

Nessa trajetória, começaremos pelo início: o Relatório do Plano Piloto de Brasília (RPPB). Buscaremos olhar para o RPPB em relação a princípios contidos na Carta de Atenas, de 1933³. Examinaremos, então, o projeto de urbanismo do SCS, buscando identificar nele a transposição desses elementos. Optamos por seguir essa estratégia comparativa de princípios dos projetos e das intervenções comparativamente à Carta de Atenas e, principalmente, em relação ao RPPB de Lucio Costa, contudo, consideramos pertinente assinalar que se trata de uma estratégia argumentativa intencional. Com frequência, o que se permite ou rechaça com relação a mudanças no Plano Piloto (cidade) ainda encontra respaldo na comparação com um suposto respeito ou agressão ao projeto original (ou melhor, ao RPPB de Costa). Não raro, encontramos nas discussões acerca das modifi-

3 O Plano Piloto de Brasília não foi uma mera transposição da Carta. Contudo, há elementos que denotam certa filiação do Plano Piloto aos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) e a Le Corbusier, o que foi, inclusive, fator importante para justificar sua listagem como patrimônio mundial. Embora tenha sido objeto de questionamento e revisionismo, inclusive pelo próprio Lucio Costa, não entraremos neste debate nesta dissertação.

cações ocorridas de projeto à cidade como desvirtuamento do projeto original. E esse é um dos principais argumentos mobilizados, inclusive, como veremos, nos jornais, que corroboram a construção do ideário de que as mudanças são distorções daquele plano-piloto. No entanto, como demonstraremos no que tange ao SCS, o RPPB não foi seguido à risca. Plano-piloto e projeto são distintos, ainda que haja semelhanças grandes entre eles. Contudo, consideramos pertinente essa aproximação do argumento, uma vez que compartilhamos da visão de que “A crença em um ‘desenho original’ para Brasília é um desses casos em que o mito da criação é utilizado como justificativa para certas atitudes contemporâneas.”⁴ (PALAZZO; SABOIA, 2012, p. 26), seja para convalidar, seja para rechaçar alterações.

Além do RPPB, a historiografia do projeto se completará com uma análise sobre o projeto de urbanismo oficial da década de 1960 (plantas SCS-2 2-8 e SCS-2 3-10; Códigos de Edificação SCS CE 1/1 a 7/1) e sobre a legislação de uso e ocupação do solo (Decreto nº 7, de 13 de junho de 1960 e Decreto “N” nº 596, de 8 de março de 1967). Tentaremos elucidar as alterações que, desde o início, se deram, perpassando a leitura do projeto e outras questões, como a da autoria, chegando ao Setor construído. Complementando a investigação sobre o construído, utilizaremos, também como fonte histórica, as fotografias oficiais obtidas junto ao Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), de 1963 a 1974, e a consulta a dois periódicos: a Revista Brasília (RB)⁵ e, majoritariamente, o jornal Correio Braziliense (CB), principal jornal da cidade, bem como alvarás de construção e cartas de habite-se emitidos pelo poder público, obtidos junto à Coordenação de Licenciamento e Contratos da SEDUH.

No processo de leitura da configuração urbana, descreveremos fisicamente o Setor, incluindo localização, tipologias de lotes, gabaritos e espaços públicos, entre outros. Como fonte principal, nos valeremos das plantas de urbanismo oficiais e das normas de gabarito, mas, faremos uso, também, das plantas oficiais vetorizadas: o mapeamento SICAD-CHUÁ, de 1998, em escala 1:2.000 e 1:10.000 e a ortofotocarta SICAD-SIRGAS, de 2009, em escala 1:10.000. O material mencionado está disponível para consulta em meio digital no sítio eletrônico do Sistema de Documentação Urbanística e

4 Tradução livre. No original: “The belief in an ‘original design’ for Brasilia is one such case where the myth of creation is used as a justification for certain contemporary attitudes. (...)”

5 A revista Brasília foi uma publicação mensal lançada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap). Com um total de 88 números, a revista foi editada entre janeiro de 1957 e setembro de 1963. Em 21 de abril de 1965, foi publicada uma edição especial, por ocasião do aniversário de Brasília. Depois desse exemplar, a revista passou por um longo interstício, voltando a ter uma nova fase, que contou apenas com duas edições, nº 82 (abril/maio/junho de 1988) e nº 83 (julho/agosto/setembro de 1988). Todos os exemplares utilizados nesta pesquisa foram obtidos no sítio eletrônico do Senado Federal. Para saber mais sobre a revista Brasília, o conteúdo das publicações e seu papel, recomendamos o texto de Maria Beatriz Camargo Cappello, intitulado “A revista *brasília* na construção da Nova Capital: Brasília (1957-1962)”, publicado na revista **Risco**. Nele, a autora examina aquele periódico, que “(...) tinha por objetivo, não apenas documentar, mas também defender a construção, a arquitetura e o urbanismo da nova Capital do Brasil. (...)” (CAPPELLO, p.11) como instrumento na consolidação do imaginário da Nova Capital.

Cartográfica (SISDUC) e no sítio eletrônico da SEDUH. Utilizamos, subsidiariamente, dados de outros trabalhos acadêmicos em que foi possível localizar elementos tanto de projeto quanto de processos e de descrição física do local. Nesse viés, destacamos as dissertações “Do risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília, 1957-1964”, de Francisco Leitão e “Dinamismo e deterioração nas cidades: estudo da configuração urbana dos setores comerciais centrais do Plano Piloto”, de Julyana Sangaleti Pinheiro. Juntamente a isso, lançaremos mão de nossa vivência do Setor e de visitas de campo, buscando leitura que visa a compreender alguns modos de apropriação cotidianos desse espaço.

O capítulo 2 e a primeira parte do capítulo 3 consistem em duas maneiras de olhar para o mesmo objeto, em que a narrativa por meio dos jornais consistirá na espinha dorsal. No capítulo 2, traçaremos uma narrativa temporal do SCS de 1960 até 2014. Para isso, nos valeremos da construção de uma periodização, estipulada em quatro tempos: os anos de consolidação (1960-1971); os anos de ouro: a centralidade econômica (1971-1983); os anos da centralidade política (1980-1990); os anos de centralidade popular: retóricas de decadência e de revitalização (1990-2014). Momentos-chave no estabelecimento e nas transformações pelas quais passaram o SCS serão trazidos à luz, assim como temas preponderantes nesse processo. Será tratado o modo como o Setor foi percebido e narrado pelos jornais, a forma como foi retratado em distintas situações, as discussões que ganharam vulto, os problemas e as qualidades que se evidenciaram, os atores em destaque, as características que sobressaíram. Mas, mais do que construir uma linha do tempo ou uma cronologia contínua e minuciosa da conformação do SCS em si, propomo-nos a exercitar um olhar panorâmico, que vise a contar seu processo de construção e transformação ao longo do tempo.

Com base no segundo capítulo, surgiu o terceiro. A narrativa de caráter mais cronológico, embora fundamental para a compreensão ampla do conjunto e da trama de acontecimentos que moldaram o SCS, mostrou-se insuficiente e demandou que se extraísse outra, complementar, em que temáticas evidenciadas ao longo do tempo fossem exploradas mais a fundo. Assim, a primeira parte do capítulo 3 será composta por uma narrativa dividida por assuntos que identificamos como fundamentais para compreender o SCS. Alguns deles partiram de um interesse prévio nosso (como investigar a presença de habitações e de outros usos diversificados no Setor); outras nos foram evidenciadas pela fonte principal, o jornal *Correio Braziliense*, haja vista a repercussão que ganharam ao longo do tempo (como a persistente problemática do trânsito, por exemplo). A construção historiográfica do SCS pelo viés temático trouxe à luz características e problemas indissociáveis de sua trajetória. Ao buscar compilar os assuntos por tempo e por temas, logramos identificar que há questões no SCS que são efetivamente históricas.

Da mesma forma que olhamos para os problemas, olhamos para as tentativas que foram feitas para saná-los, tanto à época em que ganharam relevo quanto poste-

riormente. O que observamos foi que os principais problemas destacados persistiram ao longo do tempo. Assim, com a entrada do Setor em um processo identificado como de decadência, nas décadas de 1990 e 2000, partimos para analisar as propostas formuladas no âmbito governamental. Assim, a segunda parte do capítulo 3 consistirá em uma análise de cinco dos projetos de revitalização. A saber, trabalharemos com: Revitalização do Setor Comercial Sul, de 1997; Programa de Revitalização dos Setores Centrais, de 2009; Novos projetos, de 2017; Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), versão de 2018; Programa Viva Centro!, de 2020. Aqui, também, o intuito não é pormenorizar cada um dos projetos, mas evidenciar critérios e elementos ora recorrentes, ora ausentes, reconhecendo continuidades e rupturas na forma de enxergar, de pensar e de projetar o Setor.

A análise dos projetos de revitalização para o SCS consiste em uma lacuna a ser preenchida em âmbito acadêmico. Localizamos apenas um trabalho que contempla parcialmente o assunto, a já mencionada dissertação *Dinamismo e deterioração nas cidades: estudo da configuração dos setores comerciais centrais do plano piloto*, de 2018. Seu olhar é dedicado aos elementos que promovem o dinamismo e a deterioração urbanos, e, na trajetória de construção do trabalho, a autora traz brevemente uma análise sobre o Programa de Revitalização dos Setores Centrais de 2009, com foco sobre os Setores Comerciais Sul e Norte.

NOTAS METODOLÓGICAS E LACUNAS

Em uma breve digressão sobre as principais fontes utilizadas, consideramos pertinente fazer, aqui, algumas ponderações. No que diz respeito às fotografias que serão utilizadas, primeiramente, é preciso ter em conta que as encaramos como documentos. E, nesse sentido, como nos mostra Bernard Lepetit (2001), as olharemos como a história de uma representação, e não como a história do Setor ou da cidade. Além disso, reiteramos que as fotografias localizadas no acervo do ArPDF, bem como nos exemplares da Revista Brasília (RB), trazem uma perspectiva oficial. O que se passou na capital do país antes mesmo de seu nascimento foi documentado e registrado. Isso significa que há, por um lado, talvez mais material disponível do que se esperaria, ainda que de um núcleo urbano jovem. Por outro, quando levamos em conta o início da cidade, não estamos falando de registros cotidianos, dos moradores e dos trabalhadores, mas sim de um propósito institucional a ser cumprido por meio desses registros: dar legitimidade e lastro à nova capital. Nesse sentido, Laurent Vidal (2009) destaca o papel protagonista do governo, e mais especificamente da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), em promover Brasília. Luisa Videsott (2009), por sua vez, nos mostra os modos como Brasília foi retratada e narrada nos meios de comunicação, em alguma medida controlados insti-

tucionalmente (dentre elas a Revista Brasília), e como isso foi fundamental para criar uma imagem positiva da nova capital.

Com o objetivo de dar estrutura e alinhar a costura narrativa da trajetória de construção do SCS, recorreremos, em ampla medida, à pesquisa no jornal Correio Braziliense, que, nessa investigação de compreender o Setor, sua formação e suas formas de apropriação social, foi a fonte histórica que nos pareceu não somente a mais adequada, como também a mais disponível. Nossa escolha recaiu sobre o jornal Correio Braziliense (CB) por identificá-lo como o periódico de maior circulação local e mais importante jornal da cidade.

Foi naqueles exemplares que buscamos encontrar o registro cotidiano e da vivência social do Setor, como um contraponto para os registros oficiais e institucionais. Na elaboração da historiografia do construído, sempre dinâmica, os jornais mostraram-se valiosos, ainda que saibamos das limitações de não haver utilizado outras fontes para fazer um cruzamento de informações. O tempo para consultar outros periódicos mostrou-se exíguo, em absoluto, no universo desta pesquisa, e relativo, diante da quantidade de informações com que deparamos no CB. Assim, como recomenda Tania de Luca (2015), tentamos agir com o máximo de prudência e sem ingenuidade. Mantivemo-nos atentas em recordar que os periódicos não são simples receptáculos de informações objetivas, prontas para serem selecionadas e extraídas para a pesquisa, desprovidos de contexto e agenda próprios, e que estão sob mais ou menos influência dos agentes políticos e financeiros. Não podemos deixar de reconhecer, contudo, que a utilização dessa fonte nos foi rica. Por meio dela, foi possível não somente estabelecer a leitura narrativa do setor e identificar marcos simbólicos de seu processo de construção e transformação, mas também preencher lacunas cronológicas que não encontramos em outras fontes, quanto, por exemplo, a datas de projetos e a políticas, de Estado e de governo, que foram priorizadas em distintos momentos, de acordo com os problemas que ganharam protagonismo em cada época.

Feita a ressalva de que permaneceremos vigilantes, para adotar postura crítica, é esse jornal que servirá de linha-guia. “(...) Como assinalou o historiador Antoine Prost, alterou-se o modo de inquirir os textos, que ‘interessará menos pelo que eles dizem do que pela maneira como dizem, pelos termos que utilizam, pelos campos semânticos que traçam’, e, poderíamos completar, também pelo interdito, pelas zonas de silêncio que se estabelecem.” (LUCA, 2015, p. 114). As pautas por eles trazidas e omitidas, a maneira de retratar o SCS em distintos momentos e até o papel, por vezes dialético, que os jornais tiveram na construção social do imaginário associado ao SCS mostraram-se fascinantes.

Ainda sobre a pesquisa no Correio Braziliense, esclarecemos que ela foi realizada de maneira virtual, pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN). A busca na base de dados utilizando as palavras-chave “Setor Comercial Sul” rendeu, no total,

24.983 ocorrências. O período coberto pelo acervo da BN vai desde 21 de abril de 1960, inauguração da Nova Capital (e do jornal), até 31 de dezembro de 2014 e está organizado em 6 grupos de tempo: anos 1960-1969 (2.326 ocorrências); 1970-1979 (8.682 ocorrências); 1980-1989 (7.348 ocorrências); 1990-1991 (537 ocorrências); 2002-2009 (3.728 ocorrências); 2010-2014 (2.362 ocorrências). Chamamos atenção para o fato de que há um lapso temporal de cerca de 10 anos, localizado de 21 de janeiro de 1991 até 31 de dezembro de 2001, em que não há exemplares digitalizados para consulta.⁶ Nesse sentido, reconhecemos que essa ausência não é ideal e que há uma perda em tentar realizar uma leitura do espaço do SCS face a essa lacuna.

Dessa maneira, por um lado, assumimos que esta pesquisa ficará com o vazio temporal referente ao período mencionado e reconhecemos que isso terá algum grau de interferência em nossa narrativa; por outro, enxergamos a possibilidade de que essa lacuna venha a ser sanada futuramente por outra pesquisa, contribuindo para enriquecer - ou até mesmo alterar - a percepção aqui apresentada daquele Setor. Ainda acerca dos exemplares digitais, cabe fazer um último alerta no sentido de admitir outras deficiências desse meio. Deparamos com alguns poucos percalços, como, por exemplo: exemplares com baixa qualidade de resolução, outros ilegíveis, alguns com fontes de texto com menor legibilidade ou ainda separações silábicas, dentre outros obstáculos, que, sabemos, não permitiram a captura completa de todas as ocorrências. Podemos afirmar, efetivamente, que nem todas as menções ao Setor Comercial Sul foram capturadas na busca, mas estamos certas de que a imensa maioria foi, principalmente, quando falamos de matérias, pequenas reportagens, fotografias e colunas⁷. Dado que o nome completo foi utilizado, a busca capturou também referências ao SCS-B (que não faz parte de nosso objeto de estudo), que se mostraram em número bastante inferior aos da parte A, e se intensificaram apenas a partir de 2002⁸. De todo modo, consideramos que o espectro foi suficientemente amplo, abrangente e representativo e que o número de ocorrências deixadas de fora ou não relacionadas foi inexpressivo, de maneira que não se invalida a compreensão do conjunto.

6 Apesar de não estarem digitalizados, haveria a possibilidade de realizar consulta presencial ao acervo microfilmado do jornal Correio Braziliense para fechar a linha do tempo com os anos faltantes. Entretanto, devido à pandemia do novo coronavírus Sars-Cov-2, reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como tal em 11 de março de 2020, a pesquisa presencial ficou impossibilitada por longo período. Assim, o cronograma foi prejudicado, e a escolha feita foi por manter a proposta deste trabalho e por realizar a leitura apenas com os dados disponíveis em meio virtual.

7 Estamos cientes de que várias ocorrências relativas a anúncios de venda e aluguel no Setor Comercial Sul não foram capturadas na busca. Isso ocorreu porque, nos Classificados, principalmente (em que há restrição de espaço e caracteres), e especialmente em tempos mais recentes, a sigla “SCS” firmou-se como a abreviação amplamente reconhecida do Setor, tornando-se recorrente nessa seção do jornal. Contudo, dado que a natureza desta pesquisa é qualitativa, que as ocorrências mais relevantes para estabelecer a narrativa simbólica do Setor contém o nome por extenso e que a pesquisa por “SCS” gerou um número imenso de ocorrências não relacionadas ou pouco relevantes com o propósito deste trabalho, optamos por manter a busca apenas com o nome completo “Setor Comercial Sul”.

8 É válido reparar que, mesmo a partir desse período, por diversas vezes, matérias se referem ao SCS como se fosse apenas formado pelas quadras 1 a 6.

Por último, fazemos duas observações quanto à forma de nos referirmos às ocorrências dos jornais: primeiramente, utilizaremos, com frequência, a nomenclatura “ocorrência”, porque é desta forma que a consulta à hemeroteca lista o aparecimento das palavras buscadas. Em segundo lugar, incluiremos, principalmente nas notas de rodapé, referências a matérias consultadas mesmo que elas não estejam diretamente citadas no texto. O formato adotado será o da ABNT complementado com o número da ocorrência na hemeroteca. Como anexo desta dissertação, constará uma listagem, com as informações completas para que sejam buscadas, por quem se interessar, na base de dados da BN. Fizemos isso como forma de disponibilizar o máximo de informações possível e dar acesso amplo a outros pesquisadores que se interessem pela pesquisa sobre o Setor Comercial Sul nos jornais.

Na linha de buscar informações sobre o primeiro projeto do SCS, recorreremos à pesquisa na Revista Brasília. Tentamos lá localizar informações que pudessem clarear, para além da questão da autoria do projeto de 1960, razões para a tomada de decisões projetuais. Diferentemente de nossa intenção ao realizar a pesquisa no Correio Brasileiro - que nos revelaria as motivações e os processos de transformação e reconfiguração -, o interesse na Revista Brasília tinha por foco o nascimento do Setor, sua gênese. Nesse sentido, como já fora dito no início, o fato de a Revista ser editada pela Novacap e trazer, reiteramos, uma perspectiva institucional foi enxergado como uma vantagem, pois é exatamente esse olhar que nos instigava. Os achados na RB não foram tão numerosos, mas algumas peças do quebra-cabeças foram encontradas nela.

Nessa busca, voltamos também nossa atenção para investigar as noções de zoneamento, de setorização e de configuração do centro urbano que se construíam junto com a Nova Capital. Além de buscar compreender melhor o surgimento das normas e regulamentações, que cercavam não somente o Setor Comercial Sul, mas também o próprio Plano Piloto em seu início. Além disso, uma vez que a questão das residências nas áreas centrais é motivador desta pesquisa, nos interessou investigar se, em algum momento, sob a perspectiva governamental, o fato verificado nos jornais (de que havia moradias acontecendo no centro urbano e comercial do Plano Piloto) chegou a ser objeto de discussão ou de preocupação no que tange à distorção de uso, do ponto de vista oficial. Imaginamos que, caso a setorização fosse defendida de modo ferrenho e as habitações tivessem ganhado uma grande proporção, a denúncia ocuparia algum espaço naquele periódico. Para proceder a essa investigação, adotamos o mesmo método de pesquisa por palavras-chave que foi utilizado para os jornais. No entanto, haja vista se tratar do registro de momentos iniciais da cidade, e ciente de que determinadas nomenclaturas ou referências só viriam mais tarde a se firmar, optamos por uma pesquisa mais direcionada por temáticas, e não pelo nome “Setor Comercial Sul”.

Dessa forma, a pesquisa deu-se utilizando as palavras: “setor”; “zon”; “comerc”;

“comércio”; “scs”; “norma”; “centro”; “centra”; “urban”; “pop”; “hab”; “moradia”; “morar”; “residenc”; “residência”; “casa”; “apartamento”; “projet”. A escolha por essas grafias se deveu ao intento de englobar o máximo de variações que delas derivassem. Por exemplo, “setor” englobaria variantes como: setores; setorizado; setorização; setorizar; setorizado etc. Analogamente ao que ocorreu com o jornal CB, a limitação do mecanismo de busca está, por exemplo, em erros de grafia, separações silábicas e trechos com baixa resolução. No entanto, consideramos que o escopo alcançado foi também representativo.

Quanto à justificativa e à pertinência do trabalho que aqui propomos, reconhecemos que há muitas pesquisas sobre Brasília. Contudo, parece-nos que o Setor Comercial Sul foi relativamente pouco explorado. Trabalhos acadêmicos debruçaram-se sobre estudar o local tendo por mote a deterioração do Setor e das áreas centrais do Plano Piloto, associada a diferentes processos. Para citar alguns, há dissertações sobre a interferência dos carros na mobilidade, como o trabalho de Cláudio Silva (2017); sobre geografia sexual, pesquisa de Marcelo Teixeira (2013) e sobre as dinâmicas e formas de apropriação do espaço pelas travestis, de Pedro Macdowell (2011); sobre deterioração urbana e políticas públicas para as áreas centrais do Plano Piloto, tal como estudado por Julyana Pinheiro (2018). Embora a temática da deterioração nos interesse - porque as propostas de revitalização frequentemente se pautam por ela - não buscaremos esmiuçar essa questão. Interessa-nos, sobretudo, construir uma historiografia urbana do SCS que, identificamos, consiste em uma lacuna de pesquisa a ser preenchida. Da mesma forma, percebemos que carecem de investigação tanto um comparativo dos chamados projetos de revitalização para o Setor quanto a própria discussão acerca da inclusão de habitação no SCS. Esta última é, inclusive, parte de debate extremamente atual, que apenas desde junho de 2019 começou a ganhar as ruas, com o envolvimento da mídia. E, embora tenha sido objeto de um excelente artigo⁹, ainda não foi abordada especificamente em uma pesquisa acadêmica. Assim, com esta dissertação visamos a dar uma primeira contribuição quanto às lacunas mencionadas, ainda que, considerando a amplitude do escopo de trabalho, não tenhamos a pretensão de nos aprofundar em nenhuma delas.

Destacamos, ademais, que a possibilidade de inserção de HIS no SCS faz parte de uma problemática encontrada na prática profissional junto à SEDUH. Identificamos que esta é uma discussão oportuna e premente, também na medida em que revela questões profundas quanto à iniquidade, à exclusão e às lutas por justiça social e democratização. Enxergamos, inclusive, que esta pesquisa se insere em escopo mais amplo que envolve a necessidade de se repensar os centros urbanos, não apenas em Brasília, mas também em âmbito nacional.

9 Artigo de autoria do professor titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB Benny Schvarsberg intitulado: **Preservar, dinamizar e democratizar o centro de Brasília com moradia**. O artigo foi primeiramente publicado no jornal Correio Braziliense de 7/7/2019 e depois reproduzido em diversas páginas de internet.



Figura 0.1: Foto aérea atual de parte da região central de Brasília, SCS em destaque (quadras 1 a 6)
Fonte: Foto da autora

NO PRINCÍPIO, ERA O PLANO



Neste capítulo, contextualizaremos nosso objeto de estudo, que compreendemos como parte indissociável do Plano Piloto de Brasília e de seu centro urbano. Buscaremos investigar o início do Setor, analisando-o de plano a projeto, localizando suas origens e as primeiras mudanças. Com esse olhar sobre o imaginado, o projetado e o construído, compilaremos algumas das configurações e das transformações pelas quais o SCS passou desde o princípio. Para alcançar esse objetivo, realizaremos as análises com base em documentos históricos.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO: BRASÍLIA, O CENTRO URBANO E O SCS

Conta a história oficial, de perspectiva heroicizante, que construir uma nova capital, que transferisse do Rio de Janeiro para o centro do Brasil o núcleo político-administrativo do país, era um sonho secular^[1], acalentado desde José Bonifácio, patriarca da Independência brasileira. Apesar de constar como dispositivo constitucional desde a Carta Magna de 1891, foi somente com a presidência de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) que a empreitada aconteceu^[2]. Na construção dessa narrativa oficial da mudança da capital, marcada pela figura de protagonistas, como JK, Oscar Niemeyer, Lucio Costa, Israel Pinheiro entre outros, os meios de comunicação institucionais, dentre eles a Revista Brasília, têm, como já mencionamos, fundamental importância.

A Nova Capital Federal resultou de um concurso de projetos realizado em 1956. Os 26 projetos apresentados, aí incluído aquele que seria o vencedor, o de número 22,

1 Para mais sobre a história acerca do desejo de interiorização da capital e do longo processo que levou a sua efetivação, sugerimos o texto “Brasília, uma história de planejamento” (FICHER et al., 2006).

2 Embora não seja nosso propósito enveredar por essa seara, cabe-nos lembrar que esse tipo de narrativa e historiografia também já foi questionado. Para um apanhado sobre a construção de Brasília, de seus mitos e crítica posterior, sugerimos, entre outros: “Por que construí Brasília”, de Juscelino Kubitschek; o livro “De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX)”, de Laurent Vidal; a dissertação “E a história se fez cidade...: a construção histórica e historiográfica de Brasília”, de Viviane Gomes de Ceballos; o texto “Brasília, mitos e realidades”, de Paulo Bicca.

de Lucio Costa, foram produtos de seu tempo^[3]. Pautavam-se, em regra, por uma lógica de distribuição espacial setorizada e de ordenamento excessivo - paradigmas modernos que buscavam dar resposta ao caos identificado com a cidade industrial. Frequentemente, explica-se a concepção urbanística do Plano Piloto de Brasília como sendo a transposição da teoria para a prática desse modernismo funcionalista prescrito pelos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (CIAM), mais especificamente, pela Carta de Atenas, de 1933^[4]. De todo modo, embora já se fizessem, à época, críticas a esse modo de pensar urbano, foi ele que prevaleceu.

O plano piloto de Lucio Costa - O projeto de Lucio Costa não fugiu à regra: uma versão beaux-arts e monumental de cidade linear, soluções rodoviaristas para a circulação urbana e forte setorização, tudo isso tendo como parâmetro maior o repertório corbusiano, em especial a ville contemporaine (1922), e o estudo para reconstrução de Saint-Dié (1945). (FICHER e PALAZZO, 2005, p. 67)

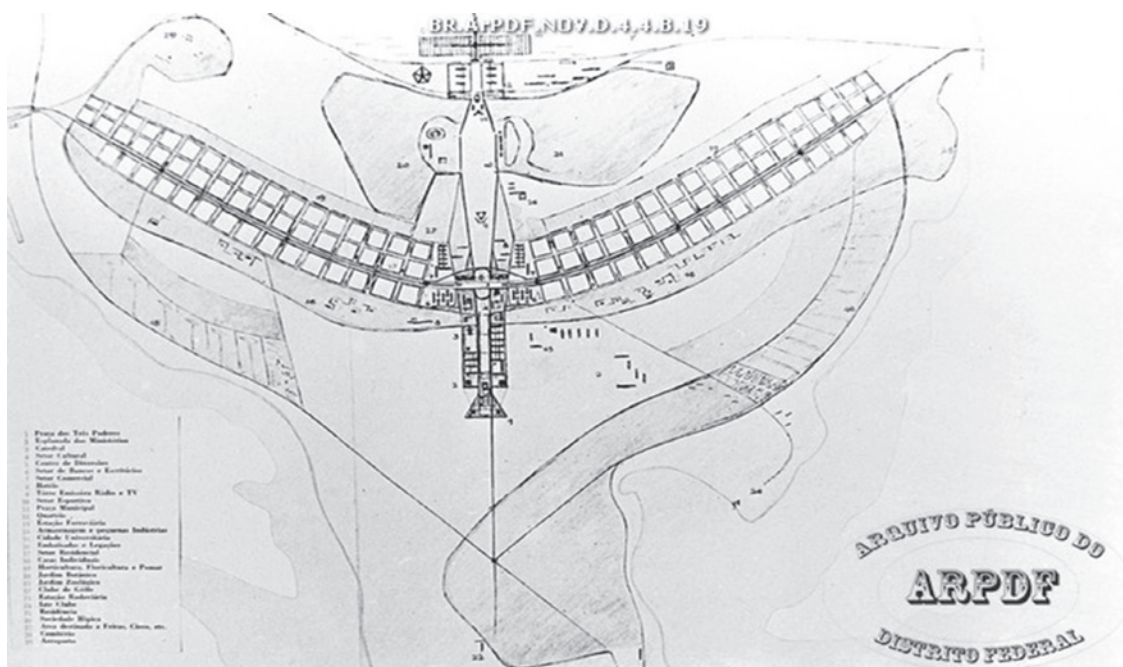


Figura 1.1 : Planta geral do RPPB, projeto vencedor de Lucio Costa
Fonte: Arquivo Público do DF (ArPDF)

Assim, em 1957, iniciou-se a construção da nova capital. Em 1960, Brasília, a que Yves Bruand (1981) chamou de “apoteose do urbanismo brasileiro”, foi oficialmente inaugurada.

3 Não entraremos em questionar a historiografia acerca do edital, do processo de escolha ou de seu resultado e suas implicações e controvérsias, que não se fizeram sem polêmicas. Para fins do contexto que aqui nos interessa explorar, basta dizer que o projeto vencedor, como os cinco demais que foram premiados, calcava-se nessa lógica de distribuição urbana setorizada. A ideia de setorização estava presente, inclusive, no próprio edital.

4 Embora estejamos cientes da insuficiência dessa interpretação acerca do projeto do Plano Piloto de Brasília, que vai além da Carta de Atenas, esta não será uma discussão empreendida.

Ainda jovem, e com o objetivo de proteger o testemunho do projeto original, o Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB) tornou-se patrimônio. Teve sua inscrição nos Livros de Tombo Históricos viabilizada, em âmbito distrital, por meio do Decreto nº 10.829, de 14 de outubro de 1987, e federal, pela Portaria nº 314, de 8 de outubro de 1992^[5], do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em dezembro de 1987, foi listado como Patrimônio Mundial, em reconhecimento à excepcionalidade de sua concepção como exemplar do urbanismo modernista e sua singularidade como obra-prima do gênio criativo humano. Tratava-se de fato extraordinário, uma vez que foi o primeiro sítio moderno reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). Outro marco além desse foi que se tratava da maior poligonal urbana protegida do mundo, com 112,25km²^[6].

Com o mencionado decreto distrital, definiram-se os limites físico-territoriais do objeto protegido e que “A manutenção do Plano Piloto de Brasília seria assegurada pela preservação das características essenciais de quatro escalas distintas em que se traduz a concepção urbana da cidade: a monumental, a residencial, a gregária e a bucólica” (DISTRITO FEDERAL, 1987). Tenhamos em mente que a polêmica acerca da flexibilização de usos nos setores encontra uma de suas barreiras na questão da proteção patrimonial. Há corrente que enxerga na diversificação do escopo de usos permitidos, em particular no uso residencial nas áreas centrais, a descaracterização do CUB e um risco à manutenção do tombamento (Campofiorito, 2012; Costa, M.E, 1994; Pêssoa, 2012; Stenzel, 2017). No Plano Piloto, em que predomina a setorização das atividades da vida cotidiana, usos e funções estão, em regra, atrelados a setores específicos. No caso desta pesquisa, das quatro escalas, nos interessa uma, a gregária, e, dentro dela, um setor: o Setor Comercial Sul (SCS), em que, como o nome sugere, preponderam atividades comerciais.

É interessante observar que lugares comuns que ainda se vêem ao tratar do Plano Piloto dizem respeito aos excessivos vazios e às baixíssimas densidades, tal como apontado por Holanda (2002, 2010), ainda que tais interpretações sejam questionáveis. E, com efeito, a configuração urbana do centro destoava desse cenário. Associado à escala residencial, temos a imagem arquetípica da superquadra, elemento talvez mais emblemático do plano de Lucio Costa, que se caracteriza pelos prédios isolados, projeções com

5 A primeira Portaria federal de proteção do CUB foi a de nº 4/1990 do, à época, Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Entretanto, esta logo foi substituída pela Portaria nº 314/1992-IBPC, que se tornou o instrumento legislativo emblemático e amplamente referenciado no que diz respeito ao tombamento federal. Esta Portaria foi recentemente complementada pelas Portarias nº 166/2016 e 421/2018, do IPHAN.

6 Assumiremos a área descrita no Decreto nº 10.829/1987 como sendo a maior poligonal tombada do mundo. No entanto, fazemos menção ao questionamento ensejado por Perpétuo (2015) quanto a esse conceito. Em sua dissertação, item “3.3.2 A ‘maior poligonal tombada do mundo’ ou o detalhe que muda tudo: o entorno do bem tombado” (PERPÉTUO, p. 214, 2015), o autor trabalha essa noção. Em suma, problematiza a delimitação do objeto preservado, haja vista a noção de seu entorno. Argumenta que, se o objetivo dos instrumentos era proteger o “Plano Piloto de Brasília” ou o “avião”, fato é que a área sob preservação restou muito maior. Desse modo, coloca o autor que a área de entorno ao redor do bem que se queria efetivamente proteger foi englobada pelo próprio tombamento.

até 6 pavimentos e pelo menos 3 fachadas livres dispostas em uma espécie de quarteirão emoldurado por larga faixa verde. Há uma relação diferente também com o sistema viário. Nas superquadras, entrada e saída única isola cada unidade da comunicação viária externa. Não há cruzamentos, e o fluxo de veículos não perpassa as superquadras. Outra imagem icônica do Plano Piloto está na escala monumental, ligada à solene amplidão da Esplanada dos Ministérios - e à falta de pessoas nas ruas, como descreveu James Holston (1993) nos idos da década de 1980. Nesse cenário, não somente o Plano Piloto de Brasília (PPB), como também, e principalmente, o centro dele surpreendem e, em certa medida, contradizem um imaginário coletivo. Na escala gregária, no centro, conformado pela Plataforma da Rodoviária e, a Sul e a Norte, pelos Setores Bancário, Comercial, Hoteleiro, Médico-Hospitalar, de Rádio e TV, de Diversões e de Autarquias, estão as maiores densidades e os gabaritos mais altos. Mas, uma parte do imaginário comum associado ao Plano Piloto diz respeito ao excesso de regras e à separação de usos. E isso talvez ocorra de forma mais intensa justamente quando se fala do centro, onde os setores têm nomes, muitas vezes, considerados inusitados e excessivamente específicos. É comum que pessoas vindas de outras cidades estranhem haver um setor cujo nome sugere que seja apenas para bancos, outro em que se imagina que a população só vá para buscar diversões ou ainda um em que haveria apenas emissoras de rádio e tv e assim por diante.

Nosso objeto de estudo está inserido no centro urbano do PPB. Fazemos aqui breve parênteses para tratar da própria definição do “Plano Piloto de Brasília”, que não é única e incontroversa. O PPB tem algumas dimensões, mas tentar esmiuçar cada uma delas não será objeto deste trabalho. Todavia, é preciso reconhecer a existência dessas distintas facetas, ainda que nem sempre as definições estejam pacificadas e totalmente estabelecidas. Assim, temos que o Plano Piloto de Brasília é o projeto de Lucio Costa; é também cidade realizada na prática, com base naquele projeto; é a parte da cidade que conforma o Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB), área tombada e internacionalmente reconhecida por ser Patrimônio Mundial da Humanidade; é uma Região Administrativa (RA) do Distrito Federal (DF)^[7]; é, ainda, centro metropolitano do DF, que entendemos, em sua totalidade, como Brasília. Embora seja comum encontrar todas essas acepções utilizadas como equivalentes, há distinções importantes entre elas, não apenas do ponto de vista conceitual, mas também quanto a limites físico-territoriais - e que não foram nem são imutáveis, hajam vistas, por exemplo, as alterações nas delimitações das RA ao longo dos anos e a proposta contida no PPCUB de alterar os limites da poligonal de tombamento^[8].

7 O Distrito Federal é a unidade da Federação a qual é vedada a divisão em municípios, nos termos do artigo 32 da Constituição de 1988. Política e administrativamente, o DF, atualmente, organiza-se em 33 Regiões Administrativas (RA). Embora tenha passado por mudanças de nome, a RA I é chamada, atualmente, de Plano Piloto.

8 Essa proposta está consubstanciada no Art. 2º, §2º, do Projeto de Lei Complementar (PLC) do PPCUB e em seu Anexo I. Como prevê o texto do PLC: “§2º A poligonal de tombamento do CUB, de que trata o §1º, é acrescida do espelho d’água do Lago Paranoá, correspondendo à Zona Urbana do Conjunto Tombado

No decorrer desta dissertação, duas dessas dimensões de sentido serão favorecidas. Com o objetivo de minimizar imprecisões, para nos referirmos ao plano-piloto de autoria de Lucio Costa, priorizaremos os termos Relatório do Plano Piloto de Brasília (RPPB) ou plano-piloto. Já para tratar da cidade consubstanciada na prática e que se encontra circunscrita na poligonal tombada, daremos preferência ao termo Conjunto Urbanístico de Brasília (CUB)^[9].

Por fim, aproximando nosso olhar sobre a zona central do CUB, chegamos ao SCS.

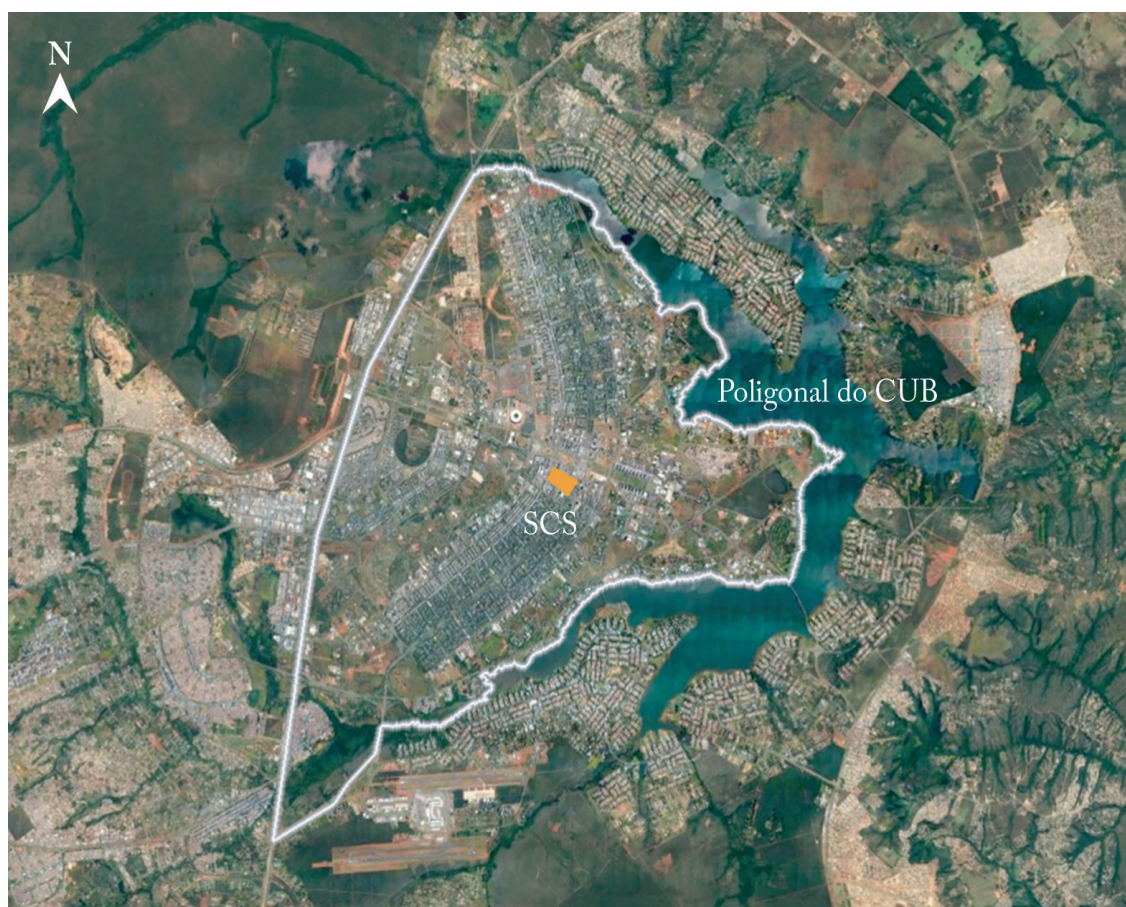


Figura 1.2: Imagem de satélite com indicação da poligonal do CUB e da localização do SCS

Fonte: Foto de satélite manipulada digitalmente pela autora

- ZUCT, estabelecida pelo Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - PDOT, e acrescida dos imóveis correspondentes à Área de Relevante Interesse Ambiental - ARIE - Santuário da Vida Silvestre do Vale do Riacho Fundo - Área II". Já o Anexo I traz o desenho do mapa contendo essas novas inclusões.

9 Tomamos a definição de Conjunto Urbanístico de Brasília conforme dada pela Portaria nº 314/1992, qual seja: "Artigo 1º - Para efeito de proteção do Conjunto Urbanístico de Brasília, tombado nos termos da decisão do Conselho Consultivo da SPHAN, homologada pelo Ministro da Cultura, ficam aprovadas as definições e critérios constantes da presente Portaria. §1º - A realidade física territorial correspondente ao bem tombado a que se refere o caput deste artigo é compreendida como o conjunto urbano construído em decorrência do Plano Piloto vencedor do concurso nacional para a nova capital do Brasil, de autoria do arquiteto Lúcio Costa. §2º - A área abrangida pelo tombamento é delimitada a leste pela orla do lago Paranoá, a oeste pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA, ao sul pelo córrego Vicente Pires e ao norte pelo Córrego Bananal." (BRASIL, 1992). Embora os textos do Decreto e da Portaria sejam muito similares, há distinções entre eles. Perpétuo (2015) aprofunda-se no exame das diferenças entre as definições do que viria a ser a área tombada contidas no Decreto nº 10.829/1987 e na Portaria nº 314/1992. Para saber mais sobre esse assunto, recomendamos sua leitura, todavia, não entraremos aqui nessa seara.



Figura 1.3: Imagem de satélite com indicação dos setores centrais
Fonte: Foto de satélite manipulada digitalmente pela autora

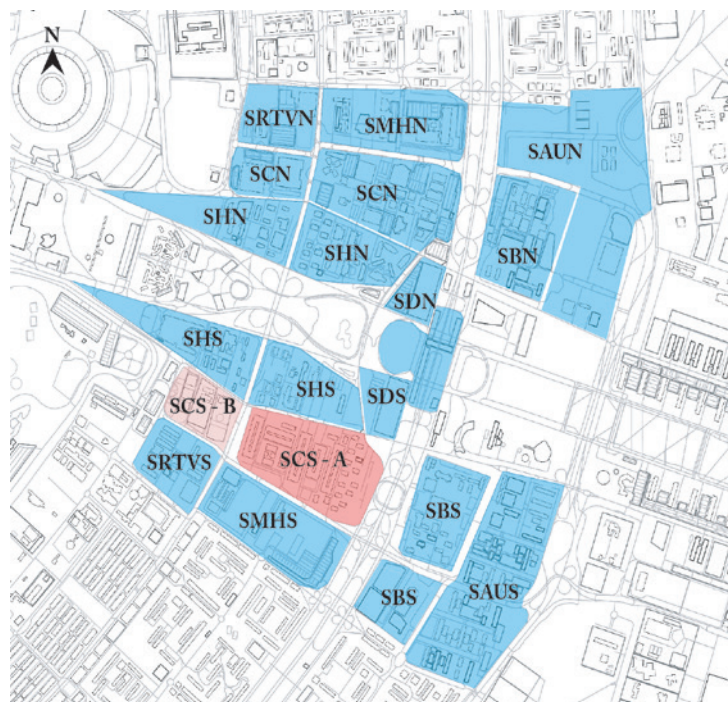


Figura 1.4: Centro urbano em azul.
Destaque do SCS-A em vermelho e
SCS-B em rosa claro
Fonte: Elaborada pela autora

Trata-se, como podemos observar na figura 1.4, de um setor descontínuo, seccionado pela via W3 sul. Em sua totalidade, o Setor Comercial Sul está localizado entre as vias ERW sul (também conhecida como Eixinho W) e W4 sul. A leste da via W3, situa-se a parte A. De modo que o trecho A delimita-se pelas vias Eixinho W, a leste, e W3, a oeste; a sul, pelo Setor Médico-Hospitalar Sul (SMHS); a norte, pelo Setor Hoteleiro Sul (SHS). A parte A forma uma figura geométrica assemelhada a um trapézio irregular, que tem sua base mais estreita próxima à avenida W3 e mais larga próxima ao ERW sul.

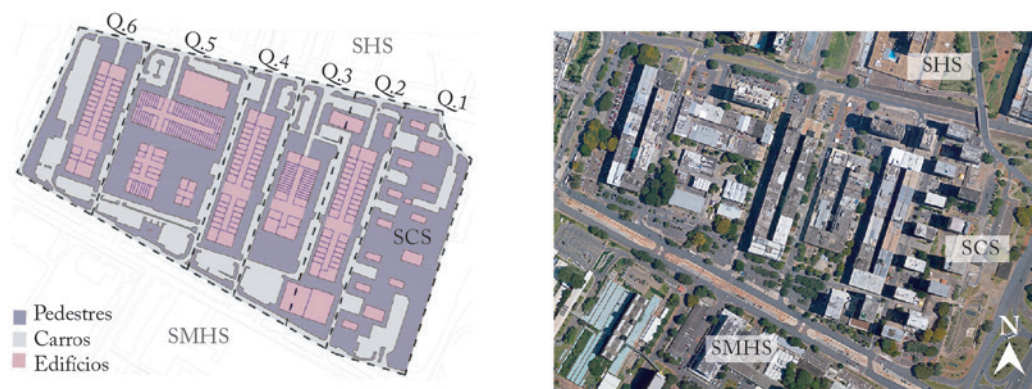


Figura 1.5: À esquerda, planta esquemática do SCS, atuais quadras 1 a 6. À direita, foto de satélite da área
Fonte: Adaptada de PINHEIRO, 2018, p. 88 e Google Earth

Espacialmente, nosso objeto de estudo restringe-se apenas à parte A, a que chamaremos, em regra, de SCS. Essa decisão justifica-se em razão de “SCS” ser a forma pela qual mais comumente encontramos menções ao SCS-A nas matérias dos periódicos. Da mesma forma, “SCS” está mais fortemente associada apenas ao trecho “A” para os próprios usuários e frequentadores do Setor, o que é possível perceber pelas matérias nos jornais. Assim, tomaremos a liberdade de utilizar “SCS” em equivalência à “SCS-A”, deixando as remissões que incluam o SCS-B devidamente explicitadas.

A escolha por esse recorte espacial justifica-se por algumas razões: primeiramente, porque compreendemos ser o trecho A uma área com características urbanísticas mais diversificadas e interessantes, se comparada à parte B; em segundo lugar, porque ao longo do tempo, as intervenções mais substantivas nos projetos de revitalização foram propostas para o SCS-A; em terceiro, porque o PPCUB e o Programa Viva Centro! conferem a possibilidade de inserção habitacional apenas para a parte A; em quarto, porque o trecho A é o SCS original, tratando-se a parte B de uma ampliação posterior, como veremos na figura 1.8.

O SCS é setor fundamental na dinâmica do centro urbano de Brasília. É, possivelmente, o setor mais bem servido de transporte público do Plano Piloto. Na extremidade junto à W3, há pontos de ônibus em que circulam grande número de linhas, tanto internas ao PPB quanto de ligação com as demais Regiões Administrativas e com a Rodoviária do Plano Piloto. Já no extremo junto ao Eixo Rodoviário, há a estação de metrô Galeria e a Galeria dos Estados, uma passagem subterrânea para pedestres que conecta o SCS ao Setor Bancário Sul, com presença de pequenos comércios. Em linhas gerais, assim como os demais setores da zona central, contrasta com o restante do CUB por sua verticalidade - abrigando edifícios de até 15 pavimentos - e sua alta densidade de ocupação do solo. Desde o início, concentrou grande número de postos de trabalho. Mesmo atualmente, em que dados da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH) apontam processo de decadência, estimando

em cerca de 25% a vacância de imóveis no local (SEDUH, 2017), consiste em uma das áreas de maior circulação de pessoas na capital, principalmente, de segunda a sexta-feira, já que, em razão da segregação de funções, é um setor que apresenta certo esvaziamento nos fins de semana.

O RELATÓRIO DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA, O PROJETO URBANÍSTICO DOS ANOS 1960 E A QUESTÃO DA AUTORIA

O SCS desperta-nos interesse por diversas razões. Uma delas é que podemos perceber o refinamento de seu projeto urbanístico em relação a outros setores da área central. Mesmo em uma comparação superficial, vê-se que ele contém a mais diversa miríade de soluções. Por exemplo, consiste no setor que melhor incorpora a relação do pedestre - fluxos, deslocamentos, escala - com edifícios e áreas públicas. Motivadas por sua riqueza, resolvemos estudar e compreender seu projeto de forma mais minuciosa.

Assim, olharemos para o Relatório do Plano Piloto (RPPB) e para o projeto que foi desenvolvido na década de 1960 de forma pormenorizada. No percurso de análise desses instrumentos, tentamos precisar quando se tomou a decisão de partir para um desenho distinto do originalmente delineado no RPPB e as razões que levaram a um projeto mais elaborado para este setor. Com esse fim, tentamos, também, identificar a autoria do projeto implantado, o que, acreditamos, pudesse revelar algo acerca do processo projetual e das soluções urbanísticas dadas. Reconhecemos que a multiplicidade de respostas dadas no projeto frente ao RPPB decorre não somente de suas naturezas distintas - de plano e de projeto -, mas também de decisões e escolhas, influenciadas por condicionantes técnicas, conjunturais e políticas que, em vários momentos, não se fazem claras.

O PLANO-PILOTO

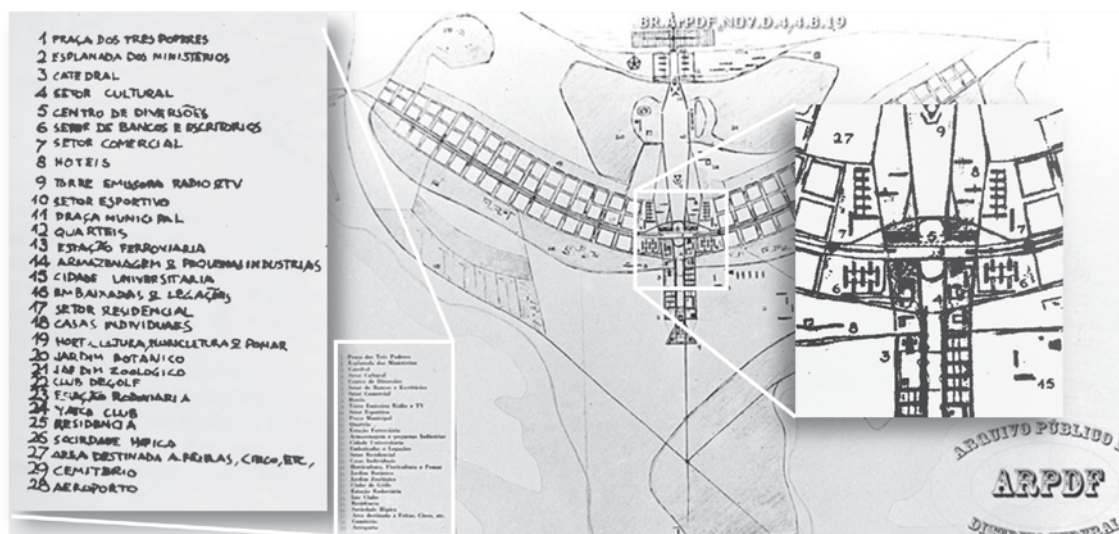
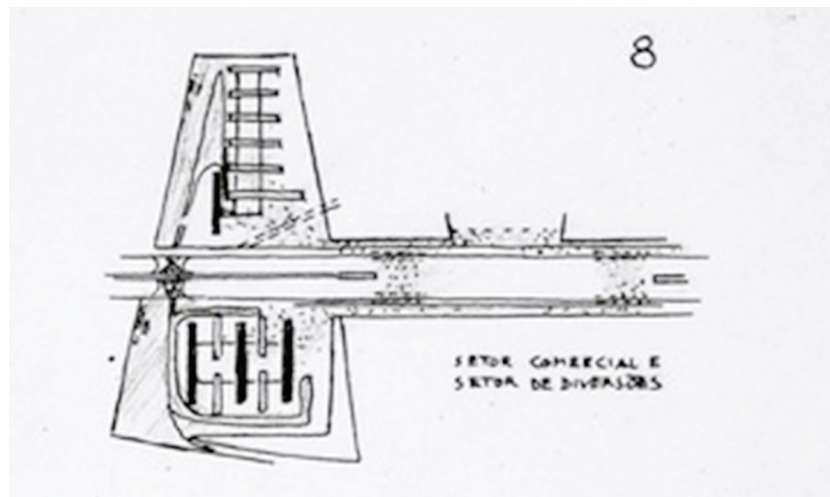


Figura 1.6: Ampliação da área central e da legenda da Planta Geral do RPPB
Fonte: Adaptada do Relatório do Plano Piloto de Brasília, obtido junto ao ArPDF

Figura 1.7: Setor Comercial e Setor de Diversões (trecho da fig. 8 do RPPB)
Fonte: RPPB, obtido no ArPDF



A proposta de um setor comercial aparece já desde o início no Relatório de Lucio Costa para o Plano Piloto de Brasília, composto de Memorial Descritivo acompanhado de ilustrações e Planta Geral em escala 1:20.000. Comparando texto e desenhos, é possível reparar que nem todos os elementos que constam em um estão presentes no outro. O texto de Costa no Memorial do Plano Piloto é, em geral, sucinto e claro. Contudo, nos parece que o item dedicado às áreas comercial e bancária não conta sempre com a mesma assertividade. De todo modo, no caso em estudo, a escrita nos parece um pouco mais reveladora que os desenhos quanto ao que Costa pretendia para o desenvolvimento do projeto.

Item 11: Lateralmente a esse setor central de diversões, e articulados a ele, encontram-se dois grandes núcleos destinados exclusivamente ao comércio - lojas e 'magasins', e dois setores distintos, o bancário comercial, e o dos escritórios para profissionais liberais, representações de empresas, onde foram localizados, respectivamente, o Banco do Brasil e a sede dos Correios e Telégrafos. Esses núcleos e setores são acessíveis aos automóveis diretamente das respectivas pistas, e aos pedestres por calçadas sem cruzamento (Fig. 8), e dispõem de autoportos para estacionamentos em dois níveis, e de acesso de serviço pelo subsolo correspondente ao piso inferior da plataforma central. No setor dos bancos, tal como no dos escritórios, previram-se três blocos altos e quatro de menor altura, ligados entre si por extensa área térrea com sobreloja de modo a permitir intercomunicação coberta e amplo espaço para instalação de agências bancárias, agências de empresas, cafés, restaurantes, etc. Em cada núcleo comercial, propõe-se uma sequência ordenada de blocos baixos e alongados e um maior, de igual altura dos anteriores, todos interligados por um amplo corpo térreo com lojas, sobrelojas e galerias. Dois braços elevados da pista de contorno permitem, também aqui, acesso franco aos pedestres. (REIS, VASQUES, RIBEIRO, 2014, p. 32-36)

Com base na interpretação desses três elementos, a saber, a ampliação da área central e da legenda da Planta Geral do RPPB (fig. 1.6), o detalhe contendo trecho da fig. 8 do RPPB^[10] (fig. 1.7) e a transcrição do item 11 do Memorial, convidamos a um exame mais atento, primeiramente, em comparação no que tange às nomenclaturas, que se alternam e se misturam. Isso somado aos desenhos nos fizeram refletir sobre a concepção original do SCS.

Destacamos, de início, a legenda da Planta Geral. No número 6, lê-se “Setor de Bancos e Escritórios” e no número 7, “Setor Comercial”. Passando para o trecho da fig. 8, vemos a legenda “Setor Comercial e de Diversões”. Temos, então, o item 11 do texto, em que encontramos a referência a “dois setores distintos, o bancário comercial, e o dos escritórios”. Mais adiante, no mesmo item 11, lê-se: “No setor dos bancos, tal como no dos escritórios”. Por fim, acrescentamos a remissão ao item de número 10 do Memorial, ao fim do qual são citados os “(...) setores do varejo comercial [e o] (...) setor de bancos e escritórios (Fig. 8)”.

Isolando e destacando os nomes que mencionamos até aqui, temos:

- . “Setor de Bancos e Escritórios” e “Setor Comercial” (Planta Geral RPPB)
- . “Setor Comercial e Setor de Diversões” (fig. 8 RPPB)
- . “bancário comercial, e o dos escritórios para profissionais liberais, representações de empresas” (item 11)
- . “dos bancos” e “dos escritórios” (item 11).
- . “de bancos e escritórios” e “do varejo comercial” (item 10)

Repare-se que a palavra “comercial” aparece na descrição de ambos, bem como “escritórios”. Já a palavra “bancário” não aparece em referência a um dos setores. Ademais, na legenda do trecho da fig. 8 do RPPB causa estranhamento a presença do termo “de Diversões”, porque se imagina que deveria conter os nomes comercial e bancário (ou alguma de suas variações apresentadas até aqui no texto do RPPB). No que diz respeito a essa legenda, podemos ponderar, por exemplo, que o “de Diversões” se refira a um trecho omitido do detalhe. Para isso, voltamos novamente à Planta Geral. Nela, podemos observar que, lindeiro ao que fora efetivamente desenhado, estaria o número 5 “Centro de Diversões”, atual Setor de Diversões Sul (SDS).

De toda sorte, apesar da variação de denominações, assumimos que “Setor Comercial”, “do varejo comercial” e “dos escritórios” refiram-se ao que hoje corresponde ao Setor Comercial Sul (SCS), e que os demais termos tenham sido usados em remissão ao que hoje se trata do Setor Bancário Sul (SBS). É, portanto, com isso que trabalharemos.

10 No Relatório do Plano Piloto de Brasília, a fig. 8 é, na verdade, composta de três desenhos: “Setor Comercial e de Diversões”, “Setor Residencial” e “Setor dos Ministérios”. Estes dois últimos não são relacionados ao nosso objeto de trabalho, razão pela qual utilizaremos apenas o desenho chamado de “Setor Comercial e de Diversões” e nos referimos a ele como sendo um trecho da fig. 8.

Corroborar essa leitura a identificação dos setores depreendida da Planta Geral. Se observarmos os atuais SCS (parte A) e SBS e compararmos à Planta Geral do RPPB, vê-se que foram mantidas suas localizações. Foi também conservado o formato trapezoidal mostrado no trecho da fig. 8, que decorre da posição do SCS no plano e em relação às vias de entorno. A separação entre os dois setores pela via de maior caixa foi também preservada. Já a edificação das sedes do Banco do Brasil e dos Correios, prevista no item 11, aconteceu parcialmente conforme o previsto no RPPB^[11].

Fazemos aqui uma curta consideração. Como é esperado de uma cidade planejada, é possível fazer uma ligação entre a cidade materializada na prática e o projeto. Em relação ao RPPB, identificamos na cidade elementos que foram mantidos, quase como se esta fosse ato contínuo daquele. Mas, entre o RPPB e a construção da cidade foi realizado um projeto urbanístico mais detalhado. Percebe-se que, no caso do SCS, há elementos identificados no RPPB que foram preservados na construção do projeto e na cidade. Os itens listados no parágrafo anterior são exemplos de elementos que extrapolaram do RPPB para o projeto e tomaram forma na prática. Mesmo cientes de que no meio do caminho entre plano-piloto e cidade houve o desenvolvimento de um projeto urbanístico fundamental na consecução do SCS, como veremos mais detalhadamente adiante, em alguns momentos, fazemos a conexão direta entre o RPPB e a cidade consumada. O que podemos depreender disso é que os elementos identificados no RPPB e na cidade foram preservados na construção do projeto.

Partimos, então, para a análise de outros elementos propostos no RPPB, tanto em imagens quanto em texto. Por um lado, chama atenção que a descrição física de ambos os setores, dada no item 11 do RPPB, seja a mesma:

No setor dos bancos, tal como no dos escritórios, previram-se **três blocos altos e quatro de menor altura, ligados** entre si por **extensa área térrea com sobreloja de modo a permitir intercomunicação coberta** (...) Em cada núcleo comercial, propõe-se uma sequência ordenada de blocos baixos e alongados e um maior, de igual altura dos anteriores, **todos interligados por um amplo corpo térreo com lojas, sobrelojas e galerias.** (grifamos) (REIS, VASQUES, RIBEIRO, 2014, p. 32-36)

11 A título de curiosidade, a menção aos edifícios do Banco do Brasil e à sede dos Correios e Telégrafos pode causar alguma estranheza a quem conheça a realidade da área central. Isso pode ocorrer porque o edifício do Banco do Brasil é a âncora do Setor Bancário Sul (SBS), como está previsto no item 11. Já a sede dos Correios e Telégrafos é o principal edifício do Setor Bancário Norte (SBN), o que está dado na planta SBN 1 2-4, elaborada em 23 de abril de 1959 (anterior, portanto, às plantas que constituem o projeto urbanístico do SCS) e registrada em 7 de março de 1961. Ambos os edifícios são muito relevantes nas configurações urbanas de seus respectivos setores bancários. São também os mais altos e maiores em cada um deles. Quanto ao SCS, foram de fato construídas agências e prédio dos Correios lá, e a presença dos Correios foi fundamental na história do Setor. Em 1975, a diretoria da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) transferiu a sede da Guanabara e instalou, temporariamente, no SCS, manifestando intenção de construir sede própria (MELHORAM as agências da ECT no DF. **Correio Brasileiro**, Brasília, 22 jan. de 1975. Edição nº 4413A. [Ocorrência nº 4209]). Os periódicos mostram-nos, por exemplo, o papel primordial que a presença do Museu Nacional dos Correios teve em firmar a vocação cultural do SCS na década de 1980.

Por outro, nota-se que o desenho contido no trecho da Fig. 8 (fig. 1.7) apresenta duas interpretações distintas para essa mesma descrição. Vê-se, também, que Costa definiu para o futuro SBS os blocos que seriam mais altos e mais baixos (basta reparar que há três retângulos preenchidos e quatro deixados em branco, o que se encaixa exatamente no texto do item 11). Já para o SCS, não consta essa mesma definição. Vê-se que há apenas um retângulo preenchido (o que deixa a dúvida sobre quais blocos seriam altos e quais seriam baixos). Outro elemento presente concomitantemente no trecho da Fig. 8 e no item 11 está representado pelo grande retângulo que liga os blocos. No cotejamento entre desenho e texto, depreende-se que ele conformaria, em nível de térreo e sobreloja, uma grande área de conexão coberta entre os blocos, criando galerias onde haveria comércio.

Quanto à distinta disposição dos blocos, imaginamos que isso decorra do local que Costa previra que cada um dos setores ocuparia e do formato destinado a cada área. Nesse sentido, fazemos alusão ao artigo de Maria Manuel Oliveira (2016). A autora demonstra por meio de modelagem topográfica e análise de dados que o conhecimento de Lucio Costa acerca do sítio sobre o qual se propunha assentar Brasília foi determinante no partido do plano-piloto, e parece-nos que os croquis dos futuros SCS e SBS refletem esse conhecimento.

Sabemos, entretanto, que o encaixe entre plano-piloto e topografia foi impactado pelo deslocamento de todo o conjunto em direção ao lago^[12]. Carpintero (1998) sinalizava no mesmo sentido e concluiu que mover o plano-piloto para leste impactou sobremaneira a unidade da área central e elementos considerados em seu partido, tal como a circulação peatonal (elemento que ganhará relevo em nossa análise):

O arco do Eixo Rodoviário acompanha, paralelo, as curvas de nível. A observação da planta topográfica dá conta de que as áreas onde estariam situados os **setores** de Diversões, **Comercial** e Bancário, tanto ao norte como ao sul, **estariam aproximadamente na mesma cota da Plataforma [da Rodoviária], dispensando terraplenos ou cortes**. Isso significaria um acesso mais franco para o pedestre. (...) O deslocamento em cerca de 800m do cruzamento dos eixos, portanto de toda a área central, sem o necessário estudo de adaptação ao terreno, afetou elementos importantes do espírito da cidade projetada, uma vez que destruiu a unidade do seu conjunto central. (grifamos) (CARPINTERO, 1998, p. 163-164)

Discordamos do autor no que tange à leitura de que o deslocamento destruiu a unidade do conjunto central. Não se pode negar, contudo, que ela tenha sido afetada e que tenham se criado outros desafios, uma vez que a unidade restou menos literal,

12 A “Demasiada quantidade indiscriminada de terra entre o centro governamental e o lago” (REIS, VASQUES, RIBEIRO, 2014, p. 46) foi o primeiro item da crítica elaborada pelo júri que apreciou o Concurso para a Nova Capital. Oliveira (2016) mostra-nos que não havia casuísmo no posicionamento de Costa de seu plano-piloto em relação ao lago, pelo contrário. Segundo Carpintero (1998), o deslocamento de todo o conjunto urbano para leste foi também um dos fatores que resultou na ampliação do centro urbano.

menos fluida e mais exigente de estratégias de projeto. No entanto, na hierarquia das decisões urbanísticas, nos parece que aproximar o conjunto do lago foi acertado e vantajoso. Especialmente, se considerarmos que a desvantagem do deslocamento, no caso, foi uma maior complexidade topográfica e que os desníveis podem ser - e são - resolvidos com o desenvolvimento do projeto de urbanismo.

Ainda examinando, no trecho da Fig. 8, o que viria a ser o SCS, observa-se o contorno trapezoidal, conformando uma silhueta mais alongada de setor (se comparada ao formato mais próximo de um quadrado para o futuro SBS), em que a base maior está junto à via de caixa mais larga (futuro Eixo Rodoviário de Brasília ou Eixão). Esse desenho resulta, também, como se observa na Planta Geral (fig. 1.1 e 1.6), do encaixe dos setores em relação ao dos hotéis (nº 8, conforme legenda da referida Planta). Corrobora a leitura da intencionalidade de acomodação tanto à topografia quanto ao formato de trapézio, a lógica da disposição dos blocos escolhida para o futuro SCS, de escalonamento e alongamento (que não se manteve para o SBS). Conforme o croqui, dos 7 blocos, 6 estariam dispostos paralelamente, e apenas um perpendicularmente, à via de maior caixa e se tornaram progressivamente mais extensos conforme se aproximassem da base maior. Posicionando-os dessa forma, ficariam em sentido favorável às curvas de nível, o que facilitaria resolver a soleira dos longos edifícios junto ao rés-do-chão. Ademais, isso criaria, na distância entre eles, um espaço para acomodar os desníveis, o que facilita, em última instância, a locomoção do pedestre. Aliás, outro elemento que denota a preocupação com o deslocamento peatonal são as já mencionadas coberturas das galerias que interligariam os blocos. Com elas, vê-se o propósito de criar um caminho protegido para o caminhar a pé.

Ainda sobre esse assunto, outro ponto explicitamente trazido no item 11 do RPPB diz respeito a questão dos acessos de pedestres e de automóveis ao Setor:

(...) Esses núcleos e setores são **acessíveis aos automóveis diretamente das respectivas pistas, e aos pedestres por calçadas sem cruzamento** (Fig. 8), e dispõem de auto-portos para **estacionamentos em dois níveis, e de acesso de serviço pelo subsolo correspondente ao piso inferior da plataforma central**. (...) Dois braços elevados da pista de contorno permitem, também aqui, **acesso franco aos pedestres**. (grifamos) (REIS, VASQUES, RIBEIRO, 2014, p. 32-36)

O rodoviarismo e a presença do carro como meio de transporte favorecido para interligar distâncias são elementos característicos do urbanismo de filiação modernista. E, para lidar com os conflitos gerados entre pedestres e veículos, a separação de fluxos entre eles é um dos princípios de projeto. Esse princípio decorre do reconhecimento de questões relacionadas à salubridade - que levam em conta ruído, poeira e gases nocivos -, e à segurança - na medida em que considera as diferentes velocidades do passo humano

e do artefato mecânico. Esse princípio, retirado do receituário da Carta de Atenas, está presente no RPPB e dele resulta a previsão da segregação dos deslocamentos a pé e de veículos apresentada no item 11. Com efeito, a separação entre pedestres e os automóveis, garantindo acesso por calçadas sem cruzamento, é mais um item que se soma à lógica da disposição dos blocos e a do caminho abrigado das galerias, deixando entrever o intuito de facilitar o deslocamento a pé interno ao Setor.

Quanto aos veículos, vê-se que há preocupação conferida a eles no que tange à possibilidade de acessos (principal e de serviços) e à presença de estacionamentos. O mencionado estacionamento em dois níveis corresponderia a existência de vagas em nível de térreo e subsolo. Supomos que Costa imaginou que isso seria suficiente para dar conta da demanda desta área. Veremos mais adiante, contudo, que a questão dos estacionamentos permeou quase toda a trajetória do SCS construído^[13].

Fechando o escrutínio do RPPB, interessa-nos a questão do conteúdo previsto para os setores. Uma vez que a lógica do plano-piloto está calcada na setorização, consideramos que subjaz o intento da predominância de atividades trazida pelos nomes dos setores. Lembremos que o atual SCS é chamado de “Setor Comercial”, “do varejo comercial” e “dos escritórios” no RPPB. Nessa toada, recordemos não só a alternância entre as denominações e caracterizações como também o rol não exaustivo de utilizações listadas no item 11, para a área de térreo e sobreloja. Vê-se aí, novamente, que ambos os futuros SCS e SBS são tratados de forma equivalente, sem que sejam feitas distinções das atividades ancilares previstas. Com isso, é possível questionar se o escopo de cada setor estaria tão fechado desde sua origem e sobre qual seria, de fato, o nível de rigidez de atividades pretendidas para essa área do plano-piloto.

1.2.2

O PROJETO

No que tange às alterações, e tratando apenas a área central, já de início, a análise do RPPB nos mostra que o centro se pretendia muito menor em área (fig. 1.8). Todo o centro urbano foi ampliado em um primeiro momento, “(...) decorrente do deslocamento do conjunto para leste e da pressão por parte de órgãos do estado” (LEITÃO, 2003, p. 13). Leitão aponta ainda que, embora a ampliação do centro urbano do Plano Piloto costume figurar na lista das primeiras alterações - como também nos mostrou inicialmente Carpintero (1998), ela não se deu toda de uma vez. De pronto, não aconteceram nem os Setores de Autarquias e Rádio e TV, nem a expansão dos Setores Comerciais para oeste da via W3 (o que viria a conformar o SCS-B). Especificamente, no que tange ao

13 A suposta deficiência de vagas de veículos foi temática muito presente na construção de uma imagem negativa do SCS junto aos jornais. E, uma crítica por algumas vezes trazida nas reportagens diz respeito à permissão dada pelo governo para que diversos blocos do SCS fossem executados sem garagem em subsolo, o que, segundo essas mesmas matérias, estaria em desacordo com o que previa Lucio Costa no RPPB.

SCS, reiteramos ser possível ver que sua localização permaneceu essencialmente inalterada (fig. 1.8).

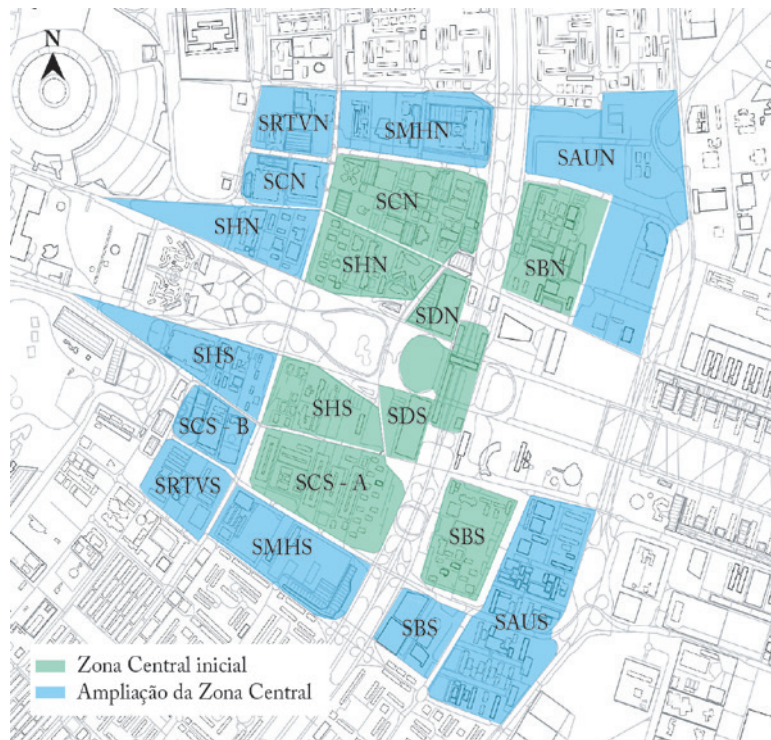


Figura 1.8: Centro urbano (inicial, em verde; ampliação em relação ao Relatório do Plano Piloto, em azul)

Fonte: Adaptado do livro Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro, p. 56-57

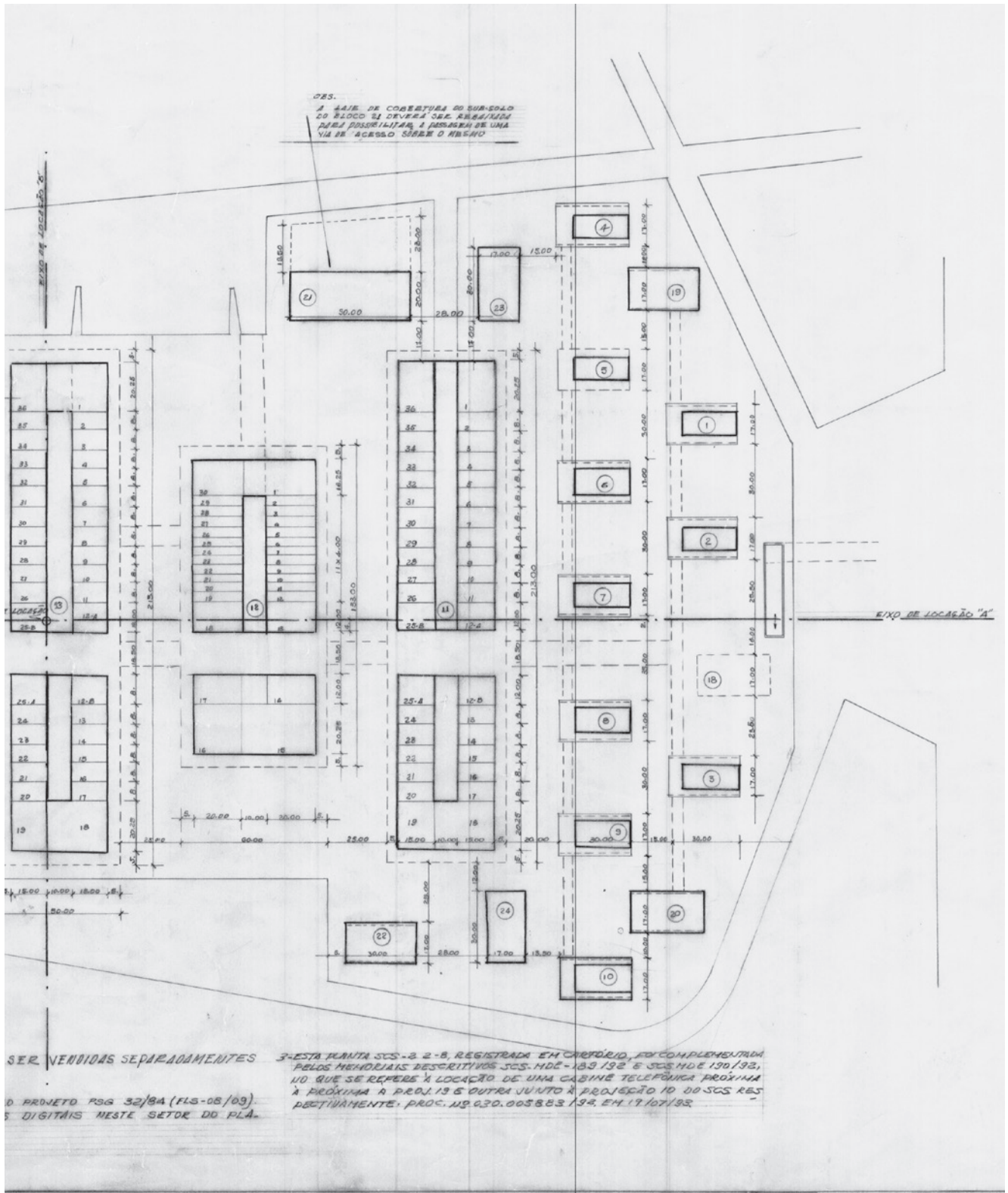
O projeto urbanístico para o Setor que se seguiu ao RPPB está consubstanciado, principalmente, em duas plantas, a saber: SCS-2 2-8 (fig. 1.9), que se refere aos pavimentos térreos dos blocos e está datada de 30 de março de 1960, e SCS-2 3-10 (fig. 1.10), relativa aos pavimentos-tipo e datada de 31 de março de 1960. Segundo o dossiê da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap), o Memorial de Loteamento do SCS da parte A foi a registro em 20 de abril de 1961, por meio de ambas as plantas^[14]. Para dar mais fluidez à leitura deste trabalho, chamaremos essas duas plantas oficiais, respectivamente, de Planta de Térreo e Planta de Pavimento-tipo. A título de informação, a parte B foi registrada em 10 de maio de 1968, com a SCS-PR 1/2.

Além dessas plantas, compõem a legislação-projeto referente ao Setor as pranchas SC-S CE 1/1, 2/1, 3/1, 5/1, 6/1 e 7/1. Tratam-se de desenhos-gabarito denominados “Código de Edificações de Brasília - CE” que trazem, por meio de plantas baixas e cortes longitudinais e transversais, determinações das tipologias a serem adotadas para cada

14 Posteriormente, outras plantas foram registradas, alterando alguns lotes e projeções do SCS pontualmente. Entretanto, consideramos que as modificações foram pouco expressivas em relação à concepção e à essência do projeto urbanístico que foi delineada pelas plantas PR SCS-2 2-8 e SCS-2 3-10. Por permanecerem como referências fundamentais, serão as consideradas neste trabalho. Como anexo a esta dissertação, incluiremos uma imagem da página do dossiê de registro da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap) em que constam as demais plantas de projetos registrados e as alterações que elas trouxeram. O rol dos projetos traz em destaque: a data em que o projeto foi a registro, o que foi feito ou alterado por meio de cada projeto e o número ou nome da planta. sugerimos consulta também ao trabalho de levantamento das alterações que consta na dissertação de Julyana Sangaleti Pinheiro, de 2018, cuja referência completa consta na bibliografia.

parte do Setor. Em outras palavras, consistem em uma espécie de molde a ser seguido. Neles, há descrição de altura máxima, número de pavimentos, dimensões de galerias, pés-direitos, entre outros. As pranchas CE obtidas junto à base de dados da SEDUH datam de 7 a 9 de dezembro de 1966.

O arcabouço normativo principal para o SCS completa-se pelo Decreto “N” nº 596, de 8 de março de 1967, que traz o rol de atividades permitidas, e pela GB 0001/1, datada de 20 de agosto de 1982, que disciplina sobre a utilização e ocupação das coberturas dos edifícios do Setor. Por ora, nos limitamos a fazer esse breve apanhado do projeto da década de 1960, que trabalharemos melhor mais adiante neste capítulo. A seguir, tentaremos traçar uma linha do tempo para narrar a ordem em que a proposta desse projeto urbanístico se consubstanciou e investigar a questão de sua autoria.



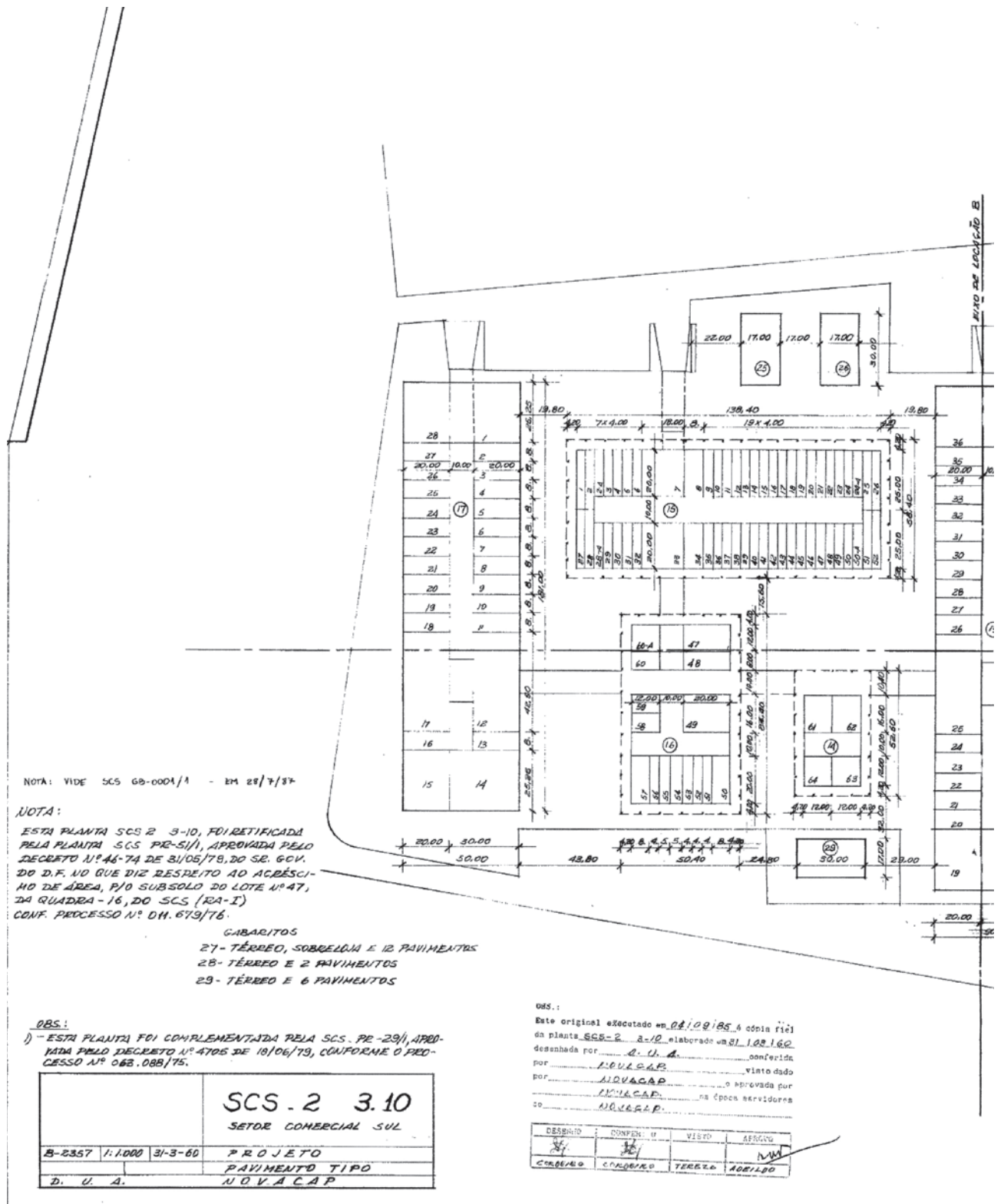
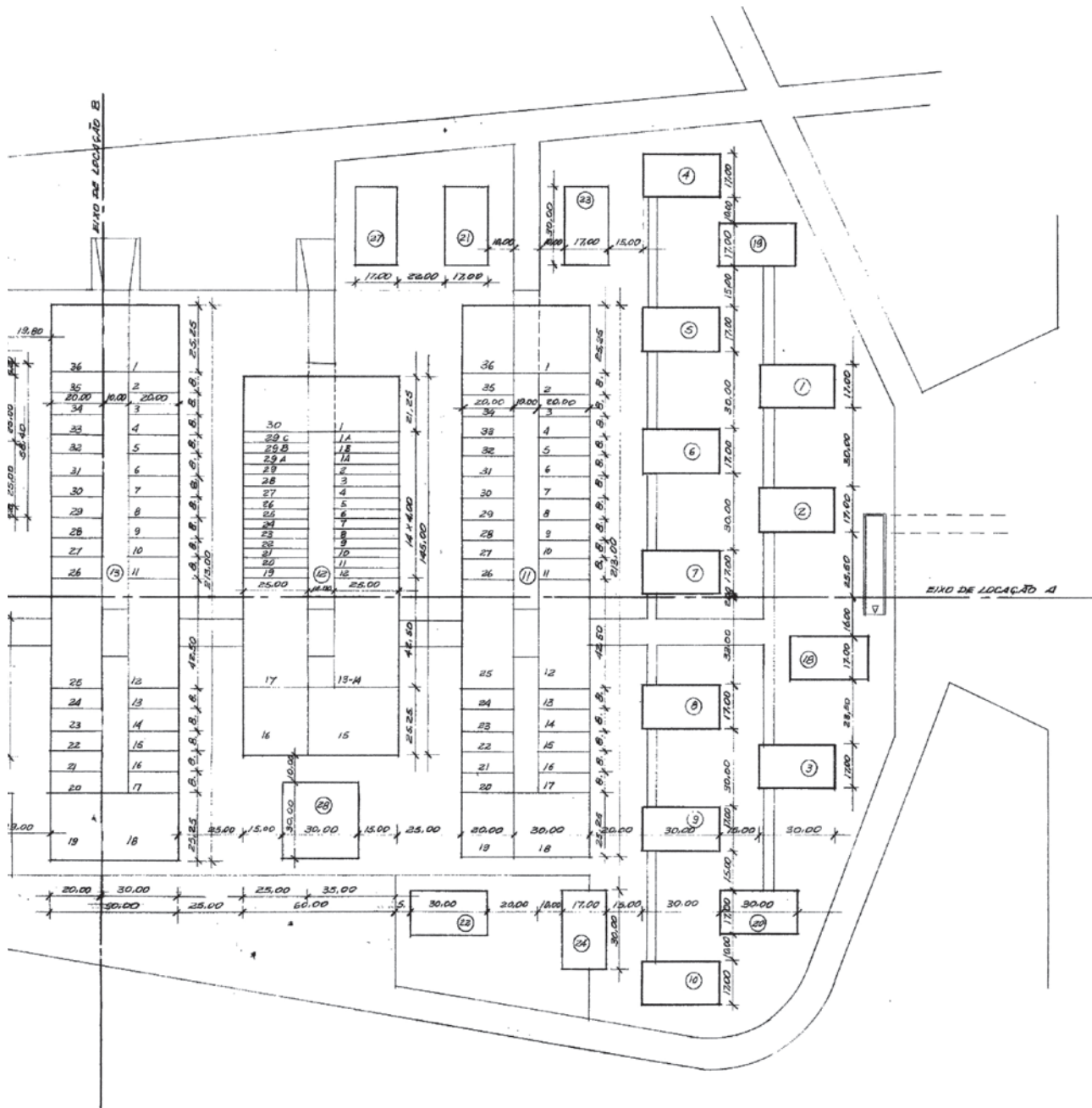


Figura 1.10: Projeto urbanístico do SCS - Planta de Pavimento-tipo (SCS-2 3-10)
Fonte: Sítio eletrônico do Sistema de Documentação Urbanística e Cartográfica (SISDUC) - Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH)



MUDANÇAS NO PROJETO E A QUESTÃO DA AUTORIA

Assim, para este capítulo, tentamos reconstruir a trajetória que leva do RPPB até esse projeto da década de 1960 - aí considerados Plantas, CE, Decreto “N”. Na identificação das primeiras alterações no SCS, começamos pela investigação do trabalho de “série histórica”, contido na dissertação de Leitão (2003, p. 19). Resumidamente, o autor identifica, nessa série, quatro plantas: A) Plano Piloto de Brasília - PPB, de Lucio Costa, apresentada no Concurso de Projetos para a Nova Capital do Brasil, em março de 1956; B) Planta B sem data e sem autoria, publicada em jornal de circulação local, por ocasião dos 40 anos de Brasília (fig. 1.11); C) Planta a que Yves Bruand denomina de “Plano Piloto de Brasília. 1957. Plano Definitivo” (Arquitetura Contemporânea no Brasil, p. 360) (fig. 1.12); D) PPB “em desenvolvimento”. 06.02.1960, encontrada em Tafuri & Dal Co (Modern Architecture. V. 2, p. 350) (fig. 1.13).

Das quatro, a princípio, nos interessaria a planta C (fig. 1.12), de Bruand, em que o centro urbano apareceria, já em 1957, com a configuração, se não idêntica, muito próxima à atual. Isso nos indicaria que logo no início da construção de Brasília se viu a necessidade de alterar o SCS. Contudo, Leitão faz um alerta acerca dessa planta, que, acredita, destoa do trabalho historiográfico meticuloso de Bruand ao longo do livro, uma vez que não referencia a fonte de onde obteve o desenho.

É interessante reparar que, mesmo diante do extenso registro do nascimento do Plano Piloto em fotografias e textos, nem todos os setores contaram com a mesma diligência. Alguns projetos emblemáticos, em particular de arquitetura, foram rigorosamente documentados, ao passo que outros, não. O SCS, no que tange ao projeto urbanístico, enquadra-se nesse segundo caso. Por isso, narrar o processo de projetar o Setor em si desde seu início não é tarefa das mais fáceis. Assim, embora os edifícios isoladamente não sejam particularmente de nosso interesse, fomos investigá-los na tentativa de dar outro passo para corroborar a data da planta de Bruand e as informações contidas nos CE. A investigação das construções no SCS por meio dos jornais, das fotografias do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) e da Revista Brasília também revelou sequência incompleta de sua conformação.

A primeira vez que o nome “Setor Comercial Sul” aparece nos registros do jornal *Correio Braziliense* data de 17 de julho de 1960 (fig. 1.14), em matéria curta intitulada: “Pedra Fundamental do Edifício ESOL: hoje”^[15].

15 PEDRA fundamental do Edifício ESOL: hoje. *Correio Braziliense*, Brasília, 17 jul. 1960. Edição nº 75, p. 6. [Ocorrência nº 1]

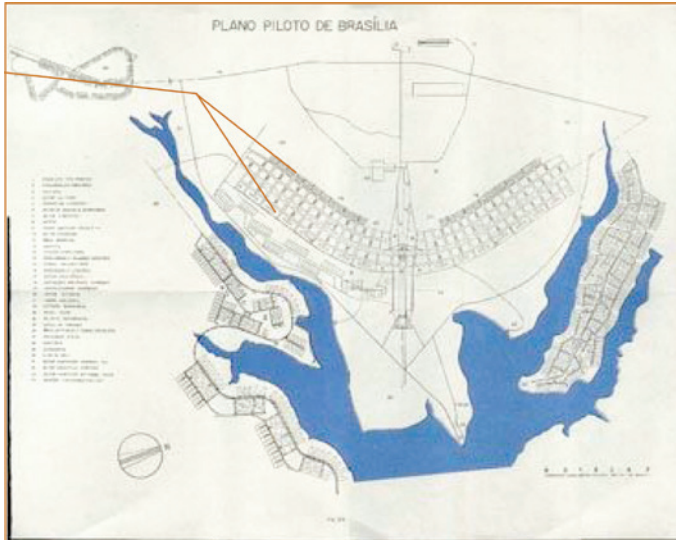


Figura 1.11: B) Planta B sem data e sem autoria, publicada em jornal de circulação local, por ocasião dos 40 anos de Brasília
Fonte: Recortada da dissertação de Francisco Leitão, p. 19

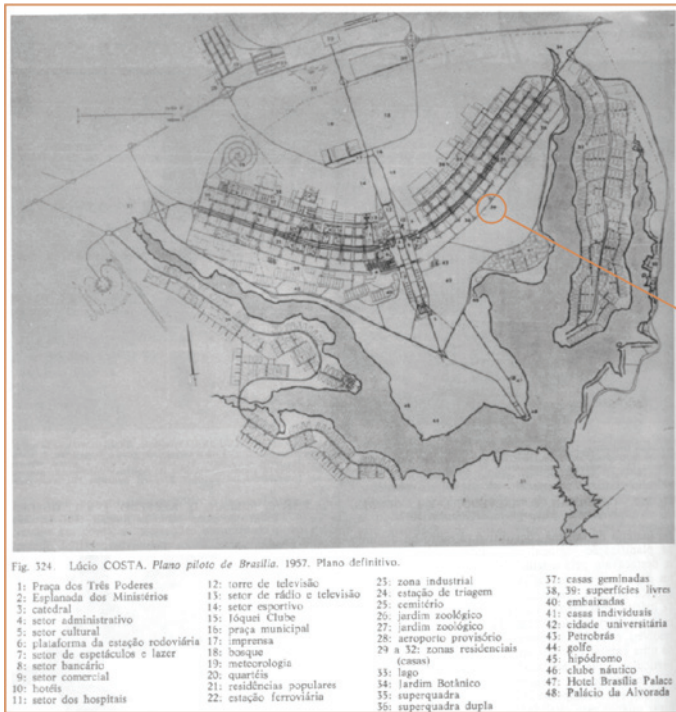


Figura 1.12: C) Planta a que Yves Bruand denomina de “Plano Piloto de Brasília. 1957. Plano Definitivo”
Fonte: Recortada da dissertação de Francisco Leitão, p. 19

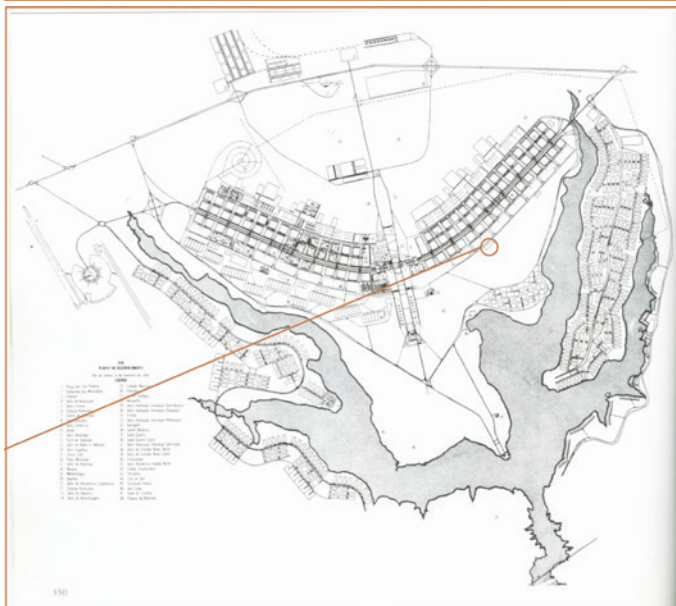


Figura 1.13: D) PPB “em desenvolvimento.06.02.1960, encontrada em Tafuri & Dal Co.
Fonte: Recortada da dissertação de Francisco Leitão, p. 19

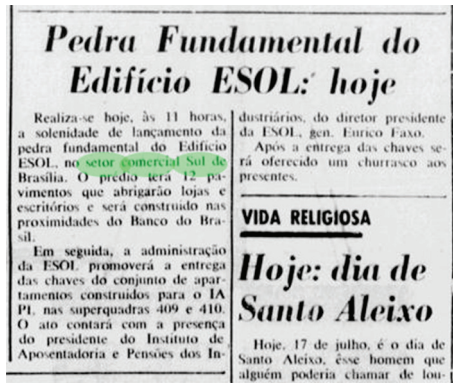


Figura 1.14: Primeira menção ao Setor Comercial Sul no Correio Braziliense, em 17 de julho de 1960
Fonte: Correio Braziliense (PEDRA..., 1960).



Figura 1.15: Propaganda de 1961 de venda de unidades em edifício na atual quadra 6. Na perspectiva do edifício observa-se o mesmo padrão tipológico dado pelo CE 2/1, publicado apenas em 1966
Fonte: Correio Braziliense, Brasília, 31 jan. 1961. Edição nº 238. [Ocorrência nº 10]

O fato de a data ser posterior às das plantas oficiais pouco auxilia a montagem de nossa linha do tempo. Mas, deparamos com propaganda^[16], data de 31 de janeiro de 1961 (fig. 1.15), de prédio na atual quadra 6 (mais próxima à via W3), em que pudemos corroborar visualmente o padrão do CE.

As primeiras fotos levantadas junto ao ArPDF, por sua vez, são ainda posteriores: datam de 7 de abril de 1963. Nelas, é possível verificar alguns edifícios prontos na quadra 1 e algumas inserções nas atuais quadras 2 e 4^[17], seguindo o padrão das plantas de Térreo e de Pavimento-tipo e dos CE (o que nos interessa por nos trazer um novo olhar sobre os CE, de 1966). Com efeito, o registro fotográfico mais antigo que logramos localizar consta no nº 50-52 da Revista Brasília, edição comemorativa do primeiro aniversário da capital, 21 de abril de 1961. Nela, é possível distinguir, possivelmente, os dois primeiros edifícios do SCS a serem erigidos, ambos na quadra 1 (fig. 1.16).

Citamos também o exemplar nº 15 da Revista Brasília, datado de março de 1958. Na página 9, consta uma planta (fig. 1.17, com data de elaboração impossível de precisar) diferente das quatro plantas mencionadas na dissertação de Leitão. No que tange ao SCS, contudo, vemos que ele permanece desenhado tal qual no RPPB. Imaginando uma linha do tempo entre essas cinco plantas - baseada somente no quanto o desenho do Plano Piloto encontra-se mais ou menos elaborado -, a planta da Revista Brasília estaria entre A e B. Portanto, com base na cronologia de Leitão, teria sido elaborada anteriormente a 1957 (já que não consta data de B, consideraremos a data de C). Assim, ainda que reste inconclusivo, podemos supor que, se a alteração quanto ao SCS já havia sido pensada até

16 Localizamos outra propaganda, do Edifício Bernardo Sayão, na atual quadra 4, datada de 23 de agosto de 1960 (**Correio Braziliense**, Brasília, 23 ago. 1960. Edição nº 106, capa. [Ocorrência nº 3]). Entretanto, este anúncio não apresenta croquis ou desenhos de modo que possamos analisar a tipologia em relação ao CE.

17 A numeração das quadras será objeto de melhor explicação ainda neste capítulo, quando nos debruçarmos sobre o projetado, na década de 1960, e o construído.

março de 1958, ela ainda não havia sido amplamente divulgada ou mesmo oficializada, haja vista que não consta no exemplar.

Embora o SBS não seja objeto deste trabalho, achamos pertinente apontar que este setor desde logo passou também por mudança em comparação ao que estava expresso no texto e no desenho do RPPB. E, a ampla publicidade que o novo projeto ganhou nos fez olhar novamente para a linha do tempo das plantas levantadas por Leitão. Já no número 11^[18] da Revista Brasília, edição datada de novembro de 1957, estampam capa e contracapa, duas fotos de Mário Fontenelle de uma maquete de estudo preliminar para o SBS, em cuja legenda se lê: “Maquete do setor comercial e bancário. Projeto de Oscar Niemeyer”.



Figura 1.16: edifícios JK e ESOL em construção (com o edifício do Hospital de Base ao fundo)
Fonte: Revista Brasília, nº 50-52, p. 19, 21 abr. de 1961.

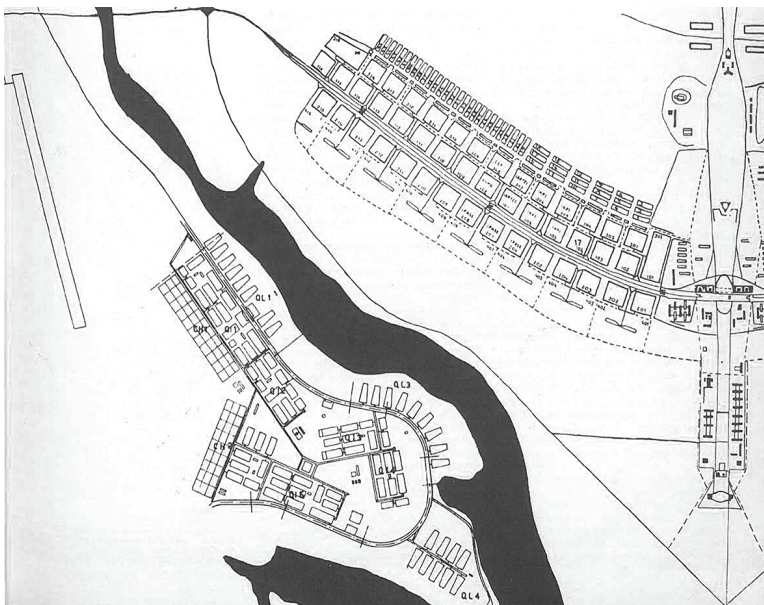


Figura 1.17: Planta do Plano Piloto alterado
Fonte: Revista Brasília, ano 2, nº 15, p. 9, mar. de 1958.

18 No número 11 da Revista Brasília, aparecem uma foto da maquete vista de cima e outra vista de lado, simulando o olhar do nível do pedestre. Novamente, apareceram registros dessa maquete, desta vez sob outro ângulo, com uma foto aérea lateral. É esta mesma fotografia que estampa a última página dos nº 18 (de junho de 1958) a 23 (de novembro de 1958), associada a uma propaganda em que se lê: “Adquira seu terreno em Brasília. Nos setores residenciais, comerciais bancários e na zona hoteleira”.

Em primeiro lugar, o fato de esse estudo ter sido publicizado em uma edição datada de 1957 nos faz ponderar a possibilidade de que o centro urbano - e não apenas a área bancária - estivesse em processo de reformulação já nesta época. Isso, por sua vez, nos faz considerar a perspectiva de que a data da Planta C, de Bruand, também de 1957, pudesse ser corroborada. Ora, se para o futuro SBS já havia novos planos bastante distintos dos que constavam no RPPB em novembro de 1957, é plausível imaginar que para o futuro SCS também já houvesse. Por fim, outra conjectura que podemos extrair da repetição reiterada desta maquete é que o projeto para o SCS não tenha sido elaborado por alguém com tanto renome ou protagonismo, como Oscar Niemeyer e Lucio Costa. Caso contrário, analogamente ao que se passou com o futuro SBS, é de se supor que tivesse recebido destaque ao menos na mídia institucional da Novacap, a Revista Brasília, o que, de acordo com nossa pesquisa, não ocorreu. Outra peça deste quebra-cabeça que sugere que o projeto do SCS seja anterior a 1960 foi encontrada também na Revista Brasília. Na edição nº 28, de abril de 1959, p. 20, consta tabela (fig. 1.18) em que se lista a venda de 19 lotes no SCS, iniciada em março de 1958. Nesse sentido, é de se supor que, se os lotes estavam sendo vendidos, já se sabia como eles seriam.

Por fim, motivadas pelas fotografias, fomos procurar, também, os alvarás de construção e as cartas de habite-se para o SCS, que constam nos arquivos da atual SEDUH. É interessante notar que para a quadra 1, a primeira a estar mais consolidada, não foram localizados alvarás de construção para as obras iniciais dos blocos^[19], apenas cartas de habite-se (e, mesmo assim, nem para todos os edifícios). Imaginamos que isso se deva, majoritariamente, ao fato de que a construção de Brasília demandava que tudo transcorresse de maneira expedita, considerando o tempo exíguo para a inauguração da Capital, de modo que boa parte das construções se faziam apenas com um visto da Novacap em pranchas. Junto aos arquivos da SEDUH, a primeira carta de habite-se (sem as devidas assinaturas) emitida para o SCS que foi possível localizar data de 17 de abril de 1961 (fig. 1.19). Trata-se do habite-se de nº 113, relativo ao SCS lote 3, que se refere, justamente, ao edifício em primeiro plano na foto acima, o edifício JK.^[20]

Note-se um detalhe: a carta de habite-se data de três dias antes do registro cartorial do Memorial de loteamento do Setor (lembremos, ocorrido em 20 de abril de 1961, por meio das Plantas de Térreo e Pavimento-tipo). Em outras palavras, o habite-se foi emitido dias antes de o lote existir oficialmente. Isso é indicativo, a nosso ver, de que o fluxo procedimental ficava em segundo plano, imaginamos, diante da determinação de inaugurar a Nova Capital no parco tempo previsto. Uma decorrência disso é a dificuldade

19 Junto à Coordenação de Licenciamento de Obras da SEDUH, foi encontrado apenas um único alvará de construção (AC nº 0258/84), de regularização do acréscimo relativo à escada de emergência da projeção 10, datado de 25 de abril de 1984.

20 A título de curiosidade, já à época denominado Edifício JK, dado em homenagem ao presidente, o prédio permanece com esse nome. O edifício JK correspondia ao lote nº 3 do SCS, que, hoje, recebe o endereço predial: SCS Quadra 1 Bloco D.

em se precisar o tempo e a ordem dos acontecimentos, que não seguem, necessariamente, a ordem esperada, o que dificulta a montagem da sequência de eventos.

Vendas de terrenos

Últimamente os trabalhos preliminares de topografia e levantamento cadastral, iniciou a Novacap, em março de 1958, a venda de lotes dos diferentes setores do Plano-Piloto. A operação obteve a melhor receptividade por parte do público e proporcionou à Novacap uma receita, até 31/12/58, no montante de Cr\$ 1.570.367.739,30, correspondente ao valor de 3.488 lotes vendidos. A discriminação destas vendas por setores é a seguinte:

Setores	N.º de lotes	Valor dos lotes
Shi-sul	1.423	357.239.066,00
Shi-norte	581	167.314.000,00
Scr-sul	512	126.071.809,70
Scl-sul	446	94.247.380,40
Sbs	25	242.776.438,40
Sbn	6	25.700.000,00
Sqd-sul	7	9.300.000,00
Sq-sul	155	493.800.000,00
Shs-sul	3	4.800.000,00
Scs	19	8.780.000,00
Hp	310	39.739.044,80
Ms/pw-sul	1	600.000,00
Total	3.488	1.570.367.739,30

Figura 1.18: Venda de lotes no SCS
Fonte: Revista Brasília, ano 3, nº 28, p. 20, abr. de 1959.

DOCUMENTO MICROFILMADO

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL
DIVISÃO DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS

Nº.113, Brasília, 17 de abril de 1961

-AUTORIZAÇÃO DE "HABITE-SE"-

O "Habite-se" do prédio construído no lote nº.3 do S.C.S.-sul, de propriedade da CONSTRUTORA ADOLPHO - LINDENBERG LTDA., foi autorizado nesta data, com aprovação do Sr. Engº. Chefe da D.L.F.O., conforme processo nº.5050/61, ficando para posterior solução a numeração definitiva do referido prédio.

Mário Daza
Arq. Res. P/Serviço de Fiscalização
de Obras e Posturas

Visto
Data Supra

Engº. Inácio de Lima Ferreira
Chefe da Div. de Licenciamento
e Fiscalização de Obras

AUTORIZO:

0159

Figura 1.19: Primeira carta de Habite-se
Fonte: Coordenação de Licenciamento SEDUH

A última frente de investigação no que tange à questão da autoria do projeto de 1960 foi ensejada pelas próprias pranchas do projeto, em cujos carimbos consta menção à Novacap. Não raro, encontramos referências aos projetos dos setores e quadras de Brasília associados ao nome de Lucio Costa. Dado o escasso tempo para que se construísse Brasília, entretanto, é esperado que o trabalho fosse dividido por outros profissionais. Nesse sentido, ganha relevo a figura da Novacap, por meio da Divisão de Urbanismo e Arquitetura.

As principais controvérsias sobre o detalhamento do PPB dizem respeito à autoria, ocasião e seqüência temporal das modificações nele introduzidas. Ainda que a concepção geral de Brasília seja inquestionavelmente de Lucio Costa e que esteja indelevelmente inscrita no arcabouço construído, é relevante compreender melhor qual o caráter de sua participação no detalhamento do seu próprio projeto e qual o nível de intervenção dos demais profissionais envolvidos. (LEITÃO, FICHER, 2010, p. 99)

Costa esteve presente junto à equipe do Rio de Janeiro, em particular com Augusto Guimarães Filho, este à frente do Departamento de Urbanismo (D.U.). Ao passo que, em Brasília, o Departamento de Arquitetura (D.A.) teve por figura central o arquiteto Nauro Jorge Esteves, ambos vinculados à Divisão de Urbanismo e Arquitetura (D.U.A.). É possível conjecturar que tenha havido participação ativa de Esteves, como indica Cristiana Garcia (2004). Em sua dissertação, Garcia cita o inventário de plantas assinadas por Esteves que está presente na dissertação de Leitão (2003). Segundo ela, este autor:

(...) identificou dezessete plantas que se atribuem a Nauro Esteves: ‘São plantas que percorrem o período de 1958 a 1964 e se referem, exceto duas delas, a superquadras das Asas Sul e Norte. Além da expressiva quantidade de plantas a ele atribuídas, registre-se que consta o visto de Nauro Esteves em 82 plantas, dentre as 308 cadastradas’ [Leitão, 2003, p. 70]

Além dessas, existem 122 plantas aprovadas com a sigla D.A. ou D.U.A., portanto por Nauro Esteves (...) (GARCIA, 2004, p. 62-63)

Garcia, por sua vez, chega a afirmar que esse quantitativo é muito inferior à quantidade real de projetos dos quais ele participou. Para ela, “(...) fazer o inventário das plantas urbanísticas em que Nauro Esteves teve participação seria fazer o inventário de todas as plantas de Brasília até 1968, quando deixou o cargo de Coordenador de Arquitetura e Urbanismo da SVO/PDF” (GARCIA, 2004, p. 63). Nesse mesmo sentido, de apontar a participação de Esteves mesmo em situações em que não há registro direto de seu envolvimento, fazemos alusão a depoimento do próprio arquiteto:

Olha, de 1956 a 1968-69, doze anos por aí, quando eu deixei a NOVACAP, nada nessa cidade deixou de passar pela minha mão, que se referisse a urbanismo ou arquitetura. Tudo, tudo. Porque eu sempre fui o coordenador de arquitetura e urbanismo, com diversos nomes, sempre fui eu. Sempre, desde o primeiro dia até eu sair. Então os projetos sempre eram aprovados por mim. Os da iniciativa privada e os do governo, eram todos visados por mim, porque eu era o coordenador. Então, todos passaram na minha mão. (ESTEVEVES. Depoimento – Programa de História Oral. Brasília, ArPDF, 1989. 40p.)

Aliás, lembramos que a importância da Novacap no contexto de efetivação da Nova Capital é ímpar. Não só no que diz respeito a projetos e obras, mas também, não nos esqueçamos, como artífice em promover a campanha mudancista^[21]. A Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap) foi criada com base na Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, que dispunha sobre a mudança da Capital Federal. O artigo 2º^[22] desta autorizou o Poder Executivo a tomar providências para a construção da futura capital, dentre elas, criar a Novacap, cujas atribuições foram determinadas nos artigos seguintes da mesma lei. A título de curiosidade, a Revista Brasília, como anunciam as primeiras linhas, do primeiro exemplar, de janeiro de 1957 “aparece em consequência do art. 19 da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, que estatui para a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) a obrigatoriedade de divulgar mensalmente os atos administrativos da Diretoria e os contratos por ela celebrados”. (Revista Brasília, nº 1, p. 1, jan. de 1957)

Contudo, parece-nos que a noção de autoria, por diversas vezes, não esteve na ordem do dia daquele órgão. Corroboramos esta afirmação o próprio inventário de Leitão (2003), em que se demonstra que, em diversas plantas aprovadas, constava apenas D.A. ou D.U.A. De fato, podemos dizer que as Plantas de Térreo e de Pavimento-tipo do SCS são também exemplos disso. Na Nota 2 da primeira, consta:

Este original, elaborado em 17/04/84 é cópia fiel da planta SCS-2 2-8 elaborada em 30/03/60 cujas, (sic) assinaturas dos técnicos responsáveis pelo projeto, conferência e visto, (sic) não constam da planta e cujas assinaturas de desenho e aprova, (sic) não foi possível serem identificadas, (sic) técnicos esses na época servidores da COAU SVO P.D.F.

Já no carimbo de observações da planta de pavimento-tipo, lê-se: “Esse original executado em 04/09/85 é cópia fiel da planta SCS-2 3-10 elaborada em 31/03/60 dese-

21 Para saber mais sobre o papel fundamental que a Novacap teve na construção imagética do convencimento mudancista da capital, sugerimos consulta à tese de doutorado de Luisa Videssot: “Narrativas da construção de Brasília: mídia, fotografias, projetos e história”, de 2009.

22 Os artigos 2º a 27 e 29 a 32 foram, posteriormente, revogados pela Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972. Dentre outras providências, esta Lei autorizou o desmembramento da Novacap, mediante alteração de seu objeto e constituição da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap).

nhado por D.U.A. conferida por NOVACAP visto dado por NOVACAP e aprovada por NOVACAP na época servidores do NOVACAP”.

Após extensa investigação não foi possível confirmar o envolvimento de Nauro Esteves ou mesmo atribuir a uma pessoa - ou grupo específico de pessoas - as decisões projetuais. Uma vez que não pudemos fixar a autoria ou afirmar com certeza a coordenação do projeto de 1960, nossa busca nesse sentido mostrou-se insuficiente para revelar novos elementos sobre o projeto do Setor.

Apesar dos indícios encontrados, não localizamos outra planta do Setor desenhado com forma mais próxima da consolidada. Dado o rigor metodológico, damos como marco mais antigo verificável da mudança no projeto a Planta D, fornecida em Tafuri & Dal Co, datada de 6 de fevereiro de 1960 - embora outros elementos corroborem que a mudança tenha sido anterior. De todo modo, a Planta oficial mais antiga (a de Térreo) data de 30 de março de 1960 e os registros fotográficos oficiais (fig. 1.20) colocam o SCS com ao menos um exemplar consolidado em cada uma das quadras (de modo que se confirmam os gabaritos estipulados pelas CE, de dezembro de 1966) apenas em 1968.

Assim, para encerrar a questão da autoria, alinhamos-nos à visão Leitão e Ficher quanto a trajetória de concretização não só do SCS, mas também do Plano Piloto de Brasília:

(...) a transposição do PPB para a realidade física - mesmo que resultando em um artefato com inegáveis correspondências com o risco original de Costa, no qual se fazem presentes a capacidade de síntese e força do traço de seu admirável autor - determinou uma configuração urbana para a qual contribuíram outros fatores e na qual se fizeram presentes intervenções de outros indivíduos e grupos. Em uma conjuntura política e social bem determinada, a sua efetiva construção foi possibilitada graças a um respeitável corpo técnico e à labuta das imensas levas de migrantes que deixaram seus rincões acreditando na possibilidade de uma vida melhor. (LEITÃO, FICHER, 2010, p. 99)

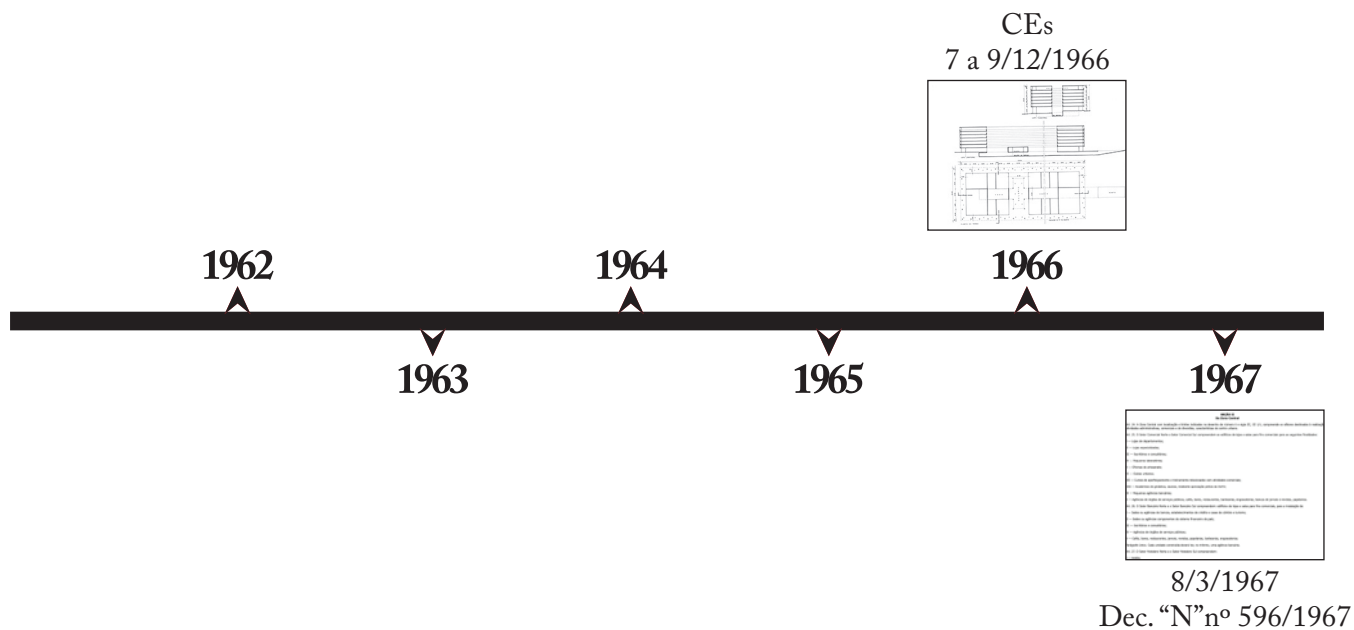
Essa trajetória nos mostra a necessária reflexão no que tange à ideia de preservação do plano original como sinônimo de proteger o CUB: é preciso ter em conta que o desenho original do plano-piloto, vencedor do concurso para a nova capital, não é idêntico ao Plano Piloto que fora inaugurado em 1960, embora esteja refletido na cidade contemporânea e em uso que é Brasília hoje. Nesse sentido, já adiantando parte de nossas conclusões, supomos que os projetos de revitalização partem da mesma lógica que pautou a alteração de plano a projeto para o SCS já no início da construção de Brasília, qual seja: a compreensão clara de quais elementos compõem a essência e a força do plano e a mudança como processo inerente à dinâmica das cidades e como meio de dar respostas ao seu constante processo de construção e transformação.



Figura 1.19: Situação construtiva de cada quadra, mesmo padrão dos CE, dez. 1968
Fonte: ArPDF (003007_SCS_GF_7_6_C_2)

LINHA DO TEMPO DO PROJETO URBANÍSTICO - 1956 a 1967

Linha do tempo esquemática sobre a ordem em que a proposta do projeto urbanístico se alterou.



O SCS PROJETADO E O CONSTRUÍDO



Figura 1.21: Planta de Térreo, com lotes 21, 27, 28 e 29 da Planta de Pavimento-tipo em destaque
Fonte: Elaborada pela autora com base nas plantas oficiais

Deixando para trás a questão da autoria, voltamo-nos para ler o projeto de 1960, investigando os elementos que o compõem, e narrar transformações que se deram de plano, a projeto, à cidade. A tentativa aqui é de separar as noções do que fora projetado - representado *a priori* pelo projeto urbanístico da década 1960, composto das Plantas de Térreo, SCS-2 2-8 (fig. 1.9) e de Pavimento-tipo, SCS-2 3-10 (fig. 1.10), pelo Decreto “N” nº 596/1967 e pelos SCS CE 1/1 a 7/1 (fig. 1.28 a 1.33) - diante do que foi construído, deixando claros um e outro na nossa narrativa. Contudo, na história que leva do projeto à cidade, também deparamos com desafios. Em uma cidade planejada, os elementos de projeto e a materialização da cidade estão profundamente imbricados e se retroalimentam. Por isso, optamos por narrá-los de forma conjunta, mantido o intuito de identificar um e outro. Para contar o construído, terá papel expressivo a presença dos achados nos jornais e as visitas de campo. Guiaremos a leitura do projetado pelas pranchas dos projetos e pelos elementos trazidos por elas e alterados ou incluídos na materialização do Setor.

Chamamos atenção para um detalhe importante que interfere na leitura: ao contrário do RPPB, o projeto de 1960 não conta com memorial descritivo. Como verificamos na análise do primeiro, muito pode ser depreendido do texto, tanto no que tange a propostas quanto no que diz respeito a intenções de projeto. Assim, no exame do segundo, reconhecemos estar mais propensas a inferências acerca das decisões projetuais. Entre-

tanto, buscaremos pautar nossas suposições no desenho e nos valores que permeavam a arquitetura daquela época. Um destes, já destacamos, era o profundo respeito ao RPPB e a agência no sentido de manter o máximo de fidelidade ao traço original do plano-piloto.

Chamamos atenção para o fato de que embora as datas de confecção que constam em uma e outra Planta sejam oficialmente separadas por apenas um dia (encontram-se datas de 30 de março de 1960 no carimbo da Planta de Térreo, e de 31 de março de 1960, na de Pavimento-tipo), elas contêm diferenças inesperadas e importantes. E, não somente porque disciplinam pavimentos diferentes, como sugerimos até aqui, mas também porque há elementos que estão presentes em uma e ausentes na outra. Referimo-nos, principalmente, aos blocos 27 a 29, que existem apenas na Planta de Pavimento-tipo, e ao bloco 21, que se apresenta de maneira bastante diferente entre uma e outra Planta. Nota-se, também, que a presença do bloco 29 impacta as áreas de calçadas e possíveis áreas de estacionamento previstas em seu entorno imediato (fig. 1.21). Novamente, fazemos remissão ao Dossiê de Registro da Terracap. Consoante essa listagem, o Memorial de Loteamento do SCS foi registrado em 20 de abril de 1961, por meio de ambas as Plantas. Tratam-se, portanto, de duas plantas válidas. Contudo, cria-se uma situação jurídica inviável. Não nos foi possível identificar o porquê das diferenças entre as Plantas, mas podemos imaginar, tendo por base o padrão morfológico presente no restante do SCS, que estaríamos diante de três edifícios em altura, que não se efetivaram. De todo modo, verifica-se, no construído, a prevalência da Planta de Térreo (fig. 1.9 e 1.21).

Como já mencionamos, outros elementos normativos que compõem o arcabouço do projeto completo da década de 1960 são desenhos denominados Código de Edificações de Brasília (CE). Os CE contêm desenhos de plantas baixas e cortes. Neles, estão determinadas as tipologias a serem seguidas em todo o SCS. Em outras palavras, as soluções das volumetrias dos blocos - elementos fundamentais deste projeto - estão contidas neles. Os CE que tratam do SCS são os SCS CE-1/1, 2/1, 3/1, 5/1, 6/1 e 7/1. Em seus carimbos, constam datas de elaboração que variam entre 7 de dezembro de 1966 a 9 de dezembro de 1966. Comparando essas datas com outros elementos que já trouxemos, como a figura 1.15, e outros que aparecerão, como a figura 1.24, acreditamos que os CE não se tratavam efetivamente de propostas normativas, mas sim que tenham sido fabricados - ou passados a limpo - como transcrição de uma realidade que já havia sido determinada. Lembremos, por exemplo, que a primeira carta de habite-se para o SCS, relativa ao edifício JK, na quadra 1, foi concedida em 17 de abril de 1961, anos antes, portanto, da formalização do CE 1/1 (que dá o padrão construtivo da atual quadra 1).

Dizemos isso, também, porque foi possível perceber, por meio de fotografias analisadas, que até dezembro de 1966 já havia certa consolidação do Setor, constando implantadas algumas das tipologias trazidas pelos CE. Na figura 1.24, datada de 29 de dezembro de 1966, é possível confirmar que a quadra 1 já estava bastante edificada. As

atuais quadras 2, 4 e 6, por seu turno, estavam começadas, com alguns edifícios que claramente remetem à tipologia dada pelo CE 2/1. Já as quadras 3 (CE 3/1) e 5 (CE 5/1, 6/1 e 7/1) ainda estavam vazias (fig. 1.22 e 1.24). Desse modo, acreditamos que os propósitos das pranchas CE tenham sido tanto o de firmar as tipologias a serem adotadas para completar o Setor quanto o de embasar a análise de modificações futuras, porque embora em planta já estivessem definidos os lotes, foi apenas nos CE que efetivamente passou a constar sua volumetria.



Figura 1.22: Quadra 1 com alguns edifícios e quadra pares pouco edificadas, datada de 7 de abril de 1963
Fonte: ArPDF (00240B_SCS_DF_7_6_C_11)



Figura 1.23: Alguns edifícios da quadra 1 e início da quadra 2, datada de 7 de abril de 1963
Fonte: ArPDF (00257_SCS_DF_7_6_C_2)



Figura 1.24: Quadra 1 cerca de metade construída. Quadras 2, 4 e 6 pouco edificadas, mas claramente com a tipologia igual ao CE 2/1. Quadras 3 e 5 vazias. Foto datada de 1966
Fonte: ArPDF (001363_SCS_FF_7_6_E_1)

LOTES, BLOCOS E QUADRAS: A ESTRUTURA GERAL

Analisando a Planta de Térreo e os CE, percebe-se que, quanto à tipologia de lotes, o SCS-A compõe-se, basicamente, de dois grandes tipos: blocos isolados (chamados nos CE de edifícios) e blocos de lotes geminados (que nos CE recebem o nome de quadras). Segundo a Planta de Térreo, haveria 19 edifícios (numerados de 1 a 10, 18 a 20 e 21 a 26) e 7 quadras (numeradas de 11 a 17), totalizando, portanto, 26 macrounidades ou blocos. Aqui, chamamos atenção para um detalhe importante: embora a Planta de Térreo tenha previsto, como já dito, 26 blocos, posteriormente, foi feita a junção das projeções 25 e 26 (resultando na projeção 25^[23]), por meio da PR 24/1, registrada em dia 18 de outubro de 1974. Desde então, o SCS permanece com 25 blocos.

No entanto, melhor do que a numeração de blocos prevista no projeto de 1960 para explicar a organização física do SCS é o atual endereçamento de quadras (de 1 a 6)^[24]. Fazemos um alerta muito importante para que não se confundam a nomenclatura de quadras que consta do projeto com as quadras do endereçamento atual. As quadras no projeto são aquelas que constam dos CE e equivalem ao que denominamos de blocos de lotes geminados. Já o endereçamento baseado nas quadras do construído foi definido *a posteriori* e tem por referência o sistema viário (de que trataremos logo à frente). É esta numeração que utilizamos até aqui neste trabalho e que continuaremos a usar, por compreender que ela facilita a leitura do Setor.

Cotejando Plantas, CE e construído^[25], vê-se que a correspondência entre a nomenclatura antiga e a nova se dá da seguinte forma.

- . atual quadra 1: edifícios 1 a 10 e 18 a 20 na CE 1/1^[26]
- . atual quadra 2: quadra 11 na CE 2/1; edifícios 21 a 24 na CE 1/1

23 Consoante o Dossiê de Registro da Terracap, a projeção 25 teve um acréscimo de área e foi transformada em lote 25 por meio da PR-31/1, registrada em 13 de julho de 1977. Posteriormente, o lote 25 passou por outra alteração: sua superfície foi ampliada de 2.655,00m² para 2.746,53m², pela URB 121/91, registrada em 19 de junho de 1997.

24 A lógica da numeração de todo o setor no projeto de 1960 era mais ou menos contínua e crescente, partindo do ERW sul até a via W3. O endereçamento foi alterado, passando para o padrão atual, em data que não foi possível precisar. Por compreender que o endereçamento atual de em quadras, numeradas de 1 a 6, simplifica a compreensão do setor, é este padrão de nomenclatura que utilizaremos.

25 Consta listagem diferente no artigo 81, § 2º do Decreto “N” nº 596/1967, a saber: “As projeções de 11 a 17 são subdivididas em lotes e os edifícios nelas construídos deverão formar conjunto homogêneo e, para tanto obedecer os gabaritos indicados nos seguintes desenhos: número 16, de sigla SC-S, CE 2/1 — para as quadras 11, 13 e 17; número 17, de sigla SC-S, CE 3/1 — para a quadra 12; número 18, de sigla SC-S, CE 4/1 — para a quadra 14; número 19, de sigla SC-S, CE 5/1 — para a quadra 15, e número 20, de sigla SC-S, CE 6/1 - para a quadra 16.” No entanto, acreditamos estar correta a correspondência entre blocos e CE feita no parágrafo desta dissertação. Além disso, chamamos atenção para a ausência do CE 4/1. Apesar de constar da listagem do art. 81, §2º, este CE não foi localizado e não consta no rol de legislação atinente ao SCS. E, vemos que a quadra 14 tem sua tipologia dada pelo CE 5/1.

26 De acordo com o carimbo do CE 1/1, este dá o gabarito dos edifícios de 1 a 10 e 18 a 20. Contudo, o artigo 81, §1º do Decreto “N” nº 596/1967, estendeu a mesma tipologia para os lotes 21 a 24: “§ 1º As projeções 1 a 20 e 18 a 24 destinam-se à construção de edifícios isolados que deverão obedecer ao gabarito indicado no desenho número 15 de sigla SC-S, CE 1/1”.

- . atual quadra 3: quadra 12 na CE 3/1
- . atual quadra 4: quadra 13 na CE 2/1
- . atual quadra 5: quadra 14 na CE 5/1; quadra 15 na CE 6/1; quadra 16 na CE 7/1^[27]
- . atual quadra 6: quadra 17 na CE 2/1

Assim, temos que a parte A do SCS, atualmente, divide-se em quadras, numeradas de 1 a 6 (a partir do Eixinho, em direção à via W3). A oeste da avenida W3, está o SCS-B, composto pelas quadras 7 a 9. As quadras são delimitadas por vias locais que cruzam o Setor no sentido norte-sul. Pode-se dizer que essa estruturação do endereçamento por quadras decorreu de uma apreensão bastante direta do projeto de 1960, no qual elas já estavam delineadas. Essa divisão foi reafirmada pela posição em que foram abertas as vias. Contudo, nem a atual numeração de quadras, nem as vias estavam definitivamente propostas no projeto. Não logramos precisar o momento em que foi assumida essa numeração, embora tenhamos identificado, pelos periódicos, que o novo endereçamento, baseado nas quadras 1 a 6, começou a aparecer, mais frequentemente, nas matérias, a partir de 1973^[28].

Cada uma das atuais quadras conforma uma espécie de quarteirão, delimitados pelas vias locais. Analisando o SCS com base nelas e nos lotes e blocos desenhados na Planta de Térreo, temos o seguinte arranjo. As quadras pares, 2, 4 e 6, são muito similares entre si, contendo blocos de lotes geminados quase idênticos. O conjunto principal dos edifícios que formam cada uma delas nos fornecem a leitura de um único grande bloco, que, em planta nos seis pavimentos superiores, produzem um átrio interno retangular. No perímetro externo do bloco, os pavimentos superiores projetam-se em cinco metros para além de térreo e sobreloja, criando, neste nível, uma galeria de circulação de pedestres externa circundando todo o perímetro do bloco. Nessa galeria externa, os pilares seguem modulação de 8 metros. Já na galeria interna central, distam 10,50 metros. Além disso, térreo e sobreloja são seccionados transversalmente, para criar uma outra franca galeria de pedestres, que atravessa todo o setor no sentido leste-oeste.

Esses blocos formam-se de uma sequência de lotes geminados, em regra, com quatro diferentes tamanhos. Em nível de térreo e sobreloja, em duas das quinas dos blocos, temos módulos de 15 metros por 20,25 metros; nas outras duas, lotes de 25 metros por 20,25 metros; no meio junto à galeria central, os lotes têm 15 metros por 12 metros; nos

27 De fato, examinando as Plantas de Térreo e de Pavimento-tipo juntamente com o CE 7/1, é possível depreender que há um erro no carimbo deste. Essa leitura é corroborada pela listagem do artigo 81, § 2º do Decreto “N”. De fato, o CE 7/1 disciplina a quadra 16, e não a quadra 20 (20 se refere, na verdade, ao número do desenho, ou seja, o próprio CE 7/1, conforme se lê no carimbo desta prancha).

28 LOJAS Americanas convidam Prates. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 mar. de 1973. Edição nº 4115A. [Ocorrência nº 1585]. Matéria curta intitulada sobre a presença do governador Hélio Prates e do coral do CEUB na inauguração das Lojas Americanas, na quadra 4.

demais lotes de meio, 15 metros por 8 metros. Nos pavimentos superiores, as dimensões que avançam para criar a galeria perimetral são acrescidas em 5 metros.

A diferença no comprimento dos lotes das extremidades do bloco equivale exatamente à largura do vazio (e da via de serviço). Isso ocorre porque um dos lotes em cada uma das pontas se projeta sobre a via de serviço, fechando a leitura visual do conjunto, como se fosse um lote isolado. Isso confere ao bloco a vantagem de possuir, como um lote isolado, quatro fachadas principais. Ao mesmo tempo, o miolo vazado para o qual se voltam os fundos dos lotes mantém a ventilação cruzada natural em todas as unidades imobiliárias. Apesar de serem apenas quatro tipologias de lotes, cria-se uma miríade de possibilidades para tamanhos de lojas e salas, uma vez que os lotes geminados podem ou não ser agrupados, o que dinamiza o conjunto.

A distinção entre as quadras pares dá-se por conta de dois elementos: existência ou não de blocos isolados, complementarmente ao bloco de lotes geminados; variação na maior extensão do bloco de lotes geminados, o que permite às quadras, por um lado, melhor se adequarem ao alargamento do trapézio, por outro, manter a espinha dorsal que é a galeria de pedestres central, no sentido leste-oeste. A nosso ver, tanto a posição, quanto a extensão desses blocos de lotes geminados e a presença da galeria de pedestres são elementos que foram apreendidos diretamente do RPPB.

As quadras 2 e 4 possuem blocos com lotes geminados de mesmo comprimento, conformado por 38 unidades imobiliárias em nível térreo, e se diferenciam pela existência, na quadra 2, de quatro lotes isolados, ao passo que não há lote para edifício isolado na quadra 4. Já a quadra 6 conta com o bloco de lotes geminados mais curto, com 30 unidades imobiliárias em nível térreo, e não possui lotes isolados. Nos blocos de lotes geminados, os quatro lotes das pontas pouco variam de uma quadra para outra (de fato, pequenas diferenças aparecem na Planta de Térreo, ao passo que, na Planta de Pavimento-tipo, eles se mostram idênticos). Assim, para conformar a galeria central, mantendo seu alinhamento, altera-se o número de lotes de meio entre as quadras 2, 4 e 6. Uma outra diferença que aparece nesses blocos entre as Plantas de Térreo e Pavimento-tipo diz respeito à linha de projeção das vias de serviço. Na de Térreo, apenas a via de serviço da quadra 2 está claramente demarcada; já na de Pavimento-tipo, as vias de todas as quadras pares aparecem visivelmente.

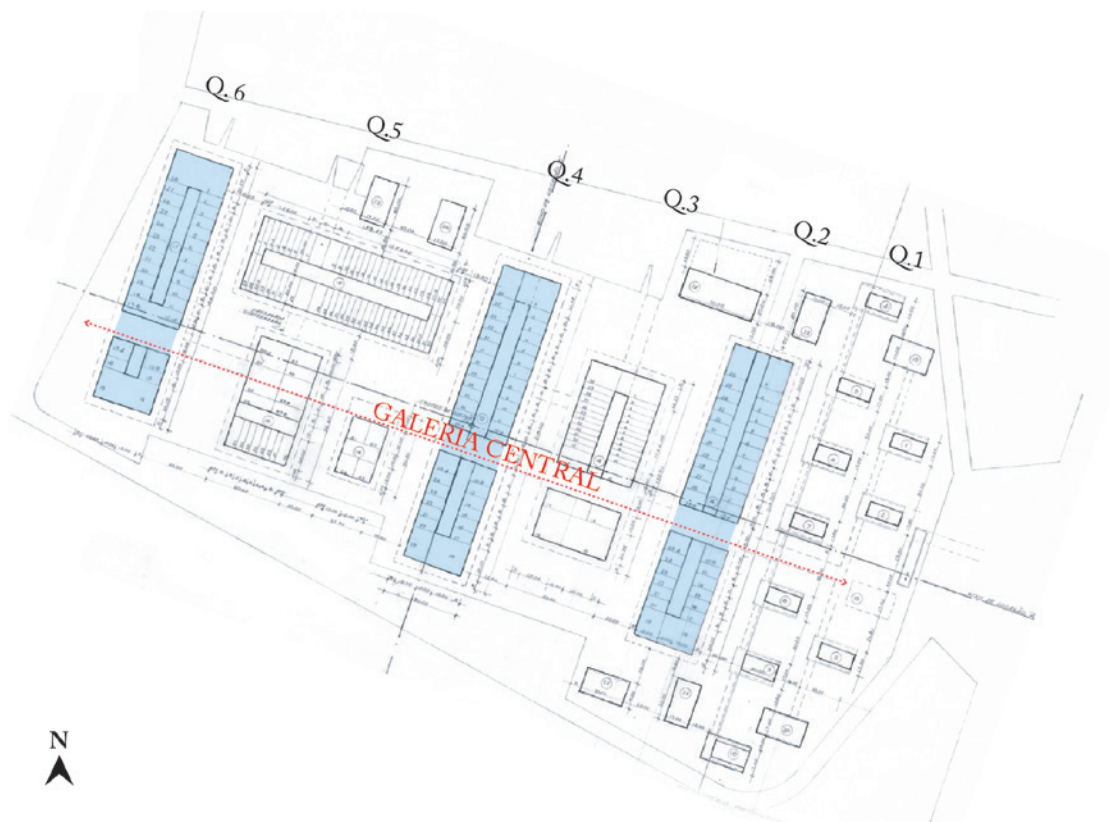


Figura 1.25: Blocos geminados das quadras pares e galeria de pedestres central em destaque
Fonte: Elaborada pela autora com base na Planta de Térreo

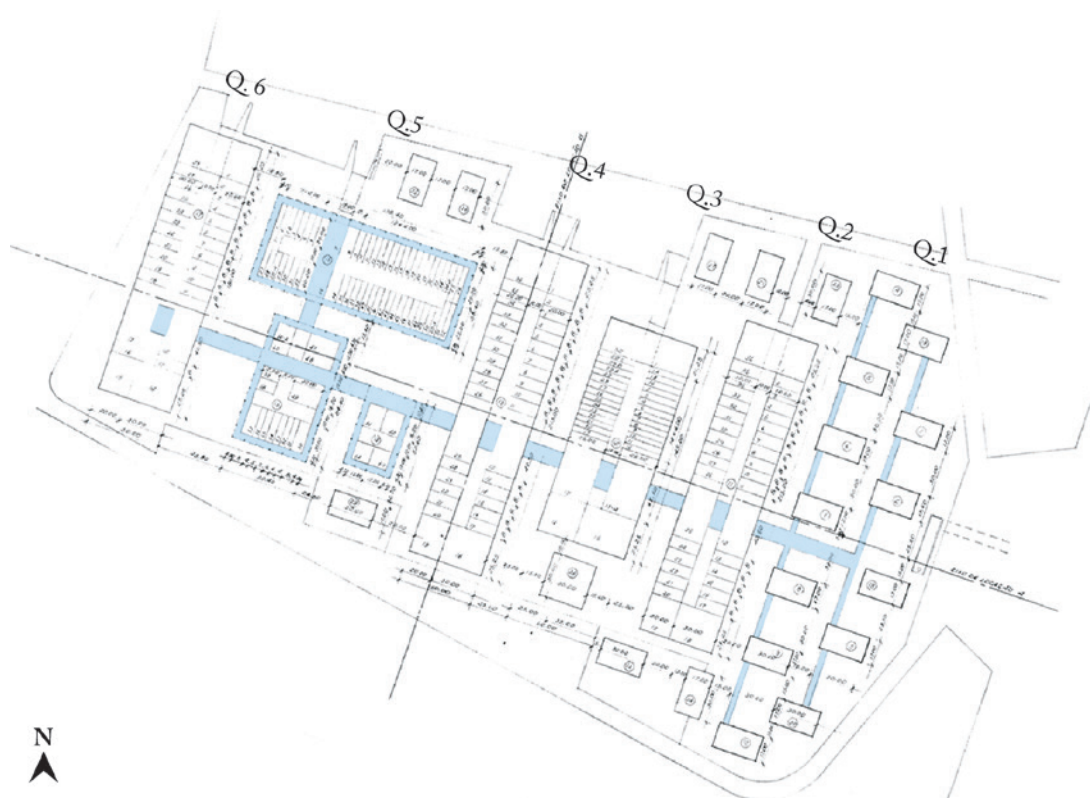


Figura 1.26: Planta de Pavimento-tipo com as marquises destacadas em azul.
Fonte: Elaborada pela autora com base na Planta de Pavimento-tipo

GALERIAS E MARQUISES: A CIRCULAÇÃO PROTEGIDA DO PEDESTRE

Um elemento interessante de projeto que consta em ambas as Plantas é a proposta de um sistema de marquises de cobertura interligando quase todos os blocos do SCS. Essa articulação está mais distintamente perceptível na de Pavimento-tipo (fig. 1.26). Elas indicariam, por todo o Setor, o caminho previsto para o fluxo peatonal, no sentido leste-oeste, e norte-sul na quadra 1. Imaginamos que seus propósitos fossem de dar unidade ao conjunto e de prover passagem coberta e resguardo do tempo para os pedestres.

Para as demais quadras, reparemos que o caminhar do pedestre acontece preservado tanto pelas galerias que contornam os blocos quanto pela galeria de passagem central. Segundo o projeto, os blocos de lotes geminados das quadras 2, 3, 4 e 6 seriam interrompidos transversalmente para assegurar a passagem coberta do pedestre de leste a oeste do SCS (fig. 1.25). Algo similar ocorreria na quadra 5 (em que a tipologia de galeria peatonal existiria, porém seria distinta das demais mencionadas). Lembramos que a preocupação com o deslocamento protegido do pedestre vem, como já apontamos, desde o Relatório do Plano Piloto. Podemos dizer, portanto, que esse foi um princípio que foi incorporado no desenvolvimento do projeto. Como veremos a seguir, contudo, a realidade do construído acabou sendo diferente.

As marquises de ligação entre os blocos das diferentes quadras, para resguardar e guiar o pedestre, em regra, não chegaram a ser executadas. Contudo, pelo que pudemos verificar nos relatos dos jornais, as da quadra 1 chegaram a se efetivar parcialmente. Elas integraram um projeto desenvolvido em 1977, como parte de uma proposta de paisagismo mais ampla para o SCS^[29], que foi chamado de projeto de humanização do SCS (voltaremos a tratar deste projeto no capítulo 3). No entanto, curiosamente, o que nenhuma das reportagens chega a apontar é que a previsão das passarelas^[30] já constava do projeto original de urbanismo do SCS, como já demonstramos na figura acima. Com efeito, não foi localizada nenhuma menção a isso. Em todas as citações nos jornais, a proposta das passarelas foi tratada como se fosse uma ideia nova, que tivesse surgido apenas em 1976/1977. Em maio de 1978, encontramos relato de que as passarelas começaram a ser

29 As primeiras ocorrências nos jornais sobre as passarelas identificadas foram: nº 6553, de 9/8/1977, edição nº 5313, capa, intitulada “Paisagismo vai mudar a face do SCS”; nº 6554, de 9/8/1977, edição nº 5313, p. 13, intitulada “SCS terá nova paisagem já em setembro”. Posteriormente, diversas reportagens foram publicadas sobre o projeto de paisagismo elaborado pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras (DAU/SVO), que já teria sido assinado pelo governador Elmo Farias e autorizado pela Novacap. Com efeito, ao longo do tempo, a proposta das passarelas foi quase desvinculada desse projeto, tornando-se mais recorrentes apenas as referências aos projetos das praças.

30 Optamos por utilizar a nomenclatura de “passarelas”, no entanto, destacamos que se tratam apenas de marquises. Ainda que saibamos da imprecisão do termo arquitetônico, tomamos a decisão de utilizá-lo quando fazemos menção às matérias de jornais porque, nas reportagens, esses elementos são referidos apenas como passarelas.

executadas^[31].

Todavia, geraram extensiva polêmica, em particular, no que tange a questões de segurança, porque a altura livre sob elas era baixa demais^[32]. Chegou-se a se reportar que elas não obtiveram parecer favorável do Corpo de Bombeiros para sua instalação, porque a passagem de viaturas maiores para responder a incêndios e demais sinistros ficaria, para alguns blocos, impossibilitada pela altura livre sob essas passarelas^[33]. Defendeu-se que o ganho de proteção do pedestre contra as intempéries era pouco expressivo diante do perigo de desastres em que colocava certos prédios da quadra 1^[34]. As passarelas foram uma questão controversa e objeto de reiteradas críticas pelos Bombeiros^[35], durante quase dez anos, até que, em outubro de 1987, elas começaram a ser demolidas^{[36] [37]}.

De todo modo, embora sua previsão já constasse do projeto original do SCS, supomos que um outro projeto apenas para a construção das marquises tenha sido desenvolvido no governo. Nossa suspeita se baseia em alguns indícios, dentre eles, o fato de que não encontramos menção nas reportagens do CB ao projeto de 1960. Nelas, se sugere que houve a construção de 5^[38] das passarelas dispostas paralelamente à via que divide as quadras 1 e 2 (pela Planta de Pavimento-tipo, vemos que deveria haver 6 paralelas a esta via) mais 3 paralelas ao eixinho W (que pela Planta, deveriam ser 4). Reportagens aludem, também, ao comprimento total de passarelas que chegou a ser construído, cerca

31 EMERGÊNCIA pode parar passarelas. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 maio de 1978. Edição nº 5598, p. 14. (Ocorrência nº 7446)

32 Pelo que depreendemos, a altura livre seria aproximadamente equivalente ao pé-direito de um pavimento. Cerca de 2,50 metros.

33 EM 20 dias o SCS fica sem as 5 passarelas. **Correio Braziliense**, Brasília, 31 out. de 1987. Edição nº 08967, p. 24. [Ocorrência nº 5977] “(...) Muito baixas, elas impossibilitam o acesso das viaturas do Corpo de Bombeiros ao local, no caso de incêndio. (...) No ano passado, os bombeiros entregaram relatório a SVO enumerando medidas que tinham de ser tomadas, entre elas, a demolição das passarelas, fechamento de vias internas e de alguns estacionamentos.”

34 TRÂNSITO. Luta por um lugar para o pé. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 set. de 1978. Edição nº 5715, p. 8. [Ocorrência nº 7804].

PASSARELAS ameaçam segurança. **Correio Braziliense**, Brasília, 5 out. de 1978. Edição nº 5729. [Ocorrência nº 7826]. Nesta, lojistas entrevistados as chamam de “feias e inúteis”.

35 Desde sua construção até sua retirada, identificamos cerca de dezesseis reportagens em que se argumentou pela demolição tendo em vista a crítica do Corpo de Bombeiros ao projeto oferecido.

36 SCS começa a ficar sem as passarelas. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 out. de 1987. Edição nº 08964, p. 22. [Ocorrência nº 5969]. A retirada pela SVO começou no dia anterior. Nesta matéria, diz-se que elas foram construídas sem receber parecer favorável do Corpo de Bombeiros.

37 Mesmo depois da retirada da maioria das passarelas, os Bombeiros consideravam o SCS como o Setor mais propenso a graves sinistros com consequências catastróficas, o que se devia não só às passarelas, mas também ao fato de os prédios mais antigos não possuíam sistema de segurança adequados e porque o acesso de viaturas pelas ruas do SCS ficava profundamente dificultado pela presença de carros estacionados irregularmente em vias e estacionamentos. A questão da insegurança do SCS, nesse sentido, foi tema de algumas matérias ao longo das décadas de 1970 e 1980.

38 EM 20 dias o SCS fica sem as 5 passarelas. **Correio Braziliense**, Brasília, 31 out. de 1987. Edição nº 08967, p. 24. [Ocorrência nº 5977]. “As passarelas do Setor Comercial Sul, que dificultam a ação dos bombeiros, já começaram a ser derrubadas. (...) Ao todo serão demolidas cinco passarelas, paralelas à via onde está o edifício Gilberto Salomão. (...)”

de 200 metros de extensão^[39] (entretanto, estimamos que caso elas tivessem sido executadas conforme a Planta de Pavimento-tipo, a extensão delas, apenas na quadra 1, seria de aproximadamente de 450 metros^[40]). Outro fator que corrobora a suposição de um novo projeto é que não estava prevista no projeto de 1960 a ligação entre os blocos nº 18 (Camargo Corrêa) e nº 2 (Morro Vermelho). Entretanto, esta marquise foi edificada.

Ao fim, no local, é possível atestar que a maioria delas deixou de existir. Restam erigidas três passarelas (fig. 1.27): a que interliga os edifícios JK (nº 3) e Maristela (nº 20), a que conecta os edifícios Camargo Corrêa (nº 18) e Morro Vermelho (nº 2) e a que une os edifícios Márcia (nº 19) e Alvorada (nº 1).

Não encontramos menções do porquê somente essas três passarelas ainda existam, porém imaginamos que isso se deva ao fato de esses serem os blocos mais a leste no SCS, portanto, mais próximos a vias que contornam por fora o Setor. Suspeitamos que o posicionamento dessas coberturas signifique que seja possível o acesso de viaturas dos Bombeiros para atender a esses blocos sem que seja necessário passar pelas vias internas do SCS, ao passo que para os demais prédios da quadra 1, o acesso necessariamente teria de ocorrer pela pista que divide as quadras 1 e 2. Neste caso, o acesso de viaturas é dificultado também pelo excesso de veículos estacionados ao longo das vias. Haja vista que a questão da segurança foi o embasamento utilizado para justificar sua retirada, ela não se aplicaria a estas três passarelas mais próximas ao eixinho.

De toda sorte, a nosso ver, as passarelas agregam qualidade arquitetônica ao espaço público.



Figura 1.27: As três passarelas restantes, respectivamente

Fonte: Fotos da autora

39 SCS muda e pode ser um grande calçadão. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 out. de 1987. Edição nº 08951, p. 22. [Ocorrência nº 5938]. Nesta reportagem está mencionada a extensão das passarelas edificadas como sendo 200 metros, mas não temos outros dados para corroborar esta informação.

40 Para obter essa estimativa, sobrepusemos a Planta de Pavimento-tipo sobre a planta oficial vetorizada (mapeamento SICAD-CHUÁ, de 1998, em escala 1:2.000).

TIPOLOGIAS POR QUADRAS: A VOLUMETRIA DO SCS

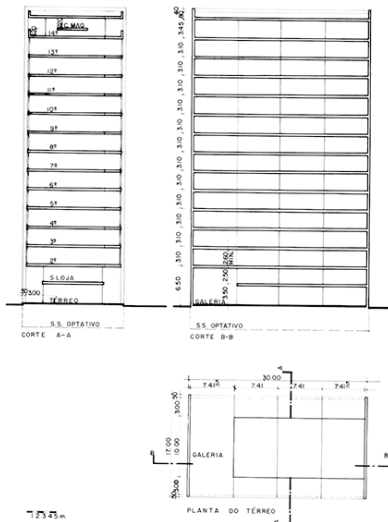


Figura 1.28: Recorte do CE 1/1, referente ao gabarito dos blocos da quadra 1

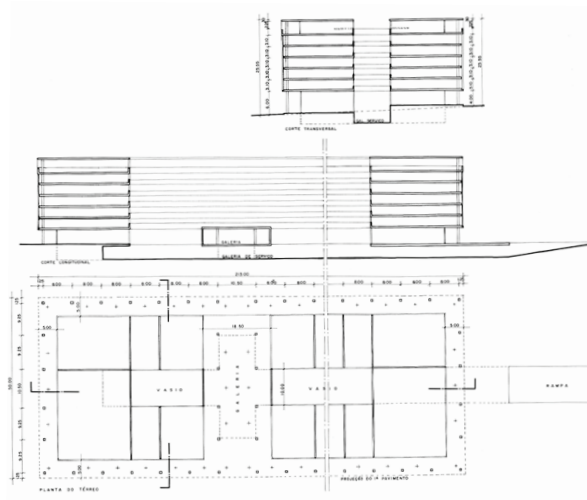


Figura 1.29: Recorte do CE 2/1, que traz o padrão construtivo dos blocos de lotes geminados das quadras pares

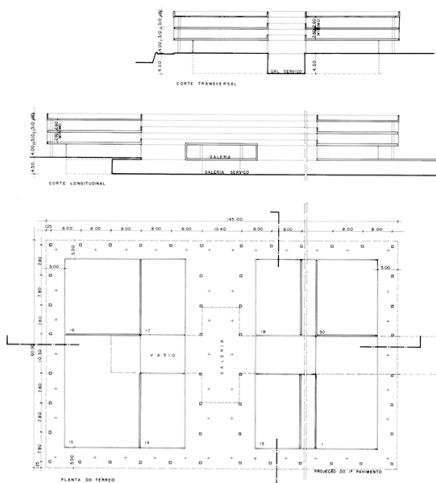


Figura 1.30: Recorte do CE 3/1, que traz o padrão construtivo do bloco de lotes geminados da quadra 3

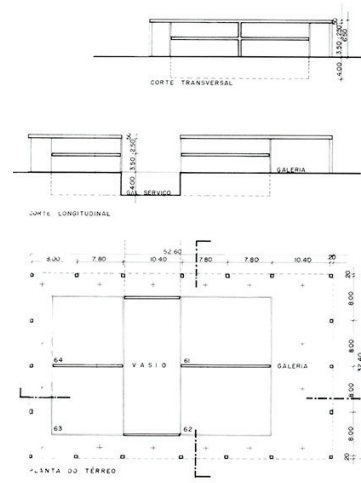


Figura 1.31: Recorte do CE 5/1, que traz o padrão construtivo de um dos blocos da quadra 5

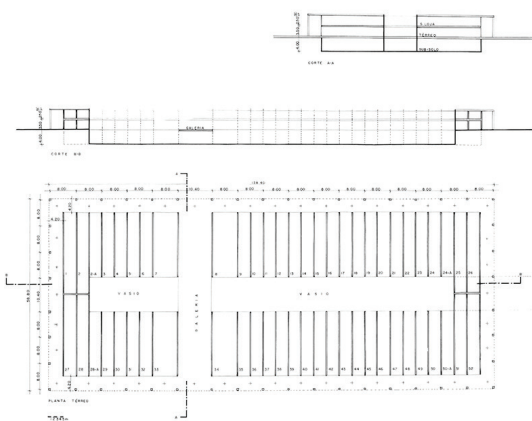


Figura 1.32 Recorte do CE 6/1, que traz o padrão construtivo de um dos blocos da quadra 5

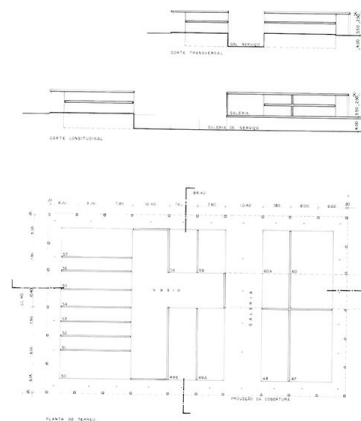


Figura 1.33: Recorte do CE 7/1, que traz o padrão construtivo de um dos blocos da quadra 5

Fonte: sítio eletrônico SISDUC-SEDUH [Consult. 15 jun. 2020]

Recordemos que os SCS-CE 1/1 a 7/1 dão o padrão tipo-morfológico de ocupação que deveria ser implementado. Assim temos que o CE 1/1 dá o padrão construtivo adotado na quadra 1, que é formada apenas por edifícios em altura, num total de 14 prédios, conforme o loteamento da Planta de Térreo. Pelo CE, seus prédios têm o gabarito afixado em térreo (com pé-direito de 3,5 metros), sobreloja (com pé-direito de 2,5 metros), 12 pavimentos-tipo superiores (com distância de piso a piso prevista de 3,1 metros e pé-direito mínimo de 2,6 metros). Acima dos pavimentos-tipo, estão previstas casa de máquinas e cobertura^[41]. Ainda segundo o CE, os blocos contariam, em regra, com galerias para circulação de pedestres em três dos lados, abarcando o vão dos pavimentos térreo e sobreloja.

A quadra 1 foi a primeira a estar mais consolidada, como pudemos observar pelas fotografias. E, é também a que visualmente mais destoa do conjunto total do SCS. Com efeito, sua tipologia de prédios em altura, como dominós, parece aproximá-la mais do Setor Bancário do que do restante do SCS - embora a ausência de embasamento, como acontece tanto nos Setores Bancários como nos Hoteleiros e no Comercial Norte, também torne a quadra 1 muito distinta destes outros setores.

Nas Plantas do projeto de 1960, estava previsto o já mencionado sistema de marquises de ligação entre todos os blocos, que foi parcialmente construído em 1978 e foi desfeito em 1987. No cruzamento do CE com as Plantas de Térreo e de Pavimento-tipo, seria de se imaginar que as ligações entre os blocos fossem executadas no nível da laje que cobre a sobreloja. Portanto, haveria pouco menos de 6 metros livre sob as marquises. No entanto, sabemos, tanto por constatar no local quanto por reportagens e depoimentos que datam da época da polêmica sobre a permanência ou retirada, que elas foram executadas mais baixas do que isso, aproximadamente no nível de cobertura do térreo (fig. 1.34). Não sabemos se essa determinação de altura constou do novo projeto das passarelas, mas, chegou a mobilizar-se o argumento de que se elas tivessem sido executadas no nível da sobreloja não consistiriam em limitação aos Bombeiros, logo, não teria havido necessidade de sua retirada^[42].

41 A GB 0001/1, de 1982, que já fora citada no texto como parte do arcabouço normativo do Setor, altera esse item em todos os CE do SCS. Essa norma dispõe sobre a permissão e as regras para a ocupação das coberturas nos edifícios do Setor. Com efeito, é possível especular que a GB tenha sido editada como um *aggiornamento* normativo, decorrente de uma demanda que possivelmente já se configurava na prática - imaginamos ser mais provável assumir isso do que pressupor que o governo tenha agido como ponta de lança em propor uma normativa sem que houvesse qualquer pressão para sua edição. Consideramos prudente destacar que isso se trata de uma postulação nossa, que decorre, sobretudo, de uma visão pessoal construída na prática profissional junto à esfera institucional de planejamento urbano. Dito isso, julgamos necessário mencionar também que essa leitura - de que ou já existia uma situação minimamente consolidada que o governo agiu para regularizar, ou de que havia pressão de segmentos da sociedade para que fosse permitido o acréscimo de coberturas - não pôde ser corroborada por meio dos periódicos. De fato, não foram encontradas quaisquer menções à edição dessa norma, ou a pressões para que ela acontecesse, ou mesmo à construção ilegal no pavimento cobertura dos prédios do SCS.

42 INCÊNDIO: população em perigo. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 jan. de 1980. Edição nº 06192, p. 17. [Ocorrência nº 52]

Figura 1.34: Fotografia de uma das passarelas em construção (recortada da reportagem)

Fonte: Correio Braziliense, Brasília, 27 maio de 1978. Edição nº 5598, p. 14. [Ocorrência nº 7446]



Figura 1.35: Parede vazada sobre a via de serviço

Fonte: Foto da autora



Figura 1.36: Galeria de pedestres central

Fonte: Foto da autora

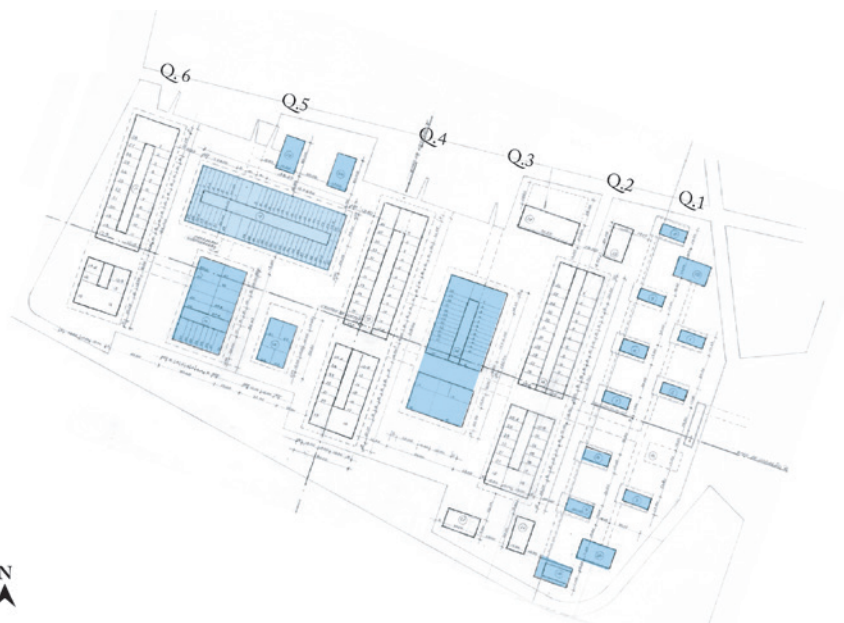


Figura 1.37: Mapa-chave do SCS com os blocos das quadras ímpares em destaque
Fonte: Elaborada pela autora com base na Planta de Térreo

Outra questão que chama atenção no desenho é a disposição do subsolo, prevenindo-o como pavimento optativo. Lembramos da já mencionada crítica trazida nos jornais acerca da ausência de subsolos destinados à garagem em diversos dos prédios do SCS. Ao pé da letra da lei, contudo, vemos que desde a edição do CE, a edificação do pavimento subsolo está dada como item optativo. Como se nota na figura 1.24, mais da metade da quadra 1 já estava consolidada em 1966 (data dos CE). Nesse sentido, acreditamos que, dado que a edição do CE aconteceu após a efetivação de trechos do SCS, o legislador não previu nem a obrigatoriedade de subsolo, nem que este, caso edificado, se destinasse a garagem. Nessa seara, vê-se que a quadra 1 apresenta outra peculiaridade em relação a todas as demais: é a única para a qual não está prevista a construção de via de serviço (fig. 1.28).

O CE 2/1 (fig. 1.29) dá o padrão construtivo dos blocos de lotes geminados das quadras pares. Observa-se a previsão de térreo e seis pavimento-tipo superiores^[43] e o que foi denominado de “galeria de serviço”, que coincide com o que seria a via de serviço destas quadras. Não está explícita, como em outros CE, a configuração do pavimento subsolo, ainda que optativo. Contudo, observa-se que as linhas pontilhadas neste nível podem ser lidas como uma indicação desta possibilidade (ainda que não como uma obrigatoriedade). Não obstante, é preciso reconhecer que a ausência do pavimento subsolo - qualquer que fosse sua destinação - ligado diretamente à rua de serviço faria com que esta fosse inócua.

Como se vê na planta baixa e no corte longitudinal, na galeria central das quadras pares (fig. 1.29), o projeto utilizou de um recurso interessante que torna despercebidas as ruas de serviço aos transeuntes: foram previstas paredes laterais nas galerias, criando um túnel ou uma caixa vazada. Embora não conste essa determinação no CE, no construído, vemos que essas paredes foram parcialmente erguidas com cobogós (a cerca de 2 metros acima do piso, portanto, acima da linha do observador médio), o que auxilia tanto a iluminação quanto a ventilação dessas passagens, enquanto mantém a percepção de isolamento do pedestre (fig. 1.35).

Identificamos nesta concepção da galeria central, trazida pelo projeto de 1960, uma releitura direta da ideia contida no Relatório do Plano Piloto de Brasília, sobre separar a relação entre pedestres e veículos. Aqui, vê-se bem a questão do deslocamento resguardado a pé (fig. 1.36).

As quadras ímpares, 1, 3, e 5, por sua vez, são não apenas muito distintas das quadras pares, como também entre si (fig. 1.37).

A quadra 3 segue o mesmo conceito do bloco de lotes geminados das quadras pares, no entanto, os lotes são mais estreitos, e o gabarito é térreo com apenas dois pavimentos superiores, como se vê na CE 3/1 (fig. 1.30). Esta CE guarda semelhança com a

43 Em todos os CE consta a inclusão da nota 1, acima do carimbo, “Esta planta SC-S CE [1/1, 2/1, 3/1, 5/1, 6/1, 7/1] foi complementada pelo SCS GB-0001/1 em 28/07/87.”

2/1, no que tange à representação das galerias peatonal e de serviços. Da mesma forma, a galeria central aparece como uma caixa, e o pavimento subsolo consta apenas pontilhado.

Embora o bloco da quadra 3 componha o sistema peatonal, como se observa pelas Plantas de Térreo e Pavimento-tipo, por muitos anos, sequer o piso da passagem central de pedestres foi executado. Havia uma segregação entre as duas metades do bloco, e, por consequência, do fluxo a pé no Setor. Somente em 2012 (portanto, 52 anos após a elaboração do projeto urbanístico do SCS, no qual já constava a previsão dessa ligação) foi acrescida uma passarela descoberta sobre a via de serviço desta quadra, completando a integração do caminho central da quadra 6 até a quadra 1. Isso será trazido em outro capítulo. O túnel previsto no desenho, contudo, nunca foi executado, logo, não foi utilizado o recurso da parede. No local, há, agora, uma passarela com guarda-corpo, na qual se visualiza a rua de serviço (fig. 1.38).

Repara-se, em campo, que, para além do aspecto visual, a conformação da parede interfere no uso e na acústica das galerias centrais. As galerias das quadras pares são mais amplas, há presença de camelôs e, em alguns momentos, acontecem eventos culturais. Trata-se tanto de um lugar de passagem quanto de um lugar de estar. Por isso, em toda sua extensão reverbera mais intensamente este som: o da rua de pedestres, o das pessoas, tornando o ruído da passagem de veículos logo abaixo quase imperceptível.

Já na quadra 3, a passagem muito posteriormente executada resolveu a integração física, mas sua configuração, mais estreita, descoberta e com guarda-corpo baixo e vazado seccionou a galeria ao meio. Há também camelôs instalados nesta quadra, mas, na prática, a ausência da configuração de túnel aumenta a proximidade do pedestre com os veículos e faz reverberar o barulho dos carros, que transitam pela via de serviço logo abaixo (fig. 1.38).

A interrupção da passagem no originalmente construído da quadra 3 parece-nos particularmente curiosa tendo em vista que a configuração morfológica do bloco - com lotes menores, mais estreitos, de feições mais condensadas e gabarito mais baixo (comparando-o com o das quadras pares) - favorecem a escala do pedestre e a instalação de comércio miúdos, que se beneficiariam, sobremaneira, de uma galeria totalmente integrada.

A quadra 5, por seu turno, é ao mesmo tempo a maior em área e a menos densa. É formada por tipos diferentes de lotes, com diferentes dimensões, em regra, com apenas subsolo, térreo e primeiro pavimento, cujo padrão é dado nas CE 5/1, 6/1 e 7/1 (fig. 1.31, 1.32 e 1.33, respectivamente). Nesse trecho, que é o mais horizontalizado e espreado do SCS, há lojas menores e a conformação de galerias comerciais.

Para além do fato de serem as mais díspares entre si e em relação às demais quadras do SCS, há uma relação interessante de oposição e complementaridade que parece se estabelecer desta quadra 5 em comparação à quadra 1. Esta, bem verticalizada,

com os mais altos edifícios, em que há predominância de serviços, por meio da tipologia de salas e de escritórios; aquela, com os gabaritos mais baixos, em que prepondera certa configuração de rua comercial. O gabarito de apenas dois pavimentos aproxima os edifícios da escala do pedestre, e a morfologia favorece a instalação de lojas do pequeno comércio varejista.

Por fim, há outra característica que torna a quadra 5 muito díspar das demais: a ausência de simetria. Se repararmos nas Plantas de Térreo e Pavimento-tipo, é possível ver que há um eixo central explicitamente representado, denominado “eixo de locação ‘A’”, que corta, de maneira abstrata, o SCS de leste a oeste. Imaginamos que se trate, de fato, de um eixo para viabilizar, em campo, a locação do Setor e de seus blocos^[44]. Contudo, se observarmos este eixo, vemos que todas as quadras apresentam predominância de simetria - quase um espelhamento, à exceção da quadra 5.

Falamos até agora em dualidades entre projetado e construído, e a quadra 5 é marcada por isso, ou, mais especificamente, pelo não-construído. Cotejando as Plantas de Térreo e de Pavimento-tipo, o CE 5/1 (antiga quadra 14), o CE 7/1 (antiga quadra 16) e a realidade implantada, vê-se que um elemento fundamental presente no projeto foi suprimido na construção de dois dos blocos: a laje de cobertura sobre o vazio da antiga quadra 14 e as lajes sobre vazio e galeria da antiga quadra 16. Na prática, as coberturas desses dois blocos foram parcialmente edificadas, localizadas apenas sobre as unidades imobiliárias. Isso faz com que se tenha uma leitura muito distinta da quadra 5 da que ocorreria caso se tivesse seguido o projeto. No local, a percepção que se tem não é a de que estamos diante de dois blocos, mas sim de seis^[45]. (figuras 1.39 e 1.40)

Outro impacto gerado pela ausência dessas coberturas é no deslocamento do pedestre. Já mencionamos que nas Plantas estava previsto um sistema de marquises, que não foi edificado, interligando quase todos os blocos. É de se imaginar que, caso elas tivessem sido construídas, as coberturas dos blocos da quadra 5 também o teriam sido, na íntegra.

Além dessa ausência das coberturas, outro elemento contribuiu para que a quadra 5 tenha sido a que se consolidou de maneira mais distinta ao que se previra no projeto, qual seja, a já citada junção das projeções 25 e 26, que resultou em uma grande projeção, nº 25, e único edifício em altura da quadra^[46].

44 Em ambas as Plantas oficiais consta também o “eixo de locação ‘B’”, mas, com base nele, não se configura a mesma característica de simetria.

45 Repare-se que isso gera uma situação curiosa no que tange ao endereçamento. O padrão de endereços prediais atual do do SCS segue a lógica de: quadra, bloco e loja (ou sala). Assim, temos na figuras 39 e 40, para os “seis blocos”, apenas os endereços SCS quadra 5 blocos A (antiga quadra 14) e B, (antiga quadra 16) seguido pela numeração das unidades autônomas.

46 Trata-se do atual edifício Embratel, cuja numeração predial é SCS Quadra 5 Bloco E.



Figura 1.38: Passarela de pedestre na quadra 3

Fonte: Foto da autora

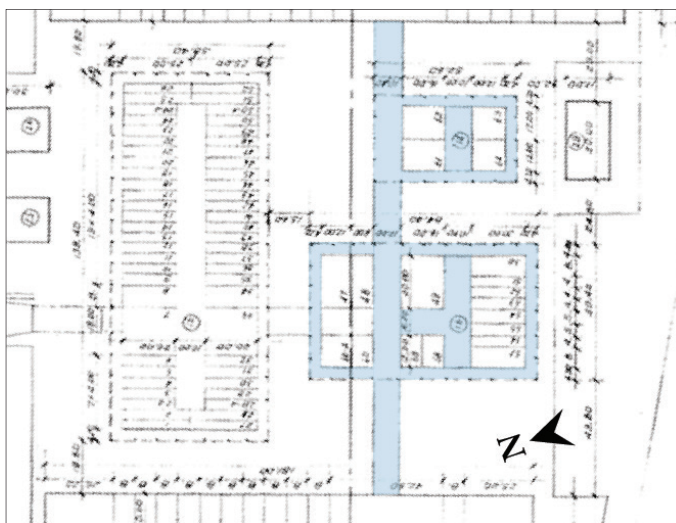


Figura 1.39: Quadra 5: ampliação da Planta de Pavimento-tipo, com lajes e marquises projetadas em destaque

Fonte: Elaborada pela autora com base na Planta de Pavimento-tipo



Figura 1.40: Foto aérea da Quadra 5, em que se percebe que algumas lajes e marquises não foram executadas

Fonte: Foto da autora



Figura 1.41: Trecho descoberto da circulação de pedestre na Quadra 5 bloco B

Fonte: Foto da autora

A TOPOGRAFIA E A IMPLANTAÇÃO

A questão da topografia e da acomodação dos desníveis do Setor é uma que merece destaque no projeto da década de 1960. Fazemos aqui, novamente, menção à acomodação do Setor à topografia ter sido significativamente impactada pelo deslocamento do conjunto urbano em direção ao lago. Como já apontamos, na análise do RPPB, em remissão à tese de Carpintero (1998), o Setor Comercial estaria em cota muito próxima à da plataforma superior da Rodoviária, e toda a área central estaria em terreno menos acidentado do que o que de fato ocorreu. Segundo o autor, cortes e terraplenos teriam sido dispensados, o deslocamento do pedestre seria facilitado e haveria mais unidade do conjunto da área central.

Podemos supor, assim, que a diferença de níveis com que os idealizadores do projeto de 1960 tiveram de trabalhar foi muito superior à imaginada por Costa na concepção do RPPB. No caso do SCS, lemos que um resultado disso foi que a solução de projeto desenvolvida teve de ser mais elaborada para dar conta de forma competente dessa complexificação. Dito isso, podemos imaginar, por exemplo, que esse fator tenha pautado o refinamento da resolução proposta para os blocos das quadras 2, 4 e 6.

Colocando RPPB e Planta de Térreo lado-a-lado, é possível ver que esses blocos são os que guardam maior semelhança com o croqui da fig. 8 do RPPB: alongados, indo quase de norte a sul do Setor, e ajustando seu comprimento ao formato trapezoidal do contorno do SCS. A disposição dos blocos, a favor das curvas, também foi mantida do RPPB para o projeto. Cada quadra forma uma espécie de platô. Os mais estreitos configuram as quadras pares; os mais largos, as ímpares. Em nível de subsolo, as quadras de 2 a 6 contam com uma rua de serviço, cujo propósito é o de garantir o abastecimento das lojas e os acessos às garagens dos prédios.

O refinamento da solução dos blocos alongados a que nos referimos consiste em um ajuste aparentemente sutil porém essencial trazido no CE 2/1: o bloco foi bipartido no sentido longitudinal, separado pela via de serviço. Assim, são criados dois níveis de térreo distintos, ao passo que estão mantidas, em ambos os lados da edificação, as mesmas cotas para pavimentos superiores e para o coroamento. As duas metades terem cotas de térreo diferentes viabilizou trazer para dentro da edificação (e não somente para o espaço entre os blocos), a resolução de parte do desnível de terreno. Outra decorrência dos dois níveis de térreo é que as lojas na parte mais baixa do terreno logram incluir mezanino ou sobreloja, enquanto aquelas na soleira mais alta, não. Já o espaço entre as quadras é destinado à implantação de rampas, escadas, calçadas, estacionamentos e espaços de uso público. Além disso, é utilizado para resolver o restante do desnível, de modo a garantir acessibilidade desde a W3 até o Eixo Rodoviário. É interessante reparar que o CE 3/1, que dá a tipologia da quadra 3, não traz a mesma determinação. Nele, o térreo está no

mesmo nível em ambos os lados do bloco.

Assim, consideramos patente a qualidade da implantação das quadras e dos edifícios contida no projeto de urbanismo. Acompanhando a declividade da área em que se insere o setor, as seis quadras acomodam-se (fig. 1.42). E, é possível perceber que a solução de projeto do Setor resolve o significativo desnível desde a avenida W3 até o Eixo Rodoviário de forma deliberada e até certo ponto eficiente. Entretanto, a topografia dificultou sobremaneira resolver os desníveis a norte e a sul do SCS em relação aos setores vizinhos. Vê-se que, nesse sentido, não houve o mesmo refinamento em propor soluções eficientes para o deslocamento a pé no conjunto do centro urbano, e essa é uma das razões (aliada à borda cercada de estacionamentos) para que a ligação do SCS seja pouco franca em relação aos setores lindeiros Setor Hoteleiro Sul - SHS (a norte) e Setor Médico Hospitalar Sul - SMHS (a sul).

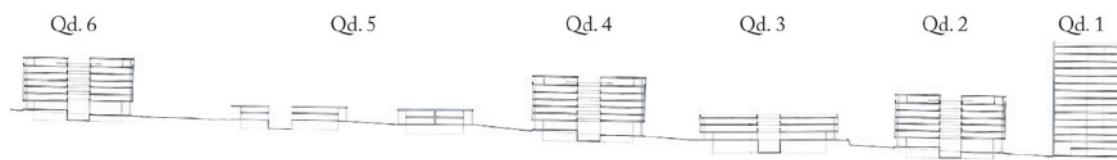


Figura 1.42: Corte longitudinal esquemático do SCS
Fonte: Elaborado pela autora com base nos cortes dos CEs

O SISTEMA VIÁRIO E OS ESPAÇOS PÚBLICOS

Examinando as Plantas de Térreo e de Pavimento-tipo vê-se que estão previstas as vias de serviço (com indicação da posição dos pontos de acesso a partir da borda norte do Setor por meio de algumas linhas tracejadas), mas não as vias locais. Imaginamos que isso se deva, em parte, ao fato de as vias de serviço serem elemento essencial não apenas no urbanismo do Setor, mas também na própria arquitetura de alguns edifícios. Como condicionam o projeto, seria preciso que as vias de serviço ficassem mais claramente determinadas, ao passo que haveria alguma flexibilidade para pensar, posteriormente, a localização ou mesmo a existência das vias locais.

Para além disso, examinando as Plantas do projeto de 1960, a ausência das vias locais no desenho gera uma leitura interessante do SCS como um grande calçadão, em que há bastante chão livre, entremeado por prédios. Atendo-se somente ao que está desenhado nas Plantas de Térreo e Pavimento-tipo, pode-se pensar que a circulação de veículos seria majoritariamente externa ao Setor, contornando-o por todos os lados, que os estacionamentos ficariam restritos a essa área e que o acesso de veículos para dentro do SCS se daria, exclusivamente, pelas vias de serviço. Isso seria coerente tanto com o que fora descrito no RPPB quanto com o princípio já apontado - que remontaria à Carta

de Atenas e fora assimilado pelo RPPB - da separação dos fluxos de pedestres e veículos como um norteador do projeto. Por destoar do previsto no RPPB, podemos suspeitar que a abertura das vias locais não tenha sido ponto pacífico no projeto de 1960.

Fazemos, entretanto, uma consideração no que tange à representação das vias nos projetos. Como as plantas de loteamento que vão a registro cartorial se destinam, primordialmente, a determinar e formalizar as unidades imobiliárias, não raro, até 1998, elas vinham ausentes de sistema viário^[47]. Se a Planta de Térreo fosse elaborada hoje, poderíamos conjecturar com maior acuidade que as vias em superfície ocorreriam apenas contornando o Setor, e não dentro dele. Contudo, não podemos ratificar que isso tenha sido determinado no projeto de 1960. Também não podemos corroborar se a posição das vias internas, ou mesmo a presença delas, foi prevista em algum projeto (posterior a 1960, que não tenhamos localizado). Com a ausência do sistema viário no desenho de 1960, resta inconclusivo se ele foi imaginado tal como existe e mesmo se fora concebido a um só tempo.

Nessa toada, fazemos menção à matéria curta do CB^[48], de 30 de novembro de 1962, em que se cita: “(...) **planta de urbanização do Setor Comercial Sul, próximo à Estação Rodoviária onde foram construídos diversos prédios**, já foi encaminhada à Novacap para execução. Sabe-se que os edifícios daquele Setor já estão ocupados por diversas firmas, consultórios médicos, escritórios, etc.” (grifamos) (LEVANTAMENTO..., 1962).

A área em comento na matéria corresponde à atual quadra 1. Não tivemos acesso a quaisquer plantas de urbanização dessa época, razão pela qual desconhecemos seu conteúdo. Entretanto, dado que o relato se refere a uma planta de urbanização, é razoável imaginar que contivesse o desenho de vias, calçadas e estacionamentos e também que tenha sido elaborada próxima à data em que fora encaminhada para execução. A matéria sugere (e pudemos validar, por meio de fotografias do ArPDF) que a quadra 1 foi a primeira a estar mais estabelecida, seguida pelas quadras pares. As últimas a estar mais construídas foram as quadras 3 e 5 (fig. 1.24).

Supomos, assim, que as vias tenham sido abertas no SCS conforme as quadras se firmavam. Essa suposição se baseia, também, na força da lógica rodoviarista que pautou o desenvolvimento da cidade. Dessa maneira, imaginamos que, se, por um lado, a intenção por trás da elaboração da Planta de Térreo pudesse ser a de restringir a circulação de veículos às bordas do SCS - imaginando uma interpretação alinhada com a do RPPB

47 Dentre outras, a obrigação de se incluir as informações atinentes ao sistema viário nos projetos de urbanismo foi instituída pelo Decreto distrital nº 19.045 de 20 de fevereiro de 1998 (publicado no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF nº 37, de 25 de fevereiro de 1998) e regulamentado pela Instrução Normativa Técnica - INTC nº 2/98, elaborada pelo Instituto de Planejamento do Distrito Federal - IPDF, que dispõe sobre os procedimentos para apresentação de Projetos de Urbanismo (publicada no DODF nº 116, de 23 de junho de 1998).

48 LEVANTAMENTO das construções de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 nov. de 1962. Edição nº 784, s.n. [Ocorrência nº 71]

-, por outro, deve ter havido pressão dos usuários do Setor. Pelo observado ao longo dos anos nos jornais, parece-nos difícil conceber que os proprietários de veículos ficassem resignados em estar restritos ao entorno do Setor, em área nobre da cidade. Veremos, nos próximos capítulos, que a problemática do trânsito foi uma que permeou o SCS quase desde sua origem.

De toda sorte, temos, com base no construído atualmente, que o sistema viário configura-se da seguinte maneira. O SCS é entrecortado por cinco vias locais, paralelas à via W3 sul e ao Eixo Rodoviário, seccionando o setor no sentido sul-norte. As vias não possuem ligação entre si, mas se conectam diretamente com as vias S2 (que divide o SCS do SHS) e S3 (que separa o SCS do SMHS). Quatro delas separam as quadras umas das outras, seccionando-as como quarteirões. A quinta, por sua vez, está localizada entre o estacionamento da quadra 6 e a via W3 sul. Baseado na planta SICAD folha 137-II-2, é possível confirmar que as vias apresentam caixas de larguras distintas. E, no local, é possível perceber essa diferença, que não pode ser dissociada da questão da topografia do setor. As caixas das vias locais, mesmo em seus pontos de maior estreitamento, possuem cerca de 6 metros de largura, chegando a mais de 16 metros nos pontos mais largos.

Atualmente, as vias locais transversais são de mão única. Mas, em exemplares do CB, foi possível identificar que houve momentos de implantação de mão dupla, o que é comportado dada a largura das pistas. No entanto, o planejamento viário inclinou-se para a solução da mão única, principalmente como forma de minimizar os acidentes de trânsito e oferecer maior segurança ao pedestre.

Dada a largura generosa das caixas, duas pistas estão, em regra, caracterizadas, ainda que nem sempre funcionem na prática, haja vista os veículos constantemente estacionados de maneira irregular. Aliado a isso, áreas de estacionamento desenvolvem-se ao longo das pistas. Em todas as vias transversais, há estacionamentos em ambos os lados. E, em todas as vias se apresenta solução mista de vagas. Em regra, alternam-se entre vagas em ângulo, a 45 graus, do lado das quadras pares, e vagas em baliza, paralelas à pista, junto às quadras ímpares, com duas pistas de rolamento no meio. Não localizamos documentação em que fosse possível identificar como a distribuição de vagas passou por sucessivas mudanças ao longo do tempo, assim, por ora, nos atemos a descrever a situação de estacionamentos que hoje está materializada.

Apesar da largura das pistas e da presença de estacionamentos em ambos os lados delas, o que se verifica, quase desde o nascimento do próprio Setor, é a formação de filas duplas. Com efeito, essa questão também foi alvo de reclamações recorrentes ao longo dos anos, tanto por contribuir para o caos viário no local quanto por razões de segurança.^[49]

49 Nesse sentido, esteve associado às dificuldades encontradas pelas viaturas do Corpo de Bombeiros para se deslocar dentro do SCS em caso de sinistros. É interessante recordar que a preocupação com prevenção de

Além dessas vagas localizadas ao longo das pistas, o SCS é servido por grandes bolsões de estacionamento, situados nas bordas externas do Setor. Inclusive, identificamos na presença desses bolsões, uma espécie de moldura do SCS, conformando um cinturão árido e asfaltado, tomado por carros, estacionados nas vagas e de forma irregular, em filas duplas e sobre as calçadas. Pode-se dizer que os estacionamentos estavam delineados no projetado, mas não havia especificidades da distribuição de vagas. Anamaria de Aragão Martins (2009) estima que quase 36% da área não edificada do SCS seja destinada, atualmente, a estacionamentos, sendo o restante para áreas verdes, passeios, vias e praças. Apesar de alto, esse percentual não surpreende. Historicamente, verificamos que a área destinada a vagas em superfície sempre ocupou bastante espaço no SCS.

Tanto os bolsões de estacionamento, quanto o excesso de carros parados fora das vagas representam um entrave ao deslocamento a pé no local. Para além do próprio SCS, consistem em uma das razões para a dificuldade de conexão entre o SCS e os setores lindeiros no que tange ao fluxo peatonal. Com efeito, as soluções para o pedestre foram consideravelmente bem resolvidas dentro do Setor, sendo ajustadas ao longo dos anos. Contudo, o deslocamento norte-sul, que garantiria integração com setores lindeiros, SHS e SMHS, acontece de forma pontual e precária e é dificultado tanto pelos desníveis existentes entre eles e o SCS quanto pela posição dos estacionamentos. Outro vetor importante de atração de pessoas, no sentido leste-oeste, está no conjunto Setor de Diversões Sul (SDS) e Rodoviária, mas a articulação física para o caminhar se dá de forma tímida na prática. Nas Plantas 1960, vê-se que o SCS foi representado ilhado do entorno, faltando qualquer elemento de concatenação com os setores vizinhos e o desenvolvimento articulado do conjunto do centro urbano.

Ainda sobre a circulação a pé, destacamos, reiteradamente, a importância que esse elemento tem na configuração do SCS, desde o RPPB. Retomaremos, quando da análise dos projetos de revitalização, o quanto este item foi objeto de constante retrabalho, o que ocorreu porque a abertura das vias de circulação local criou conflito, com a sobreposição de fluxos entre pedestres e veículos.

Identificamos, com efeito, que as questões relacionadas ao trânsito e à solução do deslocamento favorável dos pedestres foram primordiais no desenvolvimento de diversas iniciativas ao longo dos anos. Uma delas, que verificamos na prática, sem conseguir precisar o momento de sua concepção e implementação, é o estreitamento das vias locais nos pontos de travessias de pedestres, entre as quadras. Alguns atualmente são semaforizados e todos são alinhados à espinha dorsal do deslocamento a pé (qual seja, o sistema de galerias previsto nas Plantas de Térreo e de Pavimento-tipo). Complementando o estreitamento das vias, temos também a ausência de vagas nas travessias. Mais recentemente, também foi realizada a elevação da pista de rolamento nesses pontos, de modo a fazer

incêndios é muito típica do modernismo, como resposta à associação com a cidade industrial, em que o sistema viário seria caótico e conformado por ruas estreitas.

com que a calçada se prolongue em nível e fique clara a prioridade conferida ao pedestre, e não ao carro. A junção desses elementos contribui não apenas para criar um caminho franco e desimpedido de locomoção a pé, como também para prover maior segurança ao pedestre (fig. 1.43).

Além das vias locais, o sistema viário do SCS é formado por vias de serviço, já delineadas no projeto original do Setor. Em 1975, encontramos registro^[50] de que o então secretário da Secretaria de Viação e Obras (SVO) determinou a abertura das vias de serviço, para auxiliar com carga, descarga e estacionamento. Até então, parece que estavam abandonadas, sendo local de acúmulo de entulho. Inclusive, fotos localizadas no ArPDF, sugerem que, por volta de 1969, ainda não havia, de fato, essas ruas (fig. 1.44). Em 1973, localizamos registro nos jornais de que elas ainda não estariam totalmente construídas^[51] (embora não saibamos precisar quais).

Os registros dos jornais mostram que, em alguns pontos, chegou a configurar-se um subsolo comercial, com abertura de estabelecimentos voltados diretamente para as vias, como, o tradicional restaurante português Cachopa^[52], que, por mais de 20 anos funcionou no subsolo da Galeria Nova Ouvidor (quadra 5)^[53]; em outros, ocorreu o acesso a garagens - que não estão presentes em todos os prédios - e a circulações verticais, que levam aos pavimentos superiores das edificações. No entanto, com o passar dos anos e a precarização do espaço das vias de serviço, essa área passou a servir apenas como passagem de veículos e estacionamento, e, em alguns casos, como abrigo à população de rua.

Além das vias locais e dos estacionamentos, há elementos que não constavam nem do RPPB, nem do projeto de 1960 e que são essenciais na atual configuração física do SCS: os espaços de estar, mais especificamente, as praças^[54]. Na realidade implantada, o SCS conta com algumas praças, importantes espaços previstos de estar, localizadas nas quadras ímpares. As quadras pares não contam com esses espaços de estar formalmente constituídos, no entanto, com alguma regularidade, estacionamentos nessas quadras são interditados e utilizados como espaços de convivência para eventos pontuais.

De fato, o projeto de 1960 não trouxe previsão dos espaços de uso público, o que

50 GOVERNO cria novas áreas para estacionamento: SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 ago. de 1975. Edição nº 4616, p. 10. [Ocorrência nº 4821]

51 NASSER, José Roberto. Estacionamento: problemas e soluções. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 jun. de 1973. Edição nº 4092B. [Ocorrência nº 1797]

52 A título de curiosidade, encontramos relatos nos jornais de que o restaurante Cachopa era frequentado pelas lideranças do Partido da Reconstrução Nacional (PRN), de Fernando Collor. (COM a política na mesa. **Correio Braziliense**, Brasília, s.d. Edição nº 9818. [Ocorrência nº 99]).

53 SAVARIN, J.C. Português, mas não só no sotaque. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 ago. de 1989. Edição nº 9612, p. 16, Coluna “Comes e Bebes” [Ocorrência nº 7103]. O Cachopa era retratado nos jornais como um bom restaurante português, que movimentava a noite do Setor com shows de fado e outras músicas ao vivo.

54 SCS terá nova paisagem já em setembro. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 ago. de 1977. Edição nº 5313, p. 13. [Ocorrência nº 6554]. Diversas reportagens foram publicadas sobre esse projeto de paisagismo.

inclui praças e áreas verdes^[55]. Elas surgiram como parte de um projeto de paisagismo de 1977, cuja proposta era a de humanizar o SCS. Em decorrência desse projeto foram criadas algumas das principais praças: na quadra 3, a Praça do Povo; na quadra 5, a Praça dos Artistas e a Praça Central^[56]. E, com efeito, o projeto que as criou consistiu em uma das maiores transformações na estrutura física do Setor desde sua origem. Elas tiveram, como veremos nos capítulos seguintes, grande impacto nos modos de apropriação do Setor.



Figura 1.43: Estreitamento das pistas e elevação para passagem em nível nos pontos de travessia
Fonte: Foto da autora



Figura 1.44: Abertura da via de serviço na quadra 3, em 1969.
Fonte: ArPDF (002992_SCS_GF_7_6_C_2)

55 A mesma INTC nº 2/98, que dispõe sobre a apresentação de Projetos de Urbanismo, contempla a apresentação dos projetos de paisagismo (PSG), no qual constariam esses elementos.

56 Esses são os nomes atuais das praças, mas eles não vieram junto de sua criação.

USOS E ATIVIDADES

O arcabouço normativo principal do SCS completa-se com o Decreto “N”, de 8 de março de 1967, que aprovou o Código de Edificações de Brasília. O primeiro marco legal da Nova Capital foi a Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, também conhecida como Lei Santiago Dantas, que dispôs sobre a organização administrativa do Distrito Federal. Ela foi seguida pelo Decreto nº 7, de 13 de junho de 1960, que aprovou a consolidação das normas para as construções em Brasília. No capítulo II, de acordo com o Plano Urbanístico da cidade, foi definido que as construções em Brasília deveriam obedecer a determinados zoneamentos, que seguiam os nomes dos setores. No que diz respeito aos usos, este Decreto era bastante sintético. Estava prescrito: “Art. 1º - As construções na cidade de Brasília são classificadas, de acordo com a previsão de sua utilização, da seguinte forma: (...) IV - “Comerciais - assim denominadas as construções destinadas a fins comerciais, isto é, **lojas e escritórios exclusivamente.**” (grifamos) (DISTRITO FEDERAL, 1960).

Posteriormente, então, houve a edição do Decreto “N” nº 596/1967, que estabeleceu, entre outros, os usos e as atividades permitidas para os Setores Comerciais. É interessante reparar que a norma de uso e ocupação do solo vigente para o SCS ainda é, nos dias de hoje, aquela trazida pelo Decreto “N”. Sobre este Código, dos quais diversos dispositivos ainda estão vigentes, Cristiana Mendes Garcia, escreve:

Esse Código foi feito pela NOVACAP e baseou-se no Relatório do Plano Piloto de Brasília. Entretanto, antes mesmo de ser constituído o GT, Nauro Esteves vinha determinando diretrizes para o gabarito de cada setor. Segundo Mirtes Republicano, ‘quando se fazia o projeto urbanístico de um setor, já se determinava o gabarito, em função de normas já ditadas por Dr. Lucio Costa e Dr. Niemeyer’ (Republicano, 2004). **Assim quando da elaboração do Código, muitas diretrizes já estavam estabelecidas. E quanto se fez a redação das normas, foram feitos também os gabaritos de setor por setor.** ‘Foram desenhos separados, à parte’ (Orlandi, 2004). Esses desenhos contêm informações sobre altura, perfil e tipologia da edificação. (grifamos) (GARCIA, 2004, p. 49)

No caso do SCS, já vimos, parte da normativa está também consubstanciada nos CE, de dezembro de 1966. Haja vista a complexidade envolvida em redigir um Código de Edificações de uma cidade, é de se imaginar que o Decreto “N”, de março de 1967, já estivesse quase pronto ou, no mínimo, bastante adiantado quando foram publicados os CE. Podemos, mesmo, imaginar que a elaboração de ambos, feita pela Novacap, configura-se

como parte de um esforço orquestrado para formalização de normas naquele período.^[57]

De toda sorte, apenas três artigos deste Decreto - nº 25, 80 e 81 - dizem respeito ao SCS, razão pela qual os transcrevemos, na íntegra, logo abaixo. Chamamos atenção para o artigo 25, no qual se estabelecem os usos e as atividades permitidas.

Art. 25. O Setor Comercial Norte e o Setor Comercial Sul compreendem os edifícios de lojas e salas para fins comerciais para as seguintes finalidades:

I — Lojas de departamentos;

II — Lojas especializadas;

III — Escritórios e consultórios;

IV — Pequenos laboratórios;

V — Oficinas de artesanato;

VI — Clubes urbanos;

VII — Cursos de aperfeiçoamento e treinamento relacionados com atividades comerciais;

VIII — Academias de ginástica, saunas, mediante aprovação prévia da DLFO;

IX — Pequenas agências bancárias;

X — Agências de órgãos de serviços públicos, cafés, bares, restaurantes, barbearias, engraxaterias, bancas de jornais e revistas, papelarias.

(...)

Art. 80. No Setor Comercial Norte e no Setor Comercial Sul será permitida, a critério da DLFO, no caso de estabelecimentos comerciais que ocupem com exclusividade um ou mais lotes, a utilização livre dos espaços internos, independente do estabelecimento no gabarito, desde que sejam mantidos, externamente, os mesmos elementos geométricos essenciais do conjunto.

Art. 81. O projeto do Setor Comercial Sul, estabelecendo seus limites e ocupação, elaborado pela Coordenação de Arquitetura e Urbanismo, corresponde às pranchas de sigla SCS PR 20/a, 21/2 e 22/2.

§ 1º As projeções 1 a 20 e 18 a 24 destinam-se à construção de edifícios isolados que deverão obedecer ao gabarito indicado no desenho número 15 de sigla SC-S, CE 1/1.

§ 2º As projeções de 11 a 17 são subdivididas em lotes e os edifícios nelas construídos deverão formar conjunto homogêneo e, para tanto obedecer os gabaritos indicados nos seguintes desenhos: número 16, de sigla SC-S, CE 2/1 — para as quadras 11, 13 e 17; número 17, de sigla SC-S, CE 3/1 — para a quadra 12; número 18, de sigla SC-S, CE 4/1 — para a quadra 14; número 19, de sigla SC-S, CE 5/1 — para a quadra 15, e número 20, de sigla SC-S, CE 6/1 - para a quadra 16.

§ 3º Os edifícios localizados no trecho B dêste Setor obedecerão o projeto acima referido e terão altura máxima de 5 (cinco) pavimentos. (DISTRITO FEDERAL, 1967)

Uma vez que nos interessa, em particular, a questão dos usos, daremos foco a isso. Contrariamente à monofuncionalidade implícita no nome do Setor, percebe-se da leitura

57 A título de curiosidade, a maioria dos CE relativos aos Setores Bancários Sul e Norte datam também do início de dezembro de 1966, o que corrobora nossa leitura de intenção em formalizar as normas.

do artigo 25 que, desde 1967, já não havia previsão apenas de atividades comerciais. Nesse sentido, destacamos a presença no rol acima de: oficinas de artesanato; clubes urbanos; academias de ginástica e saunas.

Sob a ótica da legislação mais recente, temos que, em 20 de janeiro de 2017, por meio do Decreto n° 37.966, uma nova Tabela Nacional de Classificação de Usos e Atividades Urbanas e Rurais do Distrito Federal^[58] foi publicada e passou a vigor para todo o DF. De acordo com o Art. 3° deste Decreto, os usos urbanos estão divididos em: residencial, comercial, industrial, institucional e prestação de serviços. Assim, segundo essa tabela, os usos elencados no Decreto “N” recebem classificação que, em regra, os enquadra como: comercial, prestação de serviços e institucional. Verifica-se que a divisão de atividades que a legislação prevê, hodiernamente, é muito mais complexa do que a que constava no Decreto “N”. Contudo, haja vista que tudo o que está listado no art. 25 está contemplado pela tabela atual, temos, sob o ponto de vista da lei, um rol exaustivo e bastante específico.

Se, por um lado, temos uma limitação bastante clara, por outro, é interessante reparar que a presença dos usos prestação de serviços e institucional (e não apenas do estritamente comercial) acaba configurando, sob a letra da lei, uma flexibilização (cuja raiz, na verdade, estaria em sua origem, já que a presença massiva dos escritórios - uso prestação de serviços - fora textualmente prevista no RPPB). Recordemos, por fim, que a diretiva de não insistir na excessiva setorização é reiterada tanto no livro de Maria Elisa Costa e Adeildo Viegas, “Brasília 57-85: do plano-piloto ao Plano Piloto” (1985), quanto no documento de Lucio Costa, “Brasília Revisitada 1985/87: complementação, preservação, adensamento e expansão urbana” (2007).

Tenhamos em vista que, a despeito de quaisquer usos e atividades que tenham se instalado na prática (o que veremos melhor nos capítulos seguintes), sob o aspecto legalista, diante da norma que hoje vige, para que habitações multifamiliares possam ocorrer em consonância com a lei, o uso residencial precisa ser acrescentado ao rol. Essa formalização foi primeiramente encampada apenas no Projeto de Lei Complementar do PPCUB, como veremos no capítulo 3. Além disso, veremos, também, por meio dos achados nos jornais que a interpretação restritiva da setorização não encontrou sustentação na realidade vivida do SCS.

58 A título de esclarecimento, consoante o Art. 2° deste decreto: “A Classificação de Usos e Atividades Urbanas e Rurais do Distrito Federal, baseada na Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE Subclasses - versão 2.2, é composta dos seguintes níveis hierárquicos: I - Uso (...); II - Atividade (...); III - Grupo (...); IV - Classe (...); V - Subclasse (...)”. (DISTRITO FEDERAL, 2017). Assim, temos, por exemplo, que os clubes urbanos, previstos no inciso VI, do Art. 25 do Decreto “N”, seriam classificados, atualmente, da seguinte maneira:

Uso: Institucional;

Atividade: 93-R: Atividades esportivas e de recreação e lazer;

Grupo: 93.1: Atividades esportivas;

Classe: 93.12-3: Clubes sociais, esportivos e similares;

Subclasse: 9312-3/00: Clubes sociais, esportivos e similares

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO 1

Com efeito, comparando plano-piloto e projeto da década de 1960, embora tenha havido mudanças, pode-se dizer que houve permanência em essência. Falamos, por exemplo, da posição do SCS em relação à Asa Sul, do formato trapezoidal que foi mantido e da preocupação em assentar os blocos de modo a favorecer a acomodação ditada pela topografia. Nesse mesmo sentido, imaginamos que o contorno delineado no RPPB de blocos retangulares paralelos ao eixo rodoviário, tenha se transfigurado, em quadras no projeto de 1960. E, talvez mais especificamente, que os blocos de lotes geminados das quadras 2, 3, 4 e 6 sejam derivações mais diretas daquele primeiro croqui do RPPB.

Quanto às demais soluções presentes em ambos, que colocam em evidência diretrizes que foram assimiladas no RPPB e, posteriormente, introjetadas no projeto de 1960, destacamos: previsão de estacionamento em dois níveis; existência de ruas de serviço; presença de térreo e sobreloja a partir dos quais se desenvolvem áreas interligadas cobertas; conectividade de fluxos a pé, por meio da implantação dos blocos e do deslocamento protegido de galerias e marquises. A nosso ver, o projeto de 1960 foi resultado de refinamento baseado no que havia sido delineado no RPPB. Nota-se que aqueles que desenvolveram o projeto de 1960 estavam imbuídos do espírito de manter fidelidade à essência do que Costa criara e elaboraram um competente projeto executivo, desenvolvendo o que podemos encarar como uma espécie de partido arquitetônico contido no Relatório. Identificamos, assim, que os autores do projeto de 1960 lograram reconhecer elementos essenciais e extraí-los diretamente do RPPB para, com base neles, pautar o desenvolvimento do projeto. E, a nosso ver, houve muita habilidade na tradução do projeto desse centro.


Argumentamos que houve, portanto, intencionalidade advinda não só da capacidade de identificar eixos principiologicos do Relatório, mas também mérito projetual em lhes conferir um formato mais complexo, que desse resposta, inclusive, a novas condicionantes, ensejadas pela implantação da cidade. É possível dizer que de plano a projeto e de projeto à cidade muito se manteve. Como reconheceu Costa: “Vendo Brasília atualmente, o que surpreende, mais que as alterações, é exatamente a semelhança entre o que existe e a concepção original” (COSTA, 2007, p. 71). Nos parece que o SCS reflete bem essa afirmação. Embora identifiquemos semelhanças, não se pode negar que o projeto de 1960 consista em algo diferente do que fora previsto no RPPB, ainda que a referência a ele seja patente. Isso tudo também nos serve tanto para recordar que o Plano Piloto sempre foi passível de mudanças, de modo que melhor atendesse aos anseios de demandas de cada época - fato reconhecido inclusive pelos protagonistas da epopeia Brasília -, quanto para lembrarmos de que alterações discursivas e conceituais também aconteceram. Portanto, estejamos atentos para não cair na armadilha de que o que há hoje é o que sempre existiu.

Não pensemos que algo que existe foi concebido como tal, tampouco que as modificações tenham ocorrido todas a um só tempo. O que há é, antes de mais nada, resultado em constante revisão de um acúmulo de transformações.

Olhando para o RPPB, para o projeto de 1960 e para a cidade materializada na prática, nos vimos instigadas por sua história de conformação e transformação. Pensar esse processo de mudança e buscar compreender o SCS que existe nos motivou a olhar para a história de seu cotidiano e sua apropriação e vivência. Foi a ideia dessa investigação que pautou a construção do capítulo 2.

LUGAR E IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO





O segundo capítulo desta dissertação está dedicado a criar uma narrativa cronológica do desenvolvimento urbano do SCS, baseada na construção simbólica e identitária do Setor e na apropriação social, desde seu início até 2014. Objetivamos compreender como se deu o processo de transformação de sua paisagem urbana, identificando os acontecimentos que consideramos relevantes, os atores em destaque, a imagem que se consolidava do Setor e as questões cotidianas e os problemas urbanísticos elencados como relevantes pelos periódicos, usados como fontes históricas.

Nossa principal fonte histórica será o jornal *Correio Braziliense*, que, acreditamos, seja não somente a mais adequada para o tipo de investigação que nos propomos aqui, mas também a mais facilmente disponível. A narrativa por meio dos jornais será a espinha dorsal neste segundo capítulo. Além desse periódico, faremos uso dos exemplares da *Revista Brasília* e também de fotografias obtidas no acervo do Arquivo Público do DF.

O *Correio Braziliense* consiste em uma publicação diária, cujas edições, já dissemos anteriormente, obtivemos na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Sobre essa fonte, de acordo com Flávia Biroli (2010), o CB foi o primeiro jornal de Brasília e nasceu junto com a *Nova Capital*, no dia 21 de abril de 1960, fruto de um acordo entre o presidente JK e o proprietário dos *Diários Associados*, Assis Chateaubriand. O jornal retomou o nome do *Correio Braziliense*, que fora editado entre 1808 e 1822, em Londres, por Hipólito José da Costa. E, com o crescimento de Brasília, o novo jornal se tornaria o principal impresso da cadeia dos *Diários Associados*. Em 2008, segundo Biroli, o jornal tornou-se o periódico diário de maior circulação no centro-oeste e um dos 20 maiores de circulação no país. Ela aponta também que, inicialmente, os leitores principais eram funcionários públicos.

Sobre o conteúdo, percebe-se pelas reportagens que o jornal, no início, teve um caráter mais provinciano - cotidianidades apareciam com frequência - e de formador de opinião. Por volta dos anos 1970, imaginamos que reverberando com algum atraso a própria mudança no jornalismo ocorrida na década de 1950, como apontada por Tania de Luca (2015), vê-se que as matérias começam a se revestir de uma tentativa de neutralidade (ainda que algumas ainda tenham explícito posicionamento), deixando para as colunas e

seções de opinião, mais liberdade de temas e de posicionamentos.

Na costura de nossa narrativa, construímos uma periodização dividida em quatro tempos: os anos de consolidação (1960-1971); os anos de ouro: a centralidade econômica (1971-1983); os anos da centralidade política (1980-1990); os anos de centralidade popular: retóricas de decadência e de revitalização (1990-2014). Tenhamos em mente que o objetivo aqui não é construir uma linha do tempo contínua e detalhada do SCS, mas sim contar uma história daquele lugar. Lembremos, contudo, que aqui se construirá apenas *uma* narrativa possível. Não se trata, como nos recorda Veyne (1992) e tornamos a frisar, de um registro completo do que se passou, porque não estamos diante dos eventos em si, mas de apontamentos sobre eles. As narrativas resultam, também, dos recortes que aqui fizermos e dos temas que optamos por evidenciar, o que não significa atribuir importância absoluta a este ou àquele evento ou assunto. Levamos em conta a trama dos acontecimentos e os limites da documentação de que dispomos, fatores determinantes na escolha dos caminhos tomados. E, por fim, como nos orienta Luca (2015), recordemos de que não se tratam de informações objetivas, prontas para serem absorvidas como factuais, mas sim de registros que não podem ser dissociados nem da conjuntura político-econômica-social do país, nem dos agentes que os relataram, nem das pautas e dos conflitos que se fizeram mais presentes em cada época, nem da liberdade ou do interesse para contá-los. Tudo deve ser ponderado e buscaremos fazê-lo com cautela.

OS ANOS DE CONSOLIDAÇÃO (1960-1971)

Nas fotografias localizadas no ArPDF que retratam a área central e na Revista Brasília (em que se tem acesso, inclusive, a atas da diretoria da Novacap), vê-se que a centralidade do SCS foi uma das primeiras a ganhar materialidade no Plano Piloto, sendo anterior, inclusive, à da Rodoviária. As fotografias do ArPDF de 1963 mostram o SCS em construção e a Rodoviária ainda incipiente (fig. 2.1). Já a pesquisa na Revista Brasília (RB) sugere que o Setor Bancário Sul (SBS) teria sido o primeiro a se consolidar, uma vez que foi anunciada, como parte do discurso do presidente da Novacap, a “venda total do Setor Bancário Sul” (**Revista Brasília**, nº 18, p.8, jun. de 1958). Associado a isso, temos a Ata da 67ª Reunião do Conselho de Administração da Novacap, realizada em 22 de outubro de 1958, em que o Conselho fixa que “o prazo para o início de construção no setor bancário será de 2 (dois) anos, a contar da data da aquisição do terreno” (**Revista Brasília**, nº 23, p. 24, nov. de 1958). No entanto, pelos relatos dos jornais, depreende-se que a centralidade do SCS firmou-se antes. Citamos, por exemplo, a matéria intitulada

“Os vazios da cidade”, publicada em 7 de agosto de 1972^[1]. Nela, aponta-se que no SCS não há mais vagas, ao passo que em seu vizinho imediato, separado por um conjunto de vias, diversos lotes não construídos transformam aquela área em um vazio indesejado para a cidade. A matéria indica haver falta de vontade dos proprietários - mais do que falta de recursos - atrelada a uma lógica de especulação imobiliária.

O jornal *Correio Braziliense* nasceu com a cidade, porém, apenas na edição de nº 75 do jornal, de 17 de julho de 1960, apareceu o primeiro registro neste periódico acerca do Setor Comercial Sul, trazendo em destaque o lançamento da pedra fundamental do edifício Esol (atual Edifício Ceará)^[2]. Na fotografia, já apresentada da *Revista Brasília* (fig. 1.16), vemos os dois primeiros prédios sendo erguidos, em 1961.



Figura 2.1: Foto de trecho da área central. SCS com sete blocos visíveis, na futura quadra 1, e Rodoviária vazia
Fonte: Revista Brasília, ano 6, nº 53-64, p. 43, maio de 1961 - abr. de 1962



Figura 2.2: Quadra 1 à esquerda na fotografia, com seis blocos visíveis
Fonte: Revista Brasília, ano 6, nº 53-64, p. 46, maio de 1961 - abr. de 1962

1 OS vazios da cidade. *Correio Braziliense*, Brasília, 7 ago. de 1972. Edição nº 3890, p. 2. [Ocorrência nº 1080]

2 PEDRA fundamental do Edifício ESOL: hoje. *Correio Braziliense*, Brasília, 17 jul. 1960. Edição nº 75, p. 6. [Ocorrência nº 1]

É preciso sempre ter em mente que o fato de Brasília ter sido inaugurada em 21 de abril de 1960 não significa que sua construção estivesse completada. Longe disso. O mesmo se aplica ao SCS, o que já ficou demonstrado pelas fotografias utilizadas até aqui. Por isso, denominar este primeiro período de “Consolidação” significa que foram anos determinantes neste processo de o SCS estabilizar-se, física e simbolicamente, até ficar evidente seu apogeu. Estar consolidado não significa que o Setor estivesse completo, com todos os lotes edificadas. Não estava (fig. 2.3). Ainda havia edifícios em construção e identificamos a venda de bastantes lotes ao longo da década de 1970. Nessa perspectiva, citamos reportagem datada de 30 de janeiro de 1973 em que se menciona o dado - não verificável em outra fonte - de que 60% do SCS estaria construído até aquele momento^[3]. A última venda de lotes vazios que conseguimos discernir remonta a 18 de novembro de 1979^[4] (portanto, com início de construções inegavelmente muito posterior ao que denominamos de anos de Consolidação). Feita essa observação, contudo, é mister reconhecer que o tempo da Consolidação está, em alguma medida, associado ao processo de efetivação da materialidade do Setor.

Investigando os anos iniciais do Setor pelo *Correio Braziliense*, as ocorrências^[5] logo evidenciam que eles não são marcados por vasta miríade de protagonistas. Pelo contrário, observa-se um início tímido e com poucos atores até mais ou menos 1965/66.

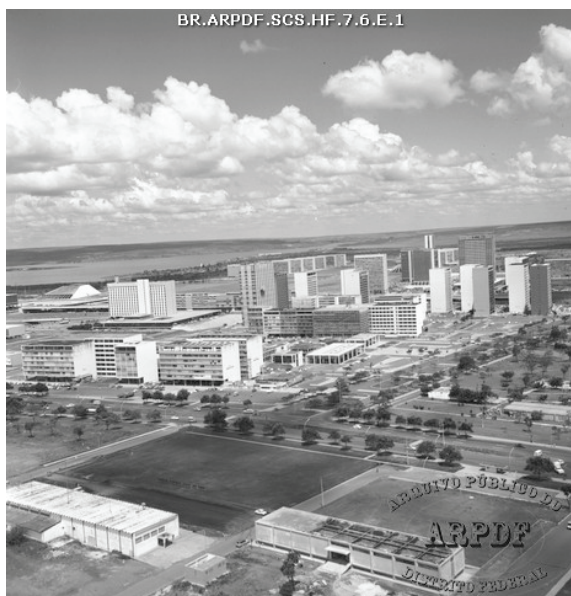


Figura 2.3: SCS com lotes ainda vazios em nov. de 1970

Fonte: ArPDF (039965_SCS_HF_7_6_E_1_Sector_Comercial_Sul_Brasilia_DF_24_11_70)

3 PRATES diz que tráfego de Caracas é ideal para o DF. *Correio Braziliense*, Brasília, 30 jan. de 1973. Edição nº 4064A, p.2. [Ocorrência nº 1463]

4 ANÚNCIO: venda de dois lotes no SCS. *Correio Braziliense*, Brasília, 18 nov. de 1979. Edição nº 6131, p. 11, seção Imóveis. [Ocorrência nº 8569]. Não menciona o endereço completo.

5 Na investigação por meio da hemeroteca digital da BN, é utilizado o termo “ocorrência” para se referir a cada vez que as palavras-chaves buscadas aparecem. Assim, reiteramos que manteremos o nome “ocorrência”, em fidelidade àquela base.

De pronto, alguns dos primeiros agentes que pudemos associar à aurora da existência do SCS são as construtoras e incorporadoras. Logo em seguida, já a partir de 1962, começam a despontar as imobiliárias, com movimento de instalação de lojas e escritórios. Contudo, é notória, pelos periódicos, nos quatro primeiros anos, a pouca diversidade de atores. Houve algumas exceções, como o Jockey Club do Brasil, uma das primeiras associações de renome a se instalar no SCS e a edificar sede própria, na atual quadra 2 (em edifício que até hoje leva seu nome) e cuja presença foi, com certa frequência, noticiada nos jornais até o início de sua falência, em 1969. Como veremos no próximo capítulo, o edifício Jockey Club foi um em que se anunciou aluguel de salas para moradias^[6].

A carência de atores não causaria estranhamento, a princípio, considerando que o Setor ainda estava em fase de edificação. No entanto, não pudemos deixar de notar que muitas das ocorrências localizadas nos anos de consolidação centram-se em anúncios e reportagens de caráter propagandístico (fig. 2.4).

Percebe-se que havia empenho no convencimento da população da ideia do Setor como centralidade e como o lugar para se estar no Plano Piloto. Mas, apesar desse esforço e do aparecimento nos jornais propalar o sucesso do SCS ^[7], parece-nos que os anos iniciais foram, na realidade, marcados por alguma recalcitrância quanto ao Setor. Parece-nos que, apesar do esforço da mídia em fazer transparecer o contrário, o SCS não principiou com grande êxito, mas sim com desconfiança.

Aventamos essa suposição porque, já sabemos, o princípio de Brasília foi marcado pela descrença mudancista da capital. Acreditamos que essa percepção seja ratificada por alguns indícios que sugerem incoerência entre o discurso de sucesso e a realidade instalada. De início, apontamos o baixo número de ocorrências localizadas no CB nos anos 1960 a 1964: apenas 5 em 1960; 25 em 1961; 50 em 1962. Em 1963, houve aumento para 195; em 1964, voltou a cair para 136. Embora imaginemos que haver poucas ocorrências se relacione também ao processo de organização tanto da cidade quanto do próprio periódico, é, no mínimo, curioso que a prosperidade do SCS seja elemento de destaque nelas.

Acreditamos que nossa suspeita de que o Setor encontrou dificuldades em se firmar seja corroborada por questões aparentemente sutis, como a do endereçamento. Uma vez que o endereçamento cartesiano no Plano Piloto é muito distinto do que se verifica nas outras cidades brasileiras, em que predomina a lógica de nomes de ruas, e que se estava diante de uma cidade em pleno surgimento, é natural imaginar que a forma de se localizar ou de se referir a determinado endereço da cidade nova também fosse pautada por uma lógica familiar, em que os lugares mais conhecidos servem como referencial para os mais incipientes. Assim, temos que, nos primeiros anos do SCS, os endereços não raro vinham acompanhados de um ponto de referência. No caso do SCS, este foi, mais

6 ANÚNCIO. *Correio Braziliense*, Brasília, 19 set. de 1965. Edição nº 1627, p. 6, Mercado de Imóveis. [Ocorrência nº 507]

7 *Correio Braziliense*, Brasília, 31 jan. de 1961. Edição nº 238, p. 5. [Ocorrência nº 10]

comumente, a avenida W3. Também localizamos referências em relação ao edifício do Banco do Brasil (Setor Bancário Sul) e ao Hotel Nacional (Setor Hoteleiro Sul).

Pudemos observar que, dos anos 1960 a 1963, o SCS aparecia com pouca autonomia e identidade. E, nas menções e no endereçamento dos lotes e blocos do SCS, a via W3 aparecia como a principal referência. Tal como se vê nas propagandas das figuras 2.4 e 2.5: “venda escritórios e lojas ‘No local mais valorizado da cidade’ Edifício Brasil Av. W3 quadra 17”^[8] e da venda de lojas no SCS em “prédio na W3 - setor comercial sul”^[9].



Figura 2.4: Propaganda de 1961 de venda de unidades em edifício da atual quadra 6, próxima à W3
 Fonte: Correio Braziliense, Brasília, 31 jan. 1961. Edição nº 238, p. 5. [Ocorrência nº 10]

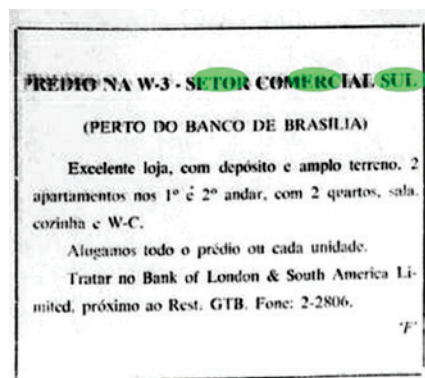


Figura 2.5: Propaganda para venda de lojas no SCS em “prédio na W3 - Setor Comercial Sul”
 Fonte: Correio Braziliense, Brasília, 8 mar. de 1963. Edição nº 863, p. 2. [Ocorrência nº 104]



Figura 2.6: SCS q. 13 “entre o Eixo Rodoviário e o Grande Viaduto”
 Fonte: Correio Braziliense, Brasília, 23 ago. de 1960. Edição nº 106, capa. [Ocorrência nº 3]

8 Correio Braziliense, Brasília, 31 jan. de 1961. Edição nº 238, p. 5. [Ocorrência nº 10]
 9 Correio Braziliense, Brasília, 8 mar. de 1963. Edição nº 863, p. 2. [Ocorrência nº 104]

A referência à via W3 nos chama particular atenção também por outra razão. Como já dissemos, a atual quadra 1, que é a mais próxima ao Eixo Rodoviário, foi a primeira a estar mais assentada, e os registros fotográficos mostram isso. Já com a propaganda da figura 2.4, de janeiro de 1961, fica claro que também já havia construções no outro extremo do SCS, mais próximo à W3. Outro anúncio, ainda anterior a este, registra que um edifício da atual quadra 4 (antiga quadra 13) também estava disponível já em agosto de 1960 (fig. 2.6). Isso nos leva a reparar no padrão de ocupação que transcorreu, ainda que nem sempre tenhamos auxílio das imagens: a quadra 1 foi a primeira a firmar-se, seguida pelas quadras pares, 2, 4 e 6. As quadras 3 e 5 foram as que mais demoraram a serem edificadas, como já mostrado em fotografias no capítulo 1. Especulamos que a proximidade com a quadra 1 tenha contribuído para alavancar a quadra 2. A quadra 6, por sua vez, conta com a já mencionada proximidade com a importante via W3. Já no que tange à quadra 4, nossas suspeitas se baseiam em ela ter o mesmo padrão construtivo das 2 e 6 e em estar locada no meio do SCS (as Plantas de Térreo e de Pavimento-tipo indicam nela o “Eixo de Locação ‘B’” do Setor). Além disso, supomos que, talvez essa localização central, tenha motivado a abertura da via local que entrecorta o Setor de norte a sul naquela altura, facilitando o acesso àqueles lotes.

Infelizmente, as primeiras fotografias do ArPDF a que tivemos acesso, voltadas para documentar a construção do SCS, datam de abril de 1963. E, por meio delas, o SCS aparenta menos edificado do que a quantidade de anúncios positivos nos jornais nos levaria a supor. Todavia, comparativamente a outros setores da área central, ponderamos que o SCS pudesse ser considerado como relativamente avançado^[10], mais em termos de edificações erigidas do que de ocupação das unidades, haja vista a já mencionada carência de atores. Realmente, o SCS estava longe do que se pretendia, considerando que se trata de um setor projetado para ser grande, denso e com grande número de lotes. Contudo, o fato de que a quadra 1 contar com prédios em altura faz com que o número de unidades disponíveis fosse relativamente alto.

Se, por um lado, havia o esforço de difundir o SCS como local valorizado, por outro, subjazia um reconhecimento de que essa situação ainda não estava alicerçada. E, realmente, pudemos depreender que a relativa baixa de construções perdurou até cerca de 1966. Matéria de 29 de junho de 1965 reporta que os responsáveis pelos 11 edifícios existentes no SCS haviam se unido para reivindicar melhorias junto ao governo^[11], porque, segundo eles, o SCS se tornara uma das áreas mais abandonadas do DF, carecendo sobre-

10 Temos em mente, também, que o grau de construção do SCS não pode ser medido com parâmetros de hoje. Por exemplo, a figura 1.22 (capítulo 1) pode suscitar a compreensão de que o SCS ainda estivesse longe de estar edificado e de fato estava. No entanto, fazemos a leitura de que a quantidade de prédios erguidos seria suficiente para representar algum poder de atratividade do Setor. Ademais, reiteramos o caráter comparativo em relação aos demais setores da área central.

11 MELHORIA do Setor Comercial. *Correio Braziliense*, Brasília, 29 jun. de 1965. Edição nº 1558, s.n. [Ocorrência nº 470] Chamamos atenção para a sutileza de que se tratam dos responsáveis *pelos* 11 edifícios existentes, e não por 11 dos edifícios existentes.

tudo de urbanização e adequada manutenção.

Enxergamos outro elemento que nos parece corroborar uma certa morosidade nos anos iniciais e algum empenho em reverter essa situação e induzir o SCS como centralidade: a constante presença de agentes do governo nas cerimônias de inauguração dos novos prédios do Setor. Vislumbramos nesses atos uma maneira de o governo defender e convalidar não só a transferência da capital para Brasília, como também a solidificação do SCS. De fato, a inauguração dos primeiros prédios comumente contavam com a presença de altas autoridades, como o próprio presidente Juscelino Kubitschek (na inauguração do edifício cujo nome lhe foi dado em homenagem), de pessoas ilustres e de figuras relacionadas à igreja. Nesse sentido, lembremos da argumentação de Laurent Vidal (2009) para demonstrar o quanto a inauguração da Nova Capital foi marcada por simbolismos deliberados, que visavam a lhe dar lastro: a data escolhida para inaugurar Brasília, o dia em que se mandou rezar a primeira missa, entre outros. É interessante observar que, com frequência, neste período de Consolidação, as inaugurações de novos edifícios e de sedes de agentes de relevo no SCS contaram com a presença de um membro da igreja católica, para conferir as bênçãos, rememorando a aura de convalidação divina sobre o que acontecia na Nova Capital. Essa prática perdurou mais amiúde até meados da década de 1970^[12].

Reafirmamos nosso olhar crítico acerca do suposto sucesso imediato do SCS com base no aparecimento de reportagens em que se elogiava o ritmo acelerado das obras de alguns edifícios e a suposta corrida de diversas firmas de outros Estados para adquirir imóveis^[13], ainda no início do Setor. Chama atenção, contudo, que, até 1964, os registros nos jornais tenham trazido pouca divulgação de nomes de empresas e de órgãos que lá se instalaram.

Assim, as incongruências relatadas parecem-nos respaldar a leitura de artificialidade e de esforço fabricado de convencimento acerca de uma pujança que ainda estava por acontecer. De fato, subentendemos da leitura dos jornais uma realidade diferente daquela que se escrevia. E, que se olharmos para o contexto mais amplo, talvez sequer tivesse condições de acontecer até aquele momento. Imaginamos que isso se deva a duas razões principais: primeiramente, pela influência exercida pelo contexto político-econômico do país; em segundo lugar, porque, como argumenta Rezende (2014), ainda não havia densidade populacional na cidade para conferir dinamismo e vitalidade a seu centro urbano.

12 EBN em novas instalações. *Correio Braziliense*, Brasília, 21 dez. de 1979. Edição nº 6164, p. 8. [Ocorrência nº 8661]. A sede da Empresa Brasileira de Notícias (EBN) foi inaugurada pelo ministro da Comunicação Social, no edifício Toufic. A solenidade contou com a benção de um frei e a presença de autoridades. Este foi o último registro desta prática que encontramos. O simbolismo de que a empresa de notícias do governo recebesse o aval católico não passa despercebido.

13 CONSTRUTORES mantém ritmo da Brasília de JK. *Correio Braziliense*, Brasília, 22 out. de 1961. Edição nº 456, p. 3. [Ocorrência nº 26]

Em nossa interpretação, coloca-se também como determinante o contexto político do país. Como nos mostra Fausto (2002), o governo JK pode ser considerado um momento de estabilidade política^[14]. A instabilidade que veio a seguir, todavia, impactou no retraimento não apenas das obras em Brasília, mas também na crise de incerteza que se instalou quanto à efetivação da Nova Capital.

Segundo Paviani (1985), nestes anos [1960-1964] a cidade apresentou desníveis na continuidade da construção civil e na economia local em razão das crises políticas no governo federal. A sucessão na presidência de Juscelino por seu opositor político, Jânio Quadros, resultou uma redução drástica no ritmo das obras e disseminam-se boatos a respeito do cancelamento da transferência da Capital. Além disso, a partir de então se sucedem graves crises políticas, iniciando-se em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, seguida, em 1964, pelo Golpe Militar. (SEDUH, 2017c, p. 47)

Embora não tenhamos localizado registros associando, especificamente, um arrefecimento do SCS à situação política até março de 1964, a leitura dos jornais sugere, como já mostramos, uma demora na concretização do Setor. Mas, se vê também que a construção não parou. E, nessa perspectiva, pode imaginar-se que a continuação se deveu, sobretudo, à atuação da iniciativa privada.

Não nos esqueçamos, porém, que, para além da situação política, coloca-se também a precariedade da situação econômica. Segundo Fausto (2002), por um lado, os anos de 1957 a 1961 foram anos de prosperidade, com o PIB crescendo 7% ao ano, resultado da política nacional-desenvolvimentista empreendida pelo governo JK. Por outro, foram anos em que se viu o aumento do déficit público, que “passou de menos de 1% do PIB em 1954 e 1955 para 2% em 1956 e 4% em 1957.” (FAUSTO, 2002, p. 432). Os gastos para a construção de Brasília tiveram grande parcela de responsabilidade nas contas públicas, legando ao governo Jânio Quadros um cenário de endividamento e inflação. O governo João Goulart não logrou melhores condições, e o período seguiu sendo de instabilidade política e incerteza econômica.

Após 1º de abril de 1964, com o golpe e a instalação da ditadura militar, houve certo resgate do ritmo das construções em Brasília.

A partir do golpe militar em 1964, o ritmo construtivo será retomado, com a renovação do interesse das Forças Armadas pelas questões de

14 Estamos cientes da crítica aplicada ao governo JK associada aos gastos para a construção de Brasília e de que estes teriam sido grandes responsáveis pelo agravamento da situação financeira do país. Contudo, não problematizaremos essa questão. Aqui, interessa-nos, sobretudo, reconhecer o período de estabilidade política vivido nos anos JK (o que viabilizou, inclusive, a construção de Brasília). De fato, segundo Fausto (2002), tanto o período anterior (de Getúlio Vargas e da crise política agravada com seu suicídio e com imbrólio de sucessão presidencial até chegar ao “golpe preventivo” do General Henrique Lott, que garantiu a posse de JK) quanto o posterior (governos Jânio Quadros e João Goulart, seguido pelo golpe militar de 1964) são apontados como momentos de instabilidade política no país. Assim, para fins da nossa argumentação, interessa defender que essa instabilidade teve repercussão negativa no processo de consolidação da Nova Capital e, por extensão, do SCS.

integração e segurança nacional. Intensificam-se as obras de infraestrutura e as transferências de órgãos e funcionários do Rio de Janeiro. Este ritmo será reforçado nos primeiros anos da década de 1970, quando o país passa por um período de grandes investimentos (o chamado “milagre econômico”), que coincide com os anos mais fechados da ditadura militar (1970 – 1973). (SEDUH, 2017c, p. 49)

No entanto, não nos parece que a retomada tenha sido ato contínuo, como se faz parecer no excerto acima. Não podemos perder de vista que a ditadura não favorecia a liberdade de imprensa, pelo contrário. Essa é uma das razões pelas quais olhamos as ocorrências localizadas nos jornais deste período com particular cautela. É de se esperar, por exemplo, maior superficialidade de críticas, ou concentração em temas menos polêmicos, como a conclusão da infraestrutura do Setor, e, de fato, não faltaram reportagens com esse teor no período de ditadura.

Observamos que tanto o número de ocorrências nos jornais quanto a natureza delas - muitas das quais enfatizando a realização de obras de infraestrutura e a inauguração de edifícios novos para atores estatais - indicam que o SCS ganhou força a partir de 1968, já sob a ditadura de Artur da Costa e Silva (1967-1969). Em 1965, houve 140 ocorrências; em 1966, 190; em 1967, 317; em 1968, 540; em 1969, 728. Em coluna do jornal CB, já de 1974, encontramos referência que reforça essa percepção: “No 2º governo militar, se retomou o ritmo mais intenso para concluir a cidade”^[15], o que parece coerente com uma leitura sistêmica do periódico.

A despeito das incontáveis críticas que devem ser feitas à ditadura, assumimos que a efetivação de Brasília teve contribuição dos militares, que encamparam a ideia de transferência da capital e tomaram medidas para garanti-la. Ademais, a condição econômica do país, próspera de 1969 a 1973^[16], também favoreceu o cenário de aceleração do ritmo nas construções.

De todo modo, em suma, identificamos que dentro dos anos de consolidação há dois momentos com características distintas: o primeiro é de lentidão, marcado por resistência, por inércia e até por suspeição (1960-1968); o segundo é de florescimento, assinalado pela retomada da confiança e pela aceleração do processo de efetivação de novos edifícios e presença diversificada de atores, em particular, de órgãos públicos (1968-1971).

Além das empresas que começaram a se instalar no SCS, demonstrando a construção de confiança na Nova Capital, reconhecemos a importância da atuação do governo como indutor ativo da consolidação do Setor, ao estimular a transferência de órgãos do

15 NOVO ritmo de trabalho. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 dez. de 1974. Edição nº 4383B, coluna Brasília, p. 2. [Ocorrência nº 4072]

16 “O período do chamado ‘milagre econômico’ estendeu-se de 1969 a 1973, combinando extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. O PIB cresceu na média anual, 11,2%, tendo seu pico em 1973, com uma variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%.” (FAUSTO, 2002, p. 485)

governo federal para se relocarem em Brasília - o que não se fez sem algum nível de resistência. Assim, arbitramos como marco temporal entre as duas fases a data de 9 de abril de 1968. Neste dia, o jornalista Adirson Vasconcelos, na coluna “Brasília”, critica, por considerar o uso incompatível com o SCS, a invasão do Setor pelos órgãos públicos^[17], atores que enxergamos como fundamentais em alavancar a confiabilidade do Setor.

Na busca por compreender um pouco melhor o preenchimento do Setor nos anos de Consolidação, coletamos menções a sedes de órgãos, entidades, associações e empresas cujos nomes foram textualmente citados^[18]. O objetivo foi de identificar o aparecimento de atores de relevo e tentar compreender quais atividades - principalmente aquelas para além do escopo estritamente comercial - se atraíram pelo Setor, visando estabelecer algum padrão de ocupação. Nos primeiros anos, esta não se mostrou tarefa tão complexa, dada a já relatada escassez deles. A listagem segue abaixo, organizada por anos.

De 1961 a 1964: Jockey Club de Brasília; Banco de Crédito Real de Minas Gerais; empresa Contabrás; empresa Fundação Tupy; International Business Machines (IBM); escritório do Minas Tênis Clube; sede do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); sede do Conselho Nacional de Desportos; sucursal do Jornal do Brasil; empresa Christiani-Nielsen; ordem dos músicos do Brasil; Directa (empresa de propaganda, arte gráfica e negócios); Sociedade de Habitações de Interesse Social (SHIS); Caixa Econômica Federal (CEF); Cartório do 2º ofício de registros civis. Em 1965: Associação dos Servidores Cíveis do Brasil (ASCB); Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) RODOBRÁS; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). Em 1966: Brasília Turística e Comercial S/A.; Indústria e Comércio da Mineração Brasil Central (INCOMIBRAC S.A.); Associação de Medicina Brasileira (AMB); sociedade pestalozzi; Serviço Social do Comércio (SESC). Em 1967: Departamento de Correios e Telégrafos (DCT); Federação Brasiliense de Tênis (FBT); Empreendimento Comerciais e Imobiliários S/A. (ECOMISA); Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos (DTUI) - futura COTELB; sede da Delegacia do Instituto Brasileiro do Café (IBC); Galeria de arte Ambiente; Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa; Ministério da Indústria e Comércio (MIC); Quartel General da Polícia Militar; Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA); Cia. Engenharia Civil (COENCISA); companhia de comunicações do Pará (COTELPA); Coordenação do Desenvolvimento de Brasília (CODEBRÁS).

Com efeito, é possível identificar a presença maciça de órgãos do governo, em particular aqueles com atividades afetas à infraestrutura e à economia. Mas, identificam-

17 VASCONCELOS, Adirson de. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 abr. de 1968. Edição nº 2549, p. 7, coluna Brasília. [Ocorrência nº 1193]

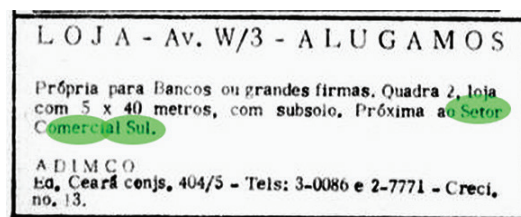
18 Contudo, não foi possível listar todas as lojas. Conforme os anos foram passando, e o Setor foi se consolidando, acreditamos que a tarefa perdeu seu propósito, razão pela qual, apenas nesses anos de Consolidação listaremos os agentes. A partir dos anos de apogeu, apenas aqueles que considerarmos alinhavados na narrativa serão mencionados.

se, também, empresas e associações de cunho diverso. Repare-se, inclusive, que já em 1967 se inaugurou no SCS a primeira galeria de arte, no Edifício Venâncio (quadra 1).

Não por coincidência, note-se que, na mesma época, reparamos uma mudança na questão atinente ao endereçamento. Se, nos primeiros anos, o referencial para o SCS fora a W3, em abril de 1968 a situação se inverteu, e o SCS passou a aparecer como a referência para endereços na W3 (fig. 2.7). Mais para frente, também viria a ser utilizado para situar os setores lindeiros, tais como o Setor de Rádio e Televisão Sul (SRTVS).

Figura 2.7: Anúncio de loja na W3 com referencial do SCS

Fonte: Correio Braziliense, Brasília, 4 abr. de 1968. Edição nº 2545, p. 6. [Ocorrência nº 1187]



Os registros nos jornais indicam que a fase inicial da Consolidação foi, como seria esperado, marcada ainda pela construção do Setor, tanto dos edifícios, como da própria urbanização. Nesse sentido, houve uma constante a permear o aparecimento do SCS nos jornais: as críticas à ausência e à lentidão da urbanização. De fato, este foi um dos primeiros assuntos a dominar a pauta dos jornais quando da menção do SCS.

Se, por um lado, ficavam patentes as dificuldades estruturais por que passavam o Setor quanto à urbanização, relatadas em uma grande quantidade de reportagens; por outro, havia matérias que se esforçavam para colocar em evidência cada melhoria física, bem como as vantagens e as benesses de estar no SCS, quase que de modo a apresentar uma suposta compensação pelas dificuldades enfrentadas daqueles que encararam ser os pioneiros no Setor. Nesse sentido, recebiam destaque: a instalação de infraestrutura associada com a modernidade tecnológica, tais como rede telefônica e ampliação nas linhas de transmissão de energia elétrica (que geravam frequentes interrupções no fornecimento de energia, pelo Departamento de Força e Luz) e a arquitetura moderna dos novos edifícios - ao qual vinha associado um constante vocabulário elogioso.

Quanto ao primeiro, foi recorrente não apenas a publicação de avisos e comunicados emitidos diretamente pelos órgãos que promoviam a manutenção, mas também reportagens frisando a situação privilegiada do SCS em ser um dos primeiros locais a receber tais melhorias. Quanto ao segundo, vimos, nesses primeiros anos, várias palavras lisonjeiras serem associadas ao SCS e seus edifícios. Em propaganda dos recém-construídos edifícios José Severo e Arnaldo Villares (atual quadra 6), chamam-nos de “moderníssimos” (fig. 2.8); outra refere-se a instalações “suntuosas” da nova sede Conselho Nacional de Desportos no SCS; e ainda ao Edifício Central, como “prédio de fino acabamento, onde estão instaladas grandes empresas” (fig. 2.9).

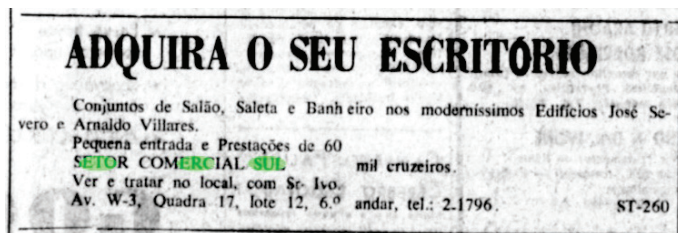


Figura 2.8: Anúncio

Fonte: Correio Braziliense, Brasília, 8 dez. de 1963. Edição nº 1091, Caderno de Imóveis, p. 6. [Ocorrência nº 271]

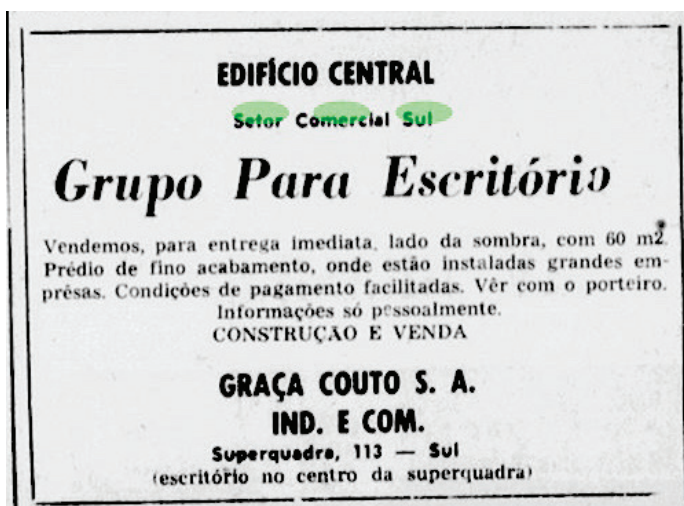


Figura 2.9: Anúncio

Fonte: Correio Braziliense, Brasília, 22 nov. de 1964. Edição nº 1381, Caderno de Imóveis, p. 4. [Ocorrência nº 397]

Em nossa visão, apesar de a Consolidação ter enfrentado tropeços iniciais, e dadas as dificuldades conjunturais, o quadro não tardou tanto a se reverter, iniciando-se em 1968, o segundo momento, a que denominamos de florescimento. Nossa leitura é corroborada pelas fotografias do ArPDF, que indicam, nessa época, um *boom* construtivo, em que o Setor aparenta estar em franco processo de robustecimento. Houve surgimento de grande quantidade de prédios. O SCS assemelhava-se a um grande canteiro de obras, tamanha era a quantidade de edifícios em construção. Imaginamos, também, que outros fatores tenham contribuído para essa disparada de construções, como por exemplo, a inauguração parcial do Setor de Diversões Sul (SDS) no final da década de 1960.

(...) nos primeiros anos da inauguração de Brasília, este centro ainda carecia de uma população que conferisse a vitalidade pretendida para a região. A estratégia montada pela NOVACAP como forma de estimular a rápida ocupação da área foi a elaboração do projeto do Setor de Diversões Sul e a implementação de medidas que estimulassem a sua execução. (REZENDE, 2014, p. 41).

Ainda conforme Rezende (2014), o projeto para o Setor de Diversões Sul foi elaborado por Lucio Costa em 1962. No mesmo ano, iniciou-se a construção e, ao final da década, a inauguração de parte do complexo transformou-o em pólo de indução da consolidação da área central.

No final da década de sessenta, após a inauguração de parte do

complexo de edifícios, o SD-S começou a abrigar os primeiros órgãos administrativos que se transferiam para a capital, como embaixadas e outras representações governamentais (apud NUNES, 2011, p. 27). A proximidade com o Hotel Nacional, um importante centro de atividades da época, favorecia o fluxo de pessoas entre os setores Hoteleiro e de Diversões., que passou a abrigar um comércio requintado para atender a demanda, tanto dos funcionários do SD-S, como dos setores hoteleiro e comercial. (REZENDE, 2014, p. 53)

Conseguimos imaginar o impacto que o SDS tenha tido naquele contexto, mas ponderamos também a existência de uma conjuntura mais ampla de fatores que favorecia o desenvolvimento e a atratividade da região. É de se considerar que o aumento de oferta de unidades com as construções tanto no SCS quanto no SDS e a densificação da cidade ao longo dos anos tenham se retroalimentado e conferido mais dinamismo àquela triangulação da área central, conformada por SCS, Hotel Nacional e SDS. Outra decorrência que imaginamos da leitura de Rezende diz respeito ao padrão de ocupação que aconteceu no SCS. Se o SDS se configurou como um espaço atrativo para as elites, percebe-se da leitura dos jornais que o SCS também o foi, principalmente, na imponente quadra 1. A franca presença das elites é, inclusive, um dos fatores que utilizaremos para dizer que estava confirmado o período de apogeu já no ano de 1971. Outro aspecto que tangencia nossa narrativa diz respeito à instalação de órgãos públicos, cuja presença, reiteramos, impactou sobremaneira o fortalecimento do SCS.

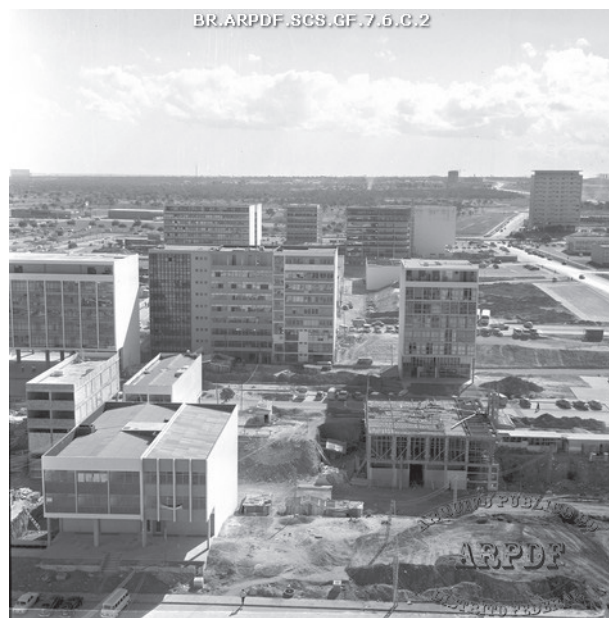


Figura 2.10: Quadras 3 a 6 em construção
Fonte: ArPDF (002991_SCS_GF_7_6_C_2)

A partir de 1968, começam a divulgar-se, com alguma frequência, festas e coquetéis de inauguração de edifícios inteiros, de estabelecimentos e sedes de empresas, de clínicas; proprietários de lojas no SCS são mencionados em colunas sociais; começam a surgir eventos culturais, tais como a exposição de arte organizada pela Sociedade Brasi-

leira de Cultura Inglesa no edifício Venâncio em 1969^[19].

Enfim, começam a multiplicar-se as reportagens em que se ressalta a presença de membros da elite brasiliense. Percebe-se, assim, que começa a haver um verdadeiro movimento de entrada no SCS pelos detentores do status financeiro e social, e o SCS começa a entrar em um momento de franca ascendência, reforçada pela instalação dos seguintes agentes entre 1968 e 1970. Em 1968: Banco Nacional da Habitação (BNH); cartório do 3º ofício; Delegacia Regional do Serviço Social da Indústria (SESI); Associação de Imprensa de Brasília (AIB); Imóveis, Comércio e Representações S/A (ICRESA); sindicato dos empregados em estabelecimentos bancários em Brasília; Sociedade Brasiliense de Radiologia. Em 1969: Banco da Amazônia S.A.; Departamento de Força e Luz - Companhia de Eletricidade de Brasília - CEB, 1969; Companhia de Telefones de Brasília (COTELB); Departamento de Água e Esgoto (DAE - Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB, após 1969); Caixa de Pecúlio dos Militares Beneficentes (CAPEMI); Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Banco Econômico da Bahia; FÉRIA Sociedade Anônima (crédito, financiamento e investimento); sede da Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Em 1970: Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais; conselho regional de economistas (CREP); Conselho Federal de Biblioteconomia; Embaixada do Chile; sede administrativa de uma igreja evangélica; Serviço de Assistência e Seguro Social dos Economiários (SASSE); Núcleos avançados do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, da Comissão de Financiamento de Produção e das sedes definitivas da CIBRAZEM, da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL), vinculados ao Ministério da Agricultura; Associação Profissional dos Técnicos em Administração do Distrito Federal; Confederação Nacional dos Profissionais Liberais (CNPL); Sindicato dos Lojistas do Comércio de Brasília; Escritório regional da SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), vinculada ao Ministério do Interior; Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Frescas de Brasília; Conselho Regional de Farmácia.

Vê-se que ainda é bem marcada a presença de órgãos do governo. Além disso, os conselhos de classe e sindicatos de categorias diversas também começam a se estabelecer - figuras que virão a ser bastante emblemáticas do Setor mais adiante. Chamamos atenção também para a presença da embaixada chilena. Ao fim de 1970, na toada de enfatizar a vocação multifacetada do Setor (que nunca esteve circunscrita na prática, apenas ao comércio de bens e serviços, como já se percebe até aqui), o CB reporta que o Chile, de Salvador Allende, efetivara a transferência de sua chancelaria do Rio de Janeiro para Brasília^[20].

19 ANÚNCIO: Exposição denominada Cartazes II. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 jun. de 1969. Edição nº 2904, s.n., coluna Agenda. [Ocorrência nº 1898]

20 **Correio Braziliense**, Brasília, 18 dez. de 1970. Edição nº 3381, p. 5, coluna Correio Diplomático. [Ocorrência nº 315]

Até 1970, foram muito recorrentes nos jornais propagandas, comunicados, avisos, matérias, tomadas de preço, concorrências, editais de convocação de assembleias etc. de órgãos do governo, de instituições, associações, sindicatos, consultórios, escritórios, clubes, escritórios de empresas com certa presença de mercado entre outros. A partir de 1970, as matérias acerca do SCS começam a indicar vitalidade e dinamismo. Sinalizamos este como o ano decisivo no estabelecimento da Consolidação. O Setor começa a movimentar uma gama variada de empregos; são lançadas novas linhas de ônibus, saindo de Taguatinga, que passam pelo SCS e vão para a Asa Norte; vários bares do SCS se transformam em auditórios para o público diverso que acompanhou com interesse a transmissão da chegada da Apollo-13 à Terra; acontece a primeira menção a um furto de carteira. No mesmo ano, a coluna que reporta a inauguração de nova galeria de arte^[21] no edifício Venâncio, na quadra 1, traz com entusiasmo o SCS, que diz ir de vento em popa graças a iniciativas de homens empreendedores, como o próprio Antônio Venâncio.

Ainda em 1970, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) começa a realizar cursos de formação diversos, e o Serviço Social do Comércio (Sesc) anuncia nova sede, que deve ficar pronta até dezembro daquele ano. O Setor começa a mostrar sinais de sua essência de centralidade e começa a despontar a presença clara daquela que será uma figura basilar de toda a existência do Setor: o povo.

É interessante reparar que a identidade popular está quase desde o início entremeadada no Setor, embora vá ganhar franco protagonismo apenas a partir dos anos 1990. E, a atuação de entidades do chamado sistema “S”^[22] – atores também de peso desde que lá se instalaram – sinalizam essa raiz. Sob esse ângulo, é possível refletir acerca do papel que teve o projeto de urbanismo de 1960, em que a variedade de tipologias tornou possível acomodar demandas muito diversas de espécies de empreendimentos, tornando-o, com sucesso, um setor diversificado e heterogêneo.

No mesmo ano, demonstrando essa dualidade bem equalizada que foi, por muito tempo, representativa do SCS, de um lado, temos relatada a realização do IV Congresso Internacional dos Trabalhadores na Indústria, um dos maiores já acontecidos no DF^[23]; de outro, a Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF), entidade que reúne os

21 HELENO, Guido. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 jan. de 1970. Edição nº 3088, p. 2, coluna Contato. [Ocorrência nº 15]. Reporta a inauguração da galeria de arte e traz em tom elogioso à figura de Antônio Venâncio. É interessante reparar que a ideia acerca da importância de certos protagonistas – narrativa que foi muito característica dos relatos iniciais sobre a construção de Brasília – acaba permanecendo. Atribui-se o sucesso do SCS a indivíduos que viram o potencial do Setor – e de Brasília – sua consolidação.

22 “Termo que define o conjunto de organizações das entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).” (AGÊNCIA SENADO, 2021).

23 CONGRESSO de trabalhadores inicia hoje. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 set. de 1970. Edição nº 3300, capa. [Ocorrência nº 253]

empresários (e que também será, até os dias de hoje, atuante no Setor) propalava o desejo de edificar em breve sua nova sede: o Palácio do Comércio^[24] - que, finalizado apenas em 1974, veio a se tornar um dos edifícios emblemáticos do SCS.

No início de 1971, o Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA), bastante ativo por cerca de duas décadas, inaugurou sua sede em Brasília. Este foi um instituto voltado a promover a cultura alemã. Nesse sentido, abriram diversos cursos para o ensino da língua, regulares e intensivos. Apesar desse papel, notamos que sua influência foi destacada na intensa programação cultural com exibição de filmes, realização de mostras e festivais de cinema alemão, peças de teatro e de exposições de arte^[25]. O Instituto tornou-se um ator bastante atuante no SCS até, pelo menos, 1989^[26].

Os anos da Consolidação encerram-se mais ou menos ao fim de 1970^[27]. Estipulamos como marco simbólico do fim o dia 21 de janeiro de 1971, quando foi noticiada a inauguração do ICBA. Diversos outros marcos foram cogitados, porque o ano de 1970 foi caracterizado por um crescendo na solidificação do SCS, entretanto, nos pareceu que a entrada de um ator voltado a um público de elite e que viria a estimular a verve cultural do Setor, seria um momento interessante para simbolizar o fim do período de Consolidação e o início dos anos de apogeu. Ali, acreditamos que já não se podia negar a efetivação do SCS.

De todo modo, o Setor havia entrado, então, no que chamamos de anos de ouro. O SCS era fato consumado, e sua força como centralidade econômica, inegável.

24 **Correio Braziliense**, Brasília, 2 out. de 1970. Edição nº 3315. [Ocorrência nº 272]. Só foi inaugurado em 29/11/1974. Mas a ACDF foi um ator importante no SCS. Tanto é que a solenidade de inauguração teve a presença do Vice-Presidente da República, do Ministro da Indústria e Comércio entre outros, e o edifício recebeu a bênção de um padre.

25 A lista de eventos promovidos pelo ICBA seria demasiadamente longa para constar no corpo do texto - e mesmo listada nos anexos, razão pela qual não serão incluídas. No entanto, deixamos registrado que o Instituto foi um ator importante na consolidação da vocação cultural do Setor.

26 Nos anos 1990-1991, quase não se fez menção ao ICBA. Entretanto, rememoramos, aqui, uma das limitações de nossa pesquisa, já apontada na Introdução, qual seja, a lacuna temporal de jornais a que não tivemos acesso, situada entre 21 de janeiro de 1991 e 31 de dezembro de 2001. A última ocorrência em que se faz menção ao Instituto data de julho de 1990. Contudo, não pudemos precisar sua data de saída do SCS, uma vez que, em janeiro de 2002 (quando tivemos, novamente, acesso a exemplares do periódico), já não havia mais menções a ele. Encontramos referência ao ICBA ter se transformado no Instituto Goethe.

27 Desde a primeira citação do SCS nos jornais até esta última neste período, houve 2.666, um número baixo - se considerarmos o total localizado de 24.983 - para registrar cerca de uma década transcorrida. Imaginamos que isso se deva não apenas ao fato de que a própria cidade e o SCS estavam em processo de se estabelecerem, mas também à própria condição incipiente do jornal, que se firmava como o meio de comunicação cotidiano da cidade.

OS ANOS DE OURO: A CENTRALIDADE ECONÔMICA (1971-1983)

Chamamos aqui de anos de ouro, ou de apogeu, os anos em que a condição essencial de centralidade, principalmente, econômica do Setor estava inegavelmente evidenciada. Havia vitalidade, dinamismo, e o SCS parecia ser o lugar para se estar no Plano Piloto. Estamos cientes de que adotar essa nomenclatura implica reconhecer a narrativa de elite como hegemônica, contudo, este é o viés que predomina no discurso de nossa fonte, e optamos por incorporá-lo à narrativa.

Pelo olhar das elites, essa foi a época de maior pujança do Setor. Parece-nos que o SCS foi, por esses anos, o reduto da alta sociedade brasiliense, o lugar de status, chegando a ser noticiado que era lá o metro quadrado mais caro do Plano Piloto tanto para compra quanto para aluguel. Esse período foi marcado pela condição do Setor como centro da cidade e pela efervescência cultural.

Outra evidência da presença das elites está no tipo de estabelecimento que se instalou no local. Os anos de ouro foram marcados pela abertura de negócios refinados, como restaurantes, boutiques, escritórios e consultórios de nomes proeminentes da sociedade de Brasília. Com efeito, uma informação interessante que encontramos nos periódicos foi a menção a pessoas renomadas, como o próprio JK, que tiveram escritórios no SCS. No caso de JK, aberto em 1976^[28], no Edifício Oscar Niemeyer. Em particular, a quadra 1 ganhou destaque nesse sentido. Nela, estiveram - e estão - os edifícios mais emblemáticos e valorizados do Setor (embora haja dentre eles mesmos, os mais prestigiosos). Este é, aliás, outro sinal de que o SCS atraiu a elite brasiliense: lá, há belos exemplares da arquitetura, alguns assinados por profissionais consagrados, como Oscar Niemeyer (que projetou os edifícios Oscar Niemeyer e Denasa), João Filgueiras Lima, o Lelé (autor dos edifícios Morro Vermelho e Camargo Corrêa) e Sérgio Bernardes (edifício Gilberto Salomão)^[29]. Nauro Esteves, cuja relevância à frente da Novacap já destacamos anteriormente, também assina alguns dos edifícios nas quadras 3, 5 e 6^[30]. Por fim, a presença das elites é também visível nos eventos que transcorreram no Setor. As próprias inaugurações dos blocos mais recentes citados acima, como o Denasa, em 1972, foram marcadas por refinados coquetéis que contaram com a presença de autoridades e

28 A caminho do fim. **Correio Braziliense**, Brasília, 14 ago. de 2002. Edição nº 14.08.2002, caderno 100 anos de JK, capa. [Ocorrência nº 230]. A matéria reconta os últimos dias de JK antes do acidente e menciona brevemente que ele inaugurou escritório próprio no 10º andar do edifício Oscar Niemeyer, por volta de 17-19 de agosto de 1976.

29 FREITAS, Conceição. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 ago. 2011. Edição nº 24082011, p. 29, coluna Crônica da cidade. [Ocorrência nº 769]. A autora cita a autoria desses prédios, inclusive o de Bernardes, e fala com carinho da quadra 1 do SCS.

30 A dissertação de Cristiana Mendes Garcia (2004), nas páginas 68 a 76, apresenta oito edifícios de autoria de Esteves.

de pessoas notáveis da sociedade brasiliense^[31].

“Uma cidade – e, sobretudo, seu centro, se caracterizam por sediarem um *ethos* urbano. Uma maneira de ser, um estilo de vida, uma performance cidadina de comportamento. É lá, no coração do urbano, que se abriga esta energia e que se constitui este elemento, comportamental, simbólico e intrínseco à modernidade, como um jeito especial de agir e ser habitante de uma cidade. A rigor, o centro é como um laboratório que define padrões e mesmo forja estereótipos que individualizam e distinguem as cidades, umas das outras”. (PESAVENTO, 2008, p. 7)

A identidade do SCS estava em formação, assim como a da própria capital. Dos registros nos jornais, vê-se que o SCS, desde muito cedo (e até antes que acontecesse, como já argumentamos nos anos de Consolidação), foi caracterizado como o coração do Plano Piloto. Fazendo uso de metáforas orgânicas e biológicas para descrever não só a forma urbana, mas também para equiparar trechos da cidade a corpos doentes, recorrente desde o século XIX, como apontam Gunn e Correia (2001), os problemas associados a essa condição de centralidade metropolitana, em particular, os relativos ao trânsito (o sistema circulatório do SCS), pareciam, na perspectiva dos jornais, ameaçar sua saúde e colocá-lo, frequentemente, à beira do colapso. Excesso de carros, falta de vagas de estacionamentos e constantes congestionamentos foram sistematicamente criticados nas matérias por comerciantes e frequentadores do SCS.

Ao contrário do que parece ter ocorrido na avenida W3, como apontado por Camargo (2019), em que se consolidou um comércio e uma dinâmica mais local e cotidiana, o perfil do comércio que se instalou no fim dos anos de consolidação do SCS foi mais variado em escala e em importância. Empresas multinacionais e grandes escritórios lá se firmaram. Pode-se dizer que o Setor Comercial Sul tinha ares cosmopolitas que conviviam com um comércio de caráter miúdo e rotineiro, essencial para o funcionamento do Setor como organismo quase autônomo do restante da cidade. Em ambas as frentes, o SCS concentrou grande número de postos de trabalho, que atraíam trabalhadores de variadas camadas.

Assim, o ápice foi, por um lado, noticiado como sendo marcado pelo estabelecimento de atores relevantes, pela pujança econômica, pela ebulição cultural, pela realização de eventos importantes na cidade e pela formação de uma identidade multifacetada do Setor. Por outro, foram evidenciadas no periódico questões presentes nas demais metrópoles brasileiras, tais como o acontecimento de pequenos crimes, o aparecimento de camelôs e de pedintes, costumeiramente situados em áreas de grande movimento

31 EDIFÍCIO Denasa inaugurado em Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 out. de 1972. Edição nº 3963, p. 3. [Ocorrência nº 1304]. Sobre a inauguração do Edifício Denasa: “(...) coquetel comemorativo do lançamento do mais moderno e funcional edifício do Setor Comercial Sul (...)”. Para celebrar o edifício projetado por Oscar Niemeyer, foi realizado coquetel no Hotel Nacional com presença de diversas autoridades e pessoas proeminentes na sociedade. Mais de 500 pessoas compareceram.

e concentração de pessoas. Dizer que o Setor vivia seus anos dourados não significa, portanto, dizer que os problemas estivessem resolvidos. Pelo contrário, alguns deles se avolumavam diante da centralidade que se firmava.

Começamos a investigação do início dos anos de ouro por nos recordar do contexto político e econômico do país. O Brasil esteve sob a ditadura do general-presidente Emílio Médici de 30/10/1969 a 15/3/1974. Como aponta Fausto (2002), havia, por um lado, dura repressão; por outro, ainda se viviam os anos de milagre econômico, até 1973. Assim, não causa estranhamento que, em parte, o auge do próprio SCS estivesse de alguma forma situado nesse período de tempo, em que a abundância econômica também tomava forma na cidade.

Em 21 de abril de 1971, no aniversário de 11 anos da capital, o CB publicou foto (fig. 2.11) em cuja legenda se lê que o SCS ia se completando e que as construções mal terminavam e eram prontamente ocupadas pelos comerciantes. Segundo o autor, isso confirmava a consolidação da Capital.



Figura 2.11: SCS vai se completando

Fonte: Correio Braziliense, Brasília, 21 abr. de 1971. P. 15. [Ocorrência nº 466]

E, com sua solidificação na condição de centralidade, problemas já anunciados, como o trânsito, agravaram-se, e as reclamações sobre a falta de estacionamento multiplicaram-se nos jornais em 1971.

Assim foi que, em março de 1971, pela primeira vez, se aventou a possibilidade de instituir um sistema de estacionamento pago^[32] em Brasília. O CB mencionou que os estacionamentos da W3, do SCS e do SDS seriam explorados por particulares. Segundo uma matéria, a ideia já havia, inclusive, recebido o aval de Lucio Costa (este, aliás, é um exemplo típico da lógica de argumento de autoridade que se estabeleceu para empreender modificações no Plano Piloto de Brasília, que ganham lastro ou validade mediante a chancela de seu autor). Os estacionamentos pagos somente entraram em funcionamento

32 ESTACIONAMENTO em Brasília será pago. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 mar. de 1971. Edição nº 3462. [Ocorrência nº 399]

no dia 7 de novembro de 1973^[33] (o que, imaginamos, tenha ocorrido depois de muita controvérsia técnica e institucional, ainda que esta não tenha sido reportada). Prontamente, o assunto dominou a pauta de discussões sobre o SCS, e não faltaram reportagens e opiniões dos motoristas tanto favoráveis quanto contrárias (a maioria), à sua implementação. O sistema pago vigorou até 1985. Veremos mais no capítulo 3.

Nas críticas ao trânsito, aparece, pela primeira vez, em setembro de 1971, a menção ao Plano de Lucio Costa não ter sido seguido no que diz respeito aos prédios do SCS terem garagem como, supostamente^[34], previra o RPPB^[35]. Aliás, a interpretação que os congestionamentos eram causados pela falta de vagas foi tônica costumeira das reportagens encontradas, bem como a postura dos motoristas, que reiteradamente se colocam como vítimas e se dizem forçados a cometer infrações, como estacionar em locais proibidos, em razão dessa suposta falta de locais para estacionar.

Nesta mesma época, os problemas de urbanização atinentes à manutenção começam a ser mais frequentemente relatados.

Em pleno Setor Comercial Sul, o **mais movimentado setor de escritório de serviços** da Capital, uma área oferece contraste com os edifícios ali construídos. O **mato** cresce, os **ratos** proliferam, o **lixo** se acumula, o descaso enfim é total. Enquanto isso, todos que ali trabalham enfrentam o problema de falta de estacionamento para veículos. (...) (O mato no SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 7 abr. de 1971. Edição nº 3472, p. 11. [Ocorrência nº 432])^[36] (grifamos).

Pontualmente, estes problemas serão trazidos outras vezes, bem como as soluções apresentadas pelo governo, como a desratização e o lançamento do I Plano de Limpeza Urbana promovido em 1975. Ambas as iniciativas foram propostas para o SCS em razão do reconhecimento de sua importância como centro de negócios da cidade.

De fato, verifica-se que novos atores acompanharam a onda crescente do Setor e lá foram se instalar, como a Casa Thomas Jefferson (CTJ), que em 1971 deixa a W3 e vai para o edifício Bandeirantes (quadra 6). Embora com menos peso que o ICBA, a CTJ teve alguma presença no desenvolvimento da vida cultural do Setor, principalmente,

33 ESTACIONAMENTO pago começa no SBS e SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 nov. de 1973. Edição nº 4243. [Ocorrência nº 4247]

34 Acreditamos que a referência a essa suposta obrigatoriedade esteja contida no item 11 da Memória do RPPB, que já foi trabalhado no capítulo 1. Contudo, discordamos da leitura que o autor fez sobre haver obrigatoriedade de garagem nos edifícios. Entendemos que se trata de uma leitura possível do Plano. Outra seria, por exemplo, a existência de garagens coletivas sob as áreas públicas do Setor.

35 PROBLEMAS urbanos em debate nos 'Cadernos de Arquitetura'. **Correio Braziliense**, Brasília, 1 set. de 1971. Edição nº 3596, p. 15. [Ocorrência nº 659]. Nela aponta-se que o "IAB-DF lança série de cadernos que tem por objetivo discutir problemas da cidade. Elvin Dubugras, presidente do departamento de Brasília do IAB-DF, ressalta "(...) diversos aspectos do Plano Piloto que não foram obedecidos como por exemplo, no Setor Comercial Sul, onde o arquiteto [Lucio Costa] previu estacionamentos subterrâneos, a exemplo do Setor Bancário Sul (...)".

36 A fotografia está com baixa legibilidade, por isso não foi incluída neste trabalho.

por meio da exibição de filmes e exposições de arte em sua sede.^[37] Enquanto isso, outros atores que viriam a ser fundamentais na construção identitária do Setor confirmavam-se em cena. Foi o caso, por exemplo, do Serviço Social do Comércio (Sesc), que em 1971 começou a construir sede própria no SCS. O novo edifício-sede do Sesc e do Centro de Formação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que chegou a ser referido no periódico como um dos edifícios mais bonitos do Setor, foi inaugurado em 30 de novembro de 1972, pelo então Ministro do Trabalho e Previdência Social, Júlio Barata.

Ao fim de 1971, começam a aparecer registros (fig. 2.12) sobre o crescimento do mercado imobiliário e sobre os lugares em que há mais procura e valorização, dentre eles, destaca-se que “(...) Os setores onde tem ocorrido maior aquisição de terrenos são o Hoteleiro, o Setor Comercial Sul e a Península Sul do Lago, além do Setor de Indústria e Abastecimento (...)” (CRESCER...,1971. [Ocorrência nº 773])

Isso parece parcialmente coerente com outros registros nos periódicos, tais como o da reportagem intitulada “O elefante volta à cena”, de autoria de João Paulo Barros. Segundo ele, “(...) Em 1963 (...) o Setor Comercial Sul era só meia dúzia de edifícios em esqueletos que - parecia então - iriam fossilizar-se. (...) Hoje é irrefreável o crescimento do Setor Comercial Norte e o Setor Comercial Sul já é uma realidade como centro nervoso, como a ‘cidade’ de nossas outras Capitais.” (BARROS, 1971, p. 4. [Ocorrência nº 843]).

Em 1972, apesar do que afirma a reportagem, a realidade da área central na Asa Norte ainda se mostrava muito distinta daquela da Asa Sul (fig. 2.13). Esta estava, de fato, avançada, embora ainda houvesse lotes vazios. Aquela, por seu turno, ainda estava longe de consolidar-se.

CRESCER O MERCADO DE IMÓVEIS NO DF

O mercado imobiliário de Brasília reagiu consideravelmente nos últimos dias e um dos fatores que concorrem para isso é a fuga da Bolsa, cuja queda levou investidores de Goiás, Minas Gerais e São Paulo a adquirirem imóveis na Capital. A informação é do sr. Onísio Ludovico, um dos atuantes investidores do DF, acrescentando que as transações já se refletem nos cartórios de registro de imóveis, cujo movimento está aumentando como aumentam ainda mais as perspectivas do mercado para 1972.

Segundo os corretores de imóveis, o fator que contribui decisivamente para esta reação imobiliária em Brasília é a certeza de fixação definitiva da Capital.

Os setores onde tem ocorrido maior

aquisição de terrenos são o Hoteleiro, o Setor Comercial Sul e a Península Sul do Lago, além do Setor de Indústria e Abastecimento, onde uma firma paulista, a Concretex, adquiriu recentemente uma área de oito mil m².

O sr. Onísio Ludovico ressaltou que numa cidade onde existe especulação imobiliária existe desenvolvimento e, neste ponto, os aluguéis de Brasília são os melhores do País, pois existem apartamentos na SQS 111 alugados a três mil cruzeiros; lojas na W-3 alugadas a 20 mil e casas no Lago a até 12 milhões. Disse ainda que os investidores de fora preferem construir os imóveis, a fim de compensar o investimento feito com a compra, o que não acontecia anteriormente.

Figura 2.12: Reportagem sobre crescimento imobiliário

Fonte: Correio Braziliense, Brasília, 4 nov. de 1971. Edição nº 3650, capa. [Ocorrência nº 773]

37 A inauguração desta sede foi marcada pela exibição de um filme (VAN Cliburn na Thomas Jefferson. **Correio Braziliense**, Brasília, 7 out. de 1971. Edição nº 3627, p. 15. [Ocorrência nº 711]).

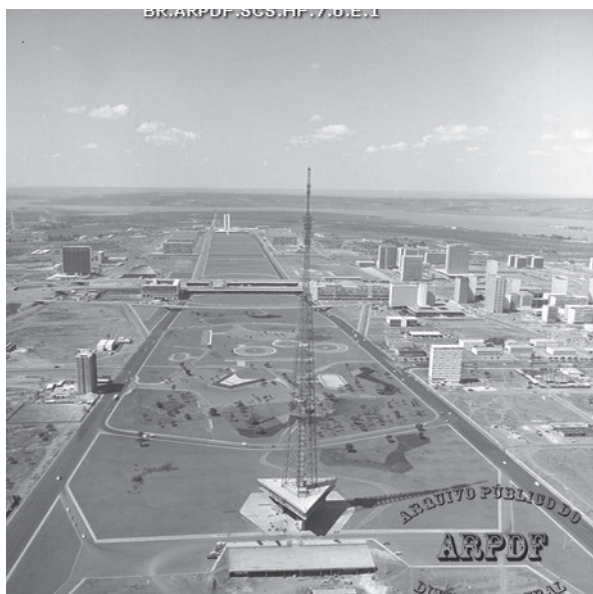


Figura 2.13: Área central. Asa Sul mais consolidada e Asa Norte pouco edificada.

Fonte: ArPDF [053146_SCS_HF_7_6_E_1_Torre_de_TV_Brasilia_DF_25_07_72]

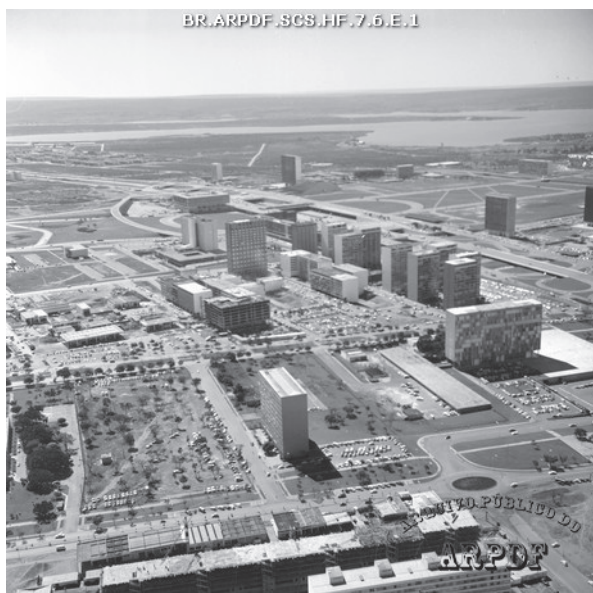


Figura 2.14: SCS ainda com lotes vazios (principalmente, na quadra 3)

Fonte: ArPDF [052436_SCS_HF_7_6_E_1_Vistas_de_Brasilia_DF_06_06_1972]

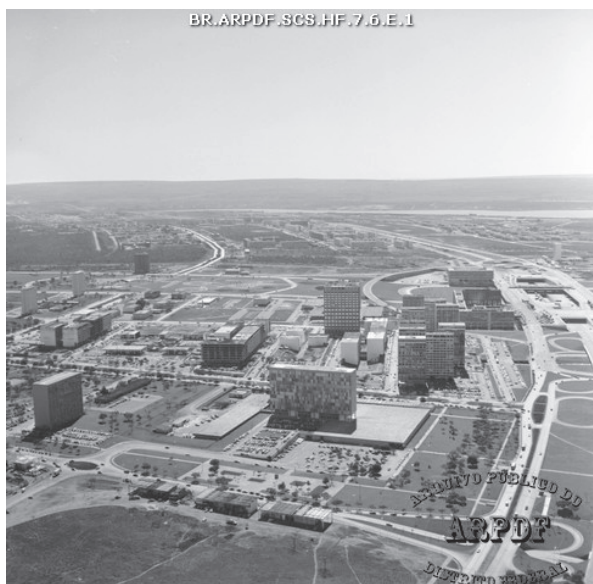


Figura 2.15: SCS ainda com lotes vazios (principalmente, na quadra 3). Quadras 1, 4 e 6 estão mais consolidadas

Fonte: ArPDF [052438_SCS_HF_7_6_E_1_Vistas_de_Brasilia_DF_06_06_72]

De toda forma, é possível verificar que, em 1972, as construções no SCS, segundo as reportagens, permaneceram a pleno vapor e que mais atores-âncora continuam se firmando na localidade. Um deles foi a Sociedade de Habitações de Interesse Social (Shis), cuja atuação passou a ser relatada com mais frequência; outro foi o Banco Central do Brasil, cuja sede no SBS só foi construída em 1975 (SEDUH, 2017c, p. 78). Em 1972, o CB noticiou que o Banco Central comprara um prédio no SCS para abrigar seus serviços^[38], sob a justificativa de que os aluguéis no SCS estavam muito altos. A nosso ver, isso demonstra a preferência do BC em permanecer no local mais bem estabelecido e prestigioso da área central.

Pouco depois desta última foto, em meados de 1972, começaria a ser erguido no SCS o edifício Denasa, de autoria de Oscar Niemeyer. De fato, a construção do Denasa mobilizou uma imagem positiva do Setor, e não se pouparam elogios nas reportagens ao esmero com que se erguia o futuro edifício, cujo canteiro de obras, relatou o periódico, recebia visitas frequentes do ex-presidente JK^[39]. Mais adiante, em 1976, os recém-construídos edifícios Morro Vermelho e Camargo Corrêa tornaram a evocar elogios à qualidade e à beleza da arquitetura que se via no Setor^[40].

Se, por um lado, a arquitetura despontava como um dos pontos positivos do SCS, por outro, a quantidade de empresas que se instalavam no Setor teve outro resultado na estética do local. Com o aumento da ocupação de lojas e salas, o jornal noticia que diversos condôminos dos edifícios começaram a afixar cartazes nos vidros das fachadas anunciando suas especialidades, buscando se diferenciar uns dos outros (o que não era necessário quando havia pouca ocupação). Disso resultaram críticas à suposta poluição visual que começava a surgir no SCS e ofuscava a bela arquitetura.

Com efeito, o dinamismo do SCS e seus desafios mobilizaram algumas declarações, em particular na década de 1970, nas quais se sugeria a revisão do plano urbanístico de Brasília. Tanto é que, em 1972, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) fez uma carta na qual identificava problemas e sugeria ações, indicando que seria hora de reavaliar a experiência de Brasília para poder adaptá-la ao dinamismo inerente à cidade. Um dos contratempos citados “(...) é representado pelo conjunto de problemas relativos à segurança de tráfego e facilidade de circulação e estacionamento em áreas como a Via W-3 Sul e o Setor Comercial Sul. (...)” (INSTITUTO, 1972, p. 15. [Ocorrência nº 1234]).

Para além das questões relacionadas ao trânsito, outra que se mostrará crucial

38 MUDANÇA do Banco. **Correio Braziliense**, Brasília, 3 out. de 1972. Edição nº 3947, coluna Brasília, DF, p. 2. [Ocorrência nº 1242]

39 VISITA frequente. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 jul. de 1972. Edição nº 3871, coluna Brasília, D.F., p. 2. [Ocorrência nº 1065]. Nela se lê: o ex-presidente JK visita frequentemente o canteiro de obras onde será erguido o edifício Denasa. “(...) Aliás, muita gente já chamando o local de Setor Denasa Sul, que pelo cuidado com que está sendo construído promete ficar uma beleza. (...)”

40 CUNHA, Ari. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 mar. de 1974. Edição nº 4389A, p. 3, coluna Visto, lido e ouvido. [Ocorrência nº 2999]. RONÁI, Cora. Entrevista com João Filgueiras Lima, o Lelé. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 ago. de 1976. Edição nº 4963, p. 3. [Ocorrência nº 5681]

em moldar a identidade do SCS surgiu também, de acordo com os relatos nos jornais, em 1972: a atividade de vendedores ambulantes. Em outubro daquele ano, apareceu a primeira reportagem envolvendo esses comerciantes de frutas e objetos diversos, cuja atuação, segundo o jornal, trazia problemas, como o da limpeza^[41]. Vê-se, aí, novamente uma perspectiva higienista, que já se manifestara em outros momentos. Ademais, parece que as reclamações desse tipo de ocupação compunham um esforço para alimentar uma aura de elite que ainda estava ligada ao SCS, que desejava permanecer no local.

Ratificando sua vocação múltipla, noticia-se no periódico que o Setor começa a receber eventos diversificados e importantes, nacionais e internacionais, e não relacionados à atividade fim de comércio, como, por exemplo, congressos sobre variados temas, solenidades de formatura de cursos superiores, posses de diretorias de associações e órgãos externos ao Setor. O local foi também, de 1971 a 1983, o ponto de chegada da Corrida de Reis (cuja primeira edição aconteceu em 1971), que viria a se tornar um evento de grande porte, entre diversos outros.

Os anos da época de ouro do SCS foram marcados por uma identidade ambivalente. Se, de um lado, as elites estavam presentes neste centro; de outro, o peso da força popular sempre fora patente. E, a dualidade entre a apropriação das elites e a vocação popular do centro manifestou-se com frequência no SCS.

Em 1973, as menções a lojas modernas e a edifícios luxuosos voltaram a aparecer. E, dois atores importantes até os dias de hoje entraram no SCS: as Lojas Americanas e a Infraero. A inauguração das Americanas foi marcada por um pomposo coquetel, a que compareceram o governador Hélio Prates e sua esposa (que seria patrona da loja), diplomatas e personalidades da sociedade local. A abertura da nova loja, com suas “moderníssimas instalações”, foi objeto de meia dúzia de reportagens somente em março daquele ano^[42]. Assim como alguns outros comércios no SCS, as Lojas Americanas funcionavam das 8 às 22h, movimentando o Setor, portanto, para além do tradicional horário comercial regular.

O Setor parecia estar em pleno movimento; a Novacap corria com a construção de calçadas; a Embratel iniciava a construção de sua sede; outra galeria de arte (a Porta-do-Sol^[43], no Edifício Carioca, quadra 6) era inaugurada. Uma propaganda de 1973 chega a referir-se ao SCS como a futura ‘Wall Street’ local.^[44] Um exemplo do quanto

41 ATIVIDADE irregular. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 out. de 1972. Edição nº 3952, foto, p. 23. [Ocorrência nº 1262]. A foto está com baixa qualidade, mas mostra, com pouca definição, ambulantes supostamente atuando em frente ao edifício JK.

42 Esta foi a primeira delas: LOJAS Americanas convidam Prates. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 mar. de 1973. Edição nº 4115A, p. 15. [Ocorrência nº 1585]

43 ARTISTA baiano expõe em Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 jul. de 1973. Edição nº 4132. [Ocorrência nº 1947]

44 PROPAGANDA Encol. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 maio de 1973. Edição nº 4076B. [Ocorrência nº 1725]

era expressivo o volume de pessoas que circulavam pelo SCS foi a decisão da ECT de transferir caixas postais da Rodoviária para lá, indicando que a balança da centralidade pendia, naquele momento, para o SCS.

Na seara do trânsito, em 1973, o Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran) propôs um Plano de Circulação temporário para tentar resolver os problemas, principalmente, enquanto havia grande número de obras e tapumes, que dificultavam ainda mais a situação^[45]. O Detran reclamava da indisciplina dos motoristas; já estes se queixavam da falta de estacionamento e de compreensão do órgão de trânsito, que continuava aplicando multas frequentes aos infratores. No mesmo ano, falou-se em cobrar pelo estacionamento no SCS. A proposta envolveria a Fundação do Serviço Social (FSS)^[46], que se utilizaria dos serviços de menores, e parte da renda seria revertida para programas assistenciais que os beneficiassem. Na mesma época, uma prática que viria a caracterizar o SCS até os dias de hoje já aparecia nos relatos: a do comércio de vagas por guardadores de carro, com quem os motoristas deixavam suas chaves^[47].

Esses anos assistiram também à multiplicação das reclamações sobre a falta de urbanização, de iluminação, o descaso com a manutenção do Setor e a uma certa quebra da ordem. Calçadas em más condições, tampas quebradas de caixas de eletricidade, lixo e bueiros abertos permearam os comentários nos jornais. Do mesmo modo, cresceu a veiculação de críticas ao comércio de ambulantes, que se ampliava em pontos de grande movimento de pessoas (como o Hospital de Base, o Conjunto Nacional de Brasília e os pontos de ônibus do SCS). O trabalho informal, na figura dos camelôs, dos guardadores de carro, dos catadores de papel e papelão e dos engraxates, aumentava, assim como os relatos de mendicância e de pequenos delitos.

É preciso ter em conta que, mesmo com alguma prosperidade econômica, o país não deixara de ser profundamente desigual. Registro raro nos jornais, inclusive, apareceu em setembro de 1973. Foi publicada uma fotografia sobre uma família morando em um barraco de madeira no SCS (fig. 2.16). Esta foi apenas a segunda ocorrência localizada sobre pessoas em situação de rua até 1986. O primeiro registro de moradores de rua no SCS foi em abril de 1965^[48]. Nesse ínterim, não houve menção a essa população, não podemos afirmar se por ausência desses moradores ou se porque não havia espaço e interesse para abordar o assunto.

45 DETRAN altera mão no Setor Comercial Sul. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 jul. de 1973. Edição nº 4141, capa. [Ocorrência nº 1984]

46 FSS fará experiência cobrando estacionamento. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 ago. de 1973. Edição nº 4166, p. 15. [Ocorrência nº 2107]

47 **Correio Braziliense**, Brasília, 10 abr. de 1973. Edição nº 4032, p. 4, Coluna Cartas ao Correio. [Ocorrência nº 1669]. Leitor reclama da falta de vagas, mas principalmente do comércio de vagas no SCS, em que os proprietários de veículos deixam as chaves com os guardadores para eles manobram e guardarem vagas. Muitos deles não têm habilitação.

48 ONDE está o Serviço Social? **Correio Braziliense**, Brasília, 20 abr. de 1965. Edição nº 1502, p. 5. [Ocorrência nº 436]



Figura 2.16: Família morando atrás do edifício Paranoá (quadra 3)

Fonte: BARRACO de madeira no Setor Comercial Sul. **Correio Braziliense**, Brasília, 1 set. de 1973. Edição nº 4175. [Ocorrência nº 2157]

Reafirmando tanto o SCS como um lugar de contrastes quanto a incontestante presença da elite, em outubro de 1973, foi anunciada a inauguração da Galeria de Arte Seraphico, na quadra 1, sob o empolado aviso na capa do jornal: “Brasília terá finalmente a Galeria que merece, “SERÁPHICO” - Galeria de Arte. Edifício Gilberto Salomão (...) Magnífico acervo permanente dos principais pintores, gravadores e escultores do país”. (ANÚNCIO Seraphico Galeria de Arte. **Correio Braziliense**, Brasília, 3 out. de 1973. Edição nº 4207, capa. [Ocorrência nº 2276]).

A nova galeria foi inaugurada em novembro de 1973, com uma exposição de Glênio Bianchetti. Desde então, a galeria do marchand Oscar Seráphico estimulou o cenário cultural e artístico do SCS e o próprio mercado de arte de Brasília com eventos e exposições. Foi muito presente na vida do Setor desde 1973 até o fim de 1989. Além de dispor de acervo permanente, promoveu mais de 50^[49] exposições, individuais e coletivas, ao longo dos mais de 15 anos de funcionamento. Várias delas ocorreram precedidas por *vernissages* com a presença da alta sociedade brasiliense. Por lá, passaram exposições de Marcelo Grassmann, Francisco Rebolo, Carlos Bracher, Nicolas Vlavianos, Juarez Magno, Paul Garfunkel, Yara Tupinambá, Maria Helena Andres, Cláudio Tozzi, Gilberto Salvador, Gregório Gruber, Silvio Oppenheim, Carlos Scliar, Maria Bonomi, Fernando

49 As ocorrências sobre a Galeria Oscar Seraphico foram bastante numerosas. Localizamos 25 de 1973-1979 e 30 de 1980-1989.

Velloso, entre outros. Em 1977, Vinícius de Moraes autografou o lançamento de seu novo álbum na Galeria. O horário regular de funcionamento da galeria foi, por longa data, das 9 às 22 horas.

Graças às iniciativas culturais, viu-se poucas queixas ao esvaziamento do Setor para além do horário comercial até os anos 1991^[50]. Essa retórica de que a ocupação do SCS existe apenas de segunda a sexta e durante o dia se tornou mais comum a partir de 2002. No entanto, já em meados da década de 1980, foi possível identificar menções à prostituição, masculina e feminina, e à presença das travestis, o que sugere que, desde então, não se estava diante do esvaziamento do Setor, mas sim de uma ocupação indesejada por alguns setores da sociedade. De todo modo, reconhecer essa outra vida do Setor foi assunto evitado nos jornais e insuficiente para mobilizar uma imagem negativa em volta disso até 1991.

Em 1973, a passagem de pedestres entre SCS-SBS tornou a ganhar a pauta. Inaugurada em 1968, mas sem ocupação comercial até então, camelôs que atuavam próximo ao Hospital de Base formularam pedido ao governador, Hélio Prates, para que se construíssem as lojinhas, e que eles pudessem ocupá-las, garantindo melhores condições de trabalho. Veremos, no capítulo seguinte, um pouco mais tanto sobre a futura Galeria dos Estados quanto sobre a presença dos camelôs.

Por fim, no mesmo ano, foi inaugurado o Edifício Baracat, chamado de “um dos mais luxuosos da cidade”, mostrando que o SCS firmava-se, cada vez mais, como lugar de status. No ano seguinte, 1974, anunciava-se o novo Edifício Oscar Niemeyer: “Oscar Niemeyer assina o projeto do Edifício que leva seu nome”. “A obra definitiva de um mestre num prédio comercial, oferecendo luxo, conforto, funcionalidade, requinte e segurança. Numa das áreas de maior valorização de Brasília: o Setor Comercial Sul. (...)”. (OSCAR Niemeyer assina o projeto do Edifício que leva seu nome. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 jan. de 1974. Edição nº 4314, p. 14. [Ocorrência nº 2750]).

Recém-inaugurado em dezembro de 1974, o jornal noticiava que o Palácio do Comércio começava a sediar eventos importantes, com figuras ilustres. Um deles foi a palestra de Mário Henrique Simonsen, então ministro da Fazenda^[51]. Depois, foram promovidos diversos acontecimentos, inclusive, exposições no saguão; congressos; palestras; conferências. Segundo os jornais, a ACDF e o Palácio do Comércio movimentaram bastante o Setor, com eventos dessa natureza.

Outro tipo de evento a agitar o Setor nesse período foram as “festas da cumeieira”. Promovidas como comemorações de inaugurações ou de datas celebratórias, aconteciam

50 De fato, as observações acerca do esvaziamento do SCS à noite e nos fins de semana tornam-se mais presentes a partir de 2002. No entanto, dado o vácuo temporal de jornais em nossa pesquisa (1991-2001), não podemos afirmar quando essa leitura se tornou mais recorrente.

51 SIMONSEN fala hoje na ACDF. **Correio Braziliense**, Brasília, 3 dez. de 1974. Edição nº 4364. [Ocorrência nº 3992]

grandes encontros, com a presença de pessoas destacadas na sociedade. Exemplo disso foi a comemoração do “Dia do Engenheiro”^[52], quando se noticiou que um jantar para 1.200 pessoas foi oferecido pelo Sindicato da Construção Civil, em sua sede, inaugurada por ocasião dos 15 anos da Capital, no Edifício Israel Pinheiro (quadra 4). Compareceram autoridades, como o secretário da SVO, Sizinio Galvão, e presidentes das Federações da Indústria e do Comércio do DF.

No início da década de 1970, aliás, as inaugurações das novas instalações de entidades foram, com frequência, grandes eventos, cercados de certa pompa, como relatado pelo CB. Foi o que aconteceu com a agência do Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe), cuja inauguração foi marcada pela presença de autoridades e figuras ligadas aos meios financeiros do Brasil; logo em seguida, a da Bolsa de Valores de Brasília (BVB), com autoridades e bênção do monsenhor Geraldo Ávila; pouco depois, a nova agência do BRB, com a presença do governador, autoridades e secretários de governo.

A importância e a condição de centralidade do Setor davam sinais em outras frentes. Por exemplo, a partir da virada do ano de 1973 para 1974, começa a se noticiar no SCS a tradição de celebrar o ano-novo com uma chuva de papel picado caída das janelas dos edifícios. A comemoração foi sendo reportada como inconveniente, por causa da sujeira que deixava no local, mas persistiu, nos relatos dos jornais, até 2005.

Sob uma ótica mais popular, ainda nesse início da década de 1970, Senac e Sesc, começam a atuar de forma presente no SCS, confirmando-se como atores de grande relevância no local. O primeiro começa a firmar-se na promoção de cursos profissionalizantes variados, como marcenaria, secretariado etc., oferecidos com regularidade até os dias de hoje. O segundo já, desde essa época, principia sua entrada no campo da promoção de iniciativas culturais, que se intensificará nas décadas seguintes e perdurará também até a atualidade. Uma das primeiras será o Concurso Nacional de Filmes Curta Metragem^[53].

O SCS continuava em construção, e a multiplicação de lojas e salas, reportava-se, continuava a atrair muita gente para lá. Em 1973/74, os anúncios de unidades imobiliárias aumentam e, junto ao crescimento da ocupação, as reclamações sobre o trânsito se agravaram, assim como as queixas sobre desleixo, lixo, água estagnada e calçadas quebradas. Em 1975, o CB publicou que, em resposta às queixas, uma ação conjunta entre SVO, SSP, Novacap e DLFO pretendia sanar questões de urbanização do Setor, que contribuíam para dar-lhe aspecto negativo. Vários serviços seriam desenvolvidos: execução de passeios, muros de arrimo, taludes, estacionamento, recuperação de pistas, tratamento da passagem SCS-SBS.

Os anos 1970 foram marcados por intervenções na tentativa de mitigar problemas

52 FESTIVIDADES do Dia do Engenheiro. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 dez. de 1974. Edição nº 4373B, p. 9. [Ocorrência nº 4036]

53 CONCURSO de filmes. **Correio Braziliense**, Brasília, 14 jun. de 1973. Edição nº 4466, p. 11. [Ocorrência nº 3238].

relacionados ao trânsito. Afirma-se no periódico que, em 1975, a média já era de 1 carro para cada 3 habitantes. Assim, para amenizar os problemas, em 1974, foi construído o viaduto SCS-SBS; nessa mesma época, a ACDF propôs a criação de uma ligação entre a W5 e a L2 por meio de uma linha de micro-ônibus^[54]; a TCB lançou linha de ônibus executivo ligando Taguatinga ao Plano Piloto; surgiu, ainda, a sugestão de se implantar vagas em ângulo no canteiro central entre o SCS e o SMHS. Em 1975, aparece, pela primeira vez, a proposta de se construir dois edifícios-garagem. O viés da crítica ao trânsito que apareceu nas reportagens da época foram, em regra, na perspectiva dos motoristas. Embora, vez ou outra, se tenha mencionado a dificuldade encontrada pelo pedestre em se locomover. Nesses casos, eram apontados buracos nas calçadas e a obstrução dos passeios por veículos estacionados de forma irregular e por cargas e descarga de mercadorias.

O tema de revisão do plano-piloto também será melhor explorado no capítulo 3, mas, adiantamos aqui que foi nesse contexto de crescimento não só do SCS, mas também da cidade que começou a despontar o assunto da possibilidade de se modificar o plano. Em tom de crítica, uma das matérias, cujo foco era o déficit habitacional, referiu-se ao plano-piloto como uma “camisa de força”^[55] para os governos de até então. Mas, conforme reportagem, cogitava-se que poderia ser atualizado na gestão de Elmo Serejo. Sobre o mesmo assunto, o ano de 1974 foi também marcado pela realização do “Seminário sobre Problemas Urbanos de Brasília”^[56]. O evento contou com a participação de Lucio Costa, que afirmou ser necessário completar o plano antes de se pensar em alterações.

Em 1976, a pauta volta à baila, motivada, principalmente, pelos problemas no trânsito no SCS. Consoante uma das reportagens, o então Secretário de Saúde argumentou em prol de que se fizesse a atualização e a revisão do plano da cidade^[57]. Em novembro do mesmo ano, entrevista publicada com Lelé^[58] trouxe novamente o assunto da revisão. Entretanto, o arquiteto apresentou viés mais cauteloso e deferente. Argumentou que Niemeyer e Costa estiveram disponíveis a sucessivas administrações para fazer ajustes no plano sem deturpá-lo e atribuiu parte do problema de estacionamento no SCS à escassez de vagas em subsolo.

O período de 1975 a 1985 foi um tempo de expressivo aumento demográfico em Brasília. Isso aliado ao ritmo de construções na cidade apontavam para a efetiva consolidação da Capital.

54 NOVO plano prevê ligação da W-5 e L-2 com microônibus. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 dez. de 1974. Edição nº 4370, p. 6. [Ocorrência nº 4021]

55 PIRES, Ézio. Em Brasília há um déficit de 65 mil moradias. **Correio Braziliense**, Brasília, 1 abr. de 1974. Edição nº 4393, p. 3. [Ocorrência nº 3020]

56 LÚCIO Costa defende áreas de vizinhança. **Correio Braziliense**, Brasília, 7 ago. de 1974. Edição nº 4519, capa. [Ocorrência nº 3474]

57 MUYLAERT também defende revisão do plano da cidade. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 out. de 1976. Edição nº 5029, p. 8. [Ocorrência nº 5811]

58 ARQUITETO quer revisão nos planos de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 nov. de 1976. Edição nº 5056, p. 12. [Ocorrência nº 5877]

Fase 4 - Sedimentação do Plano Piloto (1975 - 1985). Neste período Brasília se consolida como Capital da República. Não se verificam crises políticas que acarretassem atrasos na construção da cidade. Nesta década, Brasília emerge como grande cidade e ultrapassa o primeiro milhão de habitantes: passa de 516.896 habitantes em 1970 para 895.958 em 1975, 1.138.835 em 1980, chegando a 1.495.815 em 1985 (PAVIANI, 1985). (SEDUH, 2017c, p. 53)

De fato, embora não fossem patentes atrasos na construção, devido a crises políticas, não se pode dizer que tenha sido um período sem alguma instabilidade. As manifestações pelo fim da ditadura, inclusive, se fizeram presentes no SCS, conforme se verifica nos relatos dos anos 2000, embora tenham ganhado pouquíssima repercussão na época em que aconteceram.

Na primeira metade dos anos 1970, outros novos atores a se instalar no SCS foram a Embaixada da República Popular da China, ocupando um dos andares do Edifício Ceará, a representação do Estado do Mato Grosso e a ECT, que se transferiu da Guanabara para o SCS, temporariamente no Edifício Apolo (quadra 4). A ECT, segundo o *Correio Braziliense*, manifestava intenção de futuramente construir sede própria^[59].

Vê-se que, a partir da segunda metade da década de 1970, o SCS começa a viver um período de intensa vida cultural. Com efeito, essa veia artística será uma característica medular do Setor, embora tenha passado por mudanças ao longo do tempo. A vocação cultural se estenderá, na verdade, pela trajetória do Setor, que sempre foi marcado por abrigar acontecimentos dessa natureza.

Além das galerias de arte e museu citados até agora, podem ser incluídos, aqui, casas noturnas, como a *Camisa Listrada*^[60], na Galeria Nova Ouvidor (quadra 5), inaugurada em 1975, com show de Paulinho da Viola, e, no mesmo ano, os eventos de pintura abertos ao público, promovidos aos sábados em frente ao edifício JK, pelo artista Paulo Iolovitch^[61]. O objetivo era levar arte ao povo. Segundo relatos, o artista reunia interessados em pintar, fornecia cavaletes, pincéis e tintas, resultando numa pintura espontânea do povo em praça pública, em que todos podiam participar. Essa ação foi particularmente interessante. Seguidas reportagens mostraram que o encontro, repetido por vários sábados, já estava se tornando uma tradição e movimentando o Setor fora do horário comercial.

Nos anos 1970, as reportagens indicavam que o povo frequentava o SCS e queria estar nele. Nesse período, bares e restaurantes já pleiteavam a permissão para colocar mesas nas calçadas das galerias de pedestre, e os restaurantes investiam em trazer progra-

59 Nesse sentido, relembremos que o RPPB previra os Correios como âncora do SCS, o que não chegou a acontecer.

60 **Correio Braziliense**, Brasília, 28 set. de 1975. Edição nº 4659, p. 2, coluna Katucha. [Ocorrência nº 5033]

61 UMA nova moda: mostra de arte no S. Comercial. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 set. de 1975. Edição nº 4654, p. 12. [Ocorrência nº 5007]

mação de música ao vivo.

O período de tempo entre 1970 a 1979 foi o que teve o maior número de ocorrências (8.682). Os anos 1976 e 1977 foram, dentro desse período de apogeu, uns dos mais movimentados. O Setor mobilizou muito a atenção do CB e foi objeto de inúmeras reportagens, inclusive algumas com tom mais técnico e especializado (ao que pareceu, menos voltado a formar opinião e mais a reportar com certo distanciamento).

Em 1976, reforçando a presença de atividades culturais no Setor, o jornal reporta a inauguração da Eucatexpo Galeria de Arte^[62], no Edifício Anhanguera, quadra 2. A galeria esteve aberta de 1976 a 1980 e abrigou pelo menos 25 exposições até seu encerramento^[63]. Já em 1977, mais um acontecimento cultural começou a ganhar corpo no SCS: o carnaval. Esta foi a primeira vez em que localizamos relato sobre o evento no Setor^[64]. Em 1977, o Pacotão, tradicional bloco de Brasília, se concentrou no SCS para sair de lá.

Quanto à urbanização, tentando atender à demanda e reconhecendo o lugar de importância para a cidade, do lado do governo, a segunda metade dos anos 1970 foi marcada por relatos de seguidas investidas em melhorias físicas e também por uma mudança de postura quanto às formas para resolver o problema do trânsito. Nesse sentido, o governo de Elmo Serejo (abril de 1974 a março de 1979) foi um divisor de águas. Algumas obras e ações importantes datam de sua gestão. Dentre elas, destacamos também, em 1976, as já noticiadas obras para remodelar a passagem de pedestres SCS-SBS (futura Galeria dos Estados), que se pretendia transformar não só em um ponto turístico, mas também em um dos melhores pontos comerciais da Capital.

Como consequência de uma orientação do governo federal, uma ação de grande importância transcorreu: o fechamento das vias locais do SCS à circulação de veículos comuns. Depois de algumas tentativas e adiamentos, os carros foram proibidos de circular no Setor em 30 maio de 1977^[65]. Esse assunto dominou a pauta por meses no periódico, sendo tema de seguidas matérias entre abril e julho de 1977. A medida de fechar o SCS à circulação de carros, segundo o jornal, encontrou resistência dos usuários. Mas, chegou a ser noticiada com animação pelo jornal, por exemplo, em uma reportagem de capa intitulada “Semana começa com o SCS servindo mais ao pedestre”. O projeto de fechamento fazia parte de uma iniciativa mais ampla, o Plano de Humanização do SCS. No âmbito desse plano, uma das principais ações (e que impactou sobremaneira a forma de apropriação dos espaços do Setor) foi a transformação de algumas dessas áreas de esta-

62 AULER, Hugo. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 dez. de 1976. Edição nº 5084, coluna Artes Visuais. [Ocorrência nº 5957]

63 A última exposição que localizamos menção foi de 26/7/1980 (CAVAZOS volta a Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 jul. de 1980. Edição nº 6377B, p. 19. [Ocorrência nº 505])

64 **Correio Braziliense**, Brasília, 11 jan. de 1977. Edição nº 5115, p. 12, coluna É carnaval. [Ocorrência nº 6041]

65 SEMANA começa com o SCS servindo mais ao pedestre. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 maio de 1977. Edição nº 5240, capa. [Ocorrência nº 6417]

cionamento que foram fechadas em praças, nas quadras 1, 3 e 5. Essa mudança foi uma das mais significativas na estrutura física do Setor, em toda sua história. A execução das praças ganhou destaque no CB e foi objeto de algumas reportagens entre 1977 e 1978. Em abril de 1978, elas foram entregues à população pelo governador Elmo Serejo Farias.

Pelos jornais, 1977 parece ter sido, nesse período, o ano ápice das tentativas para solucionar os problemas de congestionamentos, priorizar o pedestre e empreender ações para incentivar o transporte coletivo em detrimento do individual. Uma reportagem^[66] trouxe outras medidas que seriam implementadas, como novas linhas de transportes coletivos e o sistema de micro-ônibus; falou-se que Brasília ganharia ônibus elétricos; poucos dias depois, outra^[67] anunciou que estaria pronto o plano de racionalização do sistema de transporte de massa, elaborado pelo Ministério dos Transportes especialmente para Brasília; (na esteira do fechamento do Setor) uma terceira anunciava a proposta de estacionamentos remotos no Centro Desportivo Presidente Médici, que seriam ligados ao SCS por uma linha de micro-ônibus^[68]. Lembremos, também, que, nessa época, havia ainda o sistema de estacionamento pago.

O fechamento do Setor aos carros, no entanto, durou relativamente pouco. Segundo relatos do periódico, em fevereiro de 1978, o jornal reportou que houve quebra^[69] de correntes que impediam o acesso dos veículos, e eles voltaram a invadir o SCS sem que nada fosse feito pelo governo. Cerca de dois meses depois, houve a inauguração das novas praças do Setor. Imaginamos que a existência desses lugares qualificados tenham contribuído para arrefecer o empenho em conferir mais espaço aos pedestres. Os estacionamentos pagos, contudo, permaneceram e, mesmo com a cobrança, não supriam a demanda, ficando saturados. Tanto a urbanização quanto as questões atinentes ao trânsito são dois temas-chaves na trajetória do SCS, por isso, veremos mais sobre eles nas temáticas do capítulo 3.

Em 1977, começam a despontar, também, algumas matérias sobre o aumento da presença dos camelôs no SCS, como as intituladas “Subemprego é visível até nas calçadas”^[70] e “Camelôs invadem SCS mas acham que não prejudicam”^[71]. Com o fechamento do SCS aos carros, começam a aparecer relatos sobre a ocupação dos espaços públicos

66 MEDIDAS para melhorar: microônibus e lotação. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 jan. de 1977. Edição nº 5119, p. 10. [Ocorrência nº 6052]

67 PRONTO o plano de transportes do DF. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 jan. de 1977. Edição nº 5127, p. 12. [Ocorrência nº 6070]

68 MICROÔNIBUS ligarão o estádio ao SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 jun. de 1977. Edição nº 5270, p. 6. [Ocorrência nº 6522]

69 INVASÃO no SCS. Automóvel expulsa pedestre. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 fev. de 1978. Edição nº 5499, p. 16. [Ocorrência nº 7194]

70 SUBEMPREGO é visível até nas calçadas. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 fev. de 1977. Edição 5157, p. 5. [Ocorrência nº 6129]

71 CAMELÔS invadem SCS mas acham que não prejudicam. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 mar. de 1977. Edição nº 5184, p. 18. [Ocorrência nº 6218]

e a presença popular. Assim, 1977 é também o ano em que o jornal relata a primeira apresentação de teatro de rua: uma peça folclórica de bumba-meu-boi^[72], apresentada no estacionamento em frente ao Edifício Presidente Dutra (quadra 2), sede do Sesc. Houve também apresentações do clube do choro e partidas de “estacionobol”^[73]. O Sesc, aliás, nesse período, ampliou mais ainda sua atuação. Além das ofertas de cursos diversos e supletivos, viabilizou apresentações de música ao ar livre^[74], espetáculo de dança e teatro, em seu auditório, entre outros. Em 1978, mais um ator voltado à promoção de arte entra no SCS, com a inauguração da Galeria de Arte Vasp^[75], no Edifício no edifício Morro Vermelho (quadra 1). A Galeria foi atuante entre 1978 e 1981. Nesse ínterim, o CB registrou cerca de 20 eventos, entre exposições de pinturas, desenhos, fotografias, serigrafia, esculturas, tapeçaria, coquetéis de lançamentos de livros e noite de autógrafos.

A complexidade e dualidade do Setor foi manifestada no CB em reportagens como a intitulada “Setor Comercial Sul em retrato sem retoque: A imagem permanente do caos”^[76], em que se falou: da carência de estacionamento; da necessidade de manutenção das fachadas dos edifícios; da mendicância; da falta de restaurantes bons a preços acessíveis; das praças novas que não têm sombras. Ao mesmo tempo, falou-se da atratividade do Setor e da miríade de atividades que lá se instalaram e de ser um lugar valorizado pelo mercado imobiliário.

As críticas especializadas, com a entrada da classe dos arquitetos para debater as questões urbanas, também ganham espaço nos jornais. Exemplo disso, foi a entrevista com Elvin Dubugras^[77], em que o arquiteto teria feito observação sobre o quanto a cidade que existe é diferente do RPPB, principalmente no centro. E, também afirmou que “O setor Comercial Sul representa outro dos grandes desvirtuamentos do plano.” Nesse sentido, fala da questão carro-pedestre e de como isso acabou impactando o uso:

Ao pedestre nada sobrou - impedido de circular livre e civilizadamente pelas calçadas, olhando vitrines, fazendo suas compras, ele freqüenta o local apenas por necessidade. Como resultado, o Setor Comercial não tem comércio, a não ser umas poucas lojas de papelaria, bares e bancos, que vivem mais diretamente dos escritórios locais. (...) Muitas críticas

72 **Correio Braziliense**, Brasília, 14 set. de 1977. Edição nº 5389A, p. 17, coluna Mesa da cidade. [Ocorrência 6781]

73 LIMA, Irlam Rocha. Cotidiano. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 set. de 1977. Edição 5390A, p. 3, coluna Geleia Geral. [Ocorrência 6782]. Segundo explicação trazida no jornal: a bola usada era a de futsal, cada time tinha 4 jogadores, não havia goleiro, o gol tinha dimensões reduzidas e cada partida tinha 2 tempos de 10 minutos.

74 **Correio Braziliense**, Brasília, 25 nov. de 1977. Edição nº 5421B, p. 17, coluna Mesa da cidade. [Ocorrência nº 6966]

75 VASP tem nova sede. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 mar. de 1978. oc. nº 7285, 30/3/1978, p. 3. [Ocorrência nº 7285]

76 SETOR Comercial Sul em retrato sem retoque: A imagem permanente do caos. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 nov. de 1978. Edição nº 5777, p. 15. [Ocorrência nº 7913]

77 AMARAL, Mara. A opinião de cada um. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 ago. de 1979. Edição nº 6034, coluna Jornal da casa. [Ocorrência nº 8321]

são feitas com o desconhecimento do fato de que o plano Lúcio Costa nunca foi de fato posto em prática. (AMARAL, 1979. [Ocorrência nº 8321])

Em 1978/79, o CB começou a trazer relatos sobre furtos e golpes que aconteciam no SCS, sobre o perigo e o assédio dos guardadores de carros, apresentando matérias que apontavam um aumento da criminalidade e da pobreza no DF, com frequência, relacionando as duas, reiterando sua posição de mídia elitista.

Sobre a situação política do país, a ditadura de Ernesto Geisel (15/3/1974 a 15/3/1979) foi seguida pela de João Batista Figueiredo (15/3/1979 a 15/3/1985). E, consoante Fausto (2002), o governo de Geisel assinalou o início do lento processo de abertura política. Não por acaso trazemos esse contexto. Em 26 de julho de 1979, o jornal trouxe o primeiro relato de manifestações políticas acontecendo no SCS. Uma matéria de capa intitulada “Anistia virá no 7 de Setembro” citava que seis pessoas tinham sido presas no SCS por participarem do ato público, em favor de que a Lei de Anistia fosse ampla, geral e irrestrita^[78]. Até então, a ausência dessa pauta nas reportagens sugere que o SCS não havia abrigado manifestações de qualquer natureza (veremos mais adiante que isso não foi verdade). De novo, fazemos o alerta quanto a informações extraídas dos jornais - e, principalmente, sobre aquelas - compreendidas nos anos de ditadura: não havia liberdade de imprensa; as pautas eram limitadas assim como a visão sobre o que se relatava. Ali, contudo, o próprio registro da manifestação, para nós, inaugura um divisor de águas no Setor.

Consideramos que esse primeiro relato de manifestação sinaliza o princípio de desenvolvimento da verve política do Setor. E, esta característica, de local político popular (dos sindicatos, dos comitês de campanha, inclusive, presidenciais, de greves de categorias diversas, entre outros) será parte fulcral na identidade do SCS, principalmente, a partir de 1980, quando estipulamos o início do próximo período: os anos da centralidade política.

Em 1979, o periódico começa a relatar o acontecimento de greves de algumas categorias (todas categorias bem populares), como mecânicos, garis e vigilantes, cujos atos tinham lugar no SCS. É interessante reparar que o viés político do Setor acabou por alimentar outra faceta que virá também a ser indissociável daquele lugar e marcará o período seguinte ao dos anos de centralidade política, a saber, o peso da centralidade popular.

De toda sorte, em 1979, o SCS ainda vivia seus anos de ouro. Ainda apareceram

78 ANISTIA virá no 7 de Setembro. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 jul. de 1979. Edição nº 6017, capa. [Ocorrência nº 8269]. Relata que foi aprovada pelo congresso no dia 3 a Lei de Anistia, que irá para sanção do presidente Figueiredo. No SCS, seis pessoas foram presas pela manhã, no ato público de solidariedade aos presos políticos.

reportagens que falavam sobre a alta procura e o alto preço dos imóveis^[79]; o Setor ainda era palco de eventos de porte nacional importantes, como a chegada da Corrida de São Silvestre; foi o local de saída do tradicional bloco carnavalesco Pacotão, para celebrar a virada da década.

Em janeiro de 1980, foi inaugurado o Museu Postal e Telegráfico da ECT^[80]. Merece ser destacado o papel que os Correios tiveram em movimentar, em particular, a cena cultural do SCS nos anos 1980 a 2000, quando fechou (foi reaberto, veremos, em 2012). O Museu ocupava os sete andares do Edifício Apolo (quadra 4) e continha três salas de cultura: ECT Galeria de Arte^[81], Museu dos Correios e Museu Postal e Telegráfico da ECT. Os Correios abrigaram mais de 20 exposições relacionadas à filatelia e cartões postais e 46 exposições de pinturas, desenhos, serigrafias, esculturas, fotografias etc.

2.3

OS ANOS DA CENTRALIDADE POLÍTICA (1980-1990)

Os anos de ouro do SCS não se encerraram em 1980. Com efeito, nos parece que eles se estenderam até por volta de 1983. Contudo, a partir de 1979, como já dissemos, uma nova faceta do Setor passa a se manifestar e, em 1980, compreendemos que a característica do Setor como local da política passa a preponderar sobre as demais. Assim, localizamos naquele ano, o início do que chamamos de “os anos da centralidade política” (1980-1990). A verve política do SCS persistiu bastante pronunciada até 1987. Após esse ano, manifestações e atos políticos continuaram acontecendo no SCS, mas a frequência com que ganharam as páginas dos jornais foi menor.

Damos como marco de início deste período a inauguração, em 27 de março de 1980, da nova sede do PTB^[82], com presença de Ulysses Guimarães e Tancredo Neves, nomes de peso na política nacional. De meados de agosto a meados de setembro de 1980, quatro atos públicos são reportados no Setor: o Comitê de Mulheres Contra a Violência lê manifesto em repúdio às violências contra as mulheres e feminicídios^[83]; o DCE da UnB

79 IMÓVEIS estão mais caros, mas procura não cai. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 nov. de 1979. Edição nº 6134, p. 11. [Ocorrência nº 8578]

80 APÓS 100 anos, ECT tem museu. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 jan. de 1980. Edição nº 6188, p. 9. [Ocorrência nº 40]

81 Cujo nome também aparece nos registros dos jornais como Galeria ECT e Galeria de Arte ECT.

82 LEONEL quer coligação. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 mar. de 1980. Edição nº 6257, p. 5. [Ocorrência nº 244]

83 ASSASSÍNIOS dão força ao feminismo. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 ago. de 1980. Edição nº 6401, capa. [Ocorrência nº 549]

manifesta-se contra o ensino pago no auditório do edifício Presidente Dutra^[84]; no auditório do Sesi, 300 pessoas participaram de um ato de repúdio aos atentados terroristas que culminaram com a morte de uma funcionária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Rio de Janeiro^[85]; acontece uma manifestação dos médicos-residentes do Hospital de Base no SCS^[86]. Em setembro do mesmo ano, o presidente Figueiredo discursa na inauguração da sede do Partido Democrático Social (PDS)^[87]. A direção regional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) se instala no Edifício Ceará (quadra 1).

Os anos de 1980 a 1990 foram momentos em que uma miríade de manifestações e atos públicos ocorreram no Setor. Nos jornais, mais de uma centena de notícias relacionadas a acontecimentos de cunho político no SCS ocuparam a pauta, a maior parte delas concentrada na primeira metade da década, o que, a nosso ver, denota a posição do SCS como local de resistência política. É possível supor que, dado que ainda estava instaurada a ditadura até 1985 (mesmo que alguma abertura política tenha se iniciado no governo Geisel), a quantidade de eventos dessa natureza tenha sido ainda maior e não tenha ganhado espaço nos jornais. A posse de José Sarney, a 15 de março de 1985, que se acreditava transitória, até a recuperação de Tancredo Neves, virou definitiva com a morte deste na data emblemática de 21 de abril de 1985. Imaginávamos que, dada sua característica política naquele momento, talvez a redemocratização tivesse sido objeto de atos públicos comemorativos no SCS, o que não aconteceu ou não foi relatado. Parece-nos interessante que a imagem do SCS como local de manifestações e resistência tenha arrefecido pouco após iniciado o período de redemocratização. A partir de 1985, as manifestações acabaram ocupando os espaços de maior significado político, como a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes. Mas, atos públicos e greves de toda sorte continuaram tendo seu lugar no Setor.

Ao longo do tempo, no que tange ao SCS, o jornal pareceu pouco engajado em questões políticas (adotando, em regra, uma postura supostamente mais isenta) e demonstrou uma posição mais conservadora até os anos 1990. A nosso ver, isso torna ainda mais significativo que se note a natureza política do Setor na década de 1980, porque fica subentendida a força que tais eventos tiveram para, mesmo assim, aparecer em um periódico que aparentava se colocar com mais neutralidade. Durante a ditadura, embora não tenha à época ganhado espaço nas páginas dos jornais, em uma matéria de 2008, afirma-se: “(...) Brasília foi um dos pontos de maior repressão na época da ditadura, porém pouco aparece na história oficial. (...)” (GÓIS, 2008, p. 10-11. [Ocorrência nº

84 UNB inicia amanhã greve de três dias contra ensino pago. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 set. de 1980. Edição nº 6422, p. 11. [Ocorrência nº 586]

85 HOJE. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 set. de 1980. Edição nº 6424, capa. [Ocorrência nº 590]

86 PARALISAÇÃO em hospitais. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 set. de 1980. Edição nº 6433, p. 9. [Ocorrência nº 604]

87 PRESIDENTE fala na inauguração da sede do PDS. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 set. de 1980. Edição nº 6443, p. 4. [Ocorrência nº 632]

3082]). Nesta reportagem, um jornalista entrevistado diz que houve várias passeatas que saíram do SCS, mas que os registros que ganharam destaque foram as que aconteciam no Rio de Janeiro e em São Paulo.

No terceiro tempo de nossa periodização, o SCS foi marcado pela instalação de diversos comitês de campanha de candidatos à presidência da República, ao governo local, ao Senado e à Câmara, de incontáveis sindicatos, associações e sedes de partidos políticos. Além disso, uma prática que se firmou nesses anos e permaneceu até os anos 2014 foi o hábito de os candidatos políticos realizarem campanhas corpo-a-corpo no SCS, por ser um local de intensa concentração popular.

Irmãs que são a arte e a política, essa década foi marcada também pela efervescência cultural no SCS. As galerias do Setor abrigaram numerosas exposições e houve fartos eventos nas praças. Esses são, de fato, os dois elementos que melhor sintetizam o retrato do SCS nos jornais durante a década de 1980: política e arte.

Em 1981, o CB noticia^[88] que a Praça do Povo havia sido liberada pela Secretaria de Segurança Pública para a realização de comícios. As manifestações e os atos públicos que aconteceram no SCS trataram dos mais diversos assuntos. Citamos, por exemplo, em 1981, o movimento contra o Aumento dos Preços das Passagens de Ônibus^[89]; a manifestação a favor dos dois projetos que propunham criar representação política em Brasília^[90]; a manifestação da classe artística nacional, com desfile de atores nacionalmente famosos^[91]. Em 1982, a Frente Intersindical de Brasília realiza ato na Praça dos Artistas em repúdio ao Pacote da Previdência^[92]; a manifestação na Praça do Povo condenando os atos de Israel no Líbano e no Oriente Médio^[93]. Em 1983, o Núcleo de Artistas de Brasília realiza manifestação pelas diretas, com desfile do “Dragão das Diretas” pelo SCS^[94]; o Movimento Negro Unificado (MNU) faz ato público no dia internacional pela eliminação da discriminação racial^[95]. Em 1985, os professores realizam ato contra os

88 PRAÇA do Povo é liberada para comícios. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 jul. de 1981. Edição nº 6728, p. 30. [Ocorrência nº 1192]

89 CONCENTRAÇÃO alta. **Correio Braziliense**, Brasília, 17 fev. de 1981. Edição nº 6579, p. 8. [Ocorrência nº 944]

90 BRASÍLIA faz apelo por voto. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 fev. de 1981. Edição nº 6588. [Ocorrência nº 970]

91 SCS assiste a um desfile de estrelas. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 jun. de 1981. Edição nº 6692, capa. [Ocorrência nº 1120]

92 SÁTIRA e discurso contra o ‘pacote’. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 mar. de 1982. Edição nº 6958, p. 12. [Ocorrência nº 1609]

93 BRASÍLIA vê protesto palestino. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 set. de 1982. Edição nº 7152, p. 6. [Ocorrência nº 2021]

94 ARTISTAS no SCS pedem as diretas. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 mar. de 1983. Edição nº 7680, capa. [Ocorrência nº 3301]

95 NEGROS protestam contra o racismo. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 mar. de 1983. Edição nº 7685A, p. 17. [Ocorrência nº 3325]

baixos salários e o ensino ruim^[96]. Em 1987, micro e pequenos empresários se manifestam para pressionar o governo^[97]; o Comando Nacional de Entidades Culturais Pró-Constituinte reuniu-se para organizar ato público contra a censura^[98]. Esses foram apenas alguns dos acontecimentos políticos que marcaram essa época.

Progressivamente, reforçando também o estabelecimento do SCS como um local de presença popular, em 1980, um ator importante, nesse sentido, se instala: o Sistema Nacional de Empregos (SINE-DF), na quadra 5. Aquele órgão centralizava diversas ofertas de emprego nas mais distintas áreas (pedreiro, secretário bilíngüe, datilógrafo, auxiliar de escritório, técnico em contabilidade, costureira, sociólogo etc.) e, por várias vezes, as menções ao SCS localizadas nos jornais estiveram associadas a ele e sua atuação (que permaneceu no Setor até o início da década de 1990). Se, de um lado, agentes políticos e populares migraram para o SCS, em 1981, localizamos também a primeira menção à saída de um ator importante do Setor. Em fevereiro, o CB noticiou que a Caixa Econômica Federal transferiria sua agência central para o SBS. Em nossa leitura, esse é mais um elemento a corroborar que a centralidade econômica que até então estivera localizada no SCS foi paulatinamente substituída por uma centralidade de viés político e popular.

Em 1982, as reportagens denotam que havia uma disputa de território instalada sobre o SCS. A presença popular ganhava espaço, mas elites ainda pareciam afirmar seu domínio sobre o local. Se, de um lado se noticiava uma grande festa carnavalesca na praça dos Artistas, do meio-dia às 4 horas da manhã^[99]; de outro, nas colunas sociais, reclamava-se da presença cada vez maior dos camelôs^[100]; falava-se que o SCS era o melhor lugar de encontro da velha guarda da cidade e o “local do ‘dolce far niente’” (**Correio Braziliense**, Brasília, 4 maio de 1982. Edição nº 7009, p. 18, coluna Katucha. [Ocorrência nº 1726]); dizia-se que havia virado moda os empresários de Brasília assistirem no SCS ao pregão da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e de São Paulo. Outra matéria falava sobre recuperar o Edifício Alvorada:

Abandonado há cerca de quatro anos, período em que serviu de dormitório, banheiro e até motel para os mendigos, engraxates e desocupados, o edifício Alvorada, localizado no valorizado Setor Comercial Sul, será reformado pela Caixa Econômica Federal, responsável pelo imóvel, (...) localizado numa das áreas mais privilegiadas de Brasília. (...) Houve quem dissesse que o prédio já é conhecido como ‘motel dos mendigos’

96 PROFESSORES farão ato contra baixo salário e ensino ruim. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 maio de 1985. Edição nº 8089, p. 21. [Ocorrência nº 4279]

97 MICRO fecha loja e faz passeata. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 jun. de 1987. Edição nº 8825, p. 23. [Ocorrência nº 5692]

98 PELO fim da censura. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 jul. de 1987. Edição nº 8875, p. 24. [Ocorrência nº 5796]

99 LIMA, Irlam Rocha. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 mar. de 1982. Edição nº 6956, p. 30, coluna Música Popular. [Ocorrência nº 1606]

100 **Correio Braziliense**, Brasília, 31 mar. de 1982. Edição nº 6976, p. 20, coluna Katucha. [Ocorrência nº 1664]

e ‘casa dos prazeres dos pobres’. (MOTEL do SCS’ será de novo um prédio valorizado. **Correio Braziliense**, Brasília, 4 abr. de 1982. Edição nº 6980, p. 17. [Ocorrência nº 1673])

Em 1983, reforçando a imagem negativa do SCS, outra figura que começa a ser associada ao SCS nas reportagens é a dos agiotas. Além disso, houve relatos de pontos de jogo do bicho e aparecem também notícias de que a polícia teria desmantelado uma clínica clandestina de aborto que funcionava no edifício Ceará^[101]. Em 1983, o jornal relata a primeira apreensão de drogas no Setor, em que traficantes de maconha haviam sido detidos.

Naquele mesmo ano, o CB reporta uma remoção de camelôs que acontece com truculência (dias depois, noticia que eles haviam fundado a Associação dos Vendedores Ambulantes de Brasília). Os camelôs são, desde essa época, personagens importantes na identidade do SCS. E, matérias sobre eles voltarão diversas vezes em anos posteriores. Contaremos um pouco mais de sua trajetória no capítulo 3. No escopo dos eventos que acontecem nas praças do Setor, passa a acontecer mensalmente, uma feira de artesanato na Praça dos Artistas. Em 1983, o jornal começa esporadicamente a trazer o discurso de que o SCS fervilha durante a semana e fica deserto no fim de semana. É importante notar que além das exposições nas galerias, dos bares que movimentavam a vida noturna do Setor, também já haviam aparecido poucos relatos de prostituição e travestis.

Todavia, o Setor permanecia ainda valorizado. Em 1983, as embaixadas do Panamá e da União Soviética se instalaram no local, e o jornal noticia que o Setor estava totalmente ocupado e teria o maior valor por metro quadrado construído de Brasília^[102]. Em 1982 e 1983, reforçando a importância da centralidade política do SCS, Marco Maciel, Paulo Maluf, Mário Andreazza, Aureliano Chaves e Hélio Beltrão, candidatos à presidência, haviam montado seus comitês de campanha no Setor. Em 1984, Tancredo Neves também se estabelece. A permanência deste por lá, porém, foi curta. Em janeiro de 1985, reporta-se que o escritório de Tancredo se transferira do SCS para a L2 norte, na sede da Fundação Getúlio Vargas. Outro ator importante a deixar o SCS em 1985 foi o próprio PDS.

Reconhecendo, contudo, a orientação política que se estabelecera como identidade do Setor, Ari Cunha, em sua tradicional e conservadora coluna “Visto, lido e ouvido”, publica texto curto intitulado “A resistência está ao sul da Asa Sul”.

Os habitantes de Brasília sempre foram contra o Setor Comercial Sul. Foi planejado quando não havia indústria automobilística, e é um inferno chegar até lá. De repente, o SCS vem se tornando conhecido

101 OITO mortos só no fim de semana. **Correio Braziliense**, Brasília, 4 jul. de 1983. oc. 2802, 4/7/1983, edição nº 7429. [Ocorrência nº 2802]

102 IMÓVEL ainda tem mercado em Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 out. de 1983. Edição 7537, p. 20. [Ocorrência nº 3009]

no País inteiro pela particularidade de ser a única parte de Brasília que se parece com cidade antiga. Lá, há vagabundos, há gente trabalhando, há camelôs, há desempregados, há bancos, escritórios, consultórios e o mais: lá estão instalados tanto quanto cinco sindicatos do Distrito Federal. (...) Ali, também, estão os escritórios eleitorais dos candidatos. Como foi dito outro dia, o Setor Comercial Sul é uma espécie de Triângulo das Bermudas em Brasília, e isso caracteriza, portanto, que a resistência no Distrito Federal está ao sul da Asa Sul. (CUNHA, 1984. [Ocorrência nº 3558])

Reiterando a imagem do SCS como um lugar de resistência, em 1984, outra matéria^[103] trata o Setor como o reduto da esquerda. E diz que, por estarem perto dos trabalhadores, os sindicatos conseguem, em alguns minutos, provocar grandes manifestações e atrair também muitos policiais para contê-las.

Embora a redemocratização não tenha sido especificamente celebrada (ou noticiada) no SCS, o carnaval de 1985 foi publicizado como o maior de Brasília até então^[104]. Os cinco dias de festa foram celebrados na cidade, e o SCS foi um dos lugares em que os blocos se reuniram e as comemorações aconteceram. Desde o primeiro carnaval relatado em 1977 até 2014, nem todos os anos houve relatos de celebração do carnaval no Setor. Houve uma certa alternância, mas, mesmo hoje em dia, há festejos que acontecem nessa época do ano e têm mobilizado atenção e público diversos no SCS.

Além do carnaval, outras manifestações culturais começam, cada vez mais, a ocupar os espaços e praças públicas no SCS. Em 1985, relataram-se shows e peças de teatro na Praça do Povo. Esta, aliás, é uma característica que observamos por meio dos relatos de arte e cultura nos jornais: embora a vocação cultural do Setor tenha perpassado sua história, ela se firma nos anos 1970 e, nesse sentido, tem expressiva presença nos espaços formais de arte, como as galerias. Há, todavia, uma guinada ao fim da década de 1980, e os espaços públicos começam a ganhar progressivamente mais protagonismo.

Nos anos 1980, as reclamações acerca dos problemas tradicionais do Setor persistiram no periódico. Ainda eram apresentadas críticas aos congestionamentos, à falta de estacionamento (embora em menor grau e frequência que na década anterior) e à sujeira no Setor. Além disso, o SCS e os setores centrais passam a ser relatados como os locais em que mais ocorrem furtos.

Em 1985, matéria intitulada “Lúcio Costa faz a ‘Bíblia de Brasília’”^[105] sobre a

103 COMERCIAL Sul, onde se unem as esquerdas. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 jul. de 1984. Edição nº 7799A, capa. [Ocorrência nº 3564]

104 BRASÍLIA já vive seu maior carnaval. **Correio Braziliense**, Brasília, 7 fev. de 1985. Edição nº 7985, p. 19. [Ocorrência nº 4080]

105 LÚCIO Costa faz a ‘Bíblia de Brasília’. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 jun. de 1985. Edição nº 8115, p. 19. [Ocorrência 4343]

elaboração do documento *Brasília 57-85* é pauta no CB. Em 1987, outra matéria^[106] cita a aprovação do Decreto nº 10.829 pelo Cauma, que estabelece a proteção do Plano Piloto em nível distrital. Nenhum dos instrumentos ganha relevo em associação ao SCS.

Em 1986, noticia-se a realização da exposição “Projeto memória”, sobre a história da imprensa, no Espaço EBN de arte, inaugurado no Edifício Toufic, no ano anterior. Esse foi um dos espaços destinados a exposições no Setor, contudo, poucos eventos foram divulgados naquele local, e ele teve existência relativamente curta (entre 1985-1988).

Em 1987, uma matéria traz um retrato do SCS que mostra a diversidade abrigada por aquele centro, tanto em termos de atividades quanto de seus frequentadores.

(...) considerado com a radiografia de corpo inteiro de Brasília. Quem por lá passa, de dia ou à noite, depara-se com a inusitada mistura de diferentes atividades. Durante o dia, é exatamente ali que estão instaladas inúmeras bancas de camelôs, grupos de menores engraxates, improvisados caixotes de papelão para jogos de cartas, tocadores de violão, vendedores de frutas e lavadores de carros. Tudo isso em meio a 39 agências bancárias, lojas comerciais, restaurantes, sedes de partidos políticos e sindicatos, 16 escritórios de representações estaduais, quatro embaixadas e o pregão da Bolsa de Valores. À noite proliferam prostitutas, homossexuais, travestis e garotos de rua, fora os mendigos que não escolhem hora para nada. (...)” (SCS é um verdadeiro mercado persa local. **Correio Braziliense**, Brasília, 2 mar. de 1986. Edição nº 8365, p. 33. [Ocorrência nº 4758])

Em julho de 1986, uma das respostas que retorna para resolver o problema do trânsito é a de fechamento do Setor à circulação de carros e a transformação das ruas em calçadas para pedestres. Segundo uma reportagem, o diretor do Detran identificava esta como a solução, aliada à implantação de áreas de estacionamento remotos e investimentos em transporte coletivo. Lembremos, a ideia de fechamento não era nova. Ela já havia sido implementada em maio de 1977, mediante muita controvérsia. Mas, em menos de um ano, os carros já estavam de volta ao SCS. Em 1986, a proposta também não foi adiante, porque, ainda no papel, segundo o jornal, enfrentou oposição de comerciantes, camelôs e consumidores.

Em 1986, a solução de compromisso que a SVO propunha para resolver outra questão recorrente, a dos camelôs, de acordo com o jornal, era uniformizá-los e demarcar locais para sua atuação, no SCS inclusive. Em 1988, o jornal noticiou que algumas demarcações haviam sido feitas. Outra ocupação que recebeu tom crítico do periódico veio à pauta em 1987: foi o registro de famílias morando nas guaritas, desativadas em 1985, que serviam aos estacionamentos pagos. Em julho de 1987, o CB noticiou a remoção dessas pessoas. Para evitar novas ocupações, as guaritas foram demolidas pouco depois. Ainda em

106 O novo mapa de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 fev. de 1987. Edição nº 8723, p. 17. [Ocorrência 5477]

1987, uma coluna de opinião^[107] criticava o paulatino aumento do que chama de “miséria noturna”, associada à presença de “mendigos, migrantes e menores abandonados”.

Em 1986, o jornal trouxe uma matéria em que se relatava atos de vandalismo que teriam começado na Rodoviária e se estendido ao SCS^[108]. O periódico sugere que eles tenham tido motivação política, mas não explicita qual. De acordo com o relato, no SCS quebraram vidraças do Museu dos Correios e incendiaram a agência do Banco do Brasil, entre outras ações. A matéria descreveu que a destruição foi intensa, e esse episódio foi trazido novamente em outras reportagens posteriores.

Na toada de disciplinar ocupações mais populares, o que acontecia mesmo estando num período democrático, o CB noticiou que a Praça do Povo havia sido incluída na lista (já existente) que fixava os locais permitidos para manifestações no DF^[109]. Se a primeira metade da década de 1980 foi caracterizada por atos públicos de escopo mais variado e amplo, a segunda metade da década foi marcada por diversas greves (bancários, professores, eletricitários, garis etc.), e o SCS foi palco de boa parte delas. Recordemos que o governo Sarney foi uma época de profunda crise econômica para o país, o que afetou mais pesadamente os trabalhadores, e isso esteve refletido na quantidade de greves que ocorreram. Assim, o periódico também trouxe matérias sobre a escala de crimes na capital, associando seu cometimento ao crescimento de Brasília, principalmente com as migrações, e à pobreza, que estaria transformando a capital em um lugar intranquilo, como outros grandes centros urbanos do País, principalmente, Rio de Janeiro e São Paulo. No ano de 1987, o jornal reporta que a Telebrás havia saído do Setor. No ano seguinte, a saída de grandes empresas do SCS também acaba sendo notícia.

Uma questão que já mencionamos no primeiro capítulo, a saber, a retirada de cinco passarelas da quadra 1, solicitação reiterada por quase dez anos pelo Corpo de Bombeiros, aconteceu em outubro de 1987^[110]. Em 1988, outra mudança proposta pela SVO, reportada pelo jornal, foi a reforma de estacionamentos para ampliar em 35% a oferta de vagas^[111].

Em setembro de 1988^[112], entrou no SCS um ator importante a movimentar a cena cultural: a Casa da Cultura da América Latina (CAL). O primeiro evento promovido

107 CARDOSO, Otomar Lopes. **Correio Braziliense**, Brasília, 17 jan. de 1987. Edição nº 8684, p. 4, coluna Opinião. [Ocorrência 5411]

108 GRUPO de destruição dividiu-se em dois. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 nov. de 1986. Edição nº 8536B, p. 17. [Ocorrência 5333]

109 GDF fixa 89 pontos para manifestação. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 fev. de 1987. Edição nº 8709, p. 13. [Ocorrência nº 5453]

110 EM 20 dias o SCS fica sem as 5 passarelas. **Correio Braziliense**, Brasília, 31 out. de 1987. Edição nº 08967, p. 24. [Ocorrência nº 5977]

111 ESTACIONAMENTO vai ganhar mais vagas no SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 30jan. de 1988. Edição nº 9056, p. 18. [Ocorrência nº 6154]

112 SILVEIRA, Mônica Silva da. Casa da cultura. Uma feira de arte latina. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 set. de 1988. Edição nº 9297, p. 30. [Ocorrência nº 6614]

pela CAL no Setor foi a “Feira do Ver, Ouvir e Fazer”, com atrações de música, teatro, dança e comida, na Praça do Povo. A CAL foi um agente determinante na promoção de exposições diversas, teatro, exibição de filmes, entre outros. Uma das iniciativas de mais destaque foi o CineCAL, uma exibição de filme semanal ao meio-dia, que se colocou como uma ótima opção gratuita de lazer na hora do almoço. Os registros de realização do CineCAL nos jornais perduram até 2014. Em 1988, o CB publicizou várias conferências, palestras, seminários e debates realizados no Setor. Esses eventos foram promovidos por diversas entidades - inclusive a CAL - e sempre fizeram parte do SCS.

Um acontecimento que, curiosamente, não ganhou repercussão no SCS, consoante os relatos dos jornais, foi a promulgação da Constituição de 1988, ocorrida em 5 de outubro. Segundo um relato^[113] do periódico, o clima na cidade era de feriado, e no SCS, geralmente movimentado, parecia sábado, não fosse pelo fato de que os bancos estavam abertos.

Na disputa da corrida presidencial para as eleições de 1989, em mais uma demonstração da atratividade política exercida pelo SCS, o Correio Braziliense anuncia que quatro novos comitês de campanha de candidatos à presidência do Brasil se instalaram no Setor: Mário Covas (PSDB); Iris Rezende (então Ministro da Agricultura); Fernando Collor (PRN) e Ulysses Guimarães. Além deles, alguns outros comitês de candidatos a deputados e ao governo do DF, como os de Elmo Serejo e Joaquim Roriz, se fixaram no SCS em 1990. Quando Roriz foi eleito, o CB noticiou que houve um ato de comemoração com mais de 4 mil pessoas no Setor.

No escopo das iniciativas culturais diversas, o CB reporta que o tradicional restaurante Cachopa (e tradicional reduto do fado), localizado, há 20 anos, no subsolo da Galeria Nova Ouvidor, teria samba ao vivo. Também, em outubro de 1989, o jornal noticia o começo do projeto musical “Doze e Meia”^[114]. Às quintas-feiras, às 12:30, no auditório do Sindicato dos Professores, haveria shows de músicos brasilienses. Em 1990, o projeto continuou, no auditório da Federação do Comércio de Brasília e, depois, na Praça Central (quadra 5).

Em junho de 1990, no início do governo Collor, o jornal anunciou uma grande greve na Praça do Povo, cuja razão era protestar contra as demissões no funcionalismo público e o pacote econômico^[115]. O SCS continuou sendo um local de atos públicos, greves e manifestações. Essa foi uma característica que não se perdeu, mas, ao que parece pelos relatos nos jornais, após as eleições de 1989 e 1990, o SCS viu arrefecer mais a quantidade deles. Nessa época, imaginamos que na esteira da crise econômica do governo

113 INDIFERENTE, Brasília não comemora a Carta. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 out. de 1988. Edição nº 9303, p. 13. [Ocorrência nº 6629]

114 LIMA, Irlam Rocha. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 out. de 1989. Edição nº 9668, p. 7, coluna Todos os sons. [Ocorrência nº 7199]

115 GREVE é marcada por confronto. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 jun. de 1990. Edição nº 9907, p. 8. [Ocorrência nº 211]

Collor, as notícias veiculadas no CB passaram a conter mais críticas ao Setor, à multiplicação dos camelôs e já se começava a falar em grandes reformas para deixar o SCS mais atraente. Assim, em 1990, localizamos que a imagem de centralidade política começa a dar lugar a outra, que chamaremos de centralidade popular. Aqui, a retórica da decadência começa a dar seus sinais.

OS ANOS DE CENTRALIDADE POPULAR: RETÓRICAS DE DECADÊNCIA E DE REVITALIZAÇÃO (1990 - 2014)

A lacuna temporal nos exemplares (1991-2001), infelizmente, não nos permite corroborar uma outra leitura ou imaginar outra periodização. Assim, abrimos, em 1990, nosso período final, que se estenderá até 2014. Imaginamos que a característica mais popular do Setor tenha se firmado naquele intervalo, contudo, em 1990, já identificamos sinais desse viés, com o acontecimento de outras dinâmicas sociais no Setor e, junto a elas, os indícios de que um novo tipo de centralidade se estabelecia.

Pelos jornais, percebe-se que o SCS perdeu progressivamente a característica de local das elites e migrou para se consolidar como um núcleo diverso e popular, o que foi se firmando já ao longo dos anos de centralidade política. A partir de 2002, contudo, esse período é marcado por um imaginário mais forte de decadência do Setor. Como ocorreu em outros centros, a saída das elites veio acompanhada, no discurso dos jornais, de relatos de decadência e esvaziamento. Embora haja um desgaste físico natural, decorrente da passagem do tempo, não identificamos propriamente um processo de decadência. Parece-nos, sim, que outra característica passa a preponderar na identidade do SCS, qual seja, o domínio popular.

Reafirmando essa percepção, em 1990, algumas matérias sobre os camelôs entram em pauta. Na esteira da crise econômica do governo Collor e da liberação de importações, o número deles entre as quadras 3 e 4, no que ficou conhecido como Foz do Itaú (e é considerado o embrião da Feira do Paraguai), aumentou^[116].

Em novembro de 1990^[117] e janeiro de 1991, o jornal trouxe três matérias sobre a realização de obras de melhorias no SCS, com recuperação de calçadas e áreas de estacionamento, para tornar o “Centro atraente”^[118]. O então Secretário de Desenvolvimento

116 VASCONCELOS, Adriana. Setor comercial vira um verdadeiro ‘muambódromo’. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 ago. de 1990. Edição nº 9975, p. 5. [Ocorrência nº 321]

117 SETOR Comercial Sul em obras. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 nov. de 1990. Edição nº 10075, capa. [Ocorrência nº 463]

118 CUNHA, Antonio. Centro atraente. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 jan. de 1991. Edição nº 10117, capa, foto. [Ocorrência nº 520]

Urbano, Newton Castro^[119], falou também sobre a ideia de transformar a área da antiga Bibabô, na quadra 9 (SCS-B), em um edifício-garagem. Segundo ele, à noite, o Setor estava entregue à marginalidade e à prostituição, e, para resolver isso, imaginava que o SCS poderia comportar um cinema ou um belo teatro. Em quatro anos, teria dito ele, o local teria cara nova. As obras de calçadas e estacionamentos foram adiante, mas o restante, não.

No período entre 2002 e 2008, ganharam, por diversas vezes espaço dos jornais, algumas pautas que se mostraram importantes, quais sejam, os estacionamentos pagos, a poluição visual do SCS causada pelo excesso de *outdoors* e a presença dos camelôs. Esses assuntos farão parte de análises temáticas no capítulo 3, mas, sintetizaremos aqui brevemente alguns pontos.

As propostas de construir garagens subterrâneas e de cobrar pelos estacionamentos como meio para atender à alta demanda por vagas retornaram em 2002. A questão de pagar para estacionar, já vimos ao longo dos anos, sempre foi retratada como polêmica. Por ora, nos limitamos a dizer que a construção de garagens em subsolo nunca foi adiante. Já com relação aos estacionamentos pagos, chegou a ser instalado, em 2003, um sistema chamado Vaga Fácil. A ideia logo foi noticiada com ares de controvérsia, mas o sistema entrou em operação em 14 de julho de 2003^[120]. Em 24 de outubro do mesmo ano, um juiz determinou a suspensão do Vaga Fácil. Em anos seguintes, outras tentativas de retorno do pagamento aconteceram, mas nenhuma delas foi à frente.

Já quanto à poluição visual e ao aumento dos camelôs, ambos mobilizaram, na pauta do jornal, o argumento de defesa do tombamento, que, se dizia, ambos estariam colocando em risco. Quanto ao primeiro assunto, as críticas acerca da quantidade e do tamanho de *outdoors*, principalmente nas empenas cegas dos edifícios da quadra 1, no Setor foram recorrentes. Em novembro de 2002, foi publicado o Plano Diretor de Publicidade (PDP), por meio da Lei nº 3.035/2002, cujo propósito era o de regular os engenhos publicitários na área tombada, mas o instrumento, segundo o CB, era permissivo e teve pouca efetividade^[121]. De 2002 a 2004, a defesa do tombamento surgiu com força ligado a esse tema, e a tônica de que as propagandas no SCS seriam agressões ao planejamento urbanístico de Brasília e feriam o tombamento da cidade foi frequentemente repetida^[122].

119 CRUZ, Carmen. Governo quer novas atividades no SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 jan. de 1991. Edição nº 10117, capa caderno cidade. [Ocorrência nº 521]

120 TORRES, João Rafael. Prepare o bolso para estacionar. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 jul. de 2003. Edição 13.07.2003, 1º caderno, p. 29. [Ocorrência nº 588]

121 Esta Lei nº 3.035, de 18 de julho de 2002, somente foi regulamentada com o Decreto nº 28.134, de 12 de julho de 2007. Nesse ínterim, o PDP não teve efetividade.

122 APELO à Justiça. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 jan. de 2002. Edição de 23.01.2002, 1º cad., p. 14. [Ocorrência nº 16]; POLUIÇÃO visual. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 abr. de 2002. Edição nº 25.04.2002, 1º caderno, p. 2 [Ocorrência nº 116]; FEITOZA, Valéria. Área tombada desprotegida. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 jul. de 2002. Edição nº 11.07.2002. [Ocorrência nº 182]; JÚNIOR, Darse. Capital agredida. **Correio Braziliense**, Brasília, 01 nov. de 2004. Edição nº 01.11.2004, 1º cad., p. 1. [Ocorrência nº 1163]

Apontamos em outros momentos o surgimento e o crescimento da presença dos camelôs (e as críticas e tentativas de regramento e remoção que se fizeram). Em 2002, a ideia da construção do Shopping Popular volta à baila, mas só se efetivará em 2008, no governo José Roberto Arruda. De 2002 a 2008, nos interessa sobretudo a maneira que o argumento da proteção patrimonial tenha sido mobilizado amiúde para justificar sua retirada das áreas centrais. A partir de 2010, a pauta e as críticas aos camelôs arrefeceram.

Em 2002, duas faculdades (atividade não prevista pela norma) abriram no Setor: a Faculdade Brasília e o Instituto Superior de Educação de Brasília. E, no escopo de outros usos que não o comercial, são relatados eventos culturais diversos e voltados a um público mais popular. Por exemplo, entrando na programação de fim de semana, o restaurante Mais Sabor^[123] (quadra 5) - entre outros estabelecimentos - começou a realizar shows às sextas, sábados e domingos.

Em 2002, segundo reportagem publicada no CB, a área central e a Esplanada eram os locais com mais registros de crimes (20%). Os principais delitos praticados, dizia o jornal, eram furtos de carros e celulares. Ainda de acordo com a mesma notícia^[124] “À noite, o principal problema no Setor Comercial Sul e redondezas é o consumo e o tráfico de drogas.(...)” O SCS liderava as estatísticas. Segundo dados, lá se registravam 30% das apreensões de merla, maconha e cocaína do Plano Piloto. Desde a década de 1970, a prática de pequenos crimes foi relatada no SCS, mas nunca ganhou expressiva representatividade e protagonismo na mídia. Mas, houve registro de cometimento de outros crimes de maior monta, como assassinatos e grandes roubos, por exemplo. O SCS não esteve imune à violência que se registrava com o crescimento da cidade. Pelo contrário, parece-nos que, em vários aspectos, o Setor foi uma espécie de termômetro do estado das coisas. Quanto ao próprio aumento da violência, de trabalhos informais (ambulantes, flanelinhas), trabalho infantil, de pessoas em situação de rua, que foram noticiados no Setor, acreditamos que eles refletiam mais problemas estruturais da sociedade do que propriamente características do Setor.

Como já dissemos ao fim do período anterior, a atratividade política do Setor não se encerrou naquela época, ela foi uma veia perene do SCS. Assim, próximo a todas as eleições, observou-se nos jornais diversos relatos de propaganda eleitoral e de corpo-a-corpo dos candidatos com os eleitores acontecendo no Setor. Nada mais natural, considerando que se trata de um lugar de intensa concentração popular e um dos locais em que há mais circulação de pessoas nas ruas. Nas eleições de 2002 não foi diferente. O jornal relatou, com frequência, a circulação de diversos candidatos e a presença de alguns comitês de campanha.

123 **Correio Braziliense**, Brasília, 08 abr. de 2002. Edição nº 08.04.2002, Coluna Coisas da vida + Guia, p. 8, Fuzzbox [Ocorrência nº 100]

124 ÁREA comercial lidera registros. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 maio de 2002. Edição 19.05.2002, 1º caderno, p. 21. [Ocorrência nº 134]

Uma sutileza interessante que começa a aparecer nas matérias sobre o SCS a partir de 2002 é uma certa nostalgia dos fim dos anos de consolidação e dos anos de ouro. Diversas reportagens trazem a presença de pioneiros que teriam se estabelecido no Setor e observa-se uma memória afetiva daqueles tempos e uma busca pela retomada. Outra observação que fazemos sobre as ocorrências - e que, a nosso ver, corroboram o SCS como um lugar ainda central e em que há movimento - é que algumas delas são sobre assuntos diversos, mas os entrevistados frequentemente são pessoas que trabalham ou frequentam o SCS.

Reforçando o lugar do Setor como uma centralidade popular, são publicados, mais amiúde, cursos profissionalizantes promovidos pelo Sesi e pelo Senai, como o de cabeleireiro. A escola de línguas da UnB também começa a despontar como agente nesse sentido.

O período de 2002 a 2014 teve, assim como as décadas de 1970 e 1980, intensa movimentação cultural no SCS. Um dos atores que já citamos foi a CAL. Outro que teve ainda mais protagonismo, já anunciado em momentos anteriores e muito reforçado nos anos 2000 foi o Sesc. Com efeito, o Sesc foi o principal agente de cultura do Setor neste período. Diversas iniciativas foram desenvolvidas por ele como forma de promover arte e cultura gratuitas ou a preços muito acessíveis. A maioria dos eventos foi realizada ou nas praças do SCS, ou no teatro Sílvio Barbato (na sede do próprio Sesc, quadra 2). Alguns exemplos são o Sesc Fest Clown (com espetáculos nacionais e internacionais circenses e de teatro na cidade); a Mostra Sesc do teatro candango e o festival Palco Giratório (promovido de 2005 a 2012), todos na Praça do Povo. Damos destaque também ao projeto Sesc Estação Cultural (espetáculos de dança, teatro e poesia), na Praça do Metrô. E, além desses, houve a realização de inúmeros shows de música, por exemplo, por meio do programa Clube da Bossa (2009 a 2014) e do Festival de Música Nacional FM, ambos no teatro do Sesc. Na esfera de outras iniciativas culturais, noturnas, destacamos a presença do Bar Poema (quadra 1). De 2003 a 2005, o Poema apareceu como ponto de atração cultural, com programação semanal de choro (quartas), jazz (quintas) e samba raiz (sextas). Outro evento recorrente entre 2003 e 2009 foi a festa Makossa, realizada na churrascaria Floresta, na Galeria dos Estados.

Apesar das menções ao abandono e à decadência do SCS ficarem mais frequentes a partir dos anos 2002, algumas vozes dissonantes apareceram. Uma que esteve sistematicamente presente foi a coluna “Crônica da cidade”. Em março de 2003, Cláudio Ferreira, comparando o SCS diante de uma cidade projetada para o carro, escreveu:

Caminhar pelo Setor Comercial Sul, por exemplo, me dá a sensação de escanear a vida da cidade. Uma das áreas mais pulsantes do Plano Piloto é também onde se vê as ruas e calçadas mais movimentadas. Camelôs, praticantes do conto-do-vigário, profissionais liberais, clientes dos bancos, todos em permanente alvoroço. Os cheiros da comida de rua e

os barulhos do dia-a-dia só enriquecem esse quadro. (...)” (FERREIRA, 2003. [Ocorrência nº 442])

Em setembro do mesmo ano, Conceição de Freitas fala, ainda que em tom meio crítico, das diferentes ocupações, diurna e noturna dos setores centrais, reconhecendo não o esvaziamento noturno, mas outro domínio sobre aqueles territórios.

[De dia, há] (...) os carros, os boys, os camelôs, o frenesi das agências bancárias, o sobre-e-desce dos escritórios. [De noite] (...) chegou a hora dos fantasmas lúbricos, das mariposas de muitos sexos, dos vendedores de balinha, cachorro-quente, pão com ovo, churrasquinho, dos homens sedentos de prazer e vaidosos de seus carrões. (...) O turno da noite, no setor comercial, é dos vendedores de sexo. (...)”. (FREITAS, 2003, p.26. [Ocorrência nº 491])

Um assunto que veremos com mais vagar no próximo capítulo diz respeito a propostas de revitalização veiculadas para o Setor. Diremos, por ora, que de 2003 a 2006 algumas longas matérias^[125] trouxeram com recorrência os problemas associados ao SCS e as propostas para saná-los. Se, por um lado, foi abundante a retórica de decadência; por outro, o Setor teve sistematicamente reiterada sua importância como coração da cidade.

No espectro da imagem negativa do SCS que foi noticiada em 2004, tivemos algumas ocorrências de funcionamento de bingos clandestinos, de lavagem de dinheiro e contrabando. Sobre a imagem positiva, a instalação de novos atores ainda teve seu papel. Foi o caso do UniCEUB que, por meio do Núcleo de Prática Jurídica e da incubadora de empresas Casulo, foi responsável por promover serviços gratuitos de atendimento à população.

Em 2005 e 2006, respectivamente, algumas intervenções no Setor tiveram o condão de prover mais segurança. Uma delas foi a nova iluminação dos becos do SCS; outra foi a colocação de câmeras de segurança em alguns pontos. 2006 e 2007 foram anos em que o jornal mais noticiou crimes e episódios de violência no Setor, em particular, frequentes roubos a lojas nas madrugadas^[126]. O aumento desse tipo de delito estaria, de acordo com o CB, afugentando os lojistas e causando o esvaziamento da ocupação comercial do Setor.

Embora a reportagem mostrada na figura 2.17 seja sobre os assaltos a lojas, chamamos atenção também para a imagem mostrando um dos pontos de concentração dos camelôs, na quadra 5.

125 Por exemplo: PAIXÃO, Ana Helena. Por onde o povo passa. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 fev. de 2005. Edição 06.02.2005, 1º caderno, p. 22-23. [Ocorrência nº 1325]; QUELEM, Naiobe. O coração da cidade. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 set. de 2005. Edição 10.09.2005, caderno C. [Ocorrência nº 1556]

126 DUARTE, Marcela; REBELLO, Pablo. Violência: Medo no Setor Comercial Sul. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 set. de 2006. Edição 20.09.2006, 1º cad. [Ocorrência nº 2172]

CRIMINALIDADE

As ruas desertas depois do anoitecer e a falta de policiamento têm atraído assaltantes ao **Setor Comercial Sul**. Cansados da rotina de furtos, muitos comerciantes estão decididos a migrar para outros endereços

Lojas do SCS são arrombadas nas madrugadas

JORGE DE CASTRO
DAQUILO DO CORREIO

À luz do dia o **Setor Comercial Sul** é um dos locais mais movimentados de Brasília. Por ali circulam diariamente 80 mil pessoas. À noite, porém, o lugar fica deserto e desprotegido — um único carro de polícia responde pela segurança do setor e seus 2.736 estabelecimentos comerciais. Realidade que tem atraído bandidos à área depois do anoitecer. Nos primeiros 24 dias de 2007, a 1ª Delegacia de Polícia (Asa Sul) registrou 11 ocorrências de furtos na região. Seis casos foram de arrombamentos em lojas durante a madrugada. O número representa um crime a cada seis dias.

Atraída pelo número de pessoas que frequentam a região e a quantidade de escritórios na vizinhança, a comerciante Maria do Carmo Godinho de Sales, 37 anos, abriu um restaurante na Quadra 2 do SCS neste ano. Mas ela não imaginava que, com os clientes, viriam os bandidos. Em 22 dias de funcionamento, a empresária teve a loja arrombada duas vezes. "Na primeira, levaram o microondas e a balança eletrônica. Na segunda, o sistema de alarme tocou e eles acabaram

fugindo", relatou. A comerciante gastou mais de R\$ 12 mil com a instalação de alarme e de grades nas portas e janelas.

Mas essas medidas de segurança nem sempre são suficientes para afastar os ladrões. No último dia 7, bandidos invadiram o restaurante da empresária Solange Lopes, localizado na Quadra 5. Segundo ela, além do aparelho de som, os ladrões levaram a câmara de segurança, responsável pelo monitoramento em frente ao comércio. "Desde esse dia, pago um extra a um empregado para que ele durma dentro da loja. De um ano para cá, os casos de furto aumentaram muito", afirmou.

A estratégia adotada por Solange é usada há 45 dias por uma loja de roupas vizinha. "Depois das 19h, quando o fechamos a loja, eu pego uma colcha e um travesseiro e estendo-os no chão", explicou o vendedor Wagner Alves, 24 anos, que foi escalado para a função de segurança. Segundo ele, o que mais se ouve à noite são os alarmes de outras lojas disparando. "Quando ouço alguma coisa na porta da loja, vou até ela e dou uma batida. Isso afugenta os assaltantes", concluiu.

Posto 24h

A onda de furtos levou os comerciantes a pressionarem pelo funcionamento dia e noite do posto

policial do SCS. O lugar fica aberto de segunda a sexta, das 7h às 23h, e aos sábados, das 7h às 19h. "É imprescindível que aquele posto fique sempre aberto", suplicou a empresária Dioneze dos Santos Faria, dona de uma casa de cosméticos na Quadra 5. Este ano, ela só não teve a loja arrombada porque o vigia de um comércio próximo ligou para a polícia, que conseguiu prender o ladrão.

Segundo o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Antônio Serra, o pedido dos empresários será atendido em três meses. "De imediato, aumentaremos a ronda.



DURANTE O DIA, 80 MIL PESSOAS CIRCULAM PELA REGIÃO, QUE ABRIGA 2.736 ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS



A EMPRESÁRIA MARIA DO CARMO CHEGOU AO SETOR EM 2007 E JÁ TEVE O RESTAURANTE FURTADO DUAS VEZES

Figura 2.17: Criminalidade e camelôs
Fonte: CASTRO, 2007, 1º cad., p. 25. [Ocorrência nº 2396]

Em 2007, mostrando o SCS tanto como um local político quanto popular, o CB noticia que foi montada uma tenda, em frente ao Comitê do PT, no Setor, para comemorar a reeleição do Presidente Lula e que 1.500 pessoas compareceram. No mesmo ano, a Caesb, que estava no SCS há quase 40 anos, foi para sua nova sede em Águas Claras.

2007 foi um ano de suma importância para o Setor. Naquele ano, foi registrada a entrada do crack em Brasília e no SCS^[127]. As matérias sobre o crack, a partir deste momento, foram as que mais dominaram a pauta do jornal sobre o SCS. As críticas mais frequentes, que antes estavam direcionadas ao trânsito, foram desbancadas pelos problemas ligados ao consumo e tráfico desse entorpecente, como aumento de delitos e de usuários em situação de rua. Desde seu início, Rodoviária, SCS e Conic aparecem como as principais áreas de distribuição da droga. De 2007 até 2014, esse foi o imaginário

127 FILGUEIRA, Ary. Mais uma apreensão de crack. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 jun. de 2007. Edição 09.06.2007, 1º cad., p. 22. [Ocorrência nº 2629]

negativo que preponderou quando se falou do SCS nos jornais.

A cena cultural do Setor, por sua vez, continuava movimentada por iniciativas diversas. Uma das que perdurou de agosto de 2007 a junho de 2008, aos sábados e domingos, foi a de rodas de samba de raiz e de choro no restaurante “O Árabe do Brasil”^[128], no térreo do edifício Baracat (quadra 1). O local coberto tinha capacidade para acomodar 600 pessoas, e o jornal trouxe algumas vezes o quanto esse acontecimento agitou o SCS aos fins de semana.

Em novembro de 2007, mais uma vez na coluna “Crônica da cidade”, assinada por Conceição Freitas, a autora fala que o SCS não existe apenas nos dias úteis e durante o dia^[129]. Ela traz ocupações noturnas do Setor, por prostitutas e travestis, entre outros, agora com tom de reconhecimento das diferenças. Já vimos, esta não é a primeira vez que a autora sai em defesa do não apagamento dessas populações.

Um ator que já apontamos como fundamental na dinâmica do Setor, o Senac, continuava exercendo com regularidade sua atividade de promoção de qualificações técnicas (papel que não deixou de exercer desde a década de 1970). Em 2007, o CB anunciou que o leque de cursos havia se ampliado mais ainda, incluindo nutrição, contabilidade, desenvolvimento de sistemas, entre outros 16. Corroborando a leitura de que havia um domínio mais popular sobre o SCS, houve a instalação de alguns outros agentes. Nesse sentido, citamos, em 2008, a inauguração do novo posto de atendimento da Fácil DF (quadra 5), que operacionaliza a distribuição e a recarga de cartões magnéticos do transporte público coletivo, e a transferência para o SCS da defensoria pública da União, no Edifício Toufic (quadra 2).

Se, no início da década de 1980, o SCS possuía o metro quadrado mais caro da cidade, em 2008, a situação praticamente se invertera. O Setor foi noticiado^[130] como o metro quadrado comercial mais barato da área central, com preços para compra que chegavam a ser quase 5 vezes menores que os do vizinho SBS.

Em 2008, no sentido de promover melhorias físicas no SCS, foi anunciado nos jornais que as calçadas seriam “revitalizadas” e trabalhadas as condições de acessibilidade a pessoas com deficiência, com rampas e corrimãos^[131]. A reforma começou, segundo a notícia, pela quadra 6 e seguiria para as demais quadras.

Em 2009, foi publicada uma matéria interessante sobre a flexibilização da setorização do Plano Piloto.

128 O melhor de tudo: Samba das arábias. **Correio Braziliense**, Brasília, 2 nov. de 2007. Edição 02.11.2007, p. 22. [Ocorrência nº 2845]

129 FREITAS, Conceição. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 nov. de 2007. Edição nº 18.11.2007, 1º cad., p. 32, coluna Crônica da cidade. [Ocorrência nº 2866]

130 FLORES, Mariana. Espaço apertado. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 jun. de 2008. Edição 21062008, 1º caderno, p. 20. [Ocorrência nº 3125]

131 SCS mais acessível. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 jul. de 2008. Edição 10072008, 1º cad., p. 27. [Ocorrência nº 3143]

Brasília já não é mais tão setorizada quanto planejou Lucio Costa. Quase 50 anos depois, a cidade ganha vida própria e vai, aos poucos, mudando a destinação dos setores do projeto original. (...) O SCS, por exemplo, é o Setor Comercial Sul, o centro comercial da cidade. (...) Brasília nasceu assim, planejada por setores. Ao fazer o projeto do Plano Piloto, Lucio Costa organizou a capital de forma que moradia, diversão, comércio e trabalho ficassem dispostos sem se misturar. Prestes a completar 50 anos, no entanto, a cidade ganhou vida própria. Em meio aos clubes, surgiu um shopping. Na área de oficinas, obras de prédios residenciais em ritmo acelerado. No setor de rádio e TV, as empresas de comunicação são minoria. (...) Para a administradora de Brasília, Ivelise Longhi, a flexibilidade é uma tendência natural, que não fere o pensamento original da cidade. (...) ‘Com o tempo, começou-se a perceber que não podia ser algo tão engessado e rígido. Não era bem esse o conceito que se pretendia com a setorização’, comenta. ‘O próprio Lucio Costa sabia que algumas atividades acabariam sendo mescladas.’ (AMORIM; RODRIGUES, 2009, 1º cad., p. 37. [Ocorrência nº 3341])

Este foi um dos poucos registros em que se retratou a flexibilização de usos como algo natural a todo o CUB, e não apenas à área central. É interessante perceber que, ao longo do tempo, o jornal se alternou entre posturas mais conservadoras com relação à ideia de manutenção de um projeto original e a naturalidade da mudança (tendendo, mais frequentemente, à primeira).

Em 2009, Conceição Freitas sai novamente em defesa do SCS, tecendo-lhes elogios:

[Às 7:20 da manhã] (...) Vazio de carros e de gente, dá pra ver que ele tem filiação. Nasceu numa prancheta, foi desenhado e estudado. E tem uma beleza que os maus-tratos soterraram e o movimento diário esconde. Da W-3 em direção ao Eixinho, o SCS se desdobra em suave declive. Há uma sucessão de escadarias e galerias. Ao contrário do que ocorre em quase toda Brasília, o Setor Comercial Sul foi feito para o pedestre. É o reino absoluto dos andarilhos. (...) A Praça do Povo é uma jóia maltratada e mal-aproveitada. (...) no pequeno anfiteatro, há duas amarelinhas feitas de pedras portuguesas. Procuram-se crianças.” (FREITAS, 2009, 1º cad., p. 38. [Ocorrência nº 3392])

Ainda em 2009, um dos projetos governamentais trazidos pelo CB foi o de padronização dos modelos de quiosques^[132] a serem utilizados no DF. Apenas em 2011 os modelos começaram a ser implantados, e o primeiro deles, relata o jornal, foi erguido no SCS^[133]. Em 2010, uma longa matéria^[134] diz-se que a revitalização do SCS (que no

132 REBELLO, Pablo. Quiosques padronizados. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 out. de 2009. Edição 23102009, 1º cad., p. 32. [Ocorrência nº 3618]

133 LABOISSIÈRE, Mariana. Quiosque desaparece do Buriti. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 maio de 2011. Edição 28052011, 1º cad., p. 36. [Ocorrência nº 686]

134 PULJIZ, Mara. Revitalização ainda é projeto distante. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 abr. de 2010. Edição 3042010, 1º caderno, p. 29. [Ocorrência nº 120]

passado fora o principal ponto de escritório no Plano Piloto e que hoje estaria decadente) ainda estava distante. A autora reiterou problemas já por várias vezes trazidos, tais como pichações, sujeira, trânsito, falta de estacionamento, assédio dos flanelinhas, presença de moradores de rua e menores infratores, drogas, tráfico, prostituição, furtos, manutenção de calçadas, arborização, iluminação e manutenção de prédios e praças deficitárias. Disse, por fim, que, dos projetos, saíram do papel apenas a renovação das calçadas e arborização das praças. No ano seguinte, o CB relatou que foram também implantadas as novas faixas de pedestres, com travessias elevadas. As reportagens sobre uma possível revitalização do SCS (e sobre a necessidade dela) foram recorrentes entre 2003 e 2010.

Em 2010, segundo matéria^[135] do CB, os camelôs, que haviam sido relocados para o Shopping Popular em 2008, se aproveitaram da crise institucional do governo Arruda para voltar para o centro. Ainda em 2010, houve breves relatos no jornal de supletivos (atividade não permitida na norma) irregulares atuando no Setor. E, no mesmo ano, lá aconteceram greves de garis, policiais civis e rodoviários.

Em 2010, o CB noticia o surgimento de uma nova droga, o mesclado, que vinha a agravar o problema de concentração de usuários no SCS, somando-se ao crack. Com a piora da situação de entorpecentes no Setor, o jornal dizia que centro de Brasília havia se transformado no reduto da criminalidade, onde tráfico de drogas, furtos e roubos aconteciam a toda e qualquer hora. Assim como 2006/2007 foram anos em que o cometimento de crimes, principalmente, os roubos de lojas, 2009/2010 foram anos em que o auge da violência foi associado ao consumo de drogas, em particular, o crack. Em 2011, o CB veiculou que a Secretaria de Segurança Pública admitia que o déficit de policiais afetava mais o Plano Piloto e que o SCS era considerado pela polícia militar como ponto crítico. Como ação, para lidar com o que foi chamado de epidemia do crack e suas consequências, no ano seguinte, após alguma morosidade, o governo lançou o Plano de Enfrentamento ao Crack, com propostas para atendimento dos dependentes^[136].

Reforçando mais uma vez a veia de eventos de lazer no Setor foi reformada a casa noturna Star Night (quadra 5), e entre 2011 e 2012 algumas festas foram realizadas lá. Enquanto isso, os eventos nas praças do Setor nunca deixaram de acontecer. Em 2011, aconteceu, além dos já tradicionais promovidos pelo Sesc, o 1º Circuito Instrumental Itinerante, projeto com grupos da cidade que une teatro, música instrumental e cultura popular em várias regiões do DF. Um padrão interessante de observar foi que, a partir em 2011/2012, as ocorrências relacionadas a arte e cultura no Setor começaram a ocupar mais espaço nas matérias publicadas pelo jornal (até então, embora houvesse reportagens, uma boa parte do que o jornal noticiava fazia parte da agenda de programação cultural da

135 BRITO, Daniel; GOULART, Guilherme. A dominação dos camelôs. **Correio Braziliense**, Brasília, 5 abr. de 2010. Edição 5042010, 1º cad., p. 26-27. [Ocorrência 125]

136 TOLENTINO, Lucas; PULJIZ, Mara. A droga que consome Brasília. Socorro aos usuários. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 set. de 2011. Edição 1092011, 1º caderno, p. 30. [Ocorrência 782]

cidade). E os entrevistados, frequentadores do Setor, sempre manifestavam sua aprovação aos eventos.

Em 2011, foi inaugurado o Espaço Cultural Novo Museu (quadra 2), cuja proposta seria “levar cultura às classes C e D e resgatar o centro urbano como área para manifestações culturais.” (As figuras do SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 jul. de 2012. Edição 08072012, Revista do Correio, p. 24-25. [Ocorrência 1159]). Desde a saída da Itaú Galeria, a última das galerias a sobreviver no SCS, que fora desativada em 2001, nenhum espaço formal dedicado à arte, cultura e lazer havia sido aberto. A abertura do espaço se deu com show de Jerry Adriani^[137]. O local abrigou também festas, movimentando a noite do SCS. O Novo Museu continha uma área de exposição, um café e um salão de festas, mas teve vida curta. Ficou aberto de outubro de 2011 a dezembro de 2012.

2012 foi, aliás, um ano em que o movimento de arte e cultura no SCS foi bastante noticiado. No teatro Sesc Silvio Barbato, vários shows de música (MPB) e teatro, com entrada franca; no escopo do 12º Festival do Teatro Brasileiro, houve apresentação na Praça dos Artistas; por ocasião da Mostra Brasília do Palco Giratório, aconteceram montagens na Praça do Povo. Naquele ano, outro ator cultural importante voltou à cena no SCS: o Museu dos Correios. Atuante no Setor de 1980 a 2000, o museu havia fechado as portas. Em 2012, após extensiva reforma, o Museu dos Correios foi reinaugurado no mesmo endereço, ocupando os sete andares do Edifício Apolo (quadra 4). Com a nova estrutura, passou a receber espectro ainda mais amplo de artes, contando com um teatro, em que acontecem shows e espetáculos diversos. Desde a reabertura, em 2012, até 2014 (quando termina a documentação a que tivemos acesso), cerca de 30 eventos, entre shows de música, apresentações de teatro e exposições foram realizados. No entanto, sabemos que o Museu permanece em operação até os dias de hoje. Segundo noticiado na coluna social, a reabertura do Museu foi marcada por exposição de nomes importantes da arte europeia, como Chagall, Renoir, Jean Cocteau, Braque, entre outros^[138].

O Museu dos Correios retornou com vigor e teve peso na promoção de eventos de renome nacional e internacional. Em 2012, foram reportados, entre outros, o projeto “Cordas Brasileiras”^[139], com shows de Yamandu Costa, Tetê Espíndola e João Bosco. Em 2013, a exposição “Da Vincis do Povo”, de Cai Guo-Qiang, e a “Homenagem ao Malandro”, promovida em parceria com o Ministério da Cultura, em comemoração ao 110 anos de Moreira da Silva, com shows de Angela Ro Ro, Danilo Caymmi e Maria

137 JERRY Adriani no SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 nov. de 2011. Edição 10112011, Diversão e Arte, p. 4. [Ocorrência 831]

138 GODOY, Jane. Exposição Paixões Privadas - A Arte Européia nas coleções particulares do Rio de Janeiro. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 maio de 2012. Edição 9052012, Diversão e Arte, p. 2. [Ocorrência 1066]

139 LIMA, Irlam Rocha. **Correio Braziliense**, Brasília, 2 nov. de 2012. Edição 2112012, Divirta-se, p. 21, coluna: Coluna Sons da Noite. [Ocorrência 1266]

Alcina^[140]. Entre dezembro 2013 e março de 2014, outra parceria com o Ministério da Cultura rendeu a exposição “Macanudismo, quadrinhos, desenhos e pinturas, por Liniers”^[141]. Todos os eventos tiveram entrada franca.

Em 2012 também, na contramão da maior parte das matérias sobre o Setor, a Revista do Correio publicou uma longa e elogiosa reportagem de seis páginas sobre o SCS e sobre como ele surpreendia positivamente, como um local rico em cultura, arte e arquitetura e cheio de personagens interessantes.

Se a gente descuida, a rotina tem um efeito perverso: ela gasta o nosso olhar, desbota a paisagem. O Setor Comercial Sul é um endereço que padece muito desse problema. Por lá, estamos sempre de passagem; raramente ficamos. De carro ou a passos largos, nem notamos a presença de gente bacana, de lojas interessantes, de prédios charmosos. Se muito, focamos na feiura, no tráfico de crack que assombra a região. Para rebater esse clichê, a repórter fotográfica Zuleika de Souza flanou pelo SCS disposta a encontrar pérolas. Uma surpresa foi constatar que o SCS tem uma vida cultural pulsante, com peças de teatro, shows e exposições. Porém, o mais apaixonante é mesmo a fauna humana. (O coração urbano da capital. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 jul. de 2012. Edição 08072012, Revista do Correio, capa. [Ocorrências nº 1158-1161])

Em 2013, dando também ênfase aos acontecimentos de arte e cultura, o CB noticiou^[142] que a cidade seria palco para artistas performáticos de todo país, com 30 intervenções em diversos pontos movimentados do Plano Piloto, entre eles, o Setor Comercial Sul, a Universidade de Brasília e o Conic.

Numa matéria^[143] de recordação de tempos passados, lembrando a veia de local de resistência política do Setor, o CB mostrou fotografias de manifestações contra a ditadura no SCS que não ganharam espaço na mídia da época (fig. 2.18).

Sobre mais um dos assuntos polêmicos relacionados ao SCS, uma das poucas matérias publicadas em que a população em situação de rua foi reconhecida e não retratada de maneira estigmatizada apareceu no dia de Natal de 2013. Um dos entrevistados, um biomédico que atuava com outros jovens como voluntário no Setor há anos, dizia que o SCS tinha estigma de ser violento, mas que as pessoas tinham uma visão deturpada do que acontece ali^[144].

140 HOMENAGEM ao Malandro: 110 anos de Moreira da Silva. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 nov. de 2013. Edição 6112013, Diversão e Arte, s.n., propaganda. [Ocorrência 1780]

141 MINISTÉRIO da Cultura e Correios apresentam: Macanudismo, quadrinhos, desenhos e pinturas, por Liniers. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 dez. de 2013. Edição 6122013. [Ocorrência 1832]

142 MACIEL, Nahima. Brasília sob intervenção. **Correio Braziliense**, Brasília, 7 set. de 2013. Edição 7092013, Diversão e Arte, p. 3. [Ocorrência nº 1685]

143 POMPEU, Ana. Os endereços da resistência. **Correio Braziliense**, Brasília, 4 nov. de 2013. Edição 4112013, 1º cad., p. 20. [Ocorrência nº 1174]

144 LINS, Thalita. Esperança para quem precisa. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 dez. de 2013. Edição 25122013, 1º cad., p. 26. [Ocorrência nº 1852]

Em 2014, o jornal noticiou protestos em frente à sede da Sedhab (local onde, em diversas ocasiões aconteceram manifestações relacionadas à questão habitacional na cidade), cujo objeto era a votação do PPCUB pelo Conplan^[145]. Em 2014, mais alguns assuntos que davam indícios de que se reconhecia a centralidade popular do SCS ganharam a pauta do CB, como a criação de novo posto da Agência Modelo, vinculada à Secretaria do Trabalho, para garantir vagas de emprego e auxílio a pessoas com deficiência.

Na toada de implementar pequenas mudanças que não sejam conferir prioridade ao transporte individual, em 2014, no governo Agnelo, o CB publicizou a implantação de pontos de bicicletas públicas compartilhadas em parceria com o Banco Itaú e a assinatura de ordem de serviço para a conclusão das ciclovias da Asa Sul, entre elas, a do SCS^[146].

Reconhecendo o Setor como local de concentração e atratividade de pessoas, no mesmo ano, para comemorar o dia dos namorados, o CB anunciou que decidira criar, em locais movimentados da cidade, entre eles o SCS (quadra 2), murais de declarações de amor enviadas ao jornal por correio elegante. A mesma iniciativa foi repetida no dia dos pais.

Em setembro de 2014, o jornal noticiou que o refinado e tradicional restaurante Stella Grill, no Edifício Denasa (quadra 1), fechou as portas após 26 anos. Por fim, na seara da promoção de eventos culturais, uma das últimas matérias sobre o SCS anunciava o Projeto Viva Cultural^[147], realizado no estacionamento ao lado do Museu dos Correios, com diversas atrações, entre elas, o Teatro Mágico e A Banda Mais Bonita da Cidade.



Os endereços da resistência

A Avenida W3 Sul era um dos principais pontos de encontro dos militantes que lutavam contra o regime militar em Brasília. Eles se reuniam também em repúblicas de estudantes e chegaram a sabotar um desfile do Sete de Setembro, em 1966

Figura 2.18: SCS como local de resistência política

Fonte: POMPEU, Ana. Os endereços da resistência. **Correio Braziliense**, Brasília, 4 nov. de 2013. Edição 4112013, 1º cad., p. 20. [Ocorrência nº 1774]

145 PAGANINI, Arthur. Conselho tenta votar PPCub. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 mar. de 2014. Edição 13032014, 1º caderno, p. 30. [Ocorrência nº 1970]

146 BIKES públicas à disposição no Monumental. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 maio de 2014. Edição 29052014, 1º caderno, p. 29. [Ocorrência nº 2072]

147 LIMA, Irlam Rocha. **Correio Braziliense**, Brasília, 31 out. de 2014. Edição 31102014, Divirta-se+, p. 24, coluna Sons da Noite. [Ocorrência nº 2297]


CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO 2

Pelo retrato dos jornais, é possível perceber o poder da mídia na construção do imaginário e da identidade dos lugares. Nesse sentido, acabam operando numa perspectiva que ao mesmo tempo reporta e constrói a imagem do Setor e da cidade. Apesar de o SCS ter sido alvo de reclamações constantes, o poder de atratividade e a condição de centralidade não arrefeceram, embora tenham se transformado. Pelo contrário, houve, sistematicamente, iniciativas governamentais em melhorias, o que, a nosso ver, denota que o Setor foi considerado área importante na dinâmica da cidade.

Entender a trajetória de conformação da paisagem urbana do SCS, sua vivência, suas formas de apreensão pela população, os imaginários positivos e negativos associados ao lugar, acontecimentos marcantes, entre outros, permitiram-nos construir a periodização proposta e a narrativa histórica que formaram o capítulo 2. Entretanto, estruturar este capítulo sob a perspectiva cronológica nos mostrou a limitação dessa narrativa diante da complexidade da história do SCS. Percebemos, ao longo da pesquisa nos periódicos, que determinados assuntos e abordagens ganharam relevância e protagonismo, em diferentes momentos, ao passo que outras ficaram apagadas. Notamos, também, que algumas temáticas que permearam o imaginário coletivo associado ao Setor e impactaram sobremaneira sua forma de apreensão não ficaram restritas a um único período ou não tiveram constante importância ao longo dos anos, pelo contrário, houve muitos transbordamentos. Por isso, propusemos, para o capítulo 3, uma outra frente narrativa que consideramos complementar, de natureza temática, que ocorre em paralelo a esse recorte mais temporal (e está associada, embora não esteja restrita a ele), seguida pela análise dos projetos de revitalização.

TEMÁTICAS E PROJETOS





O capítulo 3 principia com uma narrativa temática, complementar à cronológica que fizemos no capítulo anterior. Na pesquisa em jornais, identificamos temas pertinentes, e é com eles que iniciamos este capítulo. O objetivo aqui não é discutir todas as pautas que apareceram associadas ao Setor, mas sim destacar algumas que foram, a nosso ver, fundamentais em moldar a construção do imaginário associado ao SCS. Assim, trabalharemos com: a construção material do Setor; habitação e outros usos; trânsito; presenças incômodas; revisão do plano-piloto; tombamento; revitalização.

Alguns desses assuntos foram objeto de inúmeras ocorrências, razão pela qual não conseguiremos dar o aprofundamento e o espaço nesta dissertação que gostaríamos. De fato, investigar algumas das temáticas a fundo somente com base nos jornais (como, por exemplo, a questão do trânsito ou das presenças incômodas) seria em si material para outras pesquisas^[1]. Reiteramos aqui nosso propósito, balizado pelo intuito de contar uma história de maneira que se estabeleçam relações de causalidade entre temas e problemas identificados e soluções tentadas ao longo do tempo. Nessa parte do capítulo, nossa fonte histórica será o jornal *Correio Braziliense*.

As narrativas temáticas formam um arcabouço que nos permitiram problematizar as ações governamentais para revitalizar o SCS. Assim, na segunda parte do capítulo, passaremos a uma análise de cinco dos projetos de revitalização propostos em âmbito governamental para o SCS, quais sejam: Revitalização do Setor Comercial Sul, de 1997; Programa de Revitalização dos Setores Centrais, de 2009; Novos projetos, de 2017; Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), versão de 2018; Programa Viva Centro!, de 2020. Com relação a análise de projetos de revitalização para o SCS, identificamos somente a dissertação de Julyana Sangaleti Pinheiro, *Dinamismo e deterioração nas cidades: estudo da configuração dos setores comerciais centrais*

1 Nesse sentido, lembramos que há trabalhos sobre alguns desses temas, ainda que a pesquisa no CB não tenha sido o guia, como as teses: *Brasília sem carros?: um estudo sobre o espaço ocupado pelos carros e a propensão a medidas de restrição e controle de acesso* (2017), de Cláudio Oliveira da Silva e *Composição pontos pretos sobre fundo verde-amarelo: a visibilidade dos sem-teto em Brasília, 2000 a 2007* (2008), de Sainy Coelho Borges Veloso e as dissertações: *O espaço degenerado: ensaio sobre o lugar travesti na cidade modernista* (2011), de Pedro de Lemos Macdowell; *Presença incômoda: corpos dissidentes na cidade modernista* (2013), de Marcelo Augusto de Almeida Teixeira.

do plano piloto (2018), trabalho que foi valioso em nossa trajetória. Contudo, a autora se debruçou apenas sobre o Programa de Revitalização dos Setores Centrais de 2009, com um olhar sobre o dinamismo e a deterioração urbanas e os elementos que os promovem. Nossa proposta aqui consiste em algo distinto. Pretendemos um olhar panorâmico sobre os cinco projetos de revitalização mencionados, buscando compreender a transformação do SCS, com base nos problemas identificados e nas soluções aventadas. Além disso, direcionaremos nosso foco para a questão habitacional, tentando entender como se deu a construção dessa proposta no âmbito governamental. Do mesmo modo que as temáticas, escrutinar esses projetos seria material suficiente para ensejar uma nova dissertação, razão pela qual adotaremos um olhar guiado. Utilizaremos, aqui, a documentação dos projetos de revitalização obtidos junto ao âmbito governamental.

Não por acaso, escolhemos este trajeto na construção do capítulo. Na identificação e na elaboração das leituras temáticas baseada na documentação dos periódicos, percebemos, com alguma surpresa, diante das pautas que ganharam relevo ao longo dos anos, que houve uma repetição dos problemas pontuados e que ela está refletida nos projetos de revitalização. Essa constatação nos fez concluir que esses projetos respondem, em regra, a questões que são efetivamente históricas no Setor.

3.1

NARRATIVAS TEMÁTICAS

3.1.1

A CONSTRUÇÃO MATERIAL DO SETOR: URBANIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO

Desde seu início, a condição do SCS como área em processo de estabelecimento resultou na natureza de muitas das ocorrências localizadas, que estiveram relacionadas ao processo físico de edificar o Setor (seja a infraestrutura urbana do local, sejam os prédios em si). No entanto, priorizaremos aqui o olhar sobre a urbanização^[2] - e não sobre os edifícios. Assim, este é o primeiro recorte temático que depreendemos de nossa fonte e que se mostrou indissociável da história do SCS. Essa temática principia com o início do Setor, mas, como veremos, perpassa sua trajetória.

Podemos dividir as ocorrências acerca da urbanização em dois grandes tipos: execução e manutenção. O primeiro tipo esteve mais presente nos anos 1960 a 1977.

2 Aqui, estamos utilizando o termo urbanização de maneira genérica para nos referir a: infraestrutura urbana, organização dos espaços públicos e embelezamento. Assim, o escopo de que aqui tratamos inclui: pavimentação, ruas, estacionamentos, calçadas, arborização, sinalização, lixeiras, redes de energia elétrica, telefonia, água e esgoto e águas pluviais etc. Fizemos essa escolha como uma referência direta à fonte histórica, pois este é o termo mais frequentemente utilizado nos periódicos.

As reportagens nesse período estavam, sobretudo, associadas a reclamações acerca da falta de conclusão física das edificações e das obras de infraestrutura urbana. Até 1977, o CB aponta que os lotes vazios, as construções e os canteiros de obras em andamento configuravam-se como obstáculos à efetivação ou à conclusão da urbanização. Com isso, não se lograva concluir o Setor em sua totalidade. Como já dissemos, a última venda de lote vazio que localizamos data de 18 de novembro de 1979^[3], entretanto, arbitramos o ano de 1977 como marco temporal por duas razões: porque identificamos que ali já estava terminada a franca maioria das construção dos edifícios e porque naquele ano se iniciaram obras urbanas importantes no local. Essa realidade reverberou no padrão das ocorrências encontradas: nessa época, 1977, o assunto deixa de estar centrado na construção dos prédios e passa a ser mais sobre as áreas públicas e sobre a qualidade do espaço urbano do Setor.

Já o segundo tipo de crítica começa quase concomitantemente à implantação da urbanização e perdura até 2014, atravessando a existência do SCS. Elas estão relacionadas sobretudo às questões de (falta ou deficiência de) manutenção. Embora essas críticas tenham estado presentes desde os momentos iniciais do SCS, de fato, elas ganham vigor a partir de 1978/79. É possível dizer que a balança foi se invertendo em uma lógica quase inversamente proporcional à construção dos prédios do Setor: à medida que as edificações do SCS se concluíam, o primeiro tipo de queixa diminuía, e o segundo aumentava.

Embora as críticas à manutenção tenham sido mais numerosas e mais persistentes, aqui neste trabalho, daremos ênfase ao primeiro momento (1960-1977), por entendê-lo mais determinante no processo de construção do SCS. A questão de urbanização esteve pouco presente na pauta nos anos 1980 a 1991. Nos anos 2000, retorna, já sob outra roupagem. A partir dessa época, observa-se que as menções à urbanização e à manutenção são substituídas pelas de revitalização, assunto que abordaremos mais adiante neste capítulo.

No início dos anos de Consolidação, as reportagens sobre urbanização estavam muito voltadas a reclamar de sua ausência ou de sua insatisfatória execução. Nesse sentido, houve críticas nos jornais às obras terem sido feitas, às vezes, a toque de caixa e com má qualidade, o que impactava sua durabilidade. Já dissemos anteriormente que o Setor não foi edificado de uma só vez, mas sim em partes. Uma decorrência disso foi que a urbanização também se fez em partes. Assim, quando a construção de edifícios acontecia, com frequência, os canteiros de obras acabavam destruindo parte do que se executara, como calçadas e trechos de vias. Além de, reiteradamente, implicarem a destruição ou obstrução de pontos de passagens, as obras dificultavam o acesso aos demais prédios, e as crateras das obras não raro colocavam em risco pedestres.

3 ANÚNCIO: venda de dois lotes no SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 nov. de 1979. Edição nº 6131, p. 11, seção Imóveis. [Ocorrência nº 8569]

Em dezembro de 1962, apareceu a primeira reportagem contendo reclamação do assunto^[4]. Nela, se protestava que o acesso ao SCS era dificultado pela falta de urbanização. Até dezembro de 1978, foram identificadas quase 40 reportagens tratando da questão (figuras 3.1 e 3.2, por exemplo), a maior parte delas para se queixar a lentidão e o abandono das obras no Setor Comercial.

O problema da urbanização coexistiu e foi suplantado por queixas recorrentes de falta de estacionamento e acerca do trânsito. De todo modo, a partir de 1971, problemas de manutenção começam a ser mais relatados que antes. Apontava-se, sobretudo, o descaso com o mato, que crescia sem ser capinado, com a proliferação de ratos e com o acúmulo de lixo - inclusive, com a utilização de terrenos vazios como depósito de lixo e entulhos -, com as calçadas esburacadas (ou ausência delas). A essas reclamações, progressivamente, outras foram agregadas, como a precária iluminação do Setor.

Apesar de mais numerosas, nem tudo acerca da urbanização foram críticas. Como dissemos no capítulo anterior, identificamos que os anos de Consolidação comportam duas fases distintas: uma que vai de 1960 a 1968, marcada por uma certa lentidão no processo de o Setor se firmar; outra, de 1968 a 1971, marcada pela retomada do ritmo das construções e pelo florescimento do SCS. Isso também impactou o tipo de reportagem que se viu surgir quanto à urbanização. Embora as reclamações tenham persistido, vê-se que a partir de 1968 elas começam a ser, mais notadamente, intercaladas com reportagens de tom mais otimista, em que progressivamente ganham algum relevo as obras de melhoria da infraestrutura física.

Sobre a execução das melhorias físicas, podemos citar desde as menor porte, como instalação de orelhões e de hidrantes, até as maiores, como a construção de galerias de captação de águas pluviais^[5]. Nesse sentido, em 1973, damos destaque à edificação da passarela de pedestres que liga o SCS ao SDS. No ano seguinte, à do viaduto de ligação SCS-SBS. Isso mostra que não só o SCS, como também sua conexão com os setores lindeiros estava passando por mudanças importantes. Nesse sentido, fica evidente a intenção em consolidar a área central do Plano Piloto. O viaduto SCS-SBS, inaugurado em dezembro de 1974, fez parte de um Plano de Ação para Brasília^[6]. Segundo o periódico, a saturação das principais pistas do DF levou o governo a programar uma série de obras de infraestrutura viária e uma delas foi o trevo de ligação SCS-SBS, que, reportou-se, depois de pronto, foi elogiado pelos motoristas como forma de aliviar o trânsito^[7].

4 NOVACAP e o SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 dez. de 1962. Edição nº 807, p. 4. [Ocorrência nº 80]

5 TRÂNSITO fecha pistas no Setor Comercial Sul. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 jul. de 1976. Edição nº 4945, p. 1. [Ocorrência nº 5667]

6 PLANO de Ação para Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 14 nov. de 1975. Edição nº 4706, p. 6. [Ocorrência nº 5210]

7 MOTORISTAS fazem sugestões ao GDF. **Correio Braziliense**, Brasília, 4 abr. de 1975. Edição nº 4482, p. 13. [Ocorrência nº 4404]

Em 1975, a execução de urbanização ganhou a pauta (fig. 3.3) com o condão de promover melhorias compreensivas na quadra 5 (uma das últimas a se consolidar, com a quadra 3). Lembremos que, a partir de 1971, tivemos os anos de apogeu. Nesse sentido, realizar as devidas intervenções físicas que garantissem uma imagem positiva, de zelo e cuidado, era coerente com a relevância do SCS no contexto do centro urbano. Assim, foram previstos vários serviços, dentre eles: execução de passeios, muros de arrimo, taludes, estacionamentos, recuperação de pistas.

A poça de água estagnada entre os edifícios "Alvorada" e "JK", no Setor Comercial Sul, (indicada pela seta), desafia a PDF. Novacap e outros órgãos existentes no DF. Aliás, esquecido pelo Departamento especializado da Novacap, o Setor Comercial Sul está, ainda, com sua urbanização, ajardinamento e demais serviços dependentes dos órgãos públicos, inteiramente abandonados, o que contribui para acarretar uma série de problemas de toda ordem. A poça de água estagnada, da foto, mostra apenas um aspecto do abandono a que foi relegado o SCS, além de contribuir para a proliferação de mosquitos e ameaça à saúde das milhares de pessoas que trabalham nos escritórios dos edifícios ali existentes

Figura 3.1: Crítica às obras de urbanização do SCS

Fonte: Correio Braziliense, Brasília, 4 maio de 1965. Edição nº 1512, 2o caderno, p.5.

Em decorrência da falta de urbanização no Setor Comercial Sul, onde muitas obras ainda não foram feitas, vários são os métodos empregados pelos transeuntes para atingirem seu destino. Para quem vai do Edifício do Banco Central para o prédio onde funciona a Companhia de Telecomunicações de Brasília, a opção que se apresenta é passar pelo lado da murada que separa aqueles dois edifícios, pondo em risco sua segurança pessoal. O perigo maior é representado pelas crianças que transitam no local, sendo que três delas já sofreram ferimentos, ao cair quando utilizavam essa passagem improvisada

Figura 3.2: Falta de urbanização do SCS

Fonte: Correio Braziliense, Brasília, 12 out. de 1972. Edição nº 03956, p.23.

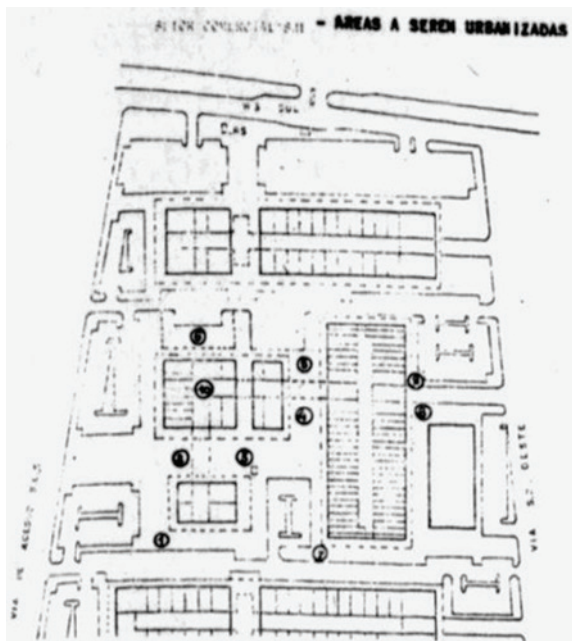


Figura 3.3: Áreas a serem urbanizadas (imagem recortada da reportagem).

Fonte: SCS será todo urbanizado em pouco tempo. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 jul. de 1975. Edição nº 4587, p. 9. [Ocorrência nº 4689]

O SCS esteve em constante trabalho, porém, algumas das mais emblemáticas mudanças a acontecer na infraestrutura do SCS se deram entre 1977 e 1979. Em 1977/78, o Correio noticiou o alargamento da via S-1 (atual S-2), para melhorar o trânsito entre

SCS e SHS^[8], dar mais segurança aos motoristas e ajudar a evitar acidentes. O projeto previa também a construção de um retorno e calçamento dele, o que facilitaria a passagem de pedestres.

1978 foi também o ano em que as passarelas interligando blocos da quadra 1 foram executadas.^[9] As passarelas compunham um amplo projeto de paisagismo proposto para o SCS. Foi neste projeto que se trouxe uma das alterações físicas mais importantes no SCS, que foi responsável por modificar não apenas sua paisagem urbana, mas sua forma de utilização e apropriação: as praças. Aliás, um elemento interessante de se reparar na figura 3.3 são os estacionamentos entre as quadras 5-6 e 4-5. Esses estacionamentos foram desconstituídos, e, no lugar deles, surgiram duas das praças no Setor: a dos Artistas e a Central.

PRAÇAS

A menção de se fechar estacionamentos para construir praças apareceu nos jornais pela primeira vez em janeiro de 1977^[10]. Uma proposta apresentada pelo periódico em março^[11] do mesmo ano mostrava que o projeto fazia parte de uma iniciativa mais compreensiva de humanização do SCS: propunha-se suprimir os estacionamentos nas proximidades dos edifícios, transformando alguns deles em praças, e proibir a circulação de veículos dentro do SCS, ficando esta restrita apenas às bordas do Setor e às vias de serviço. O componente viário desta proposta será melhor explorado quando tratarmos das questões atinentes ao trânsito. Mas, por ora, interessa-nos olhar para a intenção que subjazia de que o Setor fosse mais favorável ao pedestre e que se criassem espaços qualificados destinados ao estar e ao encontro. O fechamento acabou ocorrendo apenas no fim de maio de 1977^[12] e, como seria de se esperar, fez-se mediante muita controvérsia.

Em junho de 1977^[13], o jornal anunciou que em breve a primeira parte do projeto seria concluída: muitas árvores seriam plantadas, praças e um *playground* estariam prontos. A data não se cumpriu. Em agosto de 1977, foram publicadas duas reportagens^[14] em que

8 S-1 está sendo alargada. E vai melhorar o trânsito entre SCS e SHS. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 jul. de 1977. Edição nº 5301, p. 12. [Ocorrência nº 6734]. A matéria denomina de S-1 a avenida entre SCS e SHS. No entanto, mais tarde, será chamada de via S-2, sendo a S-1 o próprio Eixo Monumental.

9 Recordemos, ademais, que elas foram demolidas em 1987, após anos de seguidas críticas, em particular, pelo Corpo de Bombeiros, por representarem um impeditivo ao acesso das viaturas a alguns edifícios do SCS, colocando-os em situação de risco de sinistro.

10 MEDIDAS para melhorar: microônibus e lotação. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 jan. de 1977. Edição nº 5119, p. 10. [Ocorrência nº 6052]

11 CARROS deixam de entrar no Setor Comercial Sul dia 30. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 mar. de 1977. Edição nº 5188. [Ocorrência nº 6237]

12 SEMANA começa com o SCS servindo mais ao pedestre. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 maio de 1977. Edição nº 5240, capa. [Ocorrência nº 6417]

13 PAISAGISMO no SCS fica pronto a 15 de julho. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 jun. de 1977. Edição nº 5264, p. 17. [Ocorrência nº 6500]

14 PAISAGISMO vai mudar a face do SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 ago. de 1977. Edição nº 5313, capa. [Ocorrência nº 6553]; SCS terá nova paisagem já em setembro. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 ago.

não se poupava otimismo acerca do paisagismo que mudaria a cara do Setor e criaria locais aprazíveis para as horas de lazer (fig. 3.4). Manifestou-se, outrossim, a expectativa de que as praças colaborassem para movimentar o SCS para além do horário comercial. Previa-se, então, que a implantação começasse em setembro e que as obras durassem quatro meses. O escopo completo do projeto envolvia não somente as três praças e o *playground*, mas também arborização, tratamento de pisos e desníveis, passarelas e, em uma segunda etapa, a interligação subterrânea entre as partes A e B do SCS.

“A única parte do Projeto que **não será edificado nesta primeira fase é a ligação subterrânea sob a W/3**, ao estilo da Galeria dos Estados, ligando o Setor A (a parte tradicional do SCS) ao Setor B (imediações do Setor de Rádio e Televisão. (...)) O projeto prevê a construção de **três praças** cobrindo toda a área interna do SCS, determina também que o local seja amplamente **arborizado**. Até mesmo as diferenças de níveis ali existentes estão sendo aproveitadas através da implantação de canteiros ornamentais e jardineiras. Uma das inovações do projeto para o Setor são as **passarelas** ligando toda a área, com o objetivo de proteger as pessoas nos dias de chuvas. (...) Todo o piso da área interna do Setor será revestido em **pedra portuguesa**, com desenhos criados também pela equipe elaboradora do projeto.” (SCS..., 1977, p. 13. Ocorrência nº 6554)

Posteriormente, diversas reportagens foram publicadas sobre o projeto de paisagismo elaborado pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras (DAU/SVO). As praças foram oficialmente entregues pelo governador, Elmo Farias, à população em 26 de abril de 1978.

O Projeto de Paisagismo do Setor Comercial Sul, elaborado pelo Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Secretaria de Viação e Obras começará a ser implantado na primeira semana de setembro. A ordem de serviço já foi assinada pelo Governador Elmo Farias e autorizada a Novacap para a execução do projeto. Os custos das obras estão fixados em sete milhões e quinhentos mil cruzeiros devendo a sua conclusão ocorrer dentro de quatro meses.

A única parte do Projeto que não será edificado nesta primeira fase é a ligação subterrânea sob a W/3, ao estilo da Galeria dos Estados, ligando o Setor A (a parte tradicional do SCS) ao Setor B (imediações do Setor de Rádio e Televisão). Foi feito também pela SVO, complementando o projeto, um levantamento de todos os serviços existentes naquelas imediações como Ceb, Telebrasil e Caesb, para evitar que durante as construções estas redes sejam afetadas.

Conceder à população brasiliense mais um local agradável para as suas horas de lazer é o objetivo maior da implantação de um projeto de paisagismo no Setor Comercial. A criação de praças em toda a área, uma densa arborização, a colocação de muitos bancos e a criação de um grande play-ground se destinam também a facilitar o trabalho das mães que porventura se dirijam ao local, em companhia dos filhos, para fazer compras. O projeto, que prevê a construção de três praças cobrindo toda a área interna do SCS, determina também que o local seja amplamente arborizado. Até mesmo as diferenças de níveis ali existentes estão sendo aproveitadas através da implantação de canteiros ornamentais e jardineiras.

Uma das inovações do projeto para o Setor são as passarelas ligando toda a área, com o objetivo de proteger as pessoas nos dias de chuva. Novos modelos de bancas de revistas bombonieres e lojas de flores também foram criadas pela equipe de arquitetura da DAU e serão implantadas. Todo o piso da parte interna do Setor será revestido em pedra portuguesa, com desenhos criados também pela equipe elaboradora do projeto.

PRAÇAS

As três praças localizadas no Setor Comercial Sul, a serem entregues hoje, pelo Governador Elmo Farias, têm como objetivo humanizar aquela área de grande movimentação de pessoas. Propiciará aos funcionários, bancários e comerciários que ali trabalham e aos usuários em geral um local de lazer, no intervalo de almoço.

As praças têm uma área de aproximadamente trinta mil metros quadrados, dotados de bancos de concreto e madeira, jardineiras, parque infantil, banheiros, bancas de jornais e camaranchões. Têm muitas árvores plantadas e forte iluminação pública. O piso das três logradouros é todo revestido em pedras portuguesas nas cores preto e branco.

Uma das praças fica entre o Edifício Palácio do Comércio, Lojas Americanas e a agência do Banco do Brasil; outra, mais no interior, entre a agência do Banco Regional de Brasília e o Datamec; e a última em frente aos Edifícios da Shis e José Severo.

Figura 3.4: Reportagem intitulada “SCS terá nova paisagem já em setembro”

Fonte: Correio Braziliense, Brasília, 9 ago. de 1977. Edição nº 5313, p. 13. [Ocorrência nº 6554]

Figura 3.5: Sobre a inauguração das praças
Fonte: Correio Braziliense, Brasília, 26 abr. de 1978. Edição nº 5568, p. 12. [Ocorrência nº 7372]

Por ocasião da inauguração, as reportagens continuavam a destacar o objetivo de

humanizar a área e de garantir aos que trabalham no SCS espaços de lazer, com bancos, banheiros, parque infantil, banca de jornal, jardineiras, caramanchões e iluminação pública. A iniciativa, ao que parece por reportagens posteriores, foi bem recebida pela população desde o início. E, as praças, como já mencionamos, constituíram-se em um dos elementos urbanos mais emblemáticos do SCS. Com o passar do tempo, elas tornaram-se os lugares de realização de manifestações e atos públicos e de eventos culturais no Setor. A apropriação dos usuários por esses espaços fizeram delas lugares populares por excelência, sendo, hoje, indissociáveis da história e da dinâmica do SCS.



Figura 3.6: Reportagem sobre a inauguração das praças
Fonte: Correio Braziliense, Brasília, 27 abr. de 1978. Edição nº 5569, p. 14. [Ocorrência n.º 7376]

GALERIA DOS ESTADOS

A Galeria dos Estados foi o último importante elemento de ligação entre o SCS e os setores lindeiros (SHS, SDS, SBS) a se configurar plenamente. O viaduto entre o Hotel Nacional e o SCS foi um dos primeiros elementos a ser edificado (em 1963 já estava concluído). Já vimos, também, que a passarela SDS-SCS foi feita em 1973; em 1974, foi construído o trevo de ligação SCS-SBS.

A conclusão da Galeria veio ao encontro de reforçar a vocação para o deslocamento peatonal no Setor. É possível verificar que ela foi planejada no mesmo alinhamento, como continuidade do sistema de galerias projetado em 1960 para entrecortar o SCS de leste a oeste, desde a W3 até o Eixo Rodoviário (e até o SBS, com a Galeria). É interessante, também, reparar que desde então não foram criados outros componentes físicos de ligação entre o SCS e os setores vizinhos. A articulação, relativamente tímida entre o Setor e os setores lindeiros, constitui um dos pontos de possíveis críticas não

somente sobre o Setor, mas também sobre o conjunto da área central^[15].

A construção da passagem de pedestres entre o SCS e o SBS, na realidade, data de 1968. À época, reportagem relata estar pendente “(...) o acabamento da parte subterrânea onde há locais para lojinhas, bancas de jornal, charutarias, Correios e Telégrafos, etc. (...)” (SARAIVA, 1968, capa do Caderno 2. [Ocorrência nº 1143]). Não se construíram as lojas e, até 1973, os relatos indicam que as passagens de pedestre - aí incluída a que viria a ser a Galeria - estavam abandonadas, tanto pelo governo, que não provia a adequada manutenção, quanto pela população, que não fazia uso delas. Elas haviam se tornado locais insalubres e perigosos, noticiava o jornal. Em 1973, cerca de 50 camelôs^[16] se mobilizaram para apresentar um pedido ao então governador, Hélio Prates, para que se construíssem as 78 lojinhas na passagem SCS-SBS, que dessem a eles melhores condições de trabalho. A demanda não surtiu resultados até 1976. Naquele ano, reportagem de fevereiro^[17] indica que o governo havia retomado a ideia de remodelar a passagem SCS-SBS, com a intenção de que ela se tornasse não somente um ótimo ponto comercial, mas também um ponto turístico de Brasília. A conclusão da obra estava prevista para junho de 1976.

A Galeria dos Estados foi inaugurada em 1977, com o propósito de prover um local para a cultura regional dos Estados, com lojas típicas, e de criar espaço de qualidade para o deslocamento a pé entre o SCS e o Setor Bancário Sul. Em 1981, uma coluna^[18] do jornal relatava a Galeria como um lugar limpo, com lojas com bons preços, que havia se convertido em uma parada obrigatória de passeios turísticos. O auge da Galeria, entretanto, teve relativamente curta duração. Em 1984, já se registrava^[19] que as lojas estavam progressivamente fechando, por conta da falta de movimento, e que algumas só conseguiam manter-se graças ao apoio dos Estados. Com isso, retornaram também os relatos acerca da falta de manutenção, de assaltos e prostituição no local.

Em 1986, contudo, a Galeria deu os primeiros sinais daquela que viria a ser uma de suas características, principalmente, a partir dos anos 2000, um local da noite alternativa no centro. Reportagem intitulada “Nova Lapa: bregão invade o Plano”^[20], de Pelagio Gondim, relatava esse lado da Galeria. Nova Lapa era o nome de um restaurante popular ali localizado que estava movimentando as noites de sexta e sábado com

15 Recordemos, nesse sentido, do trabalho de Carpintero, em que o autor aponta que o deslocamento do conjunto em direção ao lago teve consequências em dificultar a junção fluida dos setores da área central, em razão da topografia mais acidentada.

16 AMBULANTES apresentarão memorial a Prates. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 nov. de 1973. , Edição nº 4241, p. 12. [Ocorrência nº 2439]

17 OBRA da passagem de nível. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 fev. de 1976. Edição nº 4797A, p. 16. [Ocorrência nº 5496]

18 **Correio Braziliense**, Brasília, 2 out. de 1981. Edição nº 6802, coluna Correio do Consumidor. [Ocorrência nº 1307]

19 LOJAS não vendem e galeria fecha um pouco todo dia. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 mar. de 1984. Edição nº 7673, p. 18. [Ocorrência nº 3285]

20 GONDIM, Pelagio. Nova Lapa: bregão invade o Plano. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 set. de 1986. Edição nº 8553A, p. 21. [Ocorrência nº 5142]

forró, transformando-se no “império do brega”. Pedreiros, domésticas, vigilantes, camelôs frequentam o movimentado local, definido na reportagem como um “espaço democrático para todas as classes sociais”.

Nos anos 2000, a Galeria dos Estados viveu um processo dito de revitalização alavancado pela construção da estação de metrô. E, a partir de 2003 passou a ser o local de realização regular de edições de festas, como a Makossa, na Churrascaria Floresta. Apesar dessas importantes apropriações culturais, a Galeria hoje funciona predominantemente como passagem de pedestres e elemento de conexão fundamental com o SBS, entretanto, as lojas estão majoritariamente desocupadas.

3.1.2

HABITAÇÃO E OUTROS USOS

Lembremos que a proposta de incluir o uso residencial foi um dos propulsores deste trabalho. Assim, investigar por meio dos jornais os usos e as atividades que ocorreram no Setor desde sua origem é uma das questões que mais nos interessava. E, pelos registros dos jornais, ela se mostrou reveladora da presença de uma gama mais diversa de utilizações do que o nome do setor sugere.

Já apontamos que os usos estipulados para cada um dos Setores estão calcados na lógica da setorização. Portanto, desde o Relatório do Plano Piloto, esperava-se que este Setor abrigasse, principalmente, atividades comerciais e escritórios. Como já dissemos no capítulo 1, as primeiras normas para construções em Brasília foram publicadas em 13 de junho de 1960, com o Decreto nº 7/1960, que previra destinação exclusiva para lojas e escritórios.

Em 8 de março de 1967, este Decreto foi substituído por outro, o Decreto “N” nº 596/1967, que aprovou o Código de Edificações de Brasília. Nele, recordemos, consta uma previsão mais específica de usos e atividades, listados no rol exaustivo do artigo 25^[21].

De início, chamamos atenção para duas coisas. A primeira delas é que este Código de Edificações foi publicado em 1967, portanto, não só já havia construções no Setor, mas também o SCS já estava próximo da fase ascendente nos seus anos de Consolidação. Logo, já havia diversas outras atividades implantadas, para além das comerciais. Lembremos também que isso não significa dizer que estivessem contrariando a legislação.

21 Embora conste a transcrição integral do artigo 25 no capítulo 1, julgamos pertinente repeti-la aqui, para fins de simplificação da leitura deste trabalho. “Art. 25. O Setor Comercial Norte e o Setor Comercial Sul compreendem os edifícios de lojas e salas para fins comerciais para as seguintes finalidades: I — Lojas de departamentos; II — Lojas especializadas; III — Escritórios e consultórios; IV — Pequenos laboratórios; V — Oficinas de artesanato; VI — Clubes urbanos; VII — Cursos de aperfeiçoamento e treinamento relacionados com atividades comerciais; VIII — Academias de ginástica, saunas, mediante aprovação prévia da DLFO; IX — Pequenas agências bancárias; X — Agências de órgãos de serviços públicos, cafés, bares, restaurantes, barbearias, engraxaterias, bancas de jornais e revistas, papelarias.” (DISTRITO FEDERAL, 1967)

Apesar da monofuncionalidade implícita no nome do Setor, recordemos que da leitura do artigo 25 percebe-se que já não estavam previstas apenas atividades comerciais. A segunda delas é que a norma de 1967 é a mesma que continua vigendo para o SCS atualmente^[22]. Essa manutenção da normativa nos fez pensar no porquê de ela não ter sido alterada desde então. Podemos imaginar, por exemplo, por um lado, que ela tenha permanecido adequada para atender à demanda de atividades do local até os dias de hoje; por outro, que não tenha havido interesse ou demanda para ajustá-la.

Pensando nos atores que compilamos no capítulo anterior nos anos da Consolidação, com base nos anos em que se instalaram, fizemos um rápido exercício de triagem acerca daqueles que seriam considerados incompatíveis^[23] com a legislação da época respectiva: Decreto nº 7/1960 ou Decreto “N” nº 596/1967. Assim, temos, até 1966, a sede da Caixa Econômica Federal e o cartório do 2º ofício de registros civis. Entre 1967 e 1971: Galeria Ambiente; Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa; Quartel General da Polícia Militar; cartório do 3º ofício; galeria de arte edifício Venâncio; Embaixada do Chile; Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA).

Recordemos que, no capítulo 2, apontamos como ponto de inflexão entre as fases de inércia e de florescimento da Consolidação a crítica formulada por Adirson de Vasconcelos em 1968. Nela, o jornalista queixava-se com certa veemência da “(...) infiltração de órgãos públicos no Setor Comercial Sul, o qual, pelo Plano Piloto, deve destinar-se só e exclusivamente ao comércio. (...) o Setor Comercial Sul está sendo invadido pelos órgãos públicos, provocando assim, uma deturpação do plano da cidade”. (VASCONCELOS, 1968).

Cabe, porém, lembrar que o Art. 25 do Decreto “N” traz, no inciso “X - Agências de órgãos de serviços públicos (...)” (DISTRITO FEDERAL, 1967). Dito isso, vê-se que a instalação de órgãos públicos era uma possibilidade dentro da previsão legal, mas não estava de acordo com o imaginário restritivo que, por vezes, se construía atrelado aos nomes dos setores.

22 Após o Decreto “N”, já houve a publicação de três outros Códigos de Obras e Edificações para Brasília: o Decreto nº 13.059 de 8 de março de 1991, ratificado pelo o Decreto nº 16.677, de 11 de agosto de 1995; a Lei nº 2105 de 8 de outubro de 1998, com suas alterações e decretos regulamentadores; a Lei nº 6.138 de 26 de abril de 2018, com suas alterações e decretos regulamentadores. Apesar disso, continua vigendo o Decreto de 1967 para o SCS. Oferecemos aqui uma explicação bastante simplificada do porquê. Em regra, os Códigos trazem dispositivos que resguardam a parte da legislação anterior que trata de parâmetros de uso e ocupação do solo e zoneamento. Trazem, também, disposições finais que contemplam a revogação de normas que disponham em contrário. Assim, uma vez que o rol do artigo 25 trata sobre usos e que não houve para o SCS legislação superveniente trazendo disposições conflitantes com o Decreto “N”, é esta norma que continua a vigor até os dias de hoje.

23 Para realizar esse exercício, valemo-nos de nossa experiência profissional junto à área de aprovação de projetos. Desse modo, adotamos uma interpretação que consideramos ampla, de maneira a acomodar, em conformidade com uma interpretação possível dos Decretos, o máximo de atores no escopo de atividades permitidas. Assim, logramos deixar de fora apenas aquelas utilizações para as quais entendemos não haver possibilidade razoável de encaixe. Citamos como exemplo de enquadramento amplo as sedes de partidos políticos e de associações, duas utilizações muito recorrentes no Setor, que encaixamos na categoria “escritórios”.

Após a Consolidação, outros usos incongruentes com a legislação do SCS continuaram existindo. Na realidade, nas décadas de 1970 e 1980, observa-se que o espectro de atividades se ampliou, passando o Setor a abrigar, por exemplo, atividades religiosas, casas noturnas, diversas representações de Estados (Minas Gerais, Mato Grosso, Paraíba, Rondônia, Santa Catarina, Amazonas, Piauí, Alagoas, do território de Fernando de Noronha) e algumas embaixadas (Guiana, República Popular da China, Indonésia, Panamá, União Soviética), além de um centro universitário (Universitária Pioneira de Integração Social - UPIS), seis novas galerias de arte, um museu. A partir dos anos 2000, três faculdades (Faculdade Brasília, Uniplan e UniCEUB), cursos de pós-graduação, supletivo, entre outros.

Corroborando o argumento de que a interpretação restritiva da setorização não encontra sustentação na prática o fato de que, desde o início do Setor, a gama de atividades existentes mostrou-se maior do que previa a letra da lei. Houve, contudo, poucos questionamentos acerca de uma apropriação indevida ou de uma inadequação de usos por parte da população em geral, e estes não ensejaram respostas das autoridades responsáveis pelo planejamento urbano.

Uma das poucas posições de denúncia de inadequação veio de forma genérica na coluna “Brasília, D.F.”, por meio de reportagem intitulada “Cada qual no seu igual”^[24]:

Já era tempo de a Coordenação de Arquitetura e Urbanismo iniciar as notificações para fazer sentir aos diversos organismos, tanto oficiais quanto privados indiferentes à setorização planejada para Brasília, com vistas à localização específica de estabelecimentos em locais inadequados. Num desajuste entre o Plano e a realidade, invadiram o setor hoteleiro, o mesmo ocorrendo com os comércios das entrequadras, isso sem falar na **Babel do Setor Comercial Sul, onde se encontra de tudo e de todos, numa completa mistura do que deve e do que não deve estar ali situado.**” (grifamos) (CADA..., 1974, p. 2. Ocorrência nº 3898)

Apesar do tom crítico, o colunista não pontua o que considera que não deveria estar no Setor. A nosso ver, o auge do SCS foi, de fato, marcado pela mistura, o que não seria uma crítica de nossa parte, pelo contrário. Identificamos que esta é uma consequência natural e desejável da centralidade. Tratava-se de um local com amplo poder de atratividade; era o lugar onde todos queriam estar e abrir seu negócio. Em outra reportagem, anos depois, a multiplicidade se confirmava:

“No Setor Comercial Sul, apesar do nome, predominam mesmo os escritórios de advocacia, de contabilidade, de prestação de serviço, os consultórios médicos e dentários e sedes de entidades classistas. (...)”

24 Cada qual no seu igual. *Correio Braziliense*, Brasília, 8 nov. de 1974. Edição nº 4639, p. 2, coluna Brasília D.F. [Ocorrência nº 3898]

Com mais de 30 agências bancárias, livrarias, lanchonetes, escritórios imobiliários, poucas lojas, além de alguns outros estabelecimentos de diferentes ramos, o SCS é assim o local por onde giram os executivos do Distrito Federal, onde o brasileiro tem sempre um problema a resolver, um paraíso para negócios, para fechar contratos e também um inferno no que concerne a estacionamento em determinadas horas ou para alugar uma sala por um preço mais em conta num dos seus prédios. (...)” (SETOR...,1978, p. 15. Ocorrência nº 7913)

O magnetismo e a valorização do SCS eram inegáveis. A atividade de bancos diversos, aliás, foi uma que apareceu com tanta presença que o jornal chegou a sugerir que o SCS constituía, na prática, um segundo Setor Bancário. Destarte, a questão dos usos compôs queixas isoladas que, como se vê, ganhavam pouca repercussão nos jornais.

De todo modo, um uso que apareceu algumas vezes e que nos interessa sobremaneira, como já dissemos, foi o residencial. Chama atenção, inclusive, que a presença de habitações tenha ocorrido de forma explícita. Ao longo dos anos, foram encontrados anúncios de unidades para moradia e, principalmente, de salas com quitinete. Os primeiros registros desses anúncios datam de 5 de julho de 1962 (fig. 3.7), em que uma propaganda – depois repetida algumas vezes em outras edições do jornal –, anunciava:

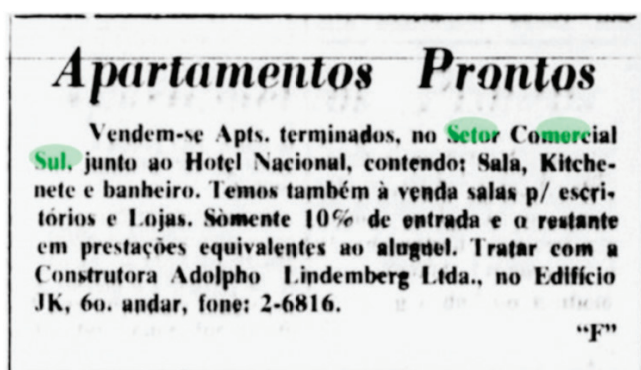


Figura 3.7: Propaganda de apartamentos no SCS

Fonte: Correio Braziliense, Brasília, 5 jul. de 1962. Edição nº 0660, p. 2, 2º Caderno. [Ocorrência nº 39]

Somente em 12 de março de 1963, veio um questionamento no mesmo jornal (fig. 3.8). O jornalista Ari Cunha, chefe da redação do periódico, em sua coluna “Visto, Lido e Ouvido” foi, com efeito, o único a posicionar-se contra a instalação de moradias no SCS, Escreveu ele:

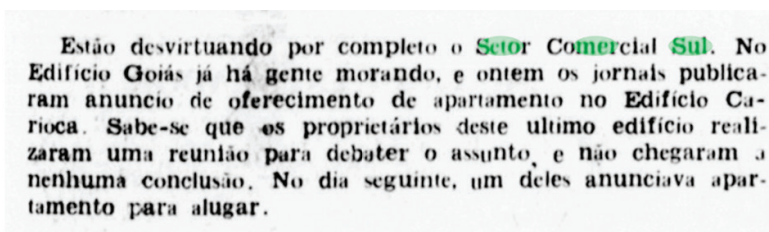


Figura 3.8: Crítica às moradias no SCS

Fonte: CUNHA, Ari. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 mar. de 1963. Edição nº 0866, Coluna Visto, lido e ouvido. [Ocorrência nº 105]

Pelo tom crítico adotado pelo jornalista, é possível inferir que a presença de resi-

dências naqueles edifícios não era uma exceção. Mais de dois anos depois, em 5 de agosto de 1965, o mesmo jornalista expôs outra crítica alegando utilização incompatível com o SCS, o que incluiria residências e hotel (fig. 3.9). Como já mencionamos brevemente, um dos anúncios de moradias a aparecer aconteceu no edifício Jockey Club, em 1965 (fig. 3.10). Posteriormente, ainda se verificaram alguns anúncios de apartamentos, a exemplo da figura 3.11.

Em 26 de abril de 2012 e 13 de maio de 2012, localizamos os últimos anúncios de aluguel de apartamento no SCS nos períodos consultados. (figuras 3.12 e 3.13)

Além dessas menções explícitas a residências, em 1978 e 1979, aparecem duas outras, diluídas no contexto de duas matérias sobre outro tema. Uma, em reportagem que, na realidade, tratava da fase final de construção das novas praças do SCS, em que se lê: “**O pessoal que mora aqui**, ou mesmo aqueles que não moram, durante a tardinha, em dias ensolarados, poderão curtir um belo descanso.” (grifamos) (BRASILIENSE...,1978, p. 13. Ocorrência nº 7210.) Na segunda, fala-se sobre o esvaziamento do Setor aos domingos e como isso impacta os que moram ali.

Mas se por um lado a tranqüilidade, o sossêgo é **bom para as pessoas que vivem naquele Setor** (...) Já Douglas Holtz, porteiro do edifício JK acha que o fato do Setor Comercial Sul ficar deserto aos domingos, ‘é até benéfico, principalmente prá mim que **moro aqui** no edifício. Estamos num lugar tranqüilo, por que não oferece nenhum problema a seus habitantes’. Talvez a pessoa que não esteja acostumada com o barulho durante os dias de trabalho estranhe um pouco a moradia aqui, mas **eu já moro há 19 anos**. (grifamos) (SCS...,1979, p.7. Ocorrência nº 8324).

Embora não tenhamos encontrado outros registros de expressa oposição no jornal, foi possível perceber mudanças em alguns anúncios, que, imaginamos, possa revelar uma crítica tácita às moradias. A título de exemplificação, um deles que em maio de 1963 divulgava “salas com kitinete” (fig. 3.14) para alugar no Edifício São Luiz, passou em junho seguinte a incluir a observação “exclusivamente para escritórios e consultórios” (fig. 3.15). Variados anúncios de salas com quitinetes repetiram-se, mas as poucas menções a apartamentos praticamente cessaram. Entre 9 de junho de 1969 (fig. 3.11) e 25 de abril de 2012 (fig. 3.12), não localizamos nenhum; entre 13 de maio de 2012 (fig. 3.13) e 2014 também não. Isso não significa que as habitações tenham deixado de existir na prática.

O **Setor Comercial Sul** foi, de início, transformado em residencial, com alguns construtores mais nananciosos que alugaram suas salas para residências. Agora, o pior. Está sendo garagem de uma transportadora, e um dos seus edifícios foi transformado em hotel.

Figura 3.9: Crítica às moradias no SCS

Fonte: CUNHA, Ari. *Correio Braziliense*, Brasília, 5 ago. de 1965. Edição nº 1589, 1º caderno, p.3, Coluna Visto, lido e ouvido. [Ocorrência nº 492]

ALUGA-SE: Sala mobiliada e dividida. Prazo máximo 5 meses, para moradia. Ed. Jockey Club — Sala 103. **Setor Comercial Sul**. Cr\$ 200.000 mensais, um mês adiantado, próximo ao Ed. Ceará. B. 9974-1

Figura 3.10: Anúncio de sala para moradia no edifício Jockey Club

Fonte: *Correio Braziliense*, Brasília, 19 set. de 1965. Edição nº 1627, p. 6, Mercado de Imóveis [Ocorrência nº 507]

Apartamento - NCr\$ 400,00 Alugo apartamentos mobiliados de compartimento único, com banheiro completo, água quente e fria. Localizados no **Setor Comercial Sul**. Informações pelo fone 42-9293, das 8 às 18 horas, diariamente. B/33178/I

Figura 3.11: Anúncio de aluguel de apartamentos mobiliados no SCS

Fonte: *Correio Braziliense*, Brasília, 8 jun. de 1969. Edição nº 2906, p. 4, Mercado de Imóveis. [Ocorrência nº 1904]

ALUGO APART NO **SETOR COMERCIAL Sul** 45m², mobiliado, vista p/ o Lago Tratar: 9801-0849

Figura 3.12: Anúncio de apartamento mobiliado no SCS

Fonte: *Correio Braziliense*, Brasília, 26 abr. de 2012. Edição 26042012, p. 11, Classificados [Ocorrência nº 1048]

APART 45M² NO **SETOR COMERCIAL Sul**, mobiliado, em frente o Hotel Nacional. Tratar: 9801-0849

Figura 3.13: Anúncio de apartamento mobiliado no SCS

Fonte: *Correio Braziliense*, Brasília, 13 maio de 2012. Edição 13052012, p. 1, Classificados [Ocorrência nº 1077]

SALAS COM KINETETE
PAGUE SOMENTE 13.776,00 POR MÊS
EDIFÍCIO SÃO LUIZ
(Ao lado da nova agência do Banco da Lavoura, junto dos edifícios JK, Ceará e Jockey Club — Atrás do Hotel Nacional — **Setor Comercial Sul**)
GARANTIA ABSOLUTA
INFORMAÇÕES E VENDAS:
Santos Construções Ltda.
RT. WALDY SANTOS PINHEIRO — Edifício JK — Conjunto 41 — 4º andar — Fones: 2-0663 e 2-2940
CORRETORES NO LOCAL

Figura 3.14: Anúncio de salas com kinitete
Fonte: *Correio Braziliense*, Brasília, 28 maio de 1963. Edição nº 928, p. 3, Classificados [Ocorrência nº 171]

SALAS COM KINETETE
(EXCLUSIVAMENTE PARA ESCRITÓRIOS E CONSULTÓRIOS)
PAGUE SOMENTE Cr\$ 13.776,00 POR MÊS
EDIFÍCIO SÃO LUIZ
(Ao lado da nova agência do Banco da Lavoura, junto dos edifícios JK, Ceará e Jockey Club — Atrás do Hotel Nacional — **Setor Comercial Sul**)
PAGAMENTO VINCULADO AO ANDAMENTO DA OBRA
Informações e Vendas:
Santos Construções Ltda.
RT. WALDY SANTOS PINHEIRO — Edifício JK — Conjunto 41 — 4º andar — Fones: 2-0663 e 2-2940
CORRETORES NO LOCAL

Figura 3.15: Anúncio de salas com kinitete para escritórios

Fonte: *Correio Braziliense*, Brasília, 31 maio de 1963. Edição nº 931, p. 3, Classificados [Ocorrência nº 173]

A despeito dos dois únicos posicionamentos contrários e de os anúncios de residências terem virtualmente findado, é possível dizer que em nenhum momento analisado pelos periódicos, a questão das moradias no SCS ganhou qualquer protagonismo até 2014. Foi discussão evitada, talvez por dissimulação, talvez por desinteresse. Não podemos perder de vista que o contexto político brasileiro, mergulhado em uma ditadura de 1964 a 1985, não favorecia o ambiente para questionamentos. Ademais, sublinhe-se que vários cargos altos junto aos governos e entidades eram ocupados por militares ou por civis alinhados ao regime. Também é preciso ter em conta que, nos anos iniciais, a prioridade era a própria consolidação do setor, ainda incipiente na primeira década. Desse modo, o foco voltava-se para outros contratempos que se avolumavam nesse período. Nesse sentido, já destacamos, principalmente, a urbanização do setor, alvo de críticas e reivindicações constantes. Já nos anos 2012, como vimos, as menções a moradias não foram objeto de reportagem, apenas de anúncios, que passam despercebidos no escopo do jornal. Contudo, a ausência generalizada de questionamento pode suscitar a interpretação de que, mesmo após a formalização dos usos e atividades por meio do Decreto “N”, a literalidade de interpretação da legislação tenha sido preterida em detrimento de uma interpretação mais abrangente, que se entendia como inerente ao dinamismo do *core* da área central.

Atualmente, se ampliarmos a questão da moradia para o centro urbano do Plano Piloto, precisamos reconhecer também a presença de residências nos Setores Hoteleiros, com seus *flats*. Mas, diferentemente do que se propõe no SCS, os Setores Hoteleiros são ocupados (e igualmente sem grandes oposições marcantes) por estratos mais abastados da sociedade. Até agora, mencionamos apenas unidades imobiliárias sendo usadas como habitações. Mas, para além dessas, é preciso reconhecer que há outros moradores também instalados no SCS: a população em situação de rua. Falaremos um pouco mais sobre eles na temática intitulada presenças incômodas.

Por fim, abrimos largos parênteses para tratar um pouco de um assunto que também se destacou na leitura dos jornais: o uso cultural. A presença de atividades de cunho cultural ocupou um lugar imenso junto à pauta dos jornais, tanto por meio de matérias quanto por meio da simples divulgação da programação de eventos, como demonstramos no capítulo 2. A veia cultural do Setor foi uma das características que mais intensa e longamente se destacaram na história do SCS. Se o trânsito foi o principal assunto a aparecer nos jornais na construção de uma imagem negativa, a veia cultural foi a que mais amiúde contribuiu para dar ao SCS um retrato positivo. Embora a presença de atividades culturais tenha se iniciado ainda no que chamamos de anos de Consolidação, foi a partir dos anos de apogeu que esse lado do Setor se firmou e, até hoje, permanece vinculado ao Setor. A quantidade de ocorrências nos jornais relacionadas à cultura no SCS foi tamanha que dariam em si um estudo próprio. Infelizmente, por limitações de tempo, dedicaremos muito pouco espaço neste trabalho a isso. Deixamos aqui a sugestão

para que um trabalho dessa natureza se desenvolva futuramente. O que oferecemos, por ora, é uma breve leitura de como se desenvolveu o lado cultural no SCS.

O aparecimento das ocorrências referentes à cultura no SCS guardam, a nosso ver, duas características interessantes. A primeira delas é reparar que houve um ponto de inflexão, no fim dos anos 1980, representando a mudança no perfil de atividade cultural que se fez mais presente. A segunda é notar que apesar de as atividades culturais não figurarem no rol de permissões de uso para o SCS, elas sempre fizeram parte, sempre conferiram vitalidade ao Setor e nunca foram questionadas. Pelo contrário, é possível perceber que desenvolver o lado cultural do Setor Comercial foi algo bem-vindo e estimulado ao longo do tempo, inclusive, sendo incentivado nos projetos de revitalização.

Quanto ao perfil de atividades culturais, nota-se que predominou, até o final dos anos 1980, a presença expressiva de espaços institucionais voltados à promover a cultura, principalmente, por meio da realização de exposições de arte e exibições de filmes. As décadas de 1970-1980, também podemos dizer, foram os anos das galerias, reafirmando, de certa forma, a questão da presença das elites. Em uma listagem dos espaços institucionais mais importantes na promoção de iniciativas culturais temos: já em 1967, embora tenha ganhado pouca repercussão nos jornais, a inauguração da primeira galeria de arte, no Edifício Antônio Venâncio da Silva (quadra 1), a Galeria de Arte Ambiente. Em 1971, outros atores a entrar na cena cultural foram o Instituto Cultural Brasil-Alemanha (ICBA, no Edifício Dom Bosco, atuante de 1971 a 1990), a Casa Thomas Jefferson (CTJ, no Edifício Bandeirantes, atuante de 1971 a 1973), e o Sesc (quadra 2, atuante de 1971 até hoje). Em 1973, abrem-se as Galerias Porta-do-Sol (Edifício Carioca, quadra 6) e Oscar Seraphico (Edifício Gilberto Salomão, quadra 1, atuante de 1973 a 1989). Em 1976, Eucatexpo Galeria de Arte (Edifício Anhanguera, quadra 2, atuante de 1976 a 1979); em 1978, Galeria de Arte Vasp (Edifício Morro Vermelho, quadra 1, atuante de 1978 a 1981). Em 1980, o Museu Postal e Telegráfico (Edifício Apolo, quadra 4, atuante de 1980 a 2001). Em 1981, o sindicato dos bancários começa a abrigar atividades culturais; em 1984, a Itaú Galeria de Arte (quadra 3, atuante de 1984 a 1990); em 1985, o sindicato dos professores e o Espaço EBN (Edifício Toufic, quadra 2, atuante de 1985 a 1988); em 1988, a Casa da Cultura da América Latina (CAL, Edifício Anápolis, quadra 4, atuante de 1988 até hoje). Em 2011, Espaço Novo Museu. Em 2012, inaugura-se o novo centro cultural Museu dos Correios (atuante de 2012 até hoje).

Como se vê, os espaços formais de arte foram abundantes e tiveram diferentes presenças e importâncias na promoção da arte. Sua movimentação do Setor e sua relevância na dinâmica do local foram expressivas. Inclusive, vários desses espaços operavam em horário de funcionamento estendido, de 9 às 21-22 horas. Além das galerias, os restaurantes, os bares em que havia apresentações de música ao vivo, as casas noturnas, além de eventos pontuais, como coquetéis e festas de inaugurações de empresas, foram

atividades de lazer que movimentaram o Setor para além do horário comercial regular. Graças, em larga medida, ao lazer viu-se poucas queixas, nos periódicos, ao esvaziamento do Setor para além do horário comercial até os anos 1991^[25].

A partir do final dos anos 1980, é possível reparar que houve uma diminuição de espaços formais para a promoção da arte. Esta é a inflexão a que nos referimos anteriormente. As galerias de arte começam a desaparecer e, progressivamente, as iniciativas culturais passam a ocupar, com mais frequência, os espaços públicos do Setor, voltadas a um público mais popular. Nesse sentido, o ator que ganha mais protagonismo é o Sesc, responsável por promover diversas iniciativas, como shows de música e espetáculos de teatro, não somente em sua sede, como também nas praças do SCS (dentre outras: o Sesc Fest Clown - espetáculos de circo e teatro de rua; a Mostra Nacional Sesc de Teatro e Dança; Mostra Sesc do teatro candango; o projeto Sesc Estação Cultural - na Estação Galeria do metrô, em que se promoviam manifestações culturais de música, dança, teatro, poesia, para quem utiliza o transporte). Sobre os espaços institucionais de arte, apenas três persistem: o Sesc, a CAL, com uma gama diversa de atividades (exposições de arte, debates, exibições de filmes etc.) e, mais recentemente, o Museu dos Correios, responsável por abrigar eventos com atrações de maior renome nacional, relacionadas a teatro e música, com atrações gratuitas ou a preços populares.

3.1.3

TRÂNSITO

Diferentemente de assuntos para os quais olhamos ativamente, como o dos usos, o do trânsito se apresentou de forma mais espontânea. Não podemos dizer que seu aparecimento tenha sido inesperado, haja vista ser uma questão que ainda nos dias de hoje permeia a imagem do SCS. Contudo, foi com algum espanto que percebemos não somente o quanto o assunto ocupou espaço nos registros do Correio Braziliense ao longo dos anos - ganhando relevo em particular nos anos de apogeu -, mas também o quão cedo as reclamações começaram (a primeira data de 1966^[26]).

Percebe-se que essa é das temáticas que por mais tempo permeou a história do Setor, estando profundamente entranhada no processo de configuração e transformação de sua paisagem. Como já dissemos anteriormente, o número de ocorrências localizadas foi imenso. Isso refletirá no tipo de abordagem que daremos. Assim, reforçamos nossos intentos de - mais do que investigar a fundo cada um dos assuntos - entender de que forma eles impactaram na percepção da população sobre o SCS e, conseqüentemente, na

25 De fato, as observações acerca do esvaziamento do SCS à noite e nos fins de semana tornam-se mais presentes a partir de 2002. No entanto, dado o vácuo temporal de jornais em nossa pesquisa (1991-2001), não podemos afirmar quando essa leitura se tornou mais recorrente.

26 DUA vê estacionamento e 'bambolé' no SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 31 mar. de 1966. Edição nº 1786. [Ocorrência nº 595]

construção de sua identidade e de perceber de que forma eles reverberaram na construção de propostas por parte dos órgãos de planejamento urbano.

Dado que estamos diante de um dos setores que compõem o centro urbano do Plano Piloto, não causa espanto que a temática do trânsito tenha assomado com tanto vigor nos registros dos jornais. De fato, este foi um desafio que se apresentou, em regra, nas áreas centrais das metrópoles, e o centro de Brasília, mesmo ainda em processo de se consolidar, não foi exceção. Porém, nos chamou atenção que as críticas acerca da falta de estacionamento e de congestionamentos remontem ao início da história do Setor, porque se trata não somente de uma cidade planejada, mas também pautada pelo paradigma rodoviarista. Já citamos brevemente também que uma das razões apontadas para essa deficiência foi atribuída à ausência de garagem em diversos dos edifícios do Setor^[27]. No entanto, tendo em conta a quantidade de reclamações e os cálculos apresentados por reportagens ao longo dos anos sobre os supostos déficits de vagas^[28], nos parece que, ainda que se tivessem aprovado todos os edifícios com garagem, as queixas de falta de vagas persistiriam, mesmo que pudessem ser mitigadas.

Lembremos que, além do receituário modernista, o Brasil vivia no governo JK (1956-1961) seu momento de instalação da indústria automobilística. E, o fato de se tratar de uma concepção de projeto reforçada por uma política de governo teve repercussões nas questões atinentes ao trânsito. Fausto (2002) argumenta que a instalação dessa indústria representou um sucesso indiscutível, mas que foi feito em detrimento de se investir em transporte coletivo de massa. Segundo o autor, o aumento da frota de automóveis entre 1957 e 1968 foi da ordem de 360%, com isso “o Brasil se tornou cada vez mais dependente da extensão e conservação das rodovias e dos usos dos derivados do petróleo na área de transportes”. (FAUSTO, 2002, p. 429) Veremos, inclusive, que a questão dos combustíveis, associada à crise do petróleo foi estopim para desencadear o fechamento do fluxo de veículos dentro do SCS, sob o argumento de que era preciso aderir a estratégias para reduzir o consumo de gasolina, porque os longos engarrafamentos no Setor seriam prejudiciais nesse sentido.

As questões referentes ao trânsito incluem também o pedestre. E, as iniciativas para resolver o problema para os motoristas, não raro, vieram em detrimento de investir no deslocamento a pé. Estamos falando não somente da questão principiológica contida no RPPB (de evitar o conflito entre pedestres e veículos), que a abertura das vias locais

27 A primeira vez que aparece a questão de o Plano de Lucio Costa não ter sido seguido no que diz respeito aos prédios do SCS terem garagem como previa o Relatório foi em 1971. Na ocasião, Elvin Dubugras, presidente do departamento de Brasília do IAB-DF, ressalta “(...) diversos aspectos do Plano Piloto que não foram obedecidos como por exemplo, no Setor Comercial Sul, onde o arquiteto [Lucio Costa] previu estacionamentos subterrâneos, a exemplo do Setor Bancário Sul (...)”. [PROBLEMAS urbanos em debate nos ‘Cadernos de Arquitetura’. **Correio Braziliense**, Brasília, 1 set. de 1971. Edição nº 3596, p. 15. Ocorrência nº 659]

28 Veremos, adiante, uma matéria de 2002 chega a citar o dado de que no SCS há 1.961 vagas para cerca de 8.000 carros/dia [BRASILIENSE vai pagar pela vaga. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 jan. de 2002. Edição 20.01.2002, 1º caderno, p. 18. Ocorrência nº 13].

das quadras acabou comprometendo, mas também de ações envidadas pelo governo em ambas as frentes. Desde o início, algumas das intervenções no sistema viário tiveram o condão de retomar a ideia de abrandar o conflito pedestre-veículo; outras tantas deram plena prioridade aos carros. Nesse sentido, podemos supor que, caso o fluxo de veículos tivesse ficado restrito às bordas do Setor e às vias de serviço, se teria criado não somente a separação de fluxos, mas também outra dinâmica no que diz respeito à demanda por vagas e aos congestionamentos.

Vê-se, também, que há um atravessamento entre as próprias temáticas transversais. A questão do trânsito não pode ser dissociada daquela da urbanização. Conforme o SCS vai se construindo, o problema de estacionamento se agrava, porque há mais demanda e porque diminui a quantidade de terrenos baldios que servem de estacionamentos improvisados. Foi interessante observar, também, que o lugar dos pedestres nas matérias esteve mais associado à temática da urbanização que à do trânsito. As queixas sobre as calçadas (execução e manutenção) e as intervenções sobre elas ocuparam mais aquele assunto, ao passo que o trânsito esteve mais associado à carência de vagas. Ainda que em determinados momentos o jornal tenha reconhecido a grande quantidade de veículos como obstáculos ao fluxo peatonal, as principais críticas, sobre esse tópico, foram direcionadas aos passeios. A temática também não está desvinculada daquela de revisão do RPPB, que, por vezes, foi motivada justamente pelo impulso de prover soluções aos problemas do trânsito. Baseado na leitura dos projetos, dos jornais e da situação física hoje, vê-se que as vias locais, as calçadas e os estacionamentos foram os elementos no SCS que mais vezes passaram por intervenções ao longo dos anos.

A percepção do SCS como local sempre congestionado e em que sempre houve dificuldade de estacionar foi uma constante a perpassar a narrativa do Setor, por vezes ganhando mais ou menos protagonismo. Chama atenção, também, que as respostas dadas para equalizar esse que nunca deixou de ser apontado como um calcanhar de aquiles do SCS, desde a década de 1960 até hoje, tenham sido, de tempos em tempos, ciclicamente rerepresentadas: aumento do número de vagas, diminuição do número de vagas, inversão das mãos das vias, implantação de mão única, aumento da fiscalização, multas, cobrança de estacionamento, fechamento do setor à circulação de veículos, edifício-garagem, para citar algumas.

O viés da crítica ao trânsito que aparece nos jornais é, em regra, na perspectiva dos motoristas. Embora, por vezes, cite-se a dificuldade encontrada pelo pedestre em se locomover. Ficou marcada, também, a polarização de visões antagônicas: uma que defende os privilégios do transporte individual (sem ônus pros motoristas) e outra que argumenta em prol da coletividade (investimentos em transporte público e estacionamentos pagos com reconversão da renda para programas de melhorias coletivas, por exemplo). Em regra, a força da primeira preponderou sobre a segunda, o que fica evidenciado, inclusive, pelo

viés adotado nas reportagens. De toda sorte, o mote da maioria das propostas mostradas nas matérias de jornais foi resolver a questão do suposto déficit de vagas. Inclusive, ações e obras que foram basilares em conferir mais fluidez ao deslocamento a pé no SCS, como as novas faixas de pedestres e as travessias elevadas, em 2008^[29], a conclusão do Via Central, com a construção da passarela na quadra 3, em 2012, entre outras, pouco - ou nem - chegaram a virar notícia. Nota-se que outras soluções, como o investimento em transporte coletivo ou em meios não-motorizados, como as bicicletas, ganharam pouca repercussão nos jornais e, podemos supor que isso se deva, ao menos em parte, ao fato de que também não foram priorizados como políticas públicas. Uma vez que as medidas para lidar com os carros foram as que mais apareceram nos periódicos, é a elas que daremos maior ênfase nesta temática.

O auge das reclamações se deu nos anos de ouro do Setor. Com frequência, a lógica apresentada nas matérias dos jornais e a postura dominante foi: os donos dos veículos estão sendo privados do direito de estacionar (e, mais, gratuitamente), logo, são forçados a cometer infrações de trânsito (como estacionar em locais proibidos), o que os leva a serem multados (injustamente, porque não lhes restava alternativa). Outra associação recorrente nas reportagens é a de haver muito congestionamento porque há falta de vagas. E, de que tudo isso deriva, na realidade, da incapacidade governamental em prover soluções. Em algumas das reportagens, contudo, o Detran atribuiu parte do problema à preguiça e ao comodismo dos motoristas que querem estacionar o mais perto possível de seu local de destino. Mas as críticas à postura dos motoristas e à falta de investimento em alternativas ao transporte individual foram a minoria das que cercaram a problemática.

Em março de 1966, surgiu a primeira menção à insuficiência de vagas, para que o D.U.A. já estudava soluções (fig. 3.16).

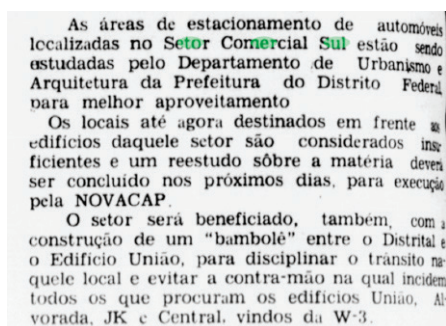


Figura 3.16: Estacionamentos insuficientes no SCS
Fonte: Correio Braziliense, Brasília, 31 mar. de 1966. Edição nº 1786. [Ocorrência nº 595]

Conforme o SCS foi ficando mais construído, aumentou a demanda e diminuiu a oferta de vagas, e o problema de estacionamento agrava-se. Assim, os anos 1970 foram marcados, de um lado, pela piora da situação, de outro, por uma grande quantidade de propostas para sanar os problemas relacionados ao trânsito no SCS. A nosso ver, tanto o espaço que a deterioração do trânsito ganhou junto à mídia quanto a quantidade de

29 BERNARDES, Adriana; GOULART, Guilherme. Cinco infrações a cada dia. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 abr. de 2008. Edição 26042008, 1º caderno, p. 34. [Ocorrência nº 3020]

respostas apresentadas pelo governo, nessa época, são sintomáticas da posição de importância que o SCS progressivamente ocupava como centralidade física e simbólica do Plano Piloto. Apesar das constantes cobranças para resolver a questão, é válido destacar que todas as mudanças propostas e implementadas no trânsito sempre se fizeram mediante conflito, resistência e reclamação, conforme mostrado pelos jornais.

Em março de 1971, pela primeira vez aparece nas reportagens a possibilidade de instituir estacionamento pago^[30] em Brasília. Nesse momento, já começam a aparecer matérias contendo posicionamentos contrários ao pagamento e a favor dele. Em 1973, uma das matérias^[31] relatou o progressivo agravamento da situação no SCS e apontou a necessidade de se concluir as ruas de serviço, como uma das medidas para aliviar o problema. Contudo, reportagens nos jornais indicam que conclusão dessas vias somente foi a termo em 1975^[32], após nova determinação do secretário da SVO, que argumentava pela sua importância em auxiliar com carga e descarga de mercadorias e estacionamento.

A primeira mudança no trânsito foi tentada em maio de 1973 (fig. 3.17). Até então, as vias locais do SCS eram de mão dupla, o que complexificava o fluxo e aumentava as chances de batidas e atropelamentos. O Detran decidiu tornar mão única (sentido sul-norte) a via CS-1 (entre as quadras 1-2) e proibiu táxis de entrar no SCS^[33]. Frente a muitas queixas, os táxis retornam em alguns dias, e a mão dupla, em menos de um mês, foi reinstaurada^[34]. Em julho do mesmo ano, o órgão de trânsito formaliza a proposta de um Plano de Circulação para tentar resolver os problemas do SCS, temporariamente, enquanto há grande número de obras e tapumes, que dificultam ainda mais a situação. O Plano foi uma iniciativa experimental do Detran, que não o encarava como definitivo, porque reconhecia que as respostas tinham de ser dinâmicas aos problemas.

Um aspecto muito interessante de se observar na figura 3.17 é que as atuais praças das quadras 1 (do metrô), 3 (do povo) e 5 (dos artistas e central) foram resultado de fechamento de estacionamentos (como já mencionado na temática da urbanização). Outro item a se notar (e que corrobora o ponto de as soluções serem ciclicamente trazidas) é que, mesmo tendo passado por alterações ao longo dos anos, comparando a proposta com a situação nos dias de hoje, a única diferença de mão é a da que divide as quadras 2 e 3 (que, na época, tinha sentido sul-norte; e, atualmente, tem fluxo norte-sul).

Os estacionamentos pagos, primeiramente aventados em março de 1971, entram

30 ESTACIONAMENTO em Brasília será pago. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 mar. de 1971. Edição nº 3462. [Ocorrência nº 399]

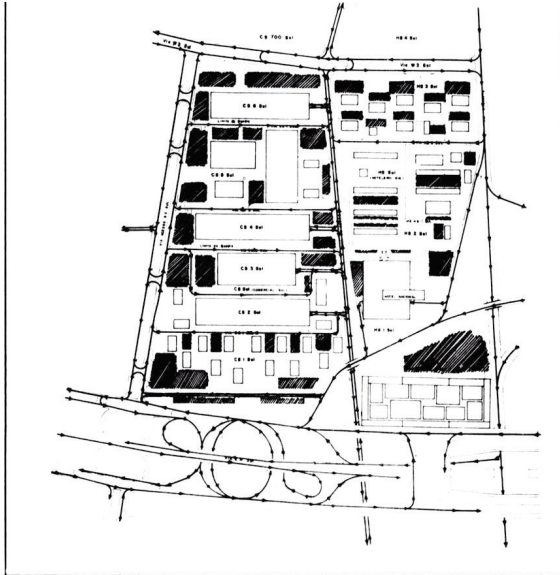
31 NASSER, José Roberto. Estacionamento: problemas e soluções. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 jun. de 1973. Edição nº 4092B. [Ocorrência nº 1797] Longa matéria.

32 GOVERNO cria novas áreas para estacionamento: SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 ago. de 1975. Edição nº 4616, p. 10. [Ocorrência nº 4821]

33 FECHANDO o trânsito. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 maio de 1973. Edição nº 4068. [Ocorrência nº 1689]

34 SOLUÇÃO encontrada. **Correio Braziliense**, Brasília, 5 jun. de 1973. Edição nº 4088B. [Ocorrência nº 1780]

em funcionamento no dia 7 de novembro de 1973^[35], no SCS e no SBS, em caráter experimental. Áreas de estacionamento em ambos os setores ficariam vinculadas à Fundação do Serviço Social (FSS) e dariam emprego a cerca de 30 menores (fig. 3.8).



O novo plano de circulação no SCS determina mão única em todas as vias que dividem o Setor

Figura 3.17: Primeira tentativa de mudança no trânsito do Setor.

Fonte: DETRAN altera mão no Setor Comercial Sul. *Correio Braziliense*, Brasília, 28 jul. de 1973. Edição nº 4141, capa. [Ocorrência nº 1984]



Figura 3.18: Cobrança de estacionamento no Setor. **Fonte:** FSS fará experiência cobrando estacionamento. *Correio Braziliense*, Brasília, 23 ago. de 1973. Edição nº 4166, p. 15. [Ocorrência nº 2107]

35 ESTACIONAMENTO pago começa no SBS e SCS. *Correio Braziliense*, Brasília, 8 nov. de 1973. Edição nº 4243. [Ocorrência nº 2447]. Começou ontem a cobrança de taxas de estacionamento. Haverá dois modelos de estacionamento: o rotativo, no SCS, que se destina a prover vagas a pessoas que irão ao setor por curtos períodos de tempo; e o comum, no SBS (subsolo do Banco do Brasil), que se destina a pessoas que trabalham no local, então, por longos períodos.

O sistema de estacionamento pago passou por muita polêmica, foi rechaçado e elogiado e sofreu diversos ajustes ao longo dos anos. Em 1977, ficou definido que a FSS ficaria com renda, que seria revertida para programas de assistência social dedicados aos menores abandonados^[36], transformando-se, inclusive, em uma das principais fontes de receita para essas ações. Essa determinação se manteve até a extinção da cobrança. Os carros oficiais e do corpo diplomático eram isentos de pagamento, o que gerou queixas pelos demais usuários. A adesão aos estacionamentos pagos foi reforçada pelas ações de policiamento e fiscalização, que multava os carros estacionados em locais irregulares e assegurava o pagamento das tarifas, penalizando também os motoristas que tentavam evadi-las. Mesmo diante de criticismo constante, o sistema de estacionamento pago vigorou com obrigatoriedade até 1982, quando o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) proibiu a cobrança. A ação foi rebatida pela SSP, e o pagamento persistiu. Contudo, a credibilidade já estava comprometida. Assim, o pagamento passou a ser opcional^[37]. A partir de então, a FSS tentava conscientizar acerca da importância da receita para se manter os programas de assistência social, mas, na prática, a fiscalização arrefeceu, e a leniência com os motoristas aumentou. Assim, a cobrança minguou, até deixar de existir em junho de 1985^[38]. Todavia, vale ressaltar que mesmo os estacionamentos pagos não resolveram a demanda de vagas. O CB relatou que logo ficaram saturados, e as reclamações persistiram. Outras críticas que cercaram os estacionamentos pagos foram com relação ao assédio dos flanelinhas e à falta de segurança.

Ainda em 1973, associadas a cobrança pelas vagas, outras intervenções foram propostas com o intuito de amenizar os congestionamentos. Uma delas foi a construção do viaduto de ligação SCS-SBS^[39], inaugurado em 1974, no escopo do Plano de Ação para Brasília^[40] (também já falado na temática da urbanização). A saturação das principais pistas do DF levou o governo a programar uma série de obras de infraestrutura viária, incluindo este viaduto, demonstrando que o problema do trânsito, embora fosse grave no SCS, não era exclusividade daquele Setor.

Em 1975, uma das iniciativas destacadas nos jornais quanto a alternativas ao carro foi a criação de uma linha de ônibus executivo ligando Taguatinga ao Plano Piloto^[41], que foi tida como bem-sucedida, segundo os jornais. Uma das poucas paradas dessa linha era

36 **Correio Braziliense**, Brasília, 13 abr. de 1977. Edição nº 5205, p. 13, coluna Mesa da cidade. [Ocorrência nº 6276]

37 PEDESTRES sem vez. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 maio de 1982. Edição nº 7023, p. 12. [Ocorrência nº 1757]

38 ESTACIONAMENTO no SCS é caso de polícia. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 ago. de 1985. Edição nº 8171, p. 17. [Ocorrência nº 4483]

39 VIADUTO do Setor Bancário-Setor Comercial será o dobro das atuais passagens de nível. **Correio Braziliense**, Brasília, 1 set. de 1974. Edição nº 4542. [Ocorrência nº 3583]

40 PLANO de Ação para Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 14 nov. de 1975. Edição nº 4706, p. 6. [Ocorrência nº 5210]

41 ÔNIBUS seletivos obtém sucesso. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 nov. de 1975. Edição nº 4707, p. 14. [Ocorrência nº 5214]

o SCS. Na época, reportou-se que a TCB estudava a possibilidade de incluir o mesmo serviço em outras satélites, mas, ao que parece, não foi mais adiante.

Ainda no início do ano de 1975, SVO e Novacap anunciam a realização de uma série de obras, inclusive, para aumentar o número de vagas de estacionamento em pelo menos 3 mil^[42]. O secretário Sizínio Galvão, da SVO, apresentou duas soluções: a construção de um edifício-garagem em subsolo, com capacidade para cerca de 1.300 vagas (próximo ao Hospital de Base), que se somariam às 426 previstas para uma projeção destinada a edifício misto de garagem e escritórios (próximo ao Palácio do Comércio, quadra 3). Além disso, estudava-se a possibilidade de implantar outros edifícios com características similares em áreas consideradas disponíveis, provendo mais 2.000 vagas^[43]. A ideia não logrou êxito, e o pouco que se fez foi ampliar a presença dos guardas de trânsito nos horários de pico. Aliás, a atuação dos fiscais de trânsito e a aplicação de multas foi, ao longo do tempo, um dos grandes focos de críticas nas reportagens, por parte dos motoristas.

Em 1976, a proposta de aumentar a quantidade de vagas persistiu no âmbito distrital. O governo cogitava transformar gramados em estacionamentos no SCS^[44]. Contudo, já em janeiro de 1977, o Secretário de Serviços Públicos, José Geraldo Maciel, recebeu orientação do governo federal para fechar a área do SCS ao trânsito de veículos^[45]. Poucos dias depois, outra reportagem anunciava que estava pronto o plano de transportes do DF (fig. 3.19). No documento, enfatizava-se a necessidade de o Setor Comercial Sul - “a área mais congestionada da Capital” - ser fechado aos carros e de os espaços públicos entre os edifícios serem convertidos em praças^[46].

A medida veio motivada pelo esforço nacional visando a economia de combustível, supostamente, na esteira da crise do petróleo, no início da década de 1970. Os técnicos do governo federal propunham que Brasília fosse a primeira cidade a implantar o Plano de Racionalização dos Transportes Urbanos. Além do fechamento, consoante os jornais, outras medidas foram determinadas pela esfera federal: cobrança de estacionamento nas áreas livres do Plano Piloto; implantação de micro-ônibus dentro do Plano Piloto; eliminação do sistema de baldeação de passageiros; criação de novas linhas de transporte coletivo; redefinição das linhas atuais; permissão para que táxis façam lotação, a preços

42 SETOR Comercial ainda à espera do plano viário. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 jun. de 1975. Edição nº 4561, p. 14. [Ocorrência nº 4574]

43 ELMO Serejo equaciona problemas do Setor Sul. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 jul. de 1975. Edição nº 4581, p. 12. [Ocorrência nº 4667]; SCS será todo urbanizado em pouco tempo. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 jul. de 1975. Edição nº 4587, p. 9. [Ocorrência nº 4689]

44 TRÂNSITO no SCS sofre completa ‘cirurgia’. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 set. de 1976. Edição nº 5005, p. 17. [Ocorrência nº 5743]

45 MEDIDAS já afetam Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 14 jan. de 1977. Edição nº 5118, capa. [Ocorrência nº 6048]

46 PRONTO o plano de transportes do DF. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 jan. de 1977. Edição nº 5127, p. 12. [Ocorrência nº 6070]

tabelados^[47] (fig. 3.20).



Figura 3.19: Matéria sobre o Plano de Transportes do DF

Fonte: PRONTO o plano de transportes do DF. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 jan. de 1977. Edição nº 5127, p. 12. [Ocorrência nº 6070]



Figura 3.20: Matéria sobre as medidas propostas para melhorar o trânsito

Fonte: MEDIDAS para melhorar: microônibus e lotação. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 jan. de 1977. Edição nº 5119, p. 10. [Ocorrência 6052]

As vias locais não seriam desconstituídas, apenas fechadas com cancelas, para permitir o acesso de viaturas dos Bombeiros e ambulâncias, mas a ideia era que a circulação de veículos comuns ficasse restrita às bordas do SCS e às vias de serviço. Essa foi a medida mais favorável ao pedestre que se adotou ao longo do tempo. Sobre o fechamento

47 MEDIDAS para melhorar: microônibus e lotação. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 jan. de 1977. Edição nº 5119, p. 10. [Ocorrência nº 6052]

do Setor à circulação de veículos comuns, uma matéria veiculada em 26 de março de 1977 trazia:

O tráfego de veículos nas vias internas do Setor Comercial Sul será proibido a partir do dia 30 de abril, com a conseqüente supressão de todos os estacionamentos nas proximidades dos edifícios. (...)” A recomendação oficial é que ‘sejam criados obstáculos ao uso do transporte individual’. A interdição dos estacionamentos internos, implicará na eliminação de mais de mil vagas, o que forçará as pessoas que ali trabalham, a utilizar os estacionamentos ao longo do canteiro central ou o do Hospital de Base que, no total, oferecem 1.500 vagas. (...) os estacionamentos periféricos que cercam o Setor Comercial, passarão a ser pagos e o interesse das autoridades é que venham a ser utilizados somente por aqueles que ali forem esporadicamente (...) (CARROS..., 1977. Ocorrência 6237)

Como seria esperado, a medida encontrou resistência de usuários, principalmente, segundo o CB, por parte dos lojistas, que associavam o fechamento das ruas à queda de movimento, e dos motoristas, que achavam absurdo não poderem estacionar perto do trabalho. De 30 de abril, foi adiado para 15 de maio de 1977, segundo notícias (fig. 3.21), para que se concluísse o treinamento de pessoal e a construção das guaritas.

Adiada a interdição no Setor Comercial Sul

Foi adiado para após o dia 15 de maio o fechamento das vias de trânsito e estacionamentos internos do Setor Comercial Sul. Isso porque ainda não ficaram prontas as guaritas e o pessoal que ali vai trabalhar também ainda está sendo treinado. Com o fechamento pretende-se melhorar o tráfego interno, que é bastante difícil, dando à população um local mais atrativo. Os bloqueamentos serão feitos depois do acesso aos bolsões de estacionamento e após todo estacionamento periférico. As únicas vias que ficarão abertas são as de serviço (como a via subterrânea que dá acesso ao restaurante Panela de Barra). Os bloqueios serão feitos com correntes para facilitar a entrada de ambulâncias e bombeiros.

Os antigos estacionamentos internos do SCS vão ser urbanizados e alguns transformados em praças. Muitas árvores serão plantadas e a cidade ganhará mais uma área de encontro para a população. Os desenhos dos calçadões e das praças ainda estão sendo feitos e sua implantação será realizada devagar.

A partir de maio vão vigorar os novos preços dos estacionamentos

periféricos do SCS. As taxas serão de 4,00 para a primeira hora, 2,00 para a segunda e a partir daí, 3,00 por hora estacionada. O tráfego de veículos no SCS será aberto das 7 às 19 horas e aos sábados e domingos à tarde.

ESTRADA PARQUE

A partir do próximo dia 30, sábado, a Estrada Parque de Taguatinga vai ser utilizada apenas no sentido Taguatinga - Plano Piloto, das 6:30 às 8 horas. Pela pista da direita vão circular exclusivamente ônibus, sendo os carros transferidos para o lado esquerdo. Essa medida vai vigorar até o início de 78, quando será inaugurada a Via Estrutural, destinada a desafogar o movimento de veículos na Estrada Parque.

Segundo o Secretário de Viação e Obras, José Reinaldo Tavares, as obras de construção da Via Estrutural já foram iniciadas. O trecho localizado entre a Estação Ferroviária e Taguatinga já foi desmatado e em maio vai ser iniciada a pavimentação. As obras de conclusão da pista norte do Eixo Monumental também foram iniciadas e um trecho já está pavimentado.

Figura 3.21: Fechamento das ruas adiado

Fonte: ADIADA a interdição no Setor Comercial Sul. **Correio Braziliense, Brasília**, 28 abr. de 1977.P. 14. [Ocorrência 6303]

Semana começa com o SCS servindo mais ao pedestre



Ontem houve apenas brincadeira didática: remoção

Ao raiar da segunda-feira o **Setor Comercial Sul** será mais do povo, povo que anda a pé e que ao longo dos anos vinha sendo acuado pelo crescimento das áreas destinadas à circulação e estacionamento de veículos.

Ontem, conforme explicava um tenente do Departamento de Trânsito presente ao SCS o dia foi dedicado aos ajustes, com treinamento para o pessoal da Fundação de Serviços Sociais que vai gerir os novos estacionamentos pagos, criados como nova fonte de renda para a manutenção de menores desamparados e desestimulante ao uso de carro no Setor Comercial.

A colocação de bloquetes, passeios de concreto e meios fios, iniciada na sexta-feira, foi concluída ontem

mesmo.

A ordem agora, para os táxis, é deixar seus passageiros em áreas apropriadas. Se penetrar nos estacionamentos, os motoristas ou os passageiros terão de pagar a hora, quem adverte é Gildásio Lobo, Coordenador da Fundação de Serviços Sociais.

Ontem, os rapazes que vão atender aos usuários dos estacionamentos pagos já orientaram as direções em que o tráfego deve fluir, bem como explicaram aos interessados o mecanismo de cobrança horária. A Secretaria de Segurança também se fez presente com grande contingente, que explicou aos motoristas a nova lei no SCS. (Página 15)

Figura 3.22: O fechamento das ruas

Fonte: SEMANA começa com o SCS servindo mais ao pedestre. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 maio de 1977. Edição nº 5240, capa. [Ocorrência nº 6417]

A data de fechamento foi adiada uma segunda vez e acabou acontecendo apenas em 30 de maio de 1977.^[48] As matérias valorizaram a prioridade que se conferia ao pedestre com essa ação (fig. 3.22). O assunto dominou a pauta durante os meses de abril a julho de 1977. Nessa época, foram publicadas diversas reportagens contrárias ao fechamento e a favor dele, bem como outras em que se apontava a necessidade de ajustes no sistema.

Outra das medidas que compunham a ampla iniciativa foi a ideia de um estacionamento remoto, interligando o SCS e o Centro Desportivo Presidente Médici^[49] (com capacidade para 3.000 vagas) por meio de uma nova linha de micro-ônibus^[50]. Segundo o periódico, a proposta do estacionamento remoto não vingou, e a linha logo foi desativada pela falta de adesão da população. Quanto às praças, já vimos, sua reforma começou em 1977, e elas foram entregues à população em 26 de abril de 1978, pelo governador Elmo

48 SEMANA começa com o SCS servindo mais ao pedestre. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 maio de 1977. Edição nº 5240, capa. [Ocorrência nº 6417]

49 Hoje, chamado de Complexo Poliesportivo Ayrton Senna, abrange todo o Setor de Recreação Pública Norte (SRPN).

50 MICROÔNIBUS ligarão o estádio ao SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 jun. de 1977. Edição nº 5270, p. 6. [Ocorrência nº 6522]

Farias.

Como a restrição das ruas locais era feita por meio de correntes (para permitir fácil acesso de viaturas dos Bombeiros e ambulâncias), em pouco tempo, relatou-se que estas passaram a ser vandalizadas. Assim, em fevereiro de 1978^[51], já se noticiava que as correntes haviam sido arrebitadas e que os carros invadiram novamente o SCS, desrespeitando as normas que proibiam sua circulação naquele local. O assunto não foi mais mencionado nos jornais, e assumimos que não tenha havido clima político ou interesse das autoridades para retomar a medida de fechar o SCS.

De todo modo, na primeira metade dos anos 1980, os congestionamentos e a falta de vagas voltaram a ocupar as páginas dos jornais, mas com menos vigor do que ocorrera dez anos antes. As reportagens adquiriram nesse período um certo tom de inevitabilidade de caos no trânsito como decorrente da condição de centralidade do Setor. Em 1986, uma reportagem aventou como sugestão para aliviar o SCS que o SCN fosse logo construído, descentralizando a zona de comércio e serviços. Naquele ano e no seguinte^[52], o periódico fez menção a um estudo em que colaboraram Detran, SVO e Bombeiros que retomava a proposta do estacionamento remoto e a necessidade de investimento em transporte coletivo. A questão da interferência das passarelas na quadra 1 (por colocarem em risco a segurança do Setor contra sinistros) foi também objeto desse estudo. Este é um ponto que, como já vimos, foi adiante, e as passarelas começaram a ser removidas em outubro de 1987. A ideia de fechamento do Setor, tornando-o um grande calçadão foi também resgatada por essa proposta. Contudo, não ganhou força para ser implementada, sendo rejeitada amplamente pelos comerciantes^[53], que temiam a queda do movimento e prejuízo a seus negócios.

Assim, na contramão dessa proposta, a que ganhou força, em 1988, foi a de ampliação das vagas de estacionamento do Setor. Segundo reportagens^[54], a SVO, comandada à época por Carlos Magalhães, pretendia realizar obras de melhorias (recapeamento, ampliação de calçadas, com rota acessível, aumento dos raios de curva para permitir acesso a viaturas dos Bombeiros, adoção de mão única em todas as vias, nova sinalização) e alterar o leiaute dos estacionamentos de modo a aumentar em 35% o número de vagas (de

51 INVASÃO no SCS. Automóvel expulsa pedestre. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 fev. de 1978. Edição nº 5499, p. 16. [Ocorrência nº 7194]

52 MUDANÇA de trânsito termina esta semana. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 jul. de 1986. Edição nº 8515, p. 17. [Ocorrência nº 5037]; DETRAN busca solução para eliminar congestionamento. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 mar. de 1987. Edição nº 8744, p. 18. [Ocorrência nº 5533]; SETOR Comercial Sul. Única solução é o fechamento. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 jul. de 1987. P. 30. [Ocorrência nº 5757]; SCS muda e pode ser um grande calçadão. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 out. de 1987. Edição nº 8951, p. 22. [Ocorrência nº 5938]

53 COMERCIANTE rejeita calçadão no SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 dez. de 1987. Edição nº 9009, p. 19. [Ocorrência nº 6071]

54 ESTACIONAMENTO vai ganhar mais vagas no SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 jan. de 1988. Edição nº 9056, p. 18. [Ocorrência nº 6154]; SCS muda com novos estacionamentos. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 maio de 1988. Edição nº 9168, p. 19. [Ocorrência nº 6354]

350 para 478). A reforma estava prevista em três etapas e foi concluída em maio de 1988.

De 1988 a 1991, a temática do trânsito ocupou um lugar de menos destaque. Voltou-se a falar dos estacionamentos em locais irregulares e da aplicação de multas, mas grandes intervenções não foram propostas ou não ocuparam a pauta dos jornais. Considerando nossa lacuna temporal (de 1991 a 2001), foi somente em 2002 que o assunto retornou com vigor.

A partir de 2002, as matérias sobre a questão do trânsito no Setor mantiveram um certo teor de inevitabilidade. Os problemas persistem mas não surpreendem e são quase que assumidos como uma característica inerente ao SCS. A partir daqui, também, a temática do trânsito se cruza com a da revitalização.

Em janeiro de 2002, volta-se a falar em estacionamentos pagos. A proposta que surge nessa época envolve uma licitação para que a empresa vencedora crie um sistema de estacionamentos rotativos e progressivos e construa vagas em subsolo no SCS e no SBS. Segundo dados da matéria^[55], o SCS seria o setor com maior déficit de vagas. Haveria 1.961 vagas e uma demanda de cerca de 8.000 carros por dia. Lá, a proposta inicial era de estacionamento rotativo, em regime de 1, 2 ou 4 horas. Imaginava-se que o sistema seja implementado em quase todos os setores da área central (SCS/N, SDS/N, SBS/N, SRTVS/N, SMHN, SAUS), mas não em todos os estacionamentos dos setores. De acordo com as matérias, a ideia logo virou motivo de controvérsia, inclusive, entre os flanelinhas, que temiam ficar sem emprego e queriam ser contratados para trabalhar nos estacionamentos. Em reportagem^[56] sobre o sistema, denominado de Vaga Fácil, Paulo César Marques, professor doutor da UnB atuante na área de trânsito, ressalta a necessidade de o investimento em transporte público acontecer paralelamente, para que haja melhora dos congestionamentos. O assunto da cobrança de vagas e a forma de operacionalizá-la, bem como a contrapartida de investimentos em aprimoramento do sistema de transporte coletivo ganharam a pauta dos jornais em diversas matérias ao longo de 2003, gerando extensa controvérsia. A ideia era bem vista por uns, mas, por outros, era considerada apenas mais uma forma de onerar os motoristas.

A vencedora da licitação foi a empresa Direcional, e o sistema Vaga Fácil passou a operar em 14 de julho de 2003^[57]. A modalidade de estacionamento pago rotativo passou por várias mudanças e foi pauta de algumas matérias. A questão do trânsito sempre foi controvertida, mas, desta vez, parece ter sido ainda mais. Após quatro dias de operação, noticiou-se que o Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares já se queixava da queda de 20% da receita dos estabelecimentos e já se falava em mover ações

55 BRASILIENSE vai pagar pela vaga. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 jan. de 2002. Edição 20.01.2002, 1º caderno, p. 18. [Ocorrência nº 13]

56 FEITOZA, Valéria. Sem substituto para o carro. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 fev. de 2002. Edição 09.02.2002, 1º caderno, p. 16. [Ocorrência nº 405]

57 TORRES, João Rafael. Prepare o bolso para estacionar. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 jul. de 2003. Edição 13.07.2003, 1º caderno, p. 29. [Ocorrência nº 588]

na justiça para impedir a cobrança, o que, de fato, aconteceu. Até agosto, reportou-se que cinco ações haviam sido impetradas. A proposta dos estacionamentos pagos também foi objeto de protestos, um deles, organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que argumentava sobre a necessidade de haver contrapartida de melhorar os transportes públicos. Em 24 de outubro de 2003, o CB veiculou notícia de que um juiz havia determinado a suspensão do Vaga Fácil (pouco mais de três meses após o início da operação). O GDF recorreu. Em seguida, um projeto de lei tentou retirar a obrigatoriedade de construir as garagens, mas o sistema não retornou.

Em 2005, por ocasião da elaboração de um dos projetos de revitalização para o SCS pela SEDUH, voltou-se a propor a construção de garagens subterrâneas para solucionar a carência de vagas. Para facilitar o deslocamento a pé, previra-se, entre outros, a consolidação do caminho central de pedestres (o que veremos mais adiante no capítulo) e a construção de uma passagem subterrânea sob a W3 para interligar as partes A e B do SCS.

Seguindo a lógica da retomada cíclica de respostas, em 2006, falou-se novamente em estudos para construir vagas em subsolo^[58]. Em 2007, mais uma vez, o assunto de estacionamento pago retornou à capa do jornal^[59], com a ideia de que o Detran - e não uma empresa particular - estivesse à frente da proposta, que se daria de forma gradativa. Em 2009, a questão de se criar a cobrança voltou à capa^[60] novamente, com a ideia de ressuscitar o Vaga Fácil. A necessidade de investir em transporte coletivo ou em outras formas de deslocamento ganhou pouco espaço nas discussões sobre o SCS nos anos 2000, que ficou muito voltada para a questão dos estacionamentos pagos. Uma das poucas notícias nesse sentido foi, em 2007, a de previsão de uma pista exclusiva de ônibus na W3.

Em 2011, no governo Agnelo, o jornal reporta que se retomava a ideia de estacionamentos subterrâneos nas áreas centrais - e na Esplanada - como meta de governo para a Copa de 2014, a ser realizada no país^[61]. Novamente, a ideia não foi adiante. Uma das últimas ocorrências sobre esse tópico a aparecer em 2014, foi o anúncio, pelo mesmo governo, da assinatura de ordem de serviço para a conclusão de ciclovias na cidade, dentre elas, a do SCS, e a instalação das estações de bicicletas compartilhadas, em parceria com o banco Itaú, em alguns pontos centrais do Plano Piloto^[62], o que efetivamente ocorreu.

Vê-se que o trânsito foi uma temática basilar na construção da identidade do SCS

58 MADER, Helena. Busca de solução para vagas. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 abr. de 2006. Edição 18.04.2006, 1º caderno, p. 28. [Ocorrência nº 1927]

59 ESTACIONAMENTO no SCS será pago. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 jan. de 2007. Edição 06.01.2007, capa. [Ocorrência nº 2361]

60 VAGA Fácil ressuscita a R\$ 4 por hora. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 fev. de 2009. Edição 13022009, capa. [Ocorrência nº 3360]

61 CAMPOS, Ana Maria; TEMÓTEO, Antonio. Esplanada dos estacionamentos. **Correio Braziliense**, Brasília, 14 jul. de 2011. Edição 14072011, 1º caderno, p. 31. [Ocorrência nº 732]

62 BIKES públicas à disposição no Monumental. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 maio de 2014. Edição 29052014, 1º caderno, p. 29. [Ocorrência nº 2072]

em toda sua existência. A nosso ver, isso demonstra que, a despeito de todas as críticas, o Setor permaneceu como uma área capaz de atrair uma alta quantidade de pessoas - e de carros, o que nos faz questionar a retórica do esvaziamento.

PRESENCAS INCÔMODAS

Uma temática que se evidenciou ao longo do tempo nos jornais foi a dos personagens tidos como incômodos ou indesejáveis no Setor. Nossa leitura não estava direcionada para esse assunto, que se apresentou de uma maneira espontânea, haja vista a recorrência e o espaço que essas presenças ocuparam nas matérias investigadas. De fato, a rejeição a esses sujeitos é mostrada com certa naturalidade pelos jornais, sem constrangimentos ou problematizações sobre as diversas razões para suas condições de vulnerabilidade e informalidade, demonstrando que, em regra, o jornal reverbera, como parte das propostas de planejamento urbano, uma lógica elitista e higienista. Há, claro, diferenças entre as leituras que se fazem da presença dessas pessoas e há diferentes rejeições. Alguns aparecem como pessoas - ou atividades - que devem ser reguladas ou cuja expansão deve ser contida e regrada; outras, contudo, aparecem como problemas que precisam ser removidos para que o Setor prospere.

Estamos falando de camelôs, ambulantes, guardadores de carro, profissionais do sexo, travestis, usuários de drogas, pessoas em situação de rua, engraxates, menores abandonados, entre outros. Tomaremos a liberdade de expandir ainda mais a expressão utilizada por Marcelo Teixeira (2013)^[63], “presenças incômodas”, para nos referirmos a esse grupo de indivíduos, que, a nosso ver, se tornam incômodos - e passam a justificar estratégias de revitalização e discursos de decadência - na medida em que passam da invisibilidade para a presença persistente e incontornável no espaço público. Esses discursos foram, em grande medida, alimentados pelas matérias dos jornais.

A despeito do longo debate que essa temática poderia desencadear, nosso foco aqui é somente apontar como se deu o aparecimento, a forma como foram percebidos e narrar parte das discussões e do imaginários associados a eles. Assim, para que não percamos o norte desta dissertação, trataremos brevemente de algumas dessas presenças, mas daremos ênfase para os que tiveram, a nosso ver, mais impacto nos processos de transformação física do Setor e na formação do imaginário negativo associado ao SCS.

Verifica-se, nos periódicos, que o surgimento dessas presenças incômodas não pode ser dissociado da condição de centralidade do Setor, que fez dele um lugar atraente para uma diversa gama de pessoas. No entanto, constata-se que o aparecimento dessas

63 A expressão foi tomada pelo autor para se referir ao que chamou de “corpos dissidentes: homossexuais, travestis, prostitutas” (TEIXEIRA, 2013, p. 8). A referência original, segundo ele, teria sido uma fala atribuída a Israel Pinheiro, em que este teria se referido às presenças incômodas de estudantes e operários.

figuras é lido, num primeiro momento, como um problema para a imagem e para o status do Setor; num segundo momento, o aumento deles é tido como um fato que alimenta a ideia de que há um processo de decadência e degradação em curso. Essa noção higienista prontamente é associada a um desejo de revitalização do Setor. Nessa questão, como em outras, é possível perceber a força do jornal em elencar questões e construir pontos de vista.

CAMELÔS

A temática dos camelôs, embora tenha surgido já no início dos anos 1970, ganhou força, nos periódicos, a partir de meados dos anos 1980 (quando houve aumento expressivo de sua presença) e novamente nos anos 2000 (época em que ganhou momento a proposta de construção do Shopping Popular). Foi possível perceber que a narrativa sobre os camelôs no jornal teve um arco de história bem determinado. No início, as reportagens apresentavam tom um pouco solidário com os camelôs. Seu ponto de vista era representado como de uma atividade comercial como outra qualquer que não apresentava problemas à dinâmica do Setor. Com o aumento expressivo dessa atividade a partir de 1985, muitas das matérias se dedicaram a contar as iniciativas do governo para disciplinar sua atuação, de modo a controlar a forma de ocupação do espaço público.

Uma das figuras que primeiro aparecem é a dos vendedores ambulantes de frutas e objetos ainda em 1972^[64]. A “atividade ilegal”, segundo esse primeiro relato, trazia problemas, como o da limpeza. Apesar de ter havido algumas poucas menções aos camelôs nos anos 1970, uma das primeiras aparições foi por ocasião de um pedido^[65] formulado por 50 deles que trabalhavam em frente ao Hospital de Base ao governador, Hélio Prates. Solicitavam que se construíssem as lojas na passagem subterrânea entre SCS-SBS (local que viria a ser Galeria dos Estados). A demanda, como vimos, não vingou, e a Galeria dos Estados, com a proposta de conter lojas típicas dos Estados e de ser um espaço qualificado para o deslocamento do pedestre entre SCS e SBS, consolidou-se apenas em 1977.

O jornal apontou em algumas reportagens que o aumento dos camelôs, principalmente nas áreas centrais, aconteceu em momentos em que se deteriorava a condição econômica no país, refletindo as crises na economia e o aumento do desemprego. Em 1977, já se reportava que os camelôs estavam “invadindo”^[66] o SCS e outros pontos de grande movimento na cidade. Vê-se que o CB, desde que trouxe à luz essa pauta, não foi inerte à causa econômica que levou ao aumento do número de camelôs, pelo contrário, explici-

64 ATIVIDADE irregular. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 out. de 1972. Edição nº 3952, foto, p. 23. [Ocorrência nº 1262]. A foto está com baixa qualidade, mas mostra sem muita definição ambulantes supostamente atuando em frente ao edifício JK.

65 AMBULANTES apresentarão memorial a Prates. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 nov. de 1973. , Edição nº 4241, p. 12. [Ocorrência nº 2439]

66 CAMELÔS invadem SCS mas acham que não prejudicam. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 mar. de 1977. Edição nº 5184, p. 18. [Ocorrência nº 6218]

tamente reconheceu a motivação. Contudo, é inegável que o periódico tenha adotado a postura de reforçar uma lógica excludente. Isso é perceptível tanto na linguagem utilizada nos textos quanto nos títulos das reportagens, que reverberam esse posicionamento e fortalecem o discurso que estava em processo de formação.

Os camelôs argumentavam que não prejudicavam, mas a prefeitura já apresentava resistência em regularizar a atuação, que considerava danosa ao comércio. No início dos anos 1980, com a progressiva deterioração da economia do país, intensifica-se, de um lado, a demanda dos camelôs para que pudessem atuar com tranquilidade e sem interferência; de outro, crescia a oposição de comerciantes e empresários. A multiplicação dos camelôs no SCS chegou a ser objeto de críticas, inclusive, em uma coluna social de 1982, em que se lia: “A feira do Guará é pinto se verificarmos o que está acontecendo no Setor Comercial Sul. Vende-se de tudo: frutas, sapatos, antenas de televisão, remédios e ervas caseiras, meias, calças, moedas para colecionadores, milho verde e tudo que uma feira tem direito. Assim não é possível!!!” (**Correio Braziliense**, Brasília, 31 mar. de 1982. Edição nº 6976, p. 20, coluna Katucha. Ocorrência nº 1664).

Naquele momento já se vê que está marcada, nos jornais, a oposição entre as elites, que desejavam reafirmar seu domínio sobre o Setor, retirando do local as atividades menos nobres, e os camelôs, que enxergavam na pujança, no dinamismo e na circulação intensa de pessoas no SCS o lugar ideal para que exercessem suas atividades, dando peso para uma presença mais popular. Como veremos logo a seguir, a aglomeração de camelôs que se formou no SCS deu origem ao que hoje conhecemos na cidade como a Feira do Paraguai^[67].

Na tentativa de frear o crescimento dessa ocupação, começam, ciclicamente, a acontecer ações de retirada. A primeira delas que foi noticiada ocorreu em janeiro de 1984^[68], empreendida pela SVO, e foi marcada por tumulto e violência. Três dias após a truculenta ação, os jornais veicularam que os camelôs haviam se organizado para fundar a Associação dos Vendedores Ambulantes de Brasília^[69], com o objetivo de se protegerem da pressão dos fiscais. Apesar do recrudescimento da fiscalização, em 1985, já na esteira da crise econômica que marcou o governo Sarney, o jornal circula notícias que reiteram a relação direta entre o aumento dos níveis de desemprego e o aumento do número de camelôs.

Nota-se, nessa época, que a balança das notícias que até então continham um tom minimamente compreensivo - porque se reconhecia na contingência econômica do país o aumento da atividade dos camelôs - começa a se esvaziar, e a presença crescente deles

67 Cujos nomes populares derivam de os produtos importados vendidos terem sido trazidos, muitas vezes, contrabandeados daquele país.

68 COMEÇA remoção dos camelôs. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 jan. de 1984. Edição nº 7631, p. 17. [Ocorrência nº 3174]

69 CAMELÔS. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 jan. de 1984. Edição nº 7634, capa. [Ocorrência nº 3187]

começa a espelhar um incômodo mais ostensivo que demanda interferência institucional. Assim, o CB reportou, já em fins de 1980, que o governo passava a aventar alternativas para a retirada dos vendedores, como a construção de um camelódromo. A partir desse momento, a narrativa que se evidencia com frequência e o léxico que costumou a acompanhar camelôs e ambulantes nas ocorrências dos jornais passa a ser majoritariamente o de atividade ilegal ou irregular, que causa sujeira no local, que se constitui em obstáculo para circulação de pedestres, cuja presença deveria ser removida ou cuja proliferação precisa ser contida.

Em uma tentativa de solução de compromisso, em 1986, atendendo a uma das principais reivindicações por parte dos camelôs (permanecer trabalhando nos locais mais movimentados do Plano Piloto), o periódico publicou que a SVO havia elaborado projeto para cadastrá-los e fixá-los, disciplinando suas áreas de atuação. Com isso, segundo reportagens, os ambulantes ganhariam uniformes, barracas e locais demarcados^[70]. A decisão de estabelecer os camelôs teria sido uma solução pactuada entre a Associação e o governo. No fim, este acordo resultou na publicação de uma portaria, nº 007, de 12 de junho de 1987^[71], que, apesar de diminuir os pontos permitidos, autorizou que ocupassem locais movimentados do Plano Piloto, como o Setor Comercial Sul, a via W-3 e as proximidades do Hospital de Base. Ao que se vê pelos relatos, a portaria, que permitia a atuação dos 839 camelôs cadastrados nos locais determinados, não saiu do papel. Dentre as regras estabelecidas, estava previsto que o Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras (DLFO/SVO) deveria demarcar os locais, de 1,2 metro por 2 metros, e as barracas deveriam ser desmontadas após as 18 horas. A demarcação não foi feita, e, em certa ocasião, o jornal noticia que a SVO, em operação surpresa, retirou todas as barracas que ficaram montadas à noite.

Em 1988, o jornal reportou^[72] que no escopo de um amplo projeto de reformas no SCS, foram demarcados 140 lugares para camelôs e 30 para engraxates. Para além desses, a atuação de outros ambulantes seria proibida e aqueles que descumprissem seriam retirados. Segundo o periódico, a ação de remoção forçada dos camelôs recebeu, naquele momento, críticas de transeuntes^[73], que se alinharam à posição dos vendedores e se colocaram contra a retirada. No mesmo ano, o governo voltou a considerar a proposta de transferi-los para um camelódromo, mas a Associação repudiou a ideia e pediu a

70 PROJETO fixa camelôs onde estão. **Correio Braziliense**, Brasília, 5 ago. de 1986. Edição nº 8521, p. 14. [Ocorrência nº 5050]

71 GDF diminui pontos para ambulantes. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 ago. de 1987. Edição nº 8901, p. 19. [Ocorrência nº 5844]

72 MUDANÇA no SCS inicia 2a feira e amplia vagas. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 mar. de 1988. Edição nº 9092, p. 19. [Ocorrência nº 6206]

73 POPULAÇÃO compra briga por camelôs. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 mar. de 1988. Edição nº 9095, p. 16. [Ocorrência nº 6213]

ampliação das áreas já demarcadas nos pontos em que havia movimento^[74].

Nos anos 1989 e 1990, o jornal registrou tanto o aumento do número de camelôs no SCS quanto a repressão violenta a eles. Dentre elas, destacou-se uma ação truculenta da Polícia Federal, que, de acordo com uma matéria, armados com metralhadoras e escopetas disparando para o ar, reprimiram a feira e efetuaram prisões, revoltando o povo que assistia à ação policial^[75]. Apesar da escalada de repressão, a feira retornou com intensidade e continuou crescendo ao longo do governo Collor (15/3/1990 a 29/12/1992). E, a liberação das importações anunciadas naquele período mudou a realidade dos camelôs que dependiam dos produtos vindos do Paraguai. Matérias^[76] relacionam a expansão do número de camelôs a uma imagem de caos e desordem, contribuindo para a construção negativa de uma imagem associada ao SCS. Já nesses anos, a área que ocupavam no Setor - cuja maior concentração estava entre o Banco Itaú (quadra 3) e as Lojas Americanas (quadra 4) -, passou a ser conhecida por diversos nomes, como: Zona Franca do SCS, Praça Paraguai, Rua do Paraguai, Avenida Paraguai e Foz do Itaú.

Ao longo dos anos, a dinâmica que se observou, pela mídia, passou a ser dominada pela polarização entre os camelôs, que queriam permissão para se manter nas áreas centrais, e o governo, que passa, cada vez mais, a encará-los como um problema e a encampar a ideia da necessidade de removê-los para acabar com o caos que se instalara. Consideramos, no mínimo, curioso que a radicalização contra os camelôs tenha se dado no processo de redemocratização do país.

Na tentativa de convencimento de que removê-los serviria a seu próprio interesse, porque seriam realocados para um local adequado e com infraestrutura, nos anos 2000, retoma-se a ideia de construção do shopping popular. Essa história ocupou bastantes páginas do jornal e dominou boa parte da pauta a partir de 2002. Naquele ano, foi definido o terreno que ocupariam, localizado ao lado da Rodoferroviária, com 20 mil metros quadrados^[77].

Segundo o CB, a proposta do shopping popular começou a ganhar força junto aos camelôs, ainda em 2002, que, com as obras para a construção do metrô, foram retirados da Rodoviária com a promessa de que seriam devidamente instalados em outro local. Segundo outra matéria, a demora em promover esse reassentamento fez com que diversos deles se fixassem na área do antigo Gran Circo Lar (entre a Rodoviária e a

74 AMBULANTES repudiam a criação do camelódromo. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 out. de 1988. Edição nº 9317, p. 27. [Ocorrência nº 6662]

75 FEDERAL espalha pânico na blitz contra camelôs. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 fev. de 1990. Edição nº 9787, p. 18. [Ocorrência nº 40]

76 PAULA, Isabel de. Camelô quer área livre no centro. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 set. de 1990. Edição nº 10007, capa Caderno Cidade. [Ocorrência nº 375]

77 AMBULANTES ganham área. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 mar. de 2002. Edição 20.03.2002, 1º caderno, p. 22. [Ocorrência nº 67]

Esplanada dos Ministérios) e depois no Setor Comercial Sul^[78].

Uma matéria, de 2003, trouxe a “rota” dos camelôs e a concentração deles nos locais de passagem, especificamente, no caso do SCS, na passagem central de pedestres e sob as galerias (fig. 3.23).

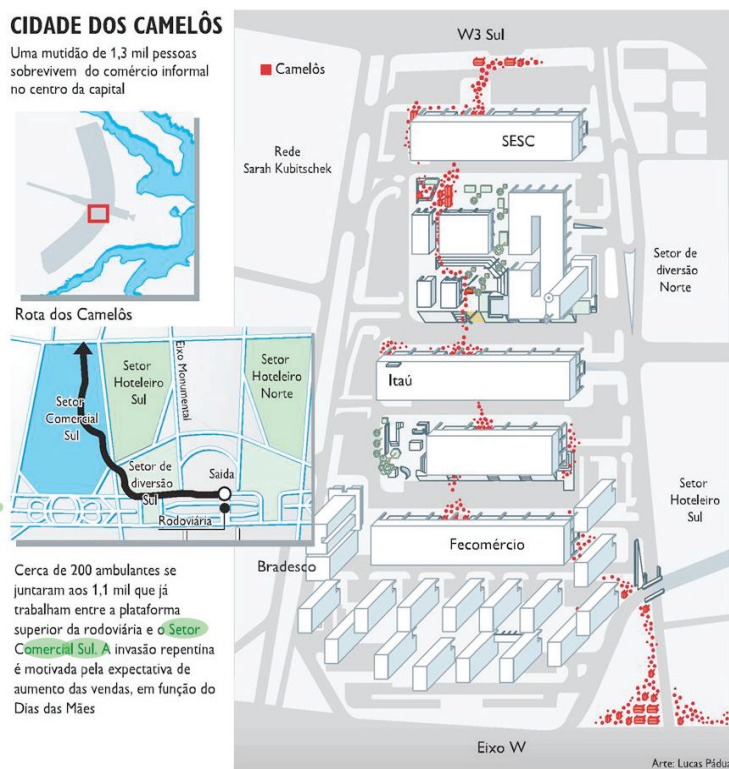


Figura 3.23: Rota dos camelôs
Fonte: MONTENEGRO, Érica; ROCHA, Marcelo. Comércio informal. Vai um aí, freguês? **Correio Braziliense**, Brasília, 6 maio de 2003. Edição 06.05.2003, 1º caderno, p. 21. [Ocorrência nº 505]

De 2002 a 2008^[79], um dos principais argumentos que passou a ser mobilizado nos jornais foi o do tombamento, e intervenções arbitrárias sobre os camelôs passaram a ser, com frequência, justificadas sob esse viés. A presença dos camelôs começou a ser apontada como uma ameaça à preservação patrimonial do CUB, por ocuparem áreas que deveriam ser vazias na cidade, como a do próprio Gran Circo Lar. A nosso ver, a narrativa que subjazia com maior espaço nos jornais coloca o tombamento como um instrumento de controle e segregação social. Nesse sentido, o uso classista do tombamento nos alinha a Ulpiano de Meneses (2009), para quem o ato de atribuir valor cultural a bens patrimoniais não é reconhecer seu significado intrínseco, mas sim tratar de coisas cuja materialidade é mobilizada de maneira seletiva, por determinados grupos, para fazer prevalecer seu conjunto de valores.

Em 2007, o GDF decidiu que os camelôs do Gran Circo Lar seriam deslo-

78 CAMELÔS querem local permanente para feira. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 mar. de 2002. Edição 23.03.2002, guia, p. 3. [Ocorrência nº 73]

79 Lembremos de nossa lacuna temporal de jornais. Considerando que a proteção do CUB se deu a partir de 1987, é possível imaginar que o argumento da preservação patrimonial tenha sido mobilizado até antes.

cados para o SCS^[80], enquanto o Shopping Popular estava em construção. Isso ampliou, expressivamente, a ocupação no Setor e enfrentou oposição dos lojistas do Setor. Nesse momento, uma reportagem chegou a citar que o IPHAN considerava a presença deles no SCS menos nociva ao tombamento do que na Esplanada; ao que a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) teria contra-argumentado que se atividade era considerada ilegal no Gran Circo Lar também deveria ser no SCS, porque ele também é parte da área tombada^[81].

No mesmo ano, uma série de reportagens (fig. 3.24) cujo objetivo seria o de denunciar irregularidades que, supostamente, afrontavam a preservação da capital e necessitavam de solução urgente, trouxe novamente a questão dos camelôs e a agressão ao tombamento amparado no que, supostamente, diria a lei: “(...) ‘A ocupação irregular das ruas no centro da capital fere o tombamento da cidade’, teria ressaltado o superintendente do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (Iphan) no DF, Alfredo Gastal. (...) Os camelôs instalados em espaços verdes ferem a escala bucólica, que fixa as áreas verdes como parte integrante do projeto de Lucio Costa.(...)” (MADER, 2007, p. 25. Ocorrência 2882). Novamente, chamamos atenção para o papel que o jornal teve em construir o imaginário sobre o tombamento, para o vocabulário utilizado e para o tom rígido e até violento que o jornal adota frente à questões que supostamente ameaçam a capital e sua qualidade de vida.

Embora o terreno, próximo à Rodoferroviária, de propriedade da União, tenha sido cedido ao GDF, em 2002, a construção do Shopping e a transferência dos camelôs foi efetivada somente em 2008, no governo Arruda^[82]. Estava previsto que mais de 1.500 camelôs seguiriam para lá. No entanto, a transferência sistematicamente encontrou resistência por parte dos camelôs. Em uma matéria de tom ponderado^[83], o CB apresentou também a posição de especialistas. O geógrafo Aldo Paviani foi um deles, que considerou o local inadequado por ser isolado. Outros também especularam que a transferência resolveria temporariamente a questão, porque a falta de movimento do shopping faria com que os camelôs retornassem aos locais onde há circulação de pessoas (o que de fato acabou acontecendo). E, de fato, é sabido que esse tipo de relocação é uma política de Estado fadada a falhar, porquanto retira os camelôs do local de passagem de pessoas, o que é o motor central de sua atividade.

Em 19 de maio de 2008, uma matéria com o agressivo título: “Centro, enfim,

80 LIBRELON, Rachel. SCS vai receber feira desalojada. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 fev. de 2007. Edição 08.02.2007, 1º caderno, p. 30. [Ocorrência nº 2422]

81 REBELLO, Pablo. Lojistas desaprovam mudança para o SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 fev. de 2007. Edição 10.02.2007, 1º caderno, p. 27. [Ocorrência nº 2429]

82 COSTI, Lúcio. Shopping Popular recebe ambulantes até o dia 11. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 maio de 2008. Edição 2052008, 1º caderno, p. 26. [Ocorrência nº 3030]

83 HILÁRIO, Rodrigo. Definida a área do camelódromo. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 jul. de 2002. Edição 12.07.2002, 1º caderno, p. 11. [Ocorrência nº 184]

livre de camelôs”^[84], comemorava o novo centro limpo e desobstruído da presença dos camelôs. Em 25 de maio, uma propaganda higienista do GDF^[85] sobre o Shopping Popular anuncia que: “A ordem, a organização e a beleza venceram. (...) o centro de Brasília está mais bonito e espaçoso. (...) uma cidade organizada, com mais qualidade de vida e melhor para todos.” (**Correio Braziliense**, Brasília, 25 maio de 2008. Edição 25052008, 1º cad., p. 14-15. Ocorrência nº 3081)

REFÊNS DA desordem

O DISTRITO FEDERAL SE DISTANCIA A CADA DIA DA REFERÊNCIA DE PLANEJAMENTO QUE SERVIU DE BASE PARA SUA CRIAÇÃO HÁ 47 ANOS. NOS ÚLTIMOS ANOS, A **BAGUNÇA URBANÍSTICA** VEM TOMANDO O LUGAR DO PLANEJADO. O DESRESPEITO ESTÁ NAS ESQUINAS, CALÇADAS E PRAÇAS. O ESPAÇO PÚBLICO É USADO PARA FINS PARTICULARES. O **CORREIO** COMEÇA HOJE UMA SÉRIE DE REPORTAGENS PARA DENUNCIAR AS IRREGULARIDADES QUE AFRONTAM A CAPITAL E PRECISAM DE **SOLUÇÃO URGENTE**. MOSTRARÁ SETORES EM QUE É NECESSÁRIO O RESGATE DA LEGALIDADE PARA O DF NÃO SEGUIR O RUMO DE CIDADE SEM LEI E TER COMPROMETIDA A **QUALIDADE DE VIDA**. A PROLIFERAÇÃO DOS AMBULANTES, PESSOAS QUE BUSCAM NO COMÉRCIO INFORMAL A SOBREVIVÊNCIA NAS RUAS, É UM DOS PROBLEMAS QUE DESAFIAM SOCIEDADE E GOVERNO.



CAMELÔS TOMAM CORTA DAS CALÇADAS NO SETOR COMERCIAL SUL: HÁ CERCA DE MIL AMBULANTES NA ÁREA CENTRAL DO PLANO PILOTO

GIZELLA RODRIGUES E HELENA MADER
DA EQUIPE DO CORREIO



Homens e mulheres se movimentam pelas ruas e esquinas de Brasília. O Setor Comercial Sul é a plataforma superior do subdesenvolvido Plano Piloto e suas ruas são tomadas por quase mil barracas. Em Taguatinga, há dois meses, cerca de 50% dos 450 ambulantes que ocupam o local foram levados das calçadas do centro para uma área entre dois supermercados no PSão Sul. Mas muitos já voltaram. A permanência dos camelôs é tolerada pela administração regional depois das 17h e aos sábados, domingos e feriados. Há a promessa de retirada de todos até a inauguração do shopping popular na cidade. A confusão incomoda os moradores. Eles reclamam que os ambulantes tomam o espaço dos pedestres, sujeiam o chão e enfiam a paisagem. “Isso sem falar nesses entregadores de panfletos, que portam o tempo todo. A calçada é pequena e irregular, é difícil caminhar até sem eles”, diz o servidor público Osório Machado, 43 anos, morador de Taguatinga. “Os camelôs incomodam ainda mais os comerciantes, que pagam impostos. É like uma bagunça”, reclama o juiz federal Eder Cardoso, 31.

Os ambulantes alegam que para sobreviver precisam ficar nos pontos de maior movimento. “Se aqui, no meio de todo mundo, a gente quase não vende, imagina num lugar isolado?”, argumenta David de Jesus Castro, 48, que monta uma barraca de roupas no comércio da Avenida Comercial Sul há quatro anos. “Se tivesse tudo arrumado, eu até queria ir para o PSão Sul. Mas não há estrutura”, reclama Maria Beatriz Dantas Ferreira, 33, que vende maquiagem nas ruas do centro de Taguatinga desde os 15 anos.

Revitalização
No fim de agosto, o governo enfrentou a batalha de retirar os vendedores das ruas de Ceilândia e Taguatinga. Na primeira cidade, 1.600 barracas de lona se amontoavam em frente à tradicional Feira Permanente e criavam uma espécie de puxadinho dos boves feitos de tijolos. Toda a calçada era ocupada irregularmente. As barracas se aglomeravam até a beira da pista e não sobrava espaço para os pedestres. Com a remoção dos camelôs para o Shopping Popular de Ceilândia, também no centro, a área invadida foi revitalizada, as calçadas consertadas e palmeiras plantadas.

Mas nem todos os camelôs que ficaram no local conseguiram espaço no Shopping Popular, com 604 vagas. Outros 700 lugares foram abertos nas feiras do Setor O, Setor P e Guararoba, mas também foram insalubres para a demanda. “Tivemos uma procura de cerca de 4 mil pessoas e conseguimos atender cerca de 2,4 mil. Não temos mais espaço vago, mas também não vamos permitir informalidade nem o uso da área pública”, garante o administrador de Ceilândia, Adair da Silva Gomes.

A construção de outro Shopping Popular, ao lado da Rodoferrôvia, é apontada como solução para a desordem urbanística no Plano Piloto. “A ocupação irregular das ruas no centro da capital fere o tombamento da cidade”, ressalta o superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no DF, Alfredo Gastal. Ele acredita que o novo espaço vai reduzir o número de camelôs em áreas tombadas, como a Rodoferrôvia do Plano Piloto e o Setor Comercial Sul. “Mas o problema só será resolvido de verdade quando houver uma fiscalização eficiente. Hoje não há controle o que estimula o surgimento de novas irregularidades”, critica Gastal.

[O QUE DIZ A LEI] Em defesa de Brasília

A proibição de camelôs e ambulantes em Brasília fere a ordem urbanística da cidade e é também uma ilegalidade. A maioria dos empregos e serviços públicos são autorizados sem pagar taxas pelo uso do espaço público. O tombamento do Plano Piloto de Brasília foi realizado com o decreto-lei nº 10.021 de 1962. Ele foi publicado após a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) reconhecer a capital como Patrimônio Cultural da Humanidade e determinar a proteção do centro urbano, arquitetônico e paisagístico da cidade. O tombamento do Plano Piloto em Brasília exige a preservação dos espaços urbanos frente a ocultações que fira as áreas verdes como parte integrante do projeto de base. Cota.

Figura 3.24: Reportagem sobre a “bagunça urbanística”
Fonte: MADER, Helena; Rodrigues, Gizella. Refêns da desordem. **Correio Braziliense**, Brasília, 1 dez. de 2007. Edição 01.12.2007, 1º cad., p. 25. [Ocorrência 2882]

Em setembro, no contexto da crise institucional do governo Arruda, já se verificava um movimento de retorno dos camelôs, por causa da falta de público no Shopping Popular. Com eles, retornou também a retórica da invasão dos espaços, calcada no argumento de defesa patrimonial^[86]. A partir de 2010, no entanto, nota-se o arrefecimento

84 BERNARDES, Adriana. Centro, enfim, livre de camelôs. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 maio de 2008. Edição 19052008, 1º caderno, p. 21. [Ocorrência nº 3074]

85 Propaganda do GDF sobre o shopping popular. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 maio de 2008. Edição 25052008, 1º cad., p. 14-15. [Ocorrência nº 3081]

86 BRITO, Daniel; GOULART, Guilherme. A dominação dos camelôs. **Correio Braziliense**, Brasília, 5 abr. de 2010. Edição 5042010, 1º cad., p. 26-27. [Ocorrência nº 125]

desta pauta, que praticamente desapareceu dos jornais. Como veremos mais adiante, a questão dos camelôs embora esteja profundamente imbricada à história do SCS, recebeu poucas propostas nos projetos de revitalização do Setor, segundo uma lógica de ignorar as presenças incômodas.

Como pudemos observar, os jornais apresentaram, em regra, um discurso bem localizado de classe média e elites, que visava a manutenção do *status quo* e que ativava, para esse fim, o discurso da proteção patrimonial. No entanto, a despeito da retórica higienista que ganhou corpo, os camelôs são uma presença indissociável da apropriação e da ocupação dos espaços públicos do Setor. E, sua presença desde a década de 1970 denota, a nosso ver, a consolidação do SCS como centro urbano.

PROSTITUTAS

Além dos camelôs, outra presença incômoda que se destaca no SCS é a dos profissionais do sexo. A prostituição aparece de forma esparsa nos jornais até 2002, e, em regra, com o viés de ocupação noturna que aumenta a insegurança do SCS. A partir de 2002, contudo, registram-se algumas matérias, principalmente na coluna “Crônica da cidade”, assinada por Conceição Freitas, em que a ocupação dessas pessoas é reconhecida como uma parte da vida noturna do Setor, e que isso representa não o esvaziamento do Setor, como lugar-comum que muito se propala, mas como a instauração de uma nova territorialidade sobre os setores centrais, em particular nos Setores Comercial, Bancário, de Autarquias, de Diversões e Hoteleiro Sul. Em uma das crônicas, lê-se^[87]:

DEZ MENTIRAS (...) 8 - O Setor Comercial Sul só existe de segunda à sexta, durante o dia - À noite, o SCS é o refúgio das garotas de programas, dos travestis, dos clientes e dos quiosqueiros. O delírio de que Brasília seria a cidade perfeita, normatizadamente perfeita, não incluía a existência do trotuar, que existe aqui, acolá e alhures. (...). (FREITAS, 2007, p. 32. Ocorrência nº 2866)

Ainda que muito pouco (talvez em duas ou três menções em todo o espectro de tempo analisado), o jornal cita também o Setor como ponto de prostituição infantil. E, as travestis, geralmente associadas também à prostituição nas reportagens, aparecem em outros relatos da noite no SCS, que seria um dos principais pontos delas, ao lado do centro de Taguatinga. Ao contrário dos camelôs, que mobilizaram bastante a pauta do jornal, a prostituição ocupou um lugar de menos visibilidade no periódico. E, ao receber menos espaço, teve também menos oposição explícita.

87 Outras crônicas da mesma autora sobre a vida noturna alternativa do SCS podem ser encontradas em: FREITAS, Conceição. Os fantasmas de todos os sexos dominam a madrugada. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 jul. de 2003. Edição nº 24.07.2003, 1º cad. p. 26, coluna Crônica da cidade. [Ocorrência nº 491] e FREITAS, Conceição. O Setor dos desejos. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 maio de 2007. Edição nº 15.05.2007, 1º cad., p. 26, coluna Crônica da cidade. [Ocorrência nº 2596].

FLANELINHAS

Outro personagem polêmico na construção do imaginário do SCS são os guardadores de carros ou flanelinhas. O surgimento deles está associado tanto à crise na economia - e ao aumento da informalidade e do subemprego - quanto à carência de vagas disponíveis no Setor. Já em 1973 apareceu nos jornais a primeira menção aos guardadores de carros. Um leitor reclamou^[88] da falta de estacionamento e queixava-se, principalmente, do comércio de vagas no SCS (prática que permanece até os dias de hoje). Segundo ele, proprietários de veículos deixavam as chaves com os guardadores para que estes agissem como manobristas quando surgiam vagas. Com a implantação dos estacionamentos pagos de 1973 até 1985, as matérias argumentaram que os guardadores perderam espaço. A partir de 2002, essa prática voltou a aparecer nas menções dos jornais e, embora fosse denunciada como ilegal, somente tornou a desaparecer por um breve período de tempo em que os estacionamentos pagos retornaram, em 2003, com o Vaga Fácil.

Ao contrário dos camelôs, que, como algumas matérias mostram, angariavam alguma solidariedade dos frequentadores do Setor, os flanelinhas foram, quase que exclusivamente, citados em matérias que os associam a uma imagem negativa, de intimidação, ameaça e extorsão^[89], para que os motoristas paguem por seus serviços. Alguns poucos elogios no periódico vieram deles mesmos, quando ressaltavam o papel que têm em ajudar a disciplinar o trânsito caótico do Setor ou em momentos em que o governo efetua identificação ou tenta coibir suas atividades. Em dado momento, as reportagens passam a relacioná-los, também, ao aumento de crimes no Setor, como furtos e tráfico de drogas.

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Na temática de habitação e outros usos, mencionamos brevemente essa população que existe no Setor e recebeu pouco espaço nas reportagens dos jornais. O primeiro registro sobre pessoas em situação de rua no SCS se deu em abril de 1965, em uma fotografia publicada no CB sobre uma família vivendo sob o viaduto do SCS (fig. 3.25); o segundo, apenas em 1973, quando se publicou outra foto, de um barraco de madeira na quadra 3 em que uma família residia (capítulo 2, figura 2.16).

Após esses registros, apareceram algumas reportagens sobre famílias morando

88 **Correio Braziliense**, Brasília, 10 abr. de 1973. Edição nº 4032, p. 4, Coluna Cartas ao Correio. [Ocorrência nº 1669]

89 GUIMARÃES, Nina. E o trocado, tia? **Correio Braziliense**, Brasília, 9 set. de 2002. Edição 09.09.2002, Coisas da vida+guia, p. 3. [Ocorrência nº 263]; MENEZES, Rogério. Não quero que vigiem meu carro. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 out. de 2002. Edição 18.10.2002, 1º caderno, p. 2, Coluna Crônica da cidade. [Ocorrência nº 310]; BERNARDES, Adriana; MONTENEGRO, Érica. Os donos do pedaço. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 jun. de 2008. Edição 16062008, 1º caderno, p. 17. [Ocorrência nº 3114]; ARAÚJO, Saulo; CALCAGNO, Luiz. Sob o domínio dos flanelinhas. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 set. de 2010. Edição 13092010, 1º caderno, p. 24-25. [Ocorrência nº 392]

nas guaritas desativadas dos estacionamentos^[90], apenas em 1987. O tom das matérias foi, em regra, de rechaçar a presença dessa população, comumente referidos como invasores, mendigos e favelados^[91]. Uma das reportagens relatou a remoção, acontecida em julho do mesmo ano, como sendo um episódio sem violência^[92]. Segundo a matéria, a retirada contou com a “humanidade” e o “poder de convencimento” do então secretário Adolfo Lopes, que, “ciente da necessidade de limpeza do Setor”, teria oferecido, inclusive, condições de os moradores retornarem a seus Estados de origem. Esse episódio é emblemático tanto da vontade da população de rua de se fixar na área central quanto da leitura que os moradores de rua são vistos como uma mácula, a ser removida para limpar o Setor. Ainda hoje, reconhecemos a presença de uma população de rua instalada no SCS e a necessidade de que essas pessoas não sejam invisibilizadas, principalmente, tendo em conta que há um debate habitacional em curso no SCS. Contudo, não iremos nos alongar aqui. Deixaremos apenas registrado, como veremos nos projetos de revitalização, que esta parcela da população não foi, em regra, considerada e que, aparentemente, sua permanência no SCS não seria contemplada pelo programa mais recente.



Figura 3.25: Família vivendo sob viaduto do SCS

Fonte: Onde está o Serviço Social? **Correio Braziliense**, Brasília, 20 abr. de 1965. Edição nº 1502, p. 5. [Ocorrência nº 436].

CRACK E OUTRAS DROGAS

Por fim, incluímos as presenças incômodas dos traficantes e dos usuários de drogas. Na década de 1980, quase não se registraram nos jornais relatos de venda e

90 GUARITA é moradia de mendigos. **Correio Braziliense**, Brasília, 14 ago. de 1987. Edição nº 8530, p. 21. [Ocorrência nº 5080]

91 A vida dentro de uma guarita. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 jul. de 1987. Edição nº 8863, p. 19. [Ocorrência nº 5775]. Essa reportagem da remoção é uma exceção. Apresenta entrevista com 3 famílias de moradores e adota tom mais solidário.

92 REMOÇÃO de invasores das guaritas agita o SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 jul. de 1987. Edição nº 8874, p. 18. [Ocorrência nº 5793]

consumo de entorpecentes (nesta época, a maconha) no Setor. Em 1990, a única menção associada a drogas que localizamos no CB citava um táxi que servia ao comércio de cocaína, em frente ao prédio da Shis (quadra 6). Foi somente nos anos 2000 que a questão das drogas ficou mais presente na pauta do Setor, com tráfico e consumo de maconha, cocaína e merla, e a associação dos entorpecentes ao aumento da criminalidade e da violência, em particular furtos de carros e celulares^[93].

A partir de 2007, há uma mudança expressiva da forma como o SCS aparece retratado nos periódicos. Com a entrada do crack no mercado da Capital, o Setor passa a ser sistematicamente associado ao consumo e à venda de drogas e sua imagem na mídia deteriora-se vertiginosamente, ligada ao rápido avanço da droga na cidade. Em 2010, há a entrada do mesclado (uma mistura de merla, crack e maconha em um cigarro), mas o crack continua a dominar tanto o mercado quanto a pauta negativa de reportagens sobre o Setor no CB.

Algumas reportagens sobre o crack citam a Rodoviária, o SCS e o Conic como os principais pontos de distribuição. E, no caso do SCS, ela se concentraria na quadra 5, mais especificamente no subsolo, na rua de serviço, em um espaço que foi chamado na mídia pela famigerada alcunha de “buraco do rato”. Uma reportagem compara a cracolândia de São Paulo à do SCS e diz que há algo em comum entre ambos os espaços físicos - que, argumenta o autor, favoreceu sua instalação naqueles pontos: “(...) A exemplo do fenômeno paulistano, onde a cracolândia ficava em uma área decadente do centro da metrópole, na capital federal os traficantes e usuários ocupam lotes baldios, ruas e obras abandonadas, mal iluminadas e sem policiamento. (...)” (ALVES, 2008, 1º cad., p. 15. Ocorrência nº 3300)

Diversas reportagens mencionam que a aceleração do crack tomou conta da área central. Associava-se também ao aumento da violência não somente no Setor, mas também na cidade. O jornal chega a citar estatísticas que relacionam 65% dos casos de homicídios a entorpecentes no ano de 2009. Somente em 2011, o governo lançou o Plano de Enfrentamento ao Crack no Distrito Federal, para frear o consumo e a distribuição e prover auxílio aos dependentes químicos^[94]. No periódico, as reclamações sobre o consumo e a falta de policiamento e fiscalização para coibi-los, contudo, permanecem na década de 2010, e o avanço do crack é chamado de epidemia. Como veremos mais à frente, os projetos de revitalização reconhecem o problema do crack como intrinsecamente ligado ao SCS. Do ponto de vista das medidas que se propõem, vê-se que a questão de investir em iluminação pública é uma das formas adotadas pelo governo para tentar transformar o espaço físico; outras são a instalação de câmeras e o reforço do policiamento.

93 ÁREA comercial lidera registros. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 maio de 2002. Edição 19.05.2002, 1º caderno, p. 21. [Ocorrência nº 134]

94 TOLENTINO, Lucas; PULJIZ, Mara. A droga que consome Brasília. Socorro aos usuários. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 set. de 2011. Edição 1092011, 1º caderno, p. 30. [Ocorrência nº 782]

Ao contrário dos camelôs (cuja presença se pretende, por vários momentos, regerar), as demais presenças incômodas são colocadas em uma categoria cuja existência o jornal ou mal reconhece (haja vista o discurso frequente de esvaziamento à noite e nos fins de semana) ou totalmente rejeita. Mesmo quando a existência dessas pessoas é admitida, é, em regra, para afirmar que elas transformam os espaços em locais marginalizados e evitados pelo restante da população. Nesse sentido, as intervenções governamentais, em regra, reverberam o mesmo discurso, que pressupõe a incompatibilidade dessas presenças com a recuperação do Setor. Nota-se, nas matérias dos jornais, que as presenças incômodas se configuram como tal quando saem da condição de invisibilidade, passando a tomar espaço nos lugares.

3.1.5

REVISÃO OU ALTERAÇÃO DO PLANO

Um dos assuntos transversais que nos dedicamos a investigar ativamente nos jornais foi se teriam aparecido ou não propostas de revisão ou de alteração do plano-piloto voltadas ao SCS. Consideramos nos debruçar sobre essa temática por enxergar que há a defesa em torno da ideia de manutenção de um projeto original (que nunca correspondeu plenamente à realidade, mas cujas ideias principais se mantiveram) e por perceber que a retórica de proteção patrimonial acabou, com certa frequência, servindo à construção, à consolidação e à operacionalização de uma cultura das elites. Dessa forma, nos interessou olhar para o discurso que os jornais construíram junto à sociedade sobre esse tema, entendendo que assuntos tiveram força suficiente para mobilizar as conjecturas de mudanças e quais, não.

O dinamismo do SCS e seus desafios mobilizaram nos jornais algumas declarações, em particular na década de 1970, nas quais se sugeria a revisão do plano urbanístico de Brasília. Em 1972, o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) elaborou carta na qual identificava problemas e propunha ações, indicando que era hora de reavaliar a experiência de Brasília para poder adaptá-la ao dinamismo inerente à cidade. Um dos contrastes citados “(...) é representado pelo conjunto de problemas relativos à segurança de tráfego e facilidade de circulação e estacionamento em áreas como a Via W-3 Sul e o Setor Comercial Sul. (...)” (IAB, 1972, p. 15. Ocorrência nº 1234). A carta traz também a necessidade de se planejar o desenvolvimento da futura área metropolitana, o que, em última análise, coloca em pauta a insuficiência do plano-piloto de Costa para responder às intensas dinâmicas de urbanização em curso.

Esta carta (fig. 3.26) marca uma entrada interessante nos jornais, qual seja, a presença da classe dos arquitetos que estão fora do governo posicionando-se sobre as questões urbanas de Brasília. Em outras palavras, o jornal começa a se utilizar do discurso autorizado e qualificado para defender seus pontos de vista.

OS ARQUITETOS E A EXPERIÊNCIA DE BRASÍLIA

"Brasília é, fora de qualquer dúvida, uma experiência ímpar na história urbanística brasileira. É sobretudo significativo por sua original concepção em que harmoniosamente se entrelaçam a estrutura viária e as unidades residenciais de vizinhança. Todavia, a implantação do plano piloto não foi corretamente desenvolvida e nem se fez seguir de um adequado desdobramento de seus objetivos iniciais.

Os arquitetos de Brasília, cientes da importância fundamental da contribuição que têm prestado à cidade, julgam que é chegado o momento de reavaliar o conteúdo dessa experiência. Assim o fazem com a consciência de não poderem abdicar de suas responsabilidades, expressas tanto na defesa da estrutura básica de um plano que é patrimônio da cultura brasileira, como num compromisso ético com a comunidade que na cidade espera encontrar a satisfação de suas aspirações e necessidades de vida e trabalho.

Em Brasília, ainda que com características bem menos graves do que nas demais grandes cidades brasileiras, todo um conjunto de problemas vem paulatinamente crescendo em grandeza e complexidade. Podem ser citados, entre muitos outros, alguns exemplos expressivos. Um deles é representado pelo conjunto de problemas relativos à segurança de tráfego e facilidade de circulação e estacionamento em áreas como a Via W-3 Sul e o **Setor Comercial Sul**. Um outro diria respeito ao modo de ocupação e utilização do território físico do Distrito Federal, as cidades satélites, bem como outros núcleos menores, foram implantados sem a utilização de qualquer critério orgânico, do que resultaram graves prejuízos para o funcionamento do complexo interurbano. Para citar apenas um exemplo, destaca-se a deseconomia do sistema de transportes coletivos implantado na cidade, de que decorre o sacrifício da população estrangida a fazer longas e desnecessárias viagens quotidianas entre os locais de trabalho e de residência. Os mais graves e específicos problemas decorrem direta ou indiretamente tanto da acelerada e desordenada ocupação da cidade quanto do intenso ritmo de crescimento da economia do país. A superação desta problemática só poderá ser encaminhada a partir da efetiva implantação, pelo governo local, de um processo integrado de planejamento urbano e regional. É o que já está se fazendo em várias cidades, do que decorre toda uma série de medidas e ações, capazes de informar o estabelecimento de uma política nacional de urbanização.

Os arquitetos sabem que as dificuldades de implantação de um processo local de planejamento urbano, na medida em que refletem um contexto nacional, não são exclusivas de Brasília. O que propõem e reivindicam, todavia, é a retomada do papel de liderança e inovação assumido por Brasília no início da implantação do plano piloto de Lúcio Costa.

Se, por um lado, somos obrigados a aceitar as transformações impostas pelo próprio processo de crescimento da cidade, cumprimos, por outro lado, o dever de lutar pelo controle e o encaminhamento correto das pressões que continuamente exigem atualização do plano de Brasília. A análise da presente situação evidencia que o impacto do plano piloto, concebido por seus idealizadores como elemento inicial, catalizador, de um movimento de interiorização e desenvolvimento regional, não se fez acompanhar pela recomendada e indispensável implantação de um mais amplo processo de planejamento. As sucessivas adaptações, modificações e acréscimos do plano não foram feitas do ponto de vista global, do que é do que será a cidade em toda o seu complexo de relações sociais, econômicas e físicas. Problemas que encaminhados integralmente, a partir de uma perspectiva de conjunto, na própria estrutura urbana do plano, encontrariam uma fácil solução, darão inevitavelmente lugar a um agravamento das presentes condições se solucionados improvisadamente de um modo isolado e imediatista.

O dilema está colocado e cabe aos arquitetos, administradores e demais planejadores urbanos conjunta e corajosamente enfrentá-lo. A sucessão de alterações de detalhes, mais ou menos importantes, irá desfigurar a estrutura urbana da cidade no que ela tem de melhor, com o consequente prejuízo da população residente que, privada das facilidades e benefícios atuais irá gradativamente enfrentar problemas cada vez mais graves e complexos.

O acelerado crescimento da cidade necessita ser devidamente canalizado para que Brasília e sua região possam se desenvolver harmoniosamente. Devem ser, portanto, tomadas medidas para que a inevitável industrialização do Distrito Federal não resulte no prejuízo do racional funcionamento da administração pública federal. É vital que o processo de industrialização, sem perda de seu vigor, se subordine ao imperativo da necessidade de equacionamento de uma política racional de utilização do solo. Não se trata pois de não industrializar, mas sim de balancear e fortalecer o processo de desenvolvimento, inserindo-o planejadamente no contexto geográfico maior de uma futura área metropolitana que, sem dúvida, englobará, entre outras, as vizinhas cidades de Anápolis e Goiânia.

A cidade pode e deve se transformar a médio ou longo prazo num centro multifuncional de primeira grandeza, sem que isto abale a sua função preclua de sede do poder administrativo federal. Para tanto o planejamento adequado da área exigirá mais do que a simples contratação de planos específicos, parciais ou setorializados, para a solução de problemas, como os de tráfego, habitação, proteção equilibrada do ambiente físico-natural ou do excesso de mão-de-obra não qualificada. Urge implantar, como solução mais duradoura, um organismo técnico de planejamento que, arrematando técnicos altamente qualificados das várias áreas profissionais do planejamento urbano e regional, possa selecionar, efetuar, contratar e dar continuidade aos planos e pesquisas considerados de maior relevância para o desenvolvimento harmonioso da região.

As instituições e organismos do complexo administrativo do Distrito Federal, relacionadas com o planejamento, não foram estruturadas de modo a poder abranger em sua ação todo o mosaico de relações, interesses e atividades que é necessária integrar e montar para o desenvolvimento ordenado e equilibrado de Brasília e sua área. São organismos dedicados apenas a pesquisas ou atividades referentes tão somente a um ou outro setor do campo do planejamento. Sua importância está em que podem contribuir para a implantação e realização de trabalhos complementares do futuro organismo central de planejamento. É importante salientar que um tal organismo deve estar administrativa e hierarquicamente localizado numa posição adequada e compatível tanto com a complexa natureza do seu campo de atuação como com a alta responsabilidade das decisões que terá de assumir.

Outra medida essencial é a instituição, paralela e complementar à do órgão executivo e técnico de planejamento, de um conselho de desenvolvimento urbano. O conselho seria o órgão encarregado de normalizar os procedimentos e objetivos do planejamento além de assessorar a administração do Distrito Federal, com o encaminhamento e depuração técnico das legítimas aspirações da comunidade. Para tanto sua composição deverá ser suficientemente ampla, contando com a participação de representantes das associações profissionais de outras forças vivas e atuantes da cidade, bem como de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, os arquitetos que elaboraram e orientaram a implantação do plano piloto na cidade.

Estamos certos de que a população, como também os setores responsáveis pela administração pública de Brasília, saberão julgar e acolher a oportunidade desta declaração, num momento em que sintomaticamente o próprio Governo Federal se prepara para institucionalizar o planejamento das áreas metropolitanas do país. Por que não nos adiantarmos e tentarmos equacionar modeladamente o desenvolvimento da futura área metropolitana, antes que nossa imprevidência comprometa um futuro já bem próximo?

Os arquitetos de Brasília, através do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de Brasília, por intermédio deste documento oficial do seu órgão de classe, teram assim pública sua posição em relação ao presente e futuro da cidade como também sua permanente disposição de estudar e acompanhar os problemas urbanos do Distrito Federal. Assim o fazem visando prestar um necessário, inadivél e relevante serviço à comunidade e, consequentemente, atender aos mais legítimos e dignos objetivos de sua atividade profissional.

Brasília, 18 de setembro de 1972.

Figura 3.26: Carta do IAB

Fonte: INSTITUTO de Arquitetos do Brasil. Os arquitetos e a experiência de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 1 out. de 1972. Edição nº 3945, p. 15. [Ocorrência 1234]

Em abril de 1974, o debate sobre alterar o plano-piloto parece que ganharia algum momento, motivado pelo crescimento da cidade e pelos problemas, principalmente relacionados ao trânsito, que se avolumavam. Em uma longa matéria sobre o déficit habitacional (em que se cogita a verticalização da cidade, como ocorre nos prédios da quadra 1 do SCS), o jornal traz a possibilidade de modificar o Plano Piloto.

(...) As necessidades criadas com o vertiginoso crescimento de Brasília, notadamente nos últimos 4 anos, decorrente da transferência de quase todos os órgãos da administração pública para a Capital da República, **vem determinando o que deixou de ser encarado como deturpação do Plano Piloto. Aquele traço primário de Lúcio Costa, que até aqui vinha representando uma camisa de força para as administrações anteriores, poderá ser atualizado** na gestão que se inicia hoje do Governador Elmo Serejo. O Governo do Coronel Hélio Prates da Silveira, deixou marcas da tentativa de atualização do Plano Piloto com algumas obras. Ao que se informa, Hélio Prates teria feito um apelo junto ao Engenheiro Israel Pinheiro, para os **estudos dos problemas relativos a intocabilidade do Plano Piloto**. Israel Pinheiro que se manifestava sempre apaixonado por Brasília, chegou a iniciar um estudo, mas a sua morte veio interromper a obra de atualização pretendida. (...)" (grifamos) (PIRES, 1974, p. 3. Ocorrência nº 3020)

O plano-piloto é criticado como uma “camisa de força” e como algo intocável. Chamamos atenção para o fato de que, mesmo quando partiu de uma perspectiva de crítica, o CB acabou operando, sistematicamente, para corroborar o discurso fundador e reforçar a ideia de um plano original que deveria ser seguido à risca e que estava, a cada momento, sob ameaça de se descaracterizar.

Em agosto do mesmo ano, 1974, foi realizado o Seminário de Problemas Urbanos de Brasília. Lucio Costa participou do evento no Painel nº 1 e, nele, defendeu a ideia de que o plano deveria ficar pronto primeiro (uma ideia ainda arraigada nos dias de hoje). Segundo uma matéria publicada sobre o Seminário:

(...) Lúcio Costa disse que não mais voltará a Brasília e insistiu que dois pontos precisam ser atacados para a conclusão do Plano Piloto. ‘Primeiro, a criação do centro da cidade’ no Setor Comercial Sul e a ‘moldura verde das quadras’. (...) Afirmando ter constatado a existência de duas correntes, uma entendendo que o Plano Piloto é intocável e outra, que deve ser reformulado de acordo com as necessidades, assinalou Lúcio Costa que, **primeiro o Plano Piloto deve ser concluído dentro das proposições originais e, só então, se pensar em reformulações**’. (grifamos) (LÚCIO, 1974, capa. Ocorrência nº 3474)

Perpétuo (2015) explica que o I Seminário de Problemas Urbanos foi realizado entre 2 e 5 de agosto de 1974, nas dependências do Senado Federal em Brasília. Foi composto de conferências e 3 Painéis de debates.

Conferências: 1. Considerações em torno do Plano-Piloto de Brasília; 2. Distrito Federal – o governo e a comunidade; 3. Humanização das Cidades; 4. A formação de recursos humanos para o planejamento urbano; 5. Brasília – uma realidade urbanística e administrativa do país. Painéis: 1. Brasília – confronto entre o planejamento urbano original e a realidade hoje: perspectivas para o futuro; 2. Brasília – institucionalização do planejamento urbano como processo e adequação do Plano-Piloto original à realizada em evolução; 3. Brasília – problemas sociais e econômicos da cidade no confronto com suas funções básicas. (PERPÉTUO, 2015, p. 26)

O autor observa como algumas das falas do Seminário, como a de abertura proferida pelo senador Cattete Pinheiro, denotam a visão que ainda se tinha de Brasília, enxergada como uma promessa de futuro, “(...) aparentando estar sempre no limiar de sua plena realização. Uma cidade lida como uma expectativa ainda por se consolidar, uma profecia que ainda não se realizara”. (PERPÉTUO, 2015, p. 94). A fala de Costa ratifica essa posição. Vê-se que, embora o plano-piloto não estivesse posto como intocado por seu autor, este defendeu que seria necessário concluí-lo para depois pensar nas alterações (postura que, ao transcrever a fala de Costa o jornal ajudou a propalar). Lembremos do capítulo 2, contudo, em que os próprios jornais indicam que, em 1974, o SCS estava bastante consolidado e passando por diversas queixas que envolviam a sua condição de centralidade já estabelecida. Portanto, falar em criar o centro no SCS nos parece negar a realidade e projetar um vir-a-ser de cidade, quando esta estava, inegavelmente, acontecendo ali.

Já em outubro de 1976, alavancado por problemas no trânsito no SCS, a pauta de atualizar o plano retorna. O jornal reportou que o Secretário de Saúde à época defendeu a revisão^[95] e a atualização do traçado original. No entanto, no caso do Setor, a matéria do jornal menciona que havia a preocupação de que, entre outras medidas, a destruição dos gramados para construir estacionamentos prejudicasse a qualidade do SCS.

Em novembro de 1976, o arquiteto João Filgueiras Lima, Lelé, também trouxe em uma entrevista o assunto da revisão do plano^[96]. O arquiteto avalia que o problema de estacionamento no SCS se deve, em parte, à escassez de vagas em subsolo e comenta que Niemeyer e Lucio Costa estiveram à disposição de seguidas administrações para fazer ajustes no plano sem deturpá-lo. Em 1982, em outra matéria (fig.3.27), o arquiteto Edgar Graeff, contemporâneo de Costa, teria afirmado:

‘O plano traçado para Brasília por Lúcio Costa **não é um plano rígido**, tanto que vem suportando uma série de modificações. (...)’. Além do **plano traçado para Brasília ter sido aberto**, o plano propunha ainda

95 MUYLAERT também defende revisão do plano da cidade. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 out. de 1976. Edição nº 5029, p. 8. [Ocorrência nº 5811]

96 ARQUITETO quer revisão nos planos de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 nov. de 1976. Edição nº 5056, p. 12. [Ocorrência nº 5877]



Figura 3.27: Graeff fala sobre mudanças no plano piloto
 Fonte: MUDANÇAS não atendem à população. Correio Braziliense, Brasília, 15 mar. de 1982. Edição nº 6969, p. 5. [Ocorrência nº 1616].

Graeff fala da ausência de estacionamentos, que é sentida principalmente nas superquadras e no SCS. E argumenta que as modificações que vêm sendo feitas favorecem, em regra, os carros, em detrimento de pedestres e ciclistas.

A entrada em cena dos arquitetos já estava sinalizada com a carta do IAB em 1972, mas, é interessante notar que eles - e o discurso especializado - entram no debate e se posicionam politicamente diante dos gestores e seus discursos.

O ano de 1985 é marcado também pela publicação do documento *Brasília 57-85*, que ganha espaço nos jornais por meio de uma matéria intitulada “Lúcio Costa faz a ‘Bíblia de Brasília’”^[97], em que se diz que “Urbanistas terão de rezar por uma espécie de ‘livro sagrado’ elaborado pelo criador da cidade. (...)” (LÚCIO..., 1985, p.19 [Ocorrência 4343]). Quanto ao título da matéria, destacamos a participação do jornal na construção de uma ideia de sacralidade do projeto original. Como a matéria noticia, o documento contém diversas recomendações, dentre elas, a necessidade de consolidação dos setores centrais do Plano Piloto (noção que já questionamos, no que tange ao SCS, quando tratamos do I Seminário de 1974).

A realização do documento, na reportagem, é atribuída a Lucio Costa, mas, embora tenha coordenado os trabalhos, o estudo foi executado por Maria Elisa Costa e Adeildo Viegas, conforme está indicado na publicação. A obra foi resultado de um

97 LÚCIO Costa faz a ‘Bíblia de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 20 jun. de 1985. Edição nº 8115, p. 19. [Ocorrência nº 4343]

convênio entre a SVO/DAU e a Diretoria Técnica da Terracap, órgão que a publicou. Após um extenso trabalho de reavaliação da capital, encabeçado pelo autor do plano-piloto, o documento se propunha a dar respostas para solucionar problemas identificados no Plano Piloto, porque se reconhecia que os critérios para promover intervenções não estavam consolidados em nenhum documento, e que, por isso, ficavam abertos a interpretações diversas. Assim, o *Brasília 57-85 (do plano-piloto ao Plano Piloto)* contemplou um exame de cada um dos setores e apresentou critérios para neles intervir, prevendo recomendações de complementação, usos, detalhamento, ações a serem realizadas, entre outros. A análise partiu do RPPB e das alterações empreendidas desde a implantação da cidade. Já na apresentação, os supervisores do trabalho consideram que “A maior dificuldade encontrada está, justamente, na busca do ponto de equilíbrio entre o que é essencial do plano piloto de autoria do Dr. Lucio Costa e, portanto, inalterável e as soluções que deve a Administração propor, no atendimento às aspirações e demanda da comunidade local. (...)” (COSTA, M. E; LIMA, 1985, p. 8). Às recomendações para o SCS, o estudo dedica menos de uma página:

SETOR COMERCIAL SUL - SC-S
Recomendações

Criar condições que estimulem o preenchimento dos vazios, considerando também:

1. USO
 - 1.1. Admitir qualquer uso não residencial, compatível com o centro urbano, exceto apart-hotel.
2. OCUPAÇÃO
 - 2.1. Manter gabaritos vigentes.
 - 2.2. Retirar as marquises que interligam os edifícios quando impedirem o acesso dos bombeiros.
3. PAISAGISMO
 - 3.1. Arborizar mais as praças e estacionamentos.
4. DETALHES
 - 4.1. Providenciar manutenção mais cuidada das praças.
 - 4.2. Reestudar projeto de bancos e demais equipamentos de mobiliário urbano.

Figura 3.28:
Recomendações para o SCS

Fonte: recortada do livro *Brasília 57-85: do plano-piloto ao Plano Piloto*, 1985, p. 75

Em 1987, outra questão ganha pauta no periódico: a elaboração, por Lucio Costa, do documento *Brasília Revisitada - complementação, Preservação, Adensamento e Expansão Urbana* e sua aprovação pelo Cauma^[98].

Como anexo ao Decreto nº 10.829/1987, que determinou a preservação do CUB em âmbito distrital, a pedido do então governador José Aparecido de Oliveira, Lucio Costa elaborou o documento conhecido como *Brasília Revisitada* (COSTA, L., 2007), no

98 O novo mapa de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 25 fev. de 1987. Edição nº 8723, p. 17. [Ocorrência nº 5477]

qual pode fazer suas avaliações acerca da evolução da cidade e de sua preservação. Com o intuito de proteger o registro original do projeto e a cidade implantada, Costa enfatizou a importância da preservação das características fundamentais da cidade com base na manutenção e na interação de suas quatro escalas urbanas.

Neste documento, a escala gregária, da qual faz parte o SCS, está assim definida: “prevista para centro da cidade (...) teve a intenção de criar um espaço urbano mais densamente utilizado e propício ao encontro” (COSTA, L., 2007, p. 73). Nele, encontramos a recomendação de “(...) não insistir na excessiva setorização de usos no centro urbano” (Id. Ibid, p. 89) e que para complementar e preservar as características desta escala é preciso “Reexaminar os projetos dos setores centrais, sobretudo os ainda pouco edificados, no sentido de propiciar a efetiva existência da escala gregária (...)” (Id. Ibid)

Neste ponto, consideramos pertinente chamar atenção de volta ao *Brasília 57-85*. Como se vê na figura 3.28, está contida a expressa recomendação de “Admitir qualquer uso não residencial, compatível com o centro urbano, exceto apart-hotel” (COSTA, M. E; LIMA, 1985, p. 75). Destacamos, contudo, que a mesma recomendação não foi incorporada ao *Brasília Revisitada*.

3.1.6

TOMBAMENTO

A temática do tombamento e a forma como se daria seu aparecimento nos jornais foi uma que também nos instigou *a priori*. A proposta de inserir habitações no SCS foi o ponto de partida deste trabalho. Recordemos, porém, que esta proposição foi primeiro trazida na esfera institucional no PPCUB de 2018, portanto, fora do horizonte dos jornais a que tivemos acesso (até 2014). Assim, não pudemos observar que tipo de repercussão foi veiculada na esteira dessa proposta.

De todo modo, nos interessou examinar como o jornal trabalhou a construção acerca do conceito sobre o que é o tombamento e de como ele opera, bem como observar os assuntos que surgiram em associação a esse assunto. No caso, nossa pesquisa está direcionada apenas ao SCS, portanto, apenas ocorrências que conjugam os dois assuntos (tombamento e SCS) foram investigadas nesta busca. Todavia, nos surpreenderam tanto a baixíssima quantidade de matérias localizadas nos jornais em que os temas aparecem conjugados, quanto os assuntos que mobilizaram o discurso de defesa patrimonial associados ao Setor.

Logo que o Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) aprovou por unanimidade o Decreto nº 10.829/1987, o assunto ganhou as páginas do jornal. O Decreto foi publicado em 14 de outubro de 1987; no dia seguinte, já no título de uma matéria longa se anunciava: “Brasília agora é patrimônio cultural” (BRASÍLIA...,

1987, p. 23. Ocorrência nº 5939) (fig. 3.29). A publicação do Decreto atendia à exigência da Unesco - de que houvesse legislação local de proteção - para inscrever a cidade na lista do patrimônio mundial (o que veio a acontecer em dezembro daquele ano).

Brasília agora é patrimônio cultural

O Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) aprovou ontem por unanimidade, em sessão ordinária, decreto assinado pelo governador José Aparecido fixando diretrizes para a preservação do Plano Piloto de Brasília. A medida atende exigência da Unesco para declarar a cidade patrimônio cultural da humanidade.

O novo diretor-executivo da Fundação Cultural, Marlos Nobre, viaja hoje para Paris onde apresentará a tradução francesa do decreto. A Unesco deverá analisar o processo de declaração de Brasília durante reunião ordinária na segunda semana de dezembro. O governador José Aparecido disse ontem que pretende acompanhar a votação do pedido encaminhado pelo Governo brasileiro.

POR ESCRITO

Os criadores de Brasília — Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e o paisagista Burle Max — encaminharam ao Cauma votos por escrito apoiando as diretrizes do decreto. Com ele, o GDF pretende preservar as características essenciais do Plano Piloto, manifestadas nas quatro escalas que orientam o traçado de Lúcio Costa: monumental (Esplanada dos Ministérios); residencial (quadras ao longo dos eixos); gregária (distribuição das ocupações) e bucólica (áreas verdes).

A área preservada pelo decreto é delimitada a leste pela orla do Lago Paranoá. A oeste pela Estrada Parque Industrial e Abastecimento. Ao sul, pelo córrego Vicente Pires e ao norte pelos córregos do Bananal e do Torto. As quatro coordenadas abrigam os eixos que estruturam o Plano Piloto (Eixo e Eixo Monumental).

ESPAÇO

De acordo com o decreto aprovado pelo Cauma, a preservação do Eixo Monumental se estenderá desde a Praça dos Três Poderes até a Praça do Buriti. Ele assegura a manutenção dos prédios dos palácios do Planalto, Itamarati e Justiça,



A área contornada é a que vai ser preservada

do STF, Congresso Nacional, Fogo Simbólico da Pátria, além dos canteiros centrais e dos setores culturais Norte e Sul.

O decreto determina também que a Esplanada só poderá ser utilizada como centro administrativo. Fixa que as superquadras deverão continuar com acesso único arborização e gabaritos de seis pavimentos (nas SQ 100, 200 e 300) e de três andares, nas 400. Os Lagos Sul e Norte abrigarão apenas casas, além de comércios locais e equipamentos comunitários.

Segundo o decreto, a expansão de Brasília deverá ser votada em lei especial a ser encaminhada ao Congresso Nacional. Ele prevê ainda que a ocupação e uso do solo no DF serão regulamentados pelo GDF, através de legislação. E assegura a preservação da Plataforma da Rodoviária, inclusive praças, projetada por Lúcio Costa.

DESTAQUE

O presidente do Instituto dos

Arquitetos do Brasil (IAB, seccional DF), Aleixo Furtado, apresentou voto com destaque, no qual aprovou as linhas gerais da preservação. Ele explicou, porém, que a entidade discorda de três pontos cristalizados no decreto: relação das áreas verdes edificadas (os arquitetos querem dispositivos mais rígidos); ortodoxia dos gabaritos das 700 e 400 — “poderão impedir o crescimento da cidade” — e inexistência de garantias de preservação, que poderá ser revogada através de novo decreto.

Aleixo Furtado disse ainda não saber que medidas serão regularizadas para a expansão de Brasília e pediu ao GDF que obtenha apoio do Governo Federal para garantir a preservação. O presidente do IAB/DF defendeu também a discussão de artigos do decreto pelo Cauma, cujas redações deixam dúvidas sobre a manutenção do projeto original de Lúcio Costa.

Figura 3.29: Brasília agora é patrimônio cultural

Fonte: BRASÍLIA agora é patrimônio cultural. **Correio**

Braziliense, Brasília, 15 out. de 1987. Edição nº 8951, p. 23. [Ocorrência 5939]

A reportagem trouxe ao público uma explicação quanto à aprovação do Decreto, que dizia fixar diretrizes para preservar o Plano Piloto de Brasília. Um desenho de parte da cidade mostra o contorno da área que seria preservada com o Decreto. Destaca-se no

texto que a medida recebeu a chancela dos “criadores de Brasília” - Lucio Costa, Oscar Niemeyer e Burle Marx -, reforçando a posição dos protagonistas da Capital como autoridades. A figura do órgão dos arquitetos (IAB) aparece, novamente, em posicionamento que defende a possibilidade de mudanças, mas que reforça a ideia de um projeto original de Lucio Costa que precisa ser preservado, solicitando, inclusive, auxílio da instância federal para isso. O texto contém uma tentativa de elucidar o que estaria preservado com o decreto e, também, uma explicação interessante sobre o tema: “o GDF pretende preservar as características essenciais manifestadas nas quatro escalas que orientam o traçado de Lúcio Costa: monumental (Esplanada dos Ministérios); residencial (quadras ao longo dos eixos); **gregária (distribuição das ocupações)** e bucólica (áreas verdes)” (grifamos). (BRASÍLIA..., 1987, p. 23. Ocorrência 5939.)

De 1987 até 1991, não foram localizadas reportagens em que o SCS aparece no mesmo contexto que a temática do tombamento. Considerando nossa lacuna temporal (1991-2001^[99]), foi somente a partir de 2002 que a defesa patrimonial voltada para o Setor Comercial começou a despontar. Nesse sentido, chama atenção que apenas dois assuntos tenham predominado associando a defesa do tombamento ao SCS: a poluição visual e a presença dos camelôs. Note-se também que as matérias sobre o tombamento adotavam, em regra, o tom de que o patrimônio estava sob constante ameaça, em decorrência desses dois itens.

Quanto ao primeiro assunto, as críticas acerca da quantidade e do tamanho de *outdoors* no Setor foi recorrente. Em novembro de 2002, foi publicado o Plano Diretor de Publicidade (PDP), por meio da Lei nº 3.035/2002, cujo objetivo era o de regular os engenhos publicitários na área tombada. O instrumento foi taxado de permissivo nos jornais e teve pouca efetividade^[100]. De 2002 a 2004, a acusação de que a poluição visual causada pelo excesso de *outdoors* e falta de regramento ameaçavam e contrariavam o tombamento foi o argumento central de todas as reportagens que trataram do assunto em referência ao Setor Comercial. Assim, a tônica de que as propagandas no SCS seriam agressões ao planejamento urbanístico de Brasília e ao tombamento da cidade foi sistematicamente reiterada^[101].

99 Tanto o tombamento em nível distrital quanto a inscrição na lista do patrimônio mundial apareceram nos periódicos. Porém, em nossa lacuna de tempo, mais especificamente em 8 de outubro de 1992, foi publicada a Portaria nº 314 - IBPC, atual IPHAN, que ficou amplamente conhecida como o instrumento a determinar a proteção do CUB em nível federal. É possível imaginar que a publicação da Portaria tenha ganhado alguma repercussão junto à mídia, no entanto, não temos como corroborar esta suposição. Lembremos, todavia, que a primeira Portaria federal de proteção do CUB foi a nº 4/1990 do IBPC (pouco depois substituída pela de nº 314/1992). Esta, contudo, sabemos, não ganhou repercussão nos jornais em associação ao SCS. Apesar da discussão ensejada por Perpétuo (2015) acerca das diferenças entre os dois instrumentos, podemos afirmar que elas guardam bastantes semelhanças entre si, sendo o texto da Portaria tão similar ao do Decreto que é possível supor que a repercussão da Portaria não tenha sido expressiva no CB ligada ao SCS.

100 Esta Lei nº 3.035, de 18 de julho de 2002, somente foi regulamentada com o Decreto nº 28.134, de 12 de julho de 2007. Nesse ínterim, o PDP não teve efetividade.

101 APELO à Justiça. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 jan. de 2002. Edição nº 23.01.2002, 1º cad., p. 14. [Ocorrência nº 16]; POLUIÇÃO visual. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 abr. de 2002. Edição nº 25.04.2002,

Já quanto ao segundo, os camelôs, temos um transbordamento da temática do tombamento com a que chamamos de “presenças incômodas”. Como já vimos, de 2002 a 2008, a proteção ao tombamento foi um dos principais argumentos trazidos nos jornais para embasar a retirada dos camelôs das áreas centrais.

A partir de 2004, verifica-se que o tombamento começa a aparecer em cruzamento com o ideário de revitalização. É o que se apresenta, por exemplo, na matéria intitulada “Jovem e decadente”^[102] :

“Aos 44 anos, Brasília, patrimônio histórico da humanidade, não esconde os sinais de abandono e envelhecimento precoce. (...) A revitalização de espaços públicos, como ocorreu no Pelourinho, em Salvador, e no Recife Antigo, é alternativa para recuperar áreas decadentes como o Conic, o Setor Comercial Sul e a W3 Sul. (...) Nesse ponto, Brasília esbarra na questão do tombamento. Como explica (...) Alfredo Gastal, **não é possível alterar o uso e os volumes das áreas construídas já existentes.** (...)” (FRÓES, 2004. p. 6. Ocorrências nº 1135 a 1137)

A longa matéria trata de Brasília, aos seus 44 anos, e não apenas do SCS. É curioso reparar que mesmo diante do sugestivo título “Jovem e decadente” e dos duros subtítulos “Nem o metrô salva” (para se referir à Galeria dos Estados) e “Vítima do tempo” (fig. 3.30), o jornal reconhece o SCS como um local de movimento e atração de pessoas: “No Setor Comercial Sul, o movimento constante de passantes dá a sensação de que tudo anda bem por ali.” Logo em seguida, ressalta-se a deficiente manutenção do local (calçadas deterioradas, sujeira etc.) e a existência de andares inteiros vazios, que, segundo a matéria, demandariam a revitalização. Chamamos constante atenção para a forma e os discursos presentes nos jornais, com o intuito de mostrar como se engendra a construção da imagem do SCS junto ao público do periódico, e para o fato de que, a despeito do discurso da decadência, o SCS nunca foi um local sem vitalidade.

A posição de defesa do projeto original é corroborada nas reportagens por argumentos de órgãos qualificados, como o IPHAN e o Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHG-DF). A exemplo do que trazem as matérias “Patrimônio ameaçado”^[103] e “Defesa de um projeto”^[104]. Na primeira se atribui ao então superintendente do IPHAN, Alfredo Gastal, a fala: “Brasília foi muito bem planejada e a solução para todos esses problemas está no plano. O projeto original previa estacionamentos subterrâneos

1º caderno, p. 2. [Ocorrência nº 116]; FEITOZA, Valéria. Área tombada desprotegida. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 jul. de 2002. Edição nº 11.07.2002. [Ocorrência nº 182]; JÚNIOR, Darse. Capital agredida. **Correio Braziliense**, Brasília, 01 nov. de 2004. Edição nº 01.11.2004, 1º cad., p. 1. [Ocorrência nº 1163]

102 FRÓES, Henrique. Jovem e decadente. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 set. de 2004. Edição nº 26.09.2004, revista D, p. 6. [Ocorrências nº 1135 a 1137]

103 MADER, Helena. Patrimônio ameaçado. **Correio Braziliense**, Brasília, 3 jul. de 2006. Edição nº 03.07.2006, 1º cad., p. 15. [Ocorrência nº 2045]

104 TAFFNER, Ricardo. Defesa de um projeto. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 set. de 2006. Edição nº 13.09.2006, 1º cad., p. 8. [Ocorrência nº 2164]

no Setor Comercial Sul, mas eles nunca foram construídos. (...)” (MADER, 2006, p. 15. [Ocorrência 2045]). Na segunda, relata-se que o IHG teria se reunido com os candidatos ao governo do DF e ao final do encontro, “(...) todos assinaram um documento a fim de se comprometerem em coibir alterações do projeto inicial (...)” (TAFFNER, 2006, p. 8. [Ocorrência nº 2164]). Em outros momentos, contudo, o jornal traz matérias de tom mais ponderado^[105], e algumas em que se fala com naturalidade acerca da flexibilização de usos no Plano Piloto:

(...) Para a administradora de Brasília, Ivelise Longhi, a flexibilidade é uma tendência natural, que não fere o pensamento original da cidade. (...) ‘Com o tempo, começou-se a perceber que não podia ser algo tão engessado e rígido. Não era bem esse o conceito que se pretendia com a setorização’, comenta. ‘O próprio Lucio Costa sabia que algumas atividades acabariam sendo mescladas.’ (AMORIM, Diego; RODRIGUES, Gizella. Siglas com um novo significado. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 jan. de 2009. Edição nº 18012009, 1º cad., p. 37. Ocorrência nº 3341)

É preciso reconhecer que a proteção do CUB, que seria assegurada pela preservação das características essenciais das quatro escalas urbanas da cidade (monumental, residencial, gregária e bucólica), não consiste em um assunto pacificado em si, assim como não o é a forma de operacionalizá-la. Trata-se, na verdade, de um assunto bastante controverso. Já alertamos que este não é um trabalho sobre preservação patrimonial, mas consideramos interessante observar a forma como o argumento foi mobilizado.

Destarte, reiteramos nossa percepção acerca da participação dos jornais em construir uma noção imprecisa acerca do que é o tombamento junto aos leitores e de como o periódico contribuiu para reafirmar a ideia de que há um plano original que espelharia exatamente a cidade materializada (o que, de fato, não aconteceu) e de que quaisquer intervenções o descaracterizariam. É preciso reconhecer, contudo, que o CB reverbera, em alguma medida, a visão institucional de preservação, legitimada pela fala de especialistas, que enxergam com recalcitrância as mudanças. Não queremos aqui deixar de reconhecer que há alterações que impactam negativamente, descaracterizam a essência do plano de Costa e são um risco à preservação do CUB. Certamente, há. Todavia, é preciso haver constante avaliação nesse sentido, discernindo alteração de ameaça. Há modificações (como as que ocorreram já no início, por exemplo) que são inerentes ao processo de ajuste e crescimento das cidades, como forma de responder a demandas que se apresentam em cada tempo. Nesse sentido, percebemos uma simplificação tanto no

105 A exemplo da ocorrência nº 812, 24102011, 1º caderno, p. 18, matéria intitulada “Em defesa do plano original”, Helena Mader. O arquiteto e professor Alberto Xavier, “(...) afirma que as características peculiares da cidade precisam ser defendidas. ‘É necessário manter os pilares do tombamento. Os diferenciais do Plano Piloto são o gabarito de seis andares, as superquadras com um único acesso para veículos, áreas verdes preservadas e os pilotis livres. Há uma pressão grande do setor imobiliário. Só a esses empresários interessa aumentar a densidade do Plano Piloto.’ (...)”

discurso autorizado institucional quanto nos jornais, em que se lança mão do argumento da proteção patrimonial como uma carta-trunfo, um argumento de autoridade, capaz de deslegitimar quaisquer outros, e que opera, em última instância, como uma forma de manter o *status quo* e a centralidade excludente em que se converteu o Plano Piloto.

De 2010 a 2014, o tema do tombamento no que diz respeito ao SCS praticamente não apareceu nos jornais.



Figura 3.30: Espaços considerados decadentes no SCS

Fonte: FRÓES, Henrique. Jovem e decadente. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 set. de 2004. Edição nº 26.09.2004, revista D, p. 6. [Ocorrências nº 1135 a 1137]

REVITALIZAÇÃO

Por fim, a última temática que destacamos dos jornais é a da revitalização do SCS. Notamos que todos os recortes trabalhados até aqui estão ligados aos projetos de revitalização. Como apontamos no início do capítulo, isso nos indica que os problemas identificados no SCS consistem, de fato, em questões históricas. Após tratar do assunto de revitalização sob a ótica dos jornais, nos encaminharemos para a parte final do capítulo, qual seja, a análise dos projetos de revitalização que logramos obter junto à SEDUH. Desde já fazemos um importante alerta: embora a questão da revitalização tenha ocupado espaço no periódico, apenas um projeto de revitalização foi objeto de seguidas matérias, o de 2003-2006^[106], contudo, não tivemos acesso a ele junto à Secretaria. Dado que não dispomos do projeto oficial, ele não figurará na segunda parte deste capítulo^[107].

De todo modo, começamos por uma constatação que julgamos interessante ao observar o aparecimento dessa temática nos jornais. No que tange ao SCS, o assunto revitalização foi mais recorrente nas matérias do que revisão do plano ou tombamento. Embora o termo “revitalização” venha sendo usado desde a década de 1960, foi a partir dos anos 1980 que a pauta começou a ganhar corpo no Brasil. No caso dos exemplares de jornal de que dispomos, ocorrências contendo o termo revitalização não foram localizadas até 1991. Depois, multiplicaram-se de 2003 a 2010^[108], tornando a desaparecer de 2011 em diante. No período em que se avolumaram, foi interessante notar, sobretudo, o padrão das matérias. O termo começou a ser utilizado mais amiúde pelo CB, inclusive, de forma equivocada, no que poderia ser visto como uma estratégia para agregar valor, deixando implícito que se tratavam de ações ou propostas para auxiliar na dinamização ou promover manutenção e reparos no Setor. Foi o caso, por exemplo, de ações para

106 Entre os anos de 2003 e 2006, localizamos algumas reportagens que trouxeram o assunto de projetos de revitalização para o SCS. Porém, trata-se de suposição nossa que estejamos diante de apenas um único projeto (e não de dois ou três). Há elementos nas reportagens (e fora delas, como o fato de que o período está compreendido no espectro de tempo de um único governador distrital, Joaquim Roriz, 1999-2006) que dão lastro à nossa suposição; há outros, contudo, que nos fazem ponderar a possibilidade de que tenha havido mais de um projeto para o SCS nesses anos (como a mudança da chefia da Secretaria de Estado, que, em 2003, era ocupada por Ivelise Longhi e, de 2004 a 2006, por Diana Motta, e a falta de menção nos jornais de que se tratava de uma continuação da mesma iniciativa). Todavia, aqui, estamos assumindo que seja um projeto de revitalização, desenvolvido entre os anos de 2003 a 2006, e nos referiremos a ele como tal.

107 É possível imaginar que na lacuna temporal do jornal (1991-2001) possam ter aparecido reportagens sobre o Projeto de 1997. Porém, diante da ausência desses exemplares, não dispomos de material para examinar o espaço e a forma que essa iniciativa teria recebido naquela mídia na década de 1990. Aliás, dos cinco projetos de revitalização que nos dedicamos a estudar na segunda parte do capítulo, apenas um deles estaria contemplado no intervalo de tempo dos jornais a que tivemos acesso: o de 2009. E, embora este seja um projeto de monta na esfera governamental, não identificamos matérias dedicadas a ele no CB. Curiosamente, o único projeto que ganhou relevância nos jornais foi justamente um que não tivemos acesso.

108 Acreditamos ser possível que o assunto tenha estado presente nos exemplares situados em nossa lacuna temporal (1991-2001), todavia, não podemos corroborar essa suposição. Desse modo, firmamos o ano de 2003 como início da utilização do termo para se referir a iniciativas no SCS, porque nele localizamos a primeira ocorrência. Contudo, foi surpreendente reparar que até janeiro de 1991 não tenha havido ocorrências contendo o termo.

executar reparos em calçadas, que foram curiosamente chamadas em uma reportagem de revitalização das calçadas.

Segundo Simões Jr. (1994), a partir dos anos 1980, as discussões acerca de políticas de revitalização de áreas urbanas centrais começaram a ganhar vigor, não só no Brasil, mas também internacionalmente. Numa tentativa de conferir maior precisão aos termos utilizados, a Carta de Lisboa (1995) buscou definir técnicas variadas associadas à chamada reabilitação urbana, categorizadas em: renovação^[109]; reabilitação^[110]; requalificação^[111]; revitalização. Na Carta, a revitalização é definida como a técnica que: “Engloba operações destinadas a relançar a vida económica e social de uma parte da cidade em decadência”. Esta noção, próxima da reabilitação urbana, aplica-se a todas as zonas da cidade sem ou com identidade e características marcadas” (LISBOA, 1995).

A distinção entre os termos dada pela Carta não traz clareza acerca do escopo de atuação em si. A visão que mais se aproxima da que pudemos identificar nos projetos de revitalização para o SCS é aquela trazida por Paulo Peixoto: “[revitalização pode ser entendido como sinônimo] para uma realidade que procura conjugar a reabilitação física, arquitectónica e urbana dos centros históricos com a revalorização das actividades, sobretudo económicas e culturais, que aí se desenvolvem. (...)” (2009, p. 46). Sabemos que se trata de uma nomenclatura polêmica, uma vez que, como aponta, por exemplo, Sotratti (2015), revitalizar tem como subtexto a exclusão de grupos ou de usos menos desejados ou indesejados que anteriormente ocupavam as áreas objeto de revitalização. No caso dos projetos em exame, essa faceta não deixa de estar presente. De todo modo, “revitalização” é o termo mais frequentemente adotado pelo governo nos sucessivos projetos para o SCS, razão pela qual o manteremos aqui para nos referir a eles.

Segundo o que fora noticiado, a primeira iniciativa ampla de promover reparos no SCS ocorreu em 1988, fruto de uma ação conjunta entre SVO, Novacap, SSP, Detran, Ceb e SLU^[112], em que se realizariam a limpeza total da área e a reformulação dos estacionamento, entre outros. Nesta época, cogitava-se a construção de um edifício-garagem e a interdição de algumas passagens criando calçadas, mediante consulta à

109 Renovação Urbana: Acção que implica a demolição das estruturas morfológicas e tipológicas existentes numa área urbana degradada e a sua conseqüente substituição por um novo padrão urbano, com novas edificações (construídas seguindo tipologias arquitectónicas contemporâneas), atribuindo uma nova estrutura funcional a essa área. Hoje estas estratégias desenvolvem-se sobre tecidos urbanos degradados aos quais não se reconhece valor como património arquitectónico ou conjunto urbano a preservar. (LISBOA, 1995)

110 Reabilitação Urbana: É uma estratégia de gestão urbana que procura requalificar a cidade existente através de intervenções múltiplas destinadas a valorizar as potencialidades sociais, económicas e funcionais a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes; isso exige o melhoramento das condições físicas do parque construído pela sua reabilitação e instalação de equipamentos, infra-estruturas, espaços públicos, mantendo a identidade e as características da área da cidade a que dizem respeito. (LISBOA, 1995)

111 Requalificação Urbana: Aplica-se sobretudo a locais funcionais da “habitação”; tratam-se de operações destinadas a tornar a dar uma actividade adaptada a esse local e no contexto actual. (LISBOA, 1995)

112 DUBEUX, Ana. Reforma do SCS começa esta semana. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 fev. de 1988. Edição nº 9083, p. 34. [Ocorrência nº 6191]

comunidade. Em 1990, outras obras de melhoria estética e recuperação de calçadas e áreas de estacionamento das quadras 4 a 6 foi anunciada^[113]. Em 1991, uma das matérias reportou que o GDF elegera como prioritária a modernização do Setor Comercial Sul e que pretendia torná-lo um local atraente, com atividades de lazer^[114]. Na ocasião, o jornal citou fala atribuída ao então secretário de Desenvolvimento Urbano, Newton Castro, de que em quatro anos, o local estaria “de cara nova”. Uma das ideias trazidas por ele foi a de transformar a antiga área da Bibabô (SCS-B quadra 9) em edifício-garagem; outra, a de que o SCS pudesse comportar um cinema ou um teatro.

Em 2003^[115], o jornal anunciou que um projeto coordenado pela SEDUH estava em andamento, com a previsão de restaurar o Setor até o primeiro semestre de 2004 (fig. 3.31). Nele, estariam previstos, entre outros: implantação de estacionamento rotativo; nova iluminação (a iluminação das cinco ruas de serviço foi efetivada somente em dezembro de 2005^[116]); transferência dos ambulantes para o Shopping Popular; aumento do efetivo de policiamento e segurança. Nesse momento, já se utilizava amplamente o discurso do esvaziamento do Setor após as 18 horas e da transformação da ocupação noturna do local, quando, segundo a reportagem, os executivos dariam lugar a “prostitutas e sem-teto”. A sugestão trazida pelos empresários na matéria seria a de colocar em vigor o Projeto Rua 24 Horas, visando a transformar a área em um centro de negócios e lazer. É interessante reparar que o SCS continuava sendo descrito como o “coração”, o centro, da cidade, condição que, de fato, parece nunca ter perdido, apesar da retórica da decadência.

Embora a proposta da Rua 24 horas (trazida também no Projeto de 1997) nunca tenha ido adiante, verifica-se que o viés das iniciativas culturais como meio para alavancar o processo de revitalização do Setor passa a fazer parte do discurso de iniciativas pontuais trazidas pelos jornais, como o de realização da festa Makossa, na Galeria dos Estados. No entanto, como já vimos, a vocação cultural e a realização de eventos sempre estiveram presentes na trajetória do SCS, e elas foram, frequentemente, retratadas como bem-vindas e desejáveis.

Em 2004, a ideia de empreender a revitalização do SCS, o “centro econômico de Brasília”^[117], volta à cena. Em conjunto com a iniciativa privada, o CB noticiou que a mudança começaria pelas quadras 4 e 5. Depois, passaria às quadras 1 e 3. A ECT sinalizou seu comprometimento dando início às obras de reforma de seu edifício na quadra

113 SETOR Comercial Sul em obras. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 nov. de 1990. Edição nº 10075, capa. [Ocorrência nº 463]

114 CRUZ, Carmen. Governo quer novas atividades no SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 jan. de 1991. Edição nº 10117, capa caderno cidade. [Ocorrência nº 521]

115 GOULART, Guilherme. Sangue novo para o coração da cidade. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 maio de 2003. Edição 23.05.2003, 1º caderno, p. 24. [Ocorrência nº 525]

116 CARABALLO, Carolina. Becos do SCS ganham iluminação especial. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 dez. de 2005. Edição 08.12.2005, 1º caderno, p. 38. [Ocorrência nº 1670]

117 BRANDIM, Cecília. Revitalização: Água, sabão e sal grosso para o SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 dez. de 2004. Edição 19.12.2004, 1º caderno, p. 38. [Ocorrência nº 1245]

4, para abrigar, em seus 7 andares, o Museu dos Correios, um novo e moderno centro cultural. Nesta mesma matéria, a autora menciona que os primeiros projetos de revitalização foram elaborados em 1997, no governo Cristovam e que a mudança do governo teria feito com que a iniciativa esfriasse.

VIDA URBANA

Empresários e frequentadores reclamam do abandono do **Setor Comercial Sul**. Governo do Distrito Federal promete investir R\$ 75 milhões até o primeiro semestre do próximo ano para restaurar o lugar

Sangue novo para o coração da cidade

GUILHERME GOULART
DAQUIPE DO CORREIO

De termos e gravata escuros, o historiador João Rollemberg, 22 anos, penava sob o sol do meio-dia. Impaciente por não encontrar um lugar para estacionar, ele deixou o carro em fila dupla à espera de uma vaga. Do lado de fora do automóvel há 20 minutos, João olhava para todos os lados preocupado com uma possível multa. "Fazer o quê, né? Não tem lugar para estacionar", reclamou.

A perda de tempo no Setor Comercial Sul (SCS), considerado o centro de Brasília, tornou-se um câmbio para o historiador. Sempre que precisa resolver algum problema na região, a dor de cabeça é certa. E o pior: a dificuldade enfrentada por ele é mesmíssima das mais de 60 mil pessoas que transitam pelo SCS diariamente.

Além do problema do estacionamento, que força os motoristas a cometerem infrações de trânsito, a lista de reclamações dos usuários do local é grande. Se fosse um coração, o centro da capital do Brasil estaria na iminência de sofrer um infarto. Falta de segurança e de iluminação à noite, concentração de ambulantes, sujeira e abandono estão no discurso de cada pessoa que passa pelo SCS.

"São 50 mil metros quadrados de muito problema", relata um policial militar, responsável pela fiscalização e segurança na área. Em menos de 40 minutos, o soldado aplicou uma multa por estacionamento proibido e advertiu verbalmente cerca de dez motoristas que cometiam irregularidades. Tudo por causa da falta de vagas nos estacionamentos.

O excesso de reclamações fez com que o prefeito do SCS, Fernando Raposo, pedisse providências ao Governo do Distrito Federal. Em reunião na última terça-feira, Raposo saiu de um encontro com cinco secretários do DF e o administrador de Brasília, Clayton Aguiar, com a promessa de concretização do projeto de revitalização do setor — uma reindicação antiga de em-

presários e usuários do local. A previsão é de que até o primeiro semestre do próximo ano R\$ 75 milhões sejam investidos no SCS. O projeto, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh), prevê a implantação de estacionamento rotativo, instalação de postes de iluminação, transferência dos ambulantes e aumento do efetivo de segurança (*leia quadro ao lado*). "Vamos intensificar as ações para que o início do processo seja dado ainda neste semestre", disse a secretária Ivilise Longhi, da Seduh.

Perigo
Para quem anda pelo SCS, a revitalização chega em boa hora. Até os vendedores do comércio irregular — aproximadamente 3 mil — concordam com a iniciativa. Há 12 anos no SCS, o ambulante Raimundo Dourado Botelho, 40, conta que o estado de abandono do setor atrapalha as vendas. Para ele, a transferência para o Projeto Shopping Popular, que será instalado no lado da Rua Novorriária, pode melhorar o comércio. "Aceleramos sair daqui se for para um lugar melhor, com estacionamento bom. Nas condições atuais, até o lucro é pequeno".

O dono do Restaurante Coisas da Terra, Udilseton Pinho Lopes, trabalha no local há pouco mais de dez anos. "Ele nunca foi bem cuidado, mas agora encontra-se na pior situação", avisa. Segundo o comerciante, a sujeira e a falta de segurança contribuem para amedrontar a freguesia. "Já ouvi clientes comentarem que deixam de comer no meu restaurante por causa da localização", lamentou. Depois das 18h, o local se transforma. Executivos apressados e o trânsito caótico perdem lugar para prostitutas e sem-teto. "Após escurecer, procuro estar longe. Aqui é muito perigoso, pois há pouca iluminação e expõe o tráfico de drogas", afirmou a secretária Cristiane Pereira, 22. Para resolver o problema, os empresários do setor querem colocar em vigor o Projeto Rua 24 Horas, transformando a área em centro de negócios e lazer.



SUJEIRA, EXCESSO DE AMBULANTES E FALTA DE ESTACIONAMENTO SÃO ALGUMAS DAS RECLAMAÇÕES DAS PESSOAS QUE CIRCULAM PELAS RUAS DO SETOR COMERCIAL SUL

AS PRIORIDADES

Está previsto um investimento de R\$ 75 milhões para a implantação do projeto de revitalização do Setor Comercial Sul

Implantação do Projeto ReLuz

● A Companhia Elétrica de Brasília (CEB) começa a instalar em 15 dias 150 novos postes de iluminação pública no SCS. As lâmpadas de mercúrio serão substituídas por sódio, consideradas mais claras.

Shopping Popular

● Os cerca de 3 mil ambulantes do SCS deverão ser transferidos para um local

que será chamado de Shopping Popular. A área de 20 mil metros quadrados já foi repassada da União para o GDF e vai abrigar 1,8 mil bancas. A previsão é de que o programa fique pronto no segundo semestre de 2004.

Estacionamento rotativo

● A empresa Direcional Engenharia venceu a licitação para a implantação do estacionamento rotativo.

Carros estacionados no SCS deverão pagar mensalidades ou diárias para permanecer no local. O novo sistema está previsto para ser colocado em prática em julho de 2003.

Segurança

● A partir de segunda-feira, a área receberá reforço policial. Dois carros da Polícia Militar farão ronda no setor e reforçarão o trabalho de outros 33 que já atuam no local.

Projeto Rua 24 Horas

● O programa, baseado em estudo da Universidade de Brasília (UnB), pretende transformar o SCS num centro de negócios e lazer. A ideia é conseguir parcerias com empresários do lugar para limpar a área e viabilizar a instalação de bares e cafés de happy hour. A previsão é de que o projeto seja implantado no segundo semestre de 2004.

O RAI-O-X

60 mil	peçoas passam diariamente pelo local de 50 mil metros quadrados
65	condomínios
2.736	empresas
19	bancos
3,3	mil salas comerciais
35	restaurantes
13	bares
13	lanchonetes
2 mil	vagas de estacionamento

Policiamento será reforçado à noite

Apesar da má fama do Setor Comercial Sul ao cair do sol, a insegurança noturna não se reflete em estatísticas. Entre 70% e 80% das ocorrências policiais são registradas durante o dia. A maioria delas é referente a furto, roubo e estelionato. "O que acontece é que à noite as vítimas são muitas vezes travestis, que ficam com vergonha de ir à delegacia", explicou o major Sobrinho, comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar (Asa Sul).

Ainda assim, nos últimos meses, os índices de criminalidade no local estão em queda. Em fevereiro, foram registrados 95 cri-

mes. No mês seguinte, este número caiu para 80. No SCS, existe um posto da Polícia Militar, onde 33 homens fazem a fiscalização da área de 50 mil metros quadrados. A partir de segunda-feira, as rondas ostensivas na área ganharão o reforço de dois carros à noite. O aumento da segurança faz parte do processo de revitalização do Setor Comercial Sul.

Nos próximos 15 dias, a Companhia Elétrica de Brasília (CEB) começa também a instalar 150 novos postes de iluminação pública na área. As lâmpadas de mercúrio serão substituídas por sódio, consideradas mais claras.

Figura 3.31: Projeto de revitalização (2003-2006)

Fonte: GOULART, Guilherme. Sangue novo para o coração da cidade. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 maio de 2003. Edição 23.05.2003, 1º caderno, p. 24. [Ocorrência nº 525]

Em uma continuação do ano de 2004, em 2005, o assunto da revitalização retorna com vigor. Em uma longa matéria de duas páginas intitulada "Por onde o povo passa"^[118],

118 PAIXÃO, Ana Helena. Por onde o povo passa. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 fev. de 2005. Edição 06.02.2005, 1º caderno, p. 22-23. [Ocorrências nº 1325/1326]

a reportagem fala que o momento de desvalorização imobiliária do SCS levou alguns agentes a perceberem a oportunidade de investir. Citam-se alguns atores e iniciativas que movimentam o SCS. Dentre eles, duas instituições de ensino, a Faculdade Brasília e o Uniceub^[119]; a ação de limpeza e renovação da pracinha entre os prédios do Lelé; o bar Poema, como ponto de atração cultural; o Museu dos Correios; as livrarias Leitura, no térreo do Morro Vermelho, e Paulus, no Edifício Central. Diz também que o governo local decidiu aliar-se a investidores privados para revitalizar o SCS e que a coordenação do trabalho de revitalização está a cargo da secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Diana Motta. A mesma reportagem traz também um pouco da história do Setor.

(...) Se a transferência do poder político está contada na Esplanada dos Ministérios, o Setor Comercial Sul revela a mudança de empresários e comerciantes para Brasília - nos primeiros anos da cidade, quem era (ou queria aparentar ser) chique instalava-se comercialmente no SCS. (...) Recuperar a história do Setor Comercial Sul foi o desafio abraçado, em novembro, por um grupo de trabalho formado por empresários, acadêmicos e representantes dos governos local e federal. (...) a idéia é fazer do local o centro histórico de Brasília. (...). (PAIXÃO, 2005, p. 22-23. [Ocorrências nº 1325/1326])

Na segunda página da reportagem citada (fig. 3.32), temos a vocação cultural do SCS sendo destacada com entusiasmo pelo jornal.

Ainda em 2005, o projeto de revitalização 2003-2006 ganha mais espaço na mídia. E outras matérias, com os sugestivos títulos de “Promessa de vida nova ao SCS”^[120] e “Cara nova para o centro de Brasília”^[121] (fig. 3.33) propalam com animação as mudanças que, diz-se, resolverão os problemas do Setor e mais ações que comporiam o projeto: criar três estacionamentos em subsolo (dois na lateral voltada para o Hospital de Base e um no SRTVS, virado para o Pátio Brasil); melhorar as praças; criar a passagem subterrânea para pedestres, ligando a parte A do SCS com o shopping Pátio Brasil e o edifício-garagem; duplicar a via entre SCS-B e SRTVS (o que foi efetivado em 2005).

Para tentar realizar o Projeto de Revitalização de 2003-2006, o CB noticiou que a SEDUH entrou em negociações com o Banco Mundial (Bird). Ficou previsto que o projeto seria licitado em abril de 2005 e que as obras deveriam ter início em junho. A mudança, anunciava-se, propunha-se a privilegiar os pedestres e envolveria também: alteração na geometria das vias, paisagismo, abertura de acesso direto de carros entre SCS-SHS, novos estacionamentos e urbanização de pontos tidos como semi-abando-

119 Recordemos que a atividade de ensino não é permitida no SCS, segundo o art. 25, do Decreto “N”. Contudo, não se verificaram queixas nos jornais acerca do funcionamento dessas instituições no local, e de um possível desvirtuamento de usos.

120 JÚNIOR, Darse. Promessa de vida nova ao SCS. *Correio Braziliense*, Brasília, 18 fev. de 2005. Edição 18.02.2005, 1º caderno, p. 29. [Ocorrência nº 1338]

121 PAIXÃO, Ana Helena. Cara nova para o centro de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 11 abr. de 2005. Edição 11.04.2005, 1º caderno, p. 21. [Ocorrência nº 1388]

nados. Estaria prevista também a implantação de vias expressas para pedestres, cortando o SCS de leste (desde o Eixo Rodoviário) a oeste (até as imediações do Parque da Cidade), devidamente sinalizadas, com pisos e iluminação diferenciados, mobiliário urbano, arborização e tratamento dos desníveis com escadarias com corrimãos e rampas de acesso.

Em fevereiro de 2006, outra matéria^[122] menciona que SEDUH havia aprovado o Plano de Revitalização do SCS, que incluía a previsão de quase 2 mil vagas em subsolo. No fim de 2005, o jornal noticia que o consórcio Reis e Topocart^[123] havia vencido a licitação realizada pela Novacap para efetivar as obras no SCS. Os ganhadores teriam 190 dias para apresentar a nova cara do SCS, e a previsão de início das obras estava estabelecida para 2006.

As vagas subterrâneas, como outras iniciativas, não saíram do papel, e os porquês não foram objeto de reportagens. Lembremos, todavia, que de janeiro de 1999 a fevereiro de 2006, tivemos no DF o governo de Joaquim Roriz, que renunciou em favor de sua vice, Maria de Lourdes Abadia (março a dezembro de 2006). É possível supor que a mudança de gestão, para o governo de José Roberto Arruda (2007-2010), tenha causado o engavetamento desse projeto como iniciativa ampla.

Em 2008, o periódico trouxe, novamente, a proposta de tornar o SCS mais acessível a pessoas com deficiência, promovendo construção e reparo de calçadas, de rampas e corrimãos (possivelmente, ainda na esteira do que previra o Projeto de 2003-2006). Ao que indicam a realidade hoje materializada no Setor, em dado momento, esta foi uma das propostas que logrou algum êxito, e melhorias para garantir a acessibilidade universal, como rampas e sinalização tátil de piso, foram executadas no local. O Programa de 2009, reiteramos, não foi noticiado no CB.

De 2010 a 2014, o tema da revitalização do SCS quase não surgiu nos jornais. A primeira matéria a retomar o assunto, em abril de 2010^[124], comentava a decadência do Setor e dizia que a revitalização ainda estava distante. Reiteraram-se várias das críticas que, por anos, persistiram no periódico quanto ao SCS: decadência urbana; prédios e praças sem adequada manutenção; pichações; sujeira; trânsito; carência de estacionamento; flanelinhas; pessoas em situação de rua; menores infratores; usuários de drogas; (à noite) tráfico; prostituição; furtos. Citou-se que, das promessas de revitalização, apenas duas obras estavam em andamento: renovação de calçadas e plantio de plantas nas praças.

A revitalização do SCS entrou mais uma vez em pauta por ocasião das eleições para o governo do DF. Nas propostas de campanha de Agnelo (que foi o governador eleito), constava a ideia de revitalizar o SCS sob o argumento de torná-lo atrativo ao

122 GOULART, Guilherme. Não há mais vagas. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 fev. de 2006. Edição 06.02.2006, 1º caderno, p. 13. [Ocorrência nº 1801]

123 CB. Ocorrência nº 1818, edição 17.02.2006, 1º caderno, p. 30, curtinha “SCS R\$ 600 mil”.

124 PULJIZ, Mara. Revitalização ainda é projeto distante. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 abr. de 2010. Edição 3042010, 1º caderno, p. 29. [Ocorrência nº 120]

turismo. Por fim, uma das últimas ocorrências nos jornais em que a temática da revitalização apareceu foi em uma matéria sobre o PPCUB, datada de março de 2014^[125]. Nela, comentava-se que o PPCUB, que, relata o jornal, estaria em estudo desde pelo menos dezembro de 2007, consistia em um projeto polêmico para disciplinar a ocupação no Plano Piloto, e que haveria manifestação em frente a, à época, Sedhab (atual SEDUH).

SCS REVITALIZAÇÃO

UM NOVO PÓLO DE CULTURA



BAR POEMA: POINT OF JAZZ

A decadência do Setor Comercial Sul, que decretou a faléncia de alguns, e oportunidade de bons negócios para outros. A recessão provocada pela falta de estacionamentos e péssimas condições da infra-estrutura urbana resultou em prédios vazios e desvalorização imobiliária. Situação ideal para quem se dispõe a comprar imóveis, reformá-los e investir em novos segmentos.

Dois instituições de ensino superior perceberam que também poderiam se beneficiar da proximidade do SCS com a Rodoviária do Plano Piloto, a V3 Sul e o metrô. A Faculdade Brasília comprou e reformou, no ano passado, um prédio de seis andares para acomodar 600 alunos de cursos noturnos. Os empreendedores não foram localizados para comentar os investimentos. Mas, segundo outros empresários, as reformas em dois prédios vizinhos ao já ocupado pela faculdade comprovam a expansão dos negócios em 2005.

No outro extremo da rua, o Uniceub comprou o Edifício União. Desde maio, em três andares do prédio de 14 pavimentos, funcionam a Clínica de Psicologia, o Núcleo de Práticas Jurídicas e quatro empresas incubadoras de negócios. Três mil estudantes frequentam o local diariamente. O restante do quicifício passa por reformas e acomodará clínicas de psicoterapia, enfermagem, e empresas juniores, que prestarão consultorias financeiras. A entidade não informou quanto investiu na compra e adequação do prédio.

O vazio dos universitários evidenciou uma revolução silenciosa no SCS. Moradores de rua, prostitutas e travestis que transitavam pelo local se afastaram. A tranquilidade levou o frequentador comum a se apropriar de praças e jardins já recuperados pela iniciativa privada e aumentou a oferta de restaurantes nas imediações. No horário de almoço, trabalhadores e casais de namorados se acomodam nos bancos do jardim entre os edifícios Marro Vermelho e Camargo Corrêa, na Quadra 1. As fachadas dos dois prédios foram reformadas. Os jardins receberam projeto paisagístico e são mantidos imperecíveis por uma multinacional especializada em patrimônios.

O bucolismo do lugar e a presença do Banco Itau, do maior escritório de advocacia do país, o Pinheiro Neto, e da sede da empresa francesa Dassault, fabricante dos aviões Mirage 3, fizeram com que a área fosse reabilitada. Hoje, o espaço é chamado de *Boulevard Center*.

Poema urbano
O empresário e jornalista Fernando Barros acredita que a área será um novo pólo cultural de Brasília. "No térreo do Marro Vermelho, temos a livraria Lettura. Ao lado, o Edifício Alvorada, do Ministério da Fazenda. Estão montando uma cinemateca", detalha Barros. "O Sesc comprou o Presidente Dutra, do outro lado da pista, e pretende fazer ali um cinema cult".
Barros é consultor do bar e restaurante Poema, que há quase dois anos ocupa parte do térreo do Edifício Mírcia. O lugar já virou *point* dos estudantes e alternativos que transitam entre o Coren e o SCS, graças ao cenário musical: chorinho nas quartas-feiras, jazz às quintas e samba de raiz às sextas-feiras. O circuito cultural se completa com a editora Paulos, especializada em publicações crísis, que comprou o Edifício Central. No térreo, fez uma livraria. No subsolo, um auditório que será inaugurado com um seminário da Seção DF do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

A organização não-governamental Viva Capital também está na organização do evento. "Além do seminário, lançaremos, em março, a Feira da Cultura", anuncia uma das coordenadoras da ONG, a arte-educadora, Ariane Abrunhosa. Inspirada no Brique da Redenção, de Porto Alegre, e na Feira de São Telmo, de Buenos Aires, a feira acontecerá todo sábado e domingo e vendará música, teatro, dança, literatura, exposições e venda de livros. "Será o primeiro passo para que o brasileiro venha ao Setor Comercial, conheça o espaço e abrace a ideia do centro histórico", afirma.

PRACINHA RENOVADA: LIMPEZA

MUSEU POSTAL: NOVOS ESPAÇOS

BOULEVARD: LIVRARIAS E CAFÉS

QUADRA 5: REFORMAS NO ASSEFAZ

Teatro de Bolso
O grupo conseguiu uma adesão de peso. O cineasta Vladimir Carvalho, diretor de filmes como *Contenda*, *Velhos de Guerra* e *Barra 68*, tem documentado tudo. "Comecei com a instalação do bar Poema. Registrei como o lugar estava abandonado e depredado antes e como ficou aprazível depois. Quando tivermos o centro histórico, saberemos como estava antes e a importância que foi recuperar o espaço".
O Edifício Apolo, na Quadra 4, também será enquadrado pela lente do cineasta. O prédio da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) abrigou, entre 1981 e 2000, o Museu Postal. A área transformou-se num imenso cantiere de obras. No subsolo, haverá um teatro de bolso com cem lugares. No térreo, cafeteria, bistrô, loja de produtos culturais e de coleções, além de uma pequena galeria para exposições temáticas. A obra se completa com mezzanino no primeiro andar, área para exposições temporárias e lançamentos culturais no segundo e terceiro pavimentos.
"Os outros três andares serão dedicados à memória postal e filatélica do país", afirma a diretora do espaço, Laís Scutoio, uma das idealizadoras da revitalização do SCS. "Inauguramos em maio. Depois, em parceria com a Infraero e a Caixa Econômica, montaremos a Feira de Coletivismo", adianta, sem divulgar o valor dos investimentos.

Poder da parceria
A história do Setor Comercial Sul é ejetreada por promessas de revitalizações. As que saíram dos gabinetes oficiais resumiram-se a obras como substituição de calçamento, pintura de meios-fios, replantio de mudas. Dessa vez, o governo local decidiu se aliar aos investidores. A coordenação do trabalho de revitalização está a cargo da secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Diana Motta. Desde novembro, os órgãos de governo levantam os investimentos necessários. "A ideia é recuperar quadra por quadra, padronizar pisos, mobiliários urbanos e projetos paisagísticos. As empresas vão contribuir, mas o GDF também fará sua parte", explica Diana.
Depois do carnaval, arquitetos, urbanistas, paisagistas e historiadores ligados ao Centro de Cultura Latino-Americana (CAL) da Universidade de Brasília (UnB) passam a circular pelas seis quadras do SCS. "Vamos levantar o histórico dos prédios e colher depoimentos para documentar a trajetória do lugar, recuperando sua importância para Brasília", afirma a diretora do CAL, a historiadora Gerálida Dias. As informações vão virar tíquetes, a serem instalados diante de cada prédio. Em inglês e português, brasileiros e turistas saberão por que a memória do lugar merece ser preservada.

Figura 3.32: Vocação cultural do SCS

Fonte: PAIXÃO, Ana Helena. Por onde o povo passa. *Correio Braziliense*, Brasília, 6 fev. de 2005. Edição 06.02.2005, 1º caderno, p. 22-23. [Ocorrências nº 1325/1326]

125 PAGANINI, Arthur. Conselho tenta votar PPCub. *Correio Braziliense*, Brasília, 13 mar. de 2014. Edição 13032014, 1º caderno, p. 30. [Ocorrência nº 1970]

URBANISMO

Dois projetos pretendem reordenar o trânsito e facilitar a vida do pedestre. Mudanças incluem obras de duplicação de vias, melhoria de sinalização e construção de abrigos

Cara nova para centro de Brasília

ANA HELENA PAIXÃO
DA EQUIPE DO CORREIO

O centro de Brasília é congestionado. Circular a pé entre a Avenida W3 Sul e o Setor Comercial Sul e a Rodoviária significa ter de driblar veículos particulares e coletivos nas pistas. E disputar espaços com carros e motos nas calçadas. Mas, no que depender de dois projetos que são elaborados pelo Governo do Distrito Federal (GDF), essa realidade será modificada em breve. A área mais central da capital será destinada aos 60 mil pedestres que por ela circulam diariamente.

A visita de representantes do Banco Mundial (Bird) a Brasília, em agosto do ano passado, deu início à elaboração de um projeto para ordenar o sistema de transporte público local. Recursos internacionais e do GDF, US\$ 246 milhões, assegurados no começo de março pelo governador Joaquim Floriz, devem ser aplicados na integração entre ônibus, vans e metrô, além da modernização do sistema. Mudanças que implicam em obras de duplicação de vias, melhoria de sinalização, construção de abrigos e terminais, implantação de catracas eletrônicas e redistribuição de linhas, entre outras adequações.

"Já concluímos o planejamento e o levantamento dos dados para realocação de linhas, criação de corredores exclusivos para ônibus e construção de ciclovias em vários pontos do DF", explica o secretário de Transporte Mauro Caeteh. Segundo ele, parte dos recursos internacionais será liberado no final do ano, o que permitirá o início das obras necessárias. Os investimentos tecnológicos previstos à modernização do sistema, porém, começam a ser implantados neste semestre, com dinheiro dos cofres do Distrito Federal. "Queremos concluir a implantação da catraca eletrônica e fazer a integração até abril de 2006."

A prioridade será garantir a fluidez de trânsito nas áreas centrais de todas as cidades. Os centros de Jagunzanga, de Ceilândia e do Plano Piloto, considerados pontos críticos, devem ser descongestionados. "A ideia é reduzir o número de coletivos circulando por essas áreas. Embora o pedestre não seja nossa responsabilidade, tais medidas vão contribuir para melhorar o acesso, o trânsito deles", completa o secretário de Transportes.

Setor Comercial

A proposta — e os recursos alocados para sua execução — beneficiam diretamente o Projeto de Revitalização do Setor Comercial Sul. É que a W3 Sul, considerada o principal acesso de transporte coletivo ao centro de Brasília, terá um corredor exclusivo para ônibus. E a avenida cortará o Setor Comercial Sul em duas partes: uma abaixo da W3 e outra acima da avenida. "Em nosso projeto de revitalização, privilegiamos o pedestre. A circulação de carros será secundária. Por isso, as melhorias previstas no sistema de transporte são tão importantes para o nosso projeto de revitalização", justifica a secretária de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Diana da Motta. A secretária lembra que as mudanças vão deixar o centro de Brasília com um novo formato. "Pensamos tudo para recriar o espaço do Setor Comercial Sul e dar qualidade de vida ao pedestre. Quando a Secretaria de Transportes promover as melhorias de abrigos e vias, vamos facilitar o acesso ao público, recuperando e requalificando o centro da capital." O projeto de revitalização está pronto e a licitação para a escolha da empresa que vai implementá-lo será lançada até o final do mês. Se não houver atrasos no processo licitatório, a meta da Seduh é que as obras comecem até dezembro. Assim, serão tocadas ao mesmo tempo em que a Secretaria de Transportes faz as alterações previstas para a W3 Sul.

Foto: Daniela Sordi/Especial para o CBH 4.05

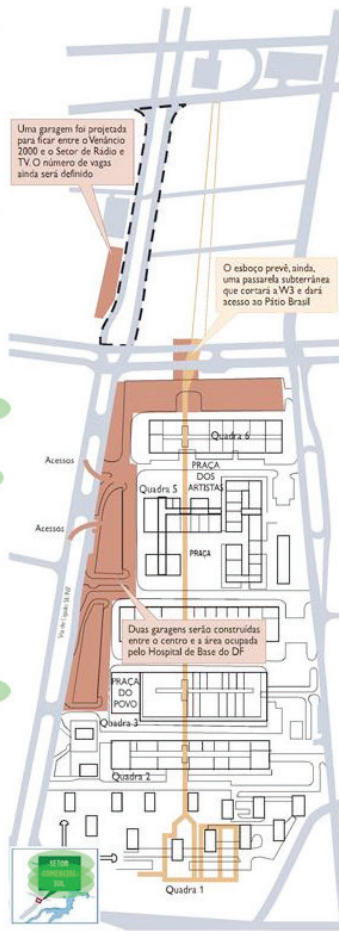


NO SETOR COMERCIAL SUL, O PEDESTRE PRECISA DISPUTAR ESPAÇO COM TRÂNSITO CAÓTICO, CARROS ESTACIONADOS EM FILAS DUPLAS E AMBULANTES E FLANELINHAS

COMO DEVE FICAR

O projeto de revitalização do Setor Comercial Sul prevê a criação de três garagens subterrâneas. Do outro lado da via, será construída uma galeria, também subterrânea, que permitirá ao pedestre cruzar o SCS de um extremo a outro com segurança.

Garagens Duplicação de via Galeria subterrânea



Uma garagem foi projetada para ficar entre o Vendejo 2000 e o Setor de Rádio e TV. O número de vagas ainda será definido.

O esboço prevê, ainda, uma passarela subterrânea que cortará a W3 e dará acesso ao Pito Brasil.

Dois garagens serão construídas entre o centro e a área ocupada pelo Hospital de Base do DF.



O DESENHISTA PEDRO SALES PRECISA VENCER OBSTÁCULOS DIÁRIOS

Arborização e garagem

Hoje, gente apressada não tem tempo no Setor Comercial Sul (SCS). E precisa paciência para cruzar a área — que se estende desde as rodovias do Conic até os portões do Parque da Cidade. Que m faz o percurso completo enfrenta uma maratona cheia de obstáculos. Os ambulantes se espalham pelas calçadas esburacadas. Há fileiras de carros em busca de vagas. O último desafio é atravessar o tráfego desordenado da W3 Sul. No futuro, segundo a secretária de Habitação, Diana da Motta, os frequentadores passarão por áreas arborizadas, com calçadas novas, sinalizadas e bem iluminadas. Os obstáculos do caminho serão coisa do passado.

"O projeto prevê a retirada de ambulantes, a construção de rampas e outras melhorias de acesso voltadas principalmente a pessoas com dificuldade de locomoção", detalha a secretária. Os pedestres ganharão vias expressas e exclusivos. São corredores que os arquitetos da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (Seduh) batizaram de *corredores de pedestres*. Eles cruzam o Setor Comercial de Leste a Oeste, desde o Eixo Rodoviário até a W4, próximo às entradas do Parque da Cidade.

Para acomodá-los, a Seduh, em parceria com a Secretaria de Obras e o Departamento de Trânsito (Detran), promoverá ajustes na geometria das ruas, acesso direto de carros entre o SCS e o Setor Hoteleiro Sul, reforço na iluminação da área e instalação de pisos diferenciados. "Os caminhos se diferenciam das calçadas porque terão placas indicativas e de sinalização, lixeiras, caixas de

Correios e telefones públicos", explica Diana.

Os corredores também serão ladeados por árvores, além de escadarias com corrimãos e rampas de acessibilidade nas áreas com desníveis do solo. As mudanças na área central de Brasília devem beneficiar as mais de 60 mil pessoas que circulam pelo local diariamente. O desenhista Pedro Sales, de 40 anos, trabalha no SCS há mais de dez anos. Parece, chegar ao escritório significa driblar um caminho de obstáculos, como calçadas quebradas. "Às vezes a gente precisa se jogar na frente dos carros para conseguir atravessar a rua."

Estacionamento

Outra medida para facilitar ainda mais a vida do pedestre será a redução no número de carros concentrados na região. Para tanto, devem ser construídas garagens subterrâneas, com até dois pavimentos e 1.150 vagas, em duas áreas. A primeira será voltada para a W3 e a segunda no limite do SCS com o Hospital Sarah Kubitschek. A ligação entre as duas porções do Setor Comercial também se passará por baixo do solo, sob a W3 Sul. Próximo à passagem subterrânea, ao lado do ponto de ônibus da avenida, haverá uma das sete novas praças previstas para o Setor Comercial (*veja arte*).

"Para quem precisa andar por esse mar de carros estacionados no meio da rua, a construção das garagens é uma ótima notícia. Facilita a vida de quem caminha e de quem precisa parar o carro", comenta a comerciante Iolanda Carvalho, 23, que trabalha no Setor Comercial Sul. (A.H.P.)

Figura 3.33: Projeto de revitalização (2003–2006)

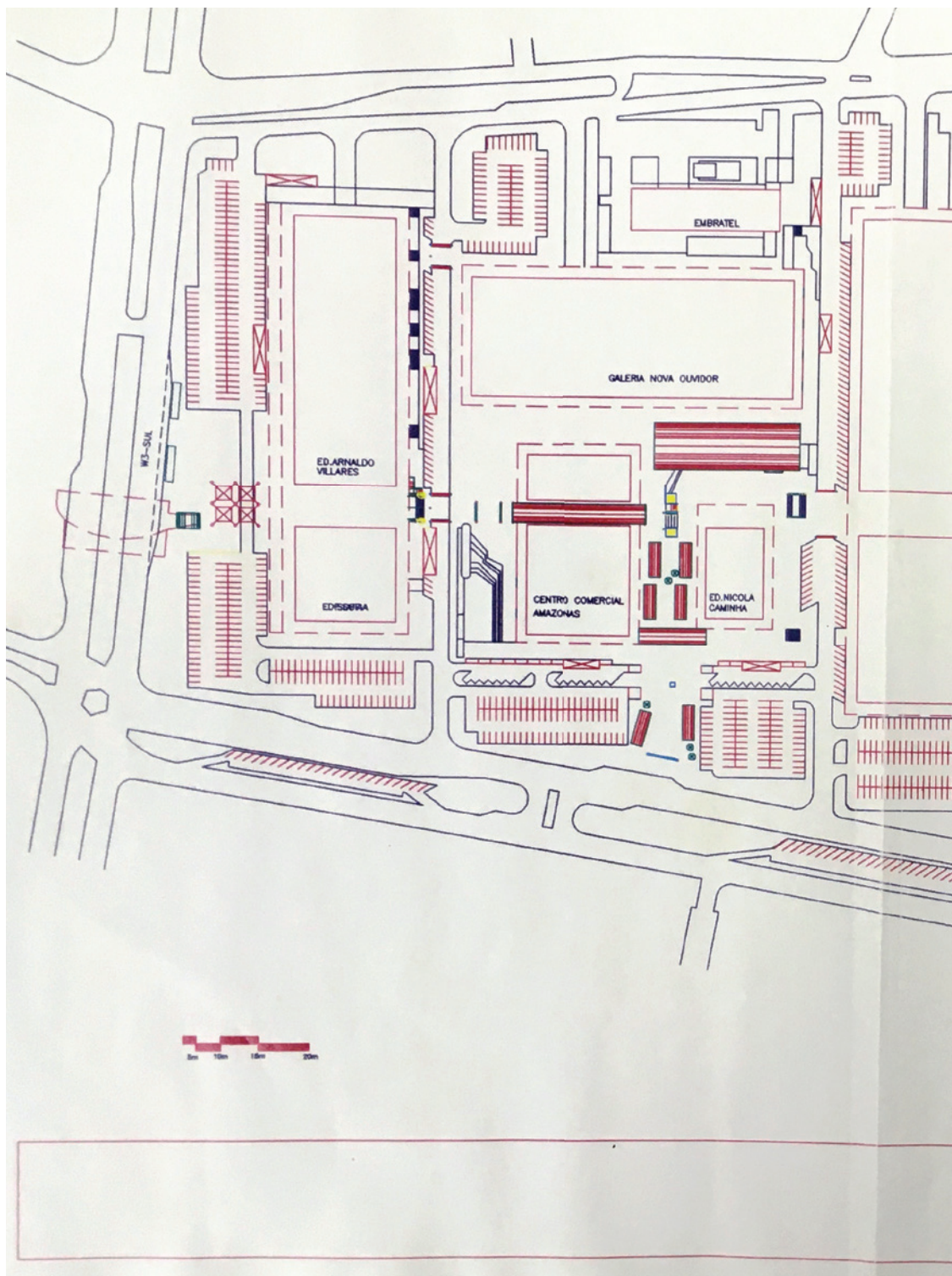
Fonte: PAIXÃO, Ana Helena. Cara nova para o centro de Brasília. **Correio Brasileiro**, Brasília, 11 abr. de 2005. Edição 11.04.2005, 1º caderno, p. 21. [Ocorrências nº 1388]

PROJETOS DE REVITALIZAÇÃO

Nossa análise nesta parte do capítulo estará centrada na comparação entre cinco dos projetos de revitalização desenvolvidos pela SEDUH nas últimas pouco mais de duas décadas. Os três primeiros foram os desenvolvidos em 1997, 2009, 2017; o quarto consiste na minuta do PPCUB de 2018. Incluímos ainda um quinto, de 2020, a minuta do Programa Viva Centro!, que será mais brevemente tratado, haja vista estar em franco processo de elaboração.^[126] O projeto de 2003-2006, que, vimos, ganhou ampla repercussão nos jornais, não será incluído nesta parte, porque não tivemos acesso aos documentos oficiais da esfera de planejamento urbano que o compõem. Recordamos que o exame dos projetos de revitalização trata-se de uma lacuna a qual este trabalho visa a dar uma contribuição.

Dentre os problemas apontados ao longo dos anos, inclusive, em diversas reportagens que citamos, e frequentemente assumidos nos projetos de revitalização, listamos: precária manutenção dos espaços de uso público (iluminação escassa; passeios, escadas e rampas inadequados); trânsito (excesso de carros, carência de vagas; congestionamentos); sinalização e endereçamento confusos; espaços inadequados de estar e lazer; esvaziamento à noite e aos fins de semana; arborização deficiente. Cada um deles - e a forma de tratá-los - ganhou mais ou menos destaque ao longo do tempo. Embora essas questões componham os projetos de revitalização - e sejam de grande importância na vida e na dinâmica do SCS -, nosso foco de nossa análise não está nelas. Lembremos: o motivador primeiro deste trabalho foi a recente propositura em se permitir moradias no SCS. Assim, nosso olhar sobre os projetos de revitalização está em compreender como se deu a construção dessa ideia, que veio a se consubstanciar, primeiramente, no PPCUB, e apontar algumas das discussões que vêm se construindo em torno dela.

126 A primeira minuta do Programa Viva Centro! foi tornada amplamente pública em setembro de 2020, um tempo relativamente exíguo, diante do prazo para que se concluísse este trabalho, para a inclusão de uma nova análise. Contudo, considerando que o Programa traz também a previsão de incluir habitações, consideramos que um exame, ainda que breve, seria preferível a deixá-lo de fora.

REVITALIZAÇÃO DO SETOR COMERCIAL SUL, 1997^[127]

127 É preciso fazer uma breve consideração a respeito da referência temporal: 1997. O Projeto, que foi obtido junto ao ArPDF, não contém data de elaboração. Contudo, trabalharemos com o ano de 1997 como sendo seu ano estimado de elaboração. Essa estimativa, inicialmente, se baseou em conversas informais com um arquiteto envolvido. Segundo o relato, o projeto ocorreu próximo ao fim do governo Cristovam Buarque (governador do DF entre 1/1/1995 e 31/12/1998). Uma breve menção em reportagem do CB corrobora a mesma data. O projeto parece ter sido concluído em 1999.



Figura 3.34: Planta geral do Projeto de Revitalização do SCS, 1997
Fonte: Projeto de Revitalização, obtido no ArPDF

Produzido no âmbito da então Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (Seduh) - órgão que hoje retomou o mesmo nome -, à época do governo Cristovam Buarque (1995-1999), este foi o primeiro projeto de revitalização que localizamos para o Setor Comercial Sul. Ficou a cargo de um grupo de trabalho (GT) interinstitucional.^[128] Conforme pontua Reis (2001), houve um robustecimento das áreas de planejamento e desenvolvimento urbanos neste período em que o GDF esteve sob a gestão do Partido dos Trabalhadores. Nesta época, foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, e o Instituto de Planejamento Territorial e Urbano (IPDF), que havia sido formado em 1992, foi fortalecido política e institucionalmente. O projeto de 1997 pode ser encarado como uma repercussão desse cenário.

O projeto de 1997 é o mais extenso e compreensivo dos cinco examinados. O caderno contendo o produto final tem 53 páginas, e locais emblemáticos e temas variados referentes ao SCS estão considerados nas propostas de intervenção. Há diversas fotografias da situação *in loco* à época e muitos desenhos, principalmente, perspectivas das soluções propostas. Há pouco desenho técnico (plantas e cortes), e o que há tem caráter esquemático e preliminar. O projeto é bem organizado e traz as propostas divididas em categorias e separadas, primeiramente, por temas e, em seguida, por localidade, contendo orientações específicas de projetos para cada uma das praças e das galerias de pedestres.^[129] Trata-se de um diagnóstico compreensivo do SCS, em que aparecem questões evitadas em outros projetos, tais como a dos ambulantes.

Nos desenhos, salta aos olhos a quantidade de coberturas para resguardar o caminho do pedestre e abrigar ambulantes, em locais de passagem descobertos, à época e ainda nos dias de hoje. Com efeito, este parece o projeto que com mais franqueza reconhece a condição de centralidade e a atratividade popular, sem encarar de forma higienista a presença de figuras em outros momentos tidas como incômodas e sem diminuir sua importância para a vida do Setor.

Nesse primeiro projeto, de 1997, a apresentação do SCS é das mais sucintas. Chama atenção, logo no início, o fato de que, apesar de adotar o nome “projeto de revitali-

128 Não foi possível localizar informações oficiais acerca dos nomes dos integrantes do GT ou das datas de início e fim do trabalho. Conforme consta ao fim do documento, o GT foi formado por equipe de 8 pessoas, oriundas de diversos órgãos, o que sugere, a nosso ver, algum caráter multidisciplinar: 2 profissionais do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (IPDF), órgão extinto e cujas funções estão à cargo da atual SEDUH; 3 da prefeitura do SCS/Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); 1 da SEDUH; 1 da Administração Regional do Plano Piloto (RA-I); 1 do Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal, vinculado à Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (SEMATEC/IEMA), órgão também extinto e cujas atividades hoje estão no escopo do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (IBRAM). Contou, ademais, com 6 colaboradores: 3 da RA-I; 2 da Secretaria de Transporte (ST); 1 do Departamento de Trânsito do DF (Detran).

129 A estrutura do documento está organizada nas seguintes categorias: 1) Trânsito de veículos e estacionamentos; 2) Alameda de pedestres; 3) Outros fluxos contemplados; 4) Praças e locais de permanência; 5) Ambulantes e quiosques, mobiliário urbano; 6) Alameda central de pedestres; 7) Ações essenciais; Conclusões. Em referência aos seguintes locais: Galeria subterrânea / praça w3 sul; Galeria de pedestres - trecho 1; Galeria de pedestres - trecho 2; Praça dos artistas; Praça do povo; Praça do metrô; Mobiliário urbano.

zação”, o GT responsável pela sua elaboração não identifica no SCS área ausente de vida, nem degradada por falta de público ou decorrente da saída de serviços para outros setores (de todos os projetos, inclusive, este é o único que faz essa ressalva). Pelo contrário, em seu diagnóstico, afirmam-no como área com animação, baseada em comércio e serviços. Argumentam não haver necessidade de incluir novos usos e nem haver aumento de densidade construtiva, uma vez que consideram a área como de bom desempenho em relação a outras do DF, tendo por base a análise baseada na teoria da sintaxe espacial. Apesar disso, foi o único dos planos estudados que propôs criar três novas unidades imobiliárias (o que não se concretizou), com finalidades não-comerciais e específicas: uma edificação para a sede da prefeitura, um posto policial e um centro cultural e de lazer, todas junto à Praça dos Artistas, na quadra 5 (fig. 3.35).

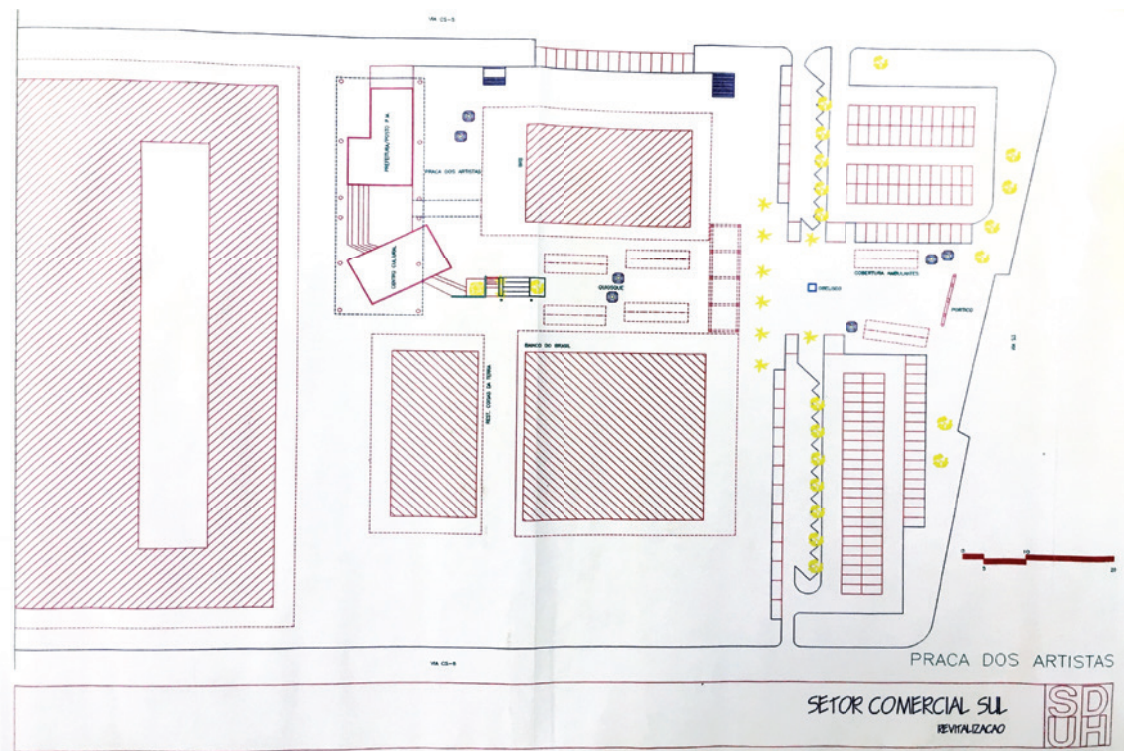


Figura 3.35: Criação de lotes: prefeitura, posto policial e centro cultural de lazer, quadra 5
Fonte: Projeto de Revitalização, obtido no ArPDF

Quantos ao uso residencial, o GT argumenta: “Também não se trata de incluir outros usos no setor tais como o habitacional por se tratar de uma área tombada, este não contempla o uso habitacional que existe nas áreas que o circundam: o Setor Hoteleiro e as áreas residenciais próximas” (SEDUH, 1997, s./n). O GT assume, neste projeto, que o fato de Brasília ser tombada coloca-se como impeditivo à inserção do uso residencial em um setor comercial. De toda forma, a justificativa patrimonial baseia-se apenas de modo lacônico e impreciso na assertiva: “por se tratar de uma área tombada”. Curiosamente, reconhecem que já existe uso habitacional nos setores circundantes, como o Hoteleiro. De fato, há, sabidamente, moradias, em regra de alto padrão, instaladas nos Setores Hoteleiros. No entanto, contrariamente ao afirmado, nos hotéis, nunca se admitiu o uso residencial, mas apenas o de prestação de serviços, com atividade de hotelaria. Portanto, diante do que prevê a legislação de uso e ocupação do solo para ambos os setores, formalmente, a situação não difere: o uso residencial não está permitido nas normas.

Consideramos premente fazer uma observação no que diz respeito não somente a este primeiro projeto, mas também aos demais que serão analisados. A exemplo, de Vainer (2000) e Harvey (2012), enxergamos a cidade como sendo o *locus* do conflito. As disputas de poder tomam forma na cidade, e o planejamento urbano não é exceção a isso, pelo contrário. Com frequência, as alterações normativas ocorrem com algum dissenso e oposição. E, também com frequência, não temos acesso a documentos que mostrem como os embates se desenrolaram, que atores estavam em cena e que pontos de vista eram defendidos por este ou aquele grupo, especialmente em projetos mais antigos. Nesse sentido, reforça-se a importância da utilização dos jornais como fonte. De toda forma, é preciso reconhecer que há, em regra, um cabo de guerra de forças e interesses e que há vontades de diversas ordens e conjunturas, sejam técnicas, sejam políticas, que viabilizam determinadas propostas aparecerem em certos momentos e serem rechaçadas em outros. Neste Projeto de 1997, a escolha por explicitar a questão habitacional - ainda que pela negativa - nos sugere que ela tenha sido trazida nas discussões do GT. Seja por considerar a escolha desnecessária ou inadequada, seja por não haver respaldo político ou técnico, a proposta, naquela época, não avançou, tendo sido apresentado como entrave o tombamento do Plano Piloto. Não podemos afirmar, com base nas fontes a que tivemos acesso, que a proposta de incluir habitações no SCS somente tenha sido debatida em termos técnicos neste ou naquele projeto. O que podemos certificar é se ela se efetivou ou não nos documentos finais deste ou daquele projeto, o que é muito diferente de precisar quando a discussão começou. Não percamos isso de vista.

Os problemas que o GT identifica no SCS e que o projeto se propõe a tratar consistem, principalmente, em: sinalização e endereçamento confusos, espaços inadequados de estar e lazer para permanência nos períodos livres, descaracterização das praças, espaços bucólicos, de permanência prolongada. A questão viária e dos estacionamentos também ganha relevo na pauta. O mote principal do projeto consiste em “qualificar os

espaços existentes”, baseado em: “requalificar os espaços públicos, de circulação viária e sobretudo de pedestres” (SEDUH, 1997, s./n.)

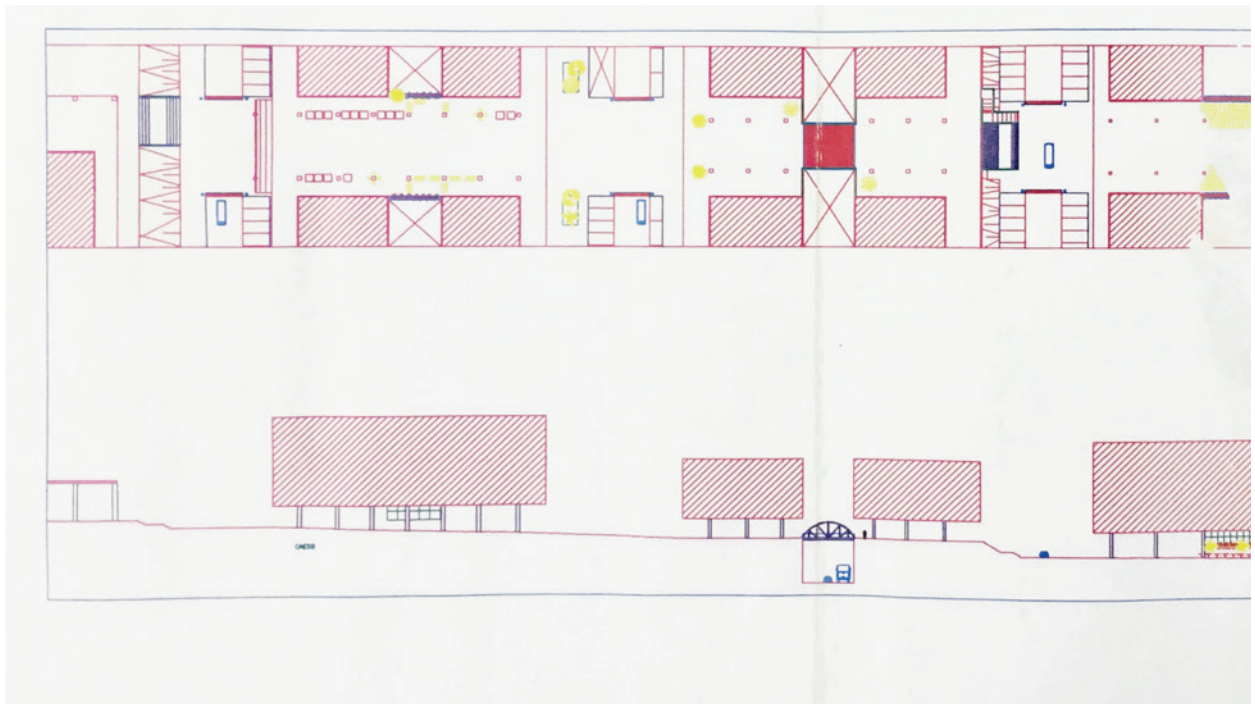
Nos interessa salientar aqui a questão dos problemas enfrentados pelo pedestre para deslocar-se no Setor, que aparecem com bastante protagonismo nesse projeto. Há propostas ativas para diminuir o conflito entre pedestres e veículos que o projeto encara como ação prioritária (retomando este princípio basilar do RPPB), por exemplo, reduzindo o número de entradas e saídas de carros para as vias S-2 e S-3. O deslocamento a pé no sentido leste-oeste é explicitamente apontado como sendo o pior. Assim, a necessidade de integrar o fluxo de pedestres de forma contínua desde o eixinho até a W3 aparece como ação essencial. Propõe-se criar o que foi denominado de “Alameda Central”. A linha leste-oeste de circulação peatonal pelas galerias era interrompida na quadra 3, quase seccionando o Setor em dois, pela inexistência de passagem sobre a via de serviço do bloco de lotes geminados ali situado (cuja previsão, recordemos, já constava no projeto de 1960). A ausência dessa passagem desviava o fluxo de pedestres para a direção da Praça do Povo. Promover a linearidade e o encurtamento desse sentido do deslocamento, leste-oeste, cumpre outro papel fundamental no SCS: garante a franca ligação entre as extremidades em que estão situadas as áreas de transporte público - pontos de ônibus, na via W3, e estação do metrô (inaugurada em 2001), junto ao eixinho.

Esse problema específico no sistema de deslocamento peatonal foi formalizado pelo GT em 1997. A solução de se edificar a passarela, porém, foi levada a cabo somente em 2012, por meio de duas ações principais denominadas Via Central e Via Fácil. A primeira delas consistiu na construção da passarela na Quadra 3 (fig. 3.37), associada à rota acessível, piso tátil e rampas; a segunda, na implementação de um caminho relativamente desimpedido que cruza o SCS também no sentido leste-oeste, pela calçada de contorno do lado sul, voltada para o Setor Médico-Hospitalar.

Como consequência dessas duas ações, é possível afirmar que, hoje, a facilidade de deslocamento no sentido leste-oeste por toda a extensão do Setor, desde a W3 até o eixinho, se efetivou como uma das características urbanas mais marcantes do SCS. Nessa mesma toada, ambas as ações trouxeram também algumas alterações viárias no SCS, pauta que também estava presente no Projeto de 1997. Mas, nos parece que persistir na configuração da completude da espinha dorsal do deslocamento a pé foi a mais expressiva contribuição desse projeto. A passarela sobre a via de serviço da quadra 3 era a principal peça faltante para que se estabelecesse a linha central de caminhamento do pedestre. E, com efeito, essa medida, embora concretizada apenas com a Via Central, consistiu em um passo claro no sentido de reavivar o princípio de conferir fluidez ao caminhar do pedestre. Na verdade, consideramos que várias das intervenções propostas ao longo do tempo tiveram, justamente, o condão de oferecer soluções de fluidez e, também, ao conflito entre pedestres e veículos, que se criou, lá no início do SCS, com a abertura das vias locais.

Quanto a outros projetos delineados, chama atenção, também, a propositura de galeria subterrânea para pedestres sob a via W3 sul, interligando as partes A e B do Setor. Considerando a pesquisa nos jornais, foi interessante reparar que elementos e respostas que apareceram nos projetos de revitalização aqui analisados já haviam composto propostas anteriores. Em particular, no caso deste de 1997, é possível verificar que ele retoma - não sabemos precisar se de maneira intencional ou não - itens do plano de humanização do SCS^[130] proposto em 1977, ainda que sob outra roupagem. Naquele projeto, constavam tanto a propositura de marquises de cobertura do caminho do pedestre quanto a de uma conexão subterrânea sob a W3. Nesse sentido, constata-se que, em 1997, preponderava mais uma vez o paradigma de priorizar o carro, ao se propor manter a integridade da via W3 e estabelecer o deslocamento peatonal em nível de subsolo.

Com efeito, algumas das intervenções propostas neste projeto nunca se concretizaram, como, por exemplo, as coberturas em diversas partes e a ligação subterrânea sob a W3 (fig. 3.36); outras não aconteceram de pronto, mas permaneceram como guia e influenciaram ações futuras (caso da passarela no bloco geminado da quadra 3. Fig. 3.37). Porém, com o fim do governo Cristovam Buarque (1995-1999) essa iniciativa arrefeceu. Não raro, observa-se que os planos de revitalização ocupam antes um lugar de política de governo que de política de Estado. Assim, não somente são, em alguma medida, reflexo das ideologias de cada governo, mas também estão mais à mercê de interesses coadunados com o grupo político mais influente neste ou naquele momento.



130 Lembremos de nosso recorte temático sobre a urbanização do setor: foi do projeto de humanização que saiu a proposta de três das praças do SCS.

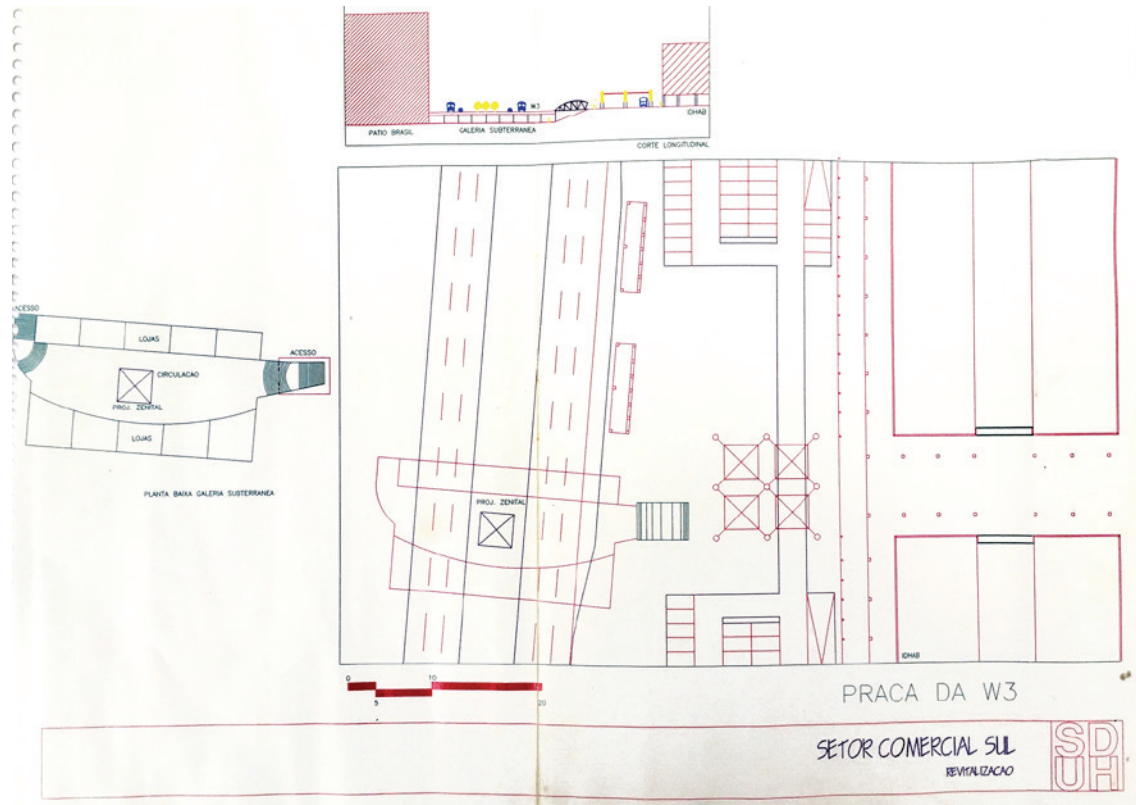


Figura 3.36: Conexão subterrânea, praça sob a via W3
Fonte: Projeto de Revitalização, obtido no ArPDF

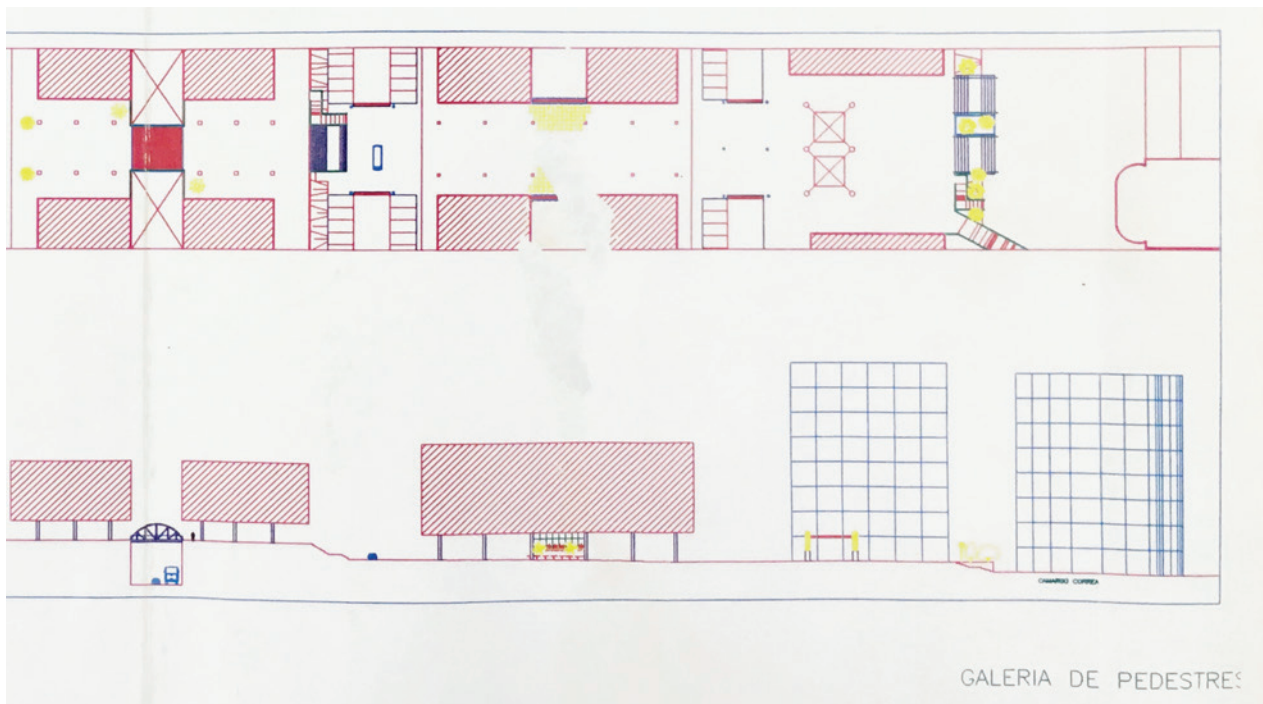


Figura 3.37: Passarela sobre a via de serviço da quadra 3 (hachurada em vermelho)
Fonte: Projeto de Revitalização, obtido no ArPDF

PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DOS SETORES CENTRAIS, 2009

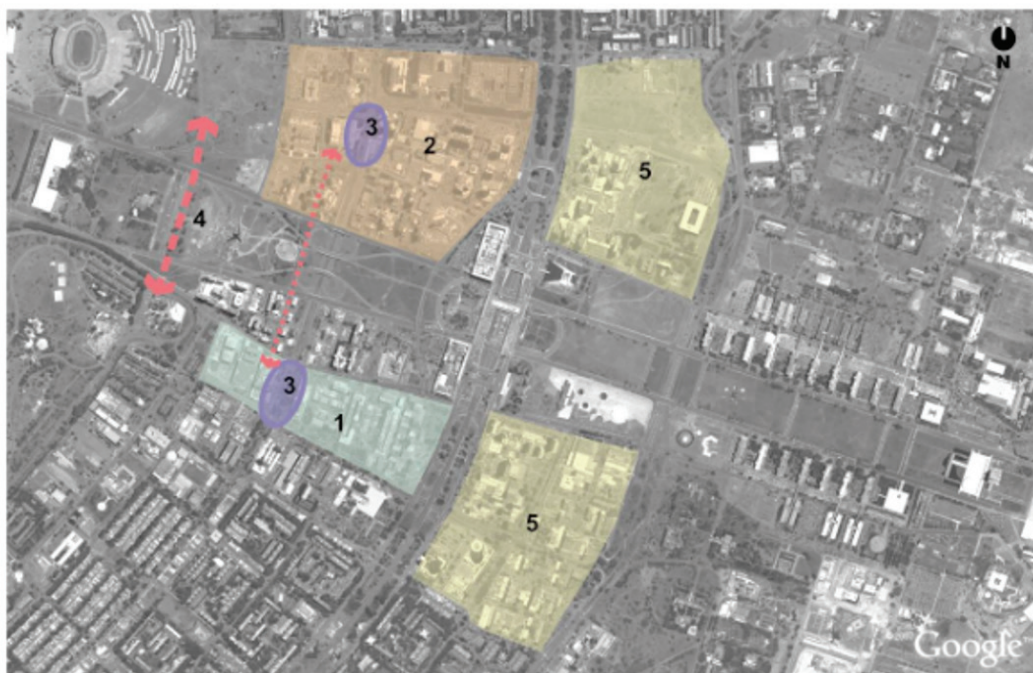


Fig. 1 – Setores de atuação do programa

Figura 3.38: Imagem geral do Programa de 2009, situando as áreas de intervenção
Fonte: Programa de Revitalização dos Setores Centrais, 2009

Como com frequência se verifica, a troca de governo implicou uma reforma administrativa. Reis (2001) aponta que desta resultou, no início de 2000, na extinção do IPDF e na criação da Subsecretaria de Desenvolvimento Urbano e Preservação. Com isso, nos parece que o planejamento urbano perdeu força e autonomia.

Mencionamos há pouco que os jornais relataram amiúde a elaboração daquele que chamamos de Projeto de Revitalização 2003-2006. Mas, de fato, não tivemos acesso aos documentos de projetos que tenham se desenvolvido no período entre 1997 e 2009. De toda sorte, ainda que não consigamos precisar de que projeto derivaram, no intervalo entre os anos de 2009 e 2017, bastantes iniciativas pontuais foram implementadas, em diferentes momentos. Dentre elas, sublinhamos: a reforma de calçadas com colocação de rampas, para acessibilidade; o projeto de locação de quiosques; a previsão das estações de bicicletas compartilhadas; a reurbanização da via S3 (que secciona o Setor Comercial do Setor Médico-Hospitalar); o projeto de ciclovia e de calçadas no canteiro da via S3; a colocação de posto policial na quadra 5; a inclusão de novos postes de iluminação; a regularização da Galeria dos Estados.

O Programa de 2009 foi desenvolvido no contexto do governo Arruda, em que o Secretário de Estado da SEDUMA, atual SEDUH^[131], era o engenheiro eletrônico

131 Em 1º de janeiro de 2007, foi criada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal (SEDUMA). Em 1º de janeiro de 2019, a pasta voltou a adotar o nome Secretaria

Cássio Taniguchi. Novamente, não consta a data de início dos trabalhos, mas o chamado Programa de Revitalização dos Setores Centrais foi realizado pelo GT Projetos Estratégicos, por equipe composta de cinco arquitetos e urbanistas.^[132]

Ao contrário do Projeto de 1997, que só tratou do Setor Comercial Sul, o de 2009 abarcou quase todos os setores centrais, que compõem a escala gregária^[133], excluindo apenas os Setores de Diversões. Por ser um programa, contém diversos indicativos de projetos, ações e diretrizes. O documento produzido tem 24 páginas, sendo 6 delas (p. 7-12) dedicadas ao Setor Comercial Sul. A maior parte do conteúdo imagético é formada por perspectivas e renderizações das intervenções em pontos específicos. Adota-se um formato “antes e depois” para mostrar o resultado físico e estético das propostas, que, com o avanço dos softwares de projeto e imagem, tornam as representações mais realistas e de mais fácil compreensão, inclusive, para um público não especializado. Há poucos desenhos técnicos no projeto que localizamos: uma planta e um corte.

Entretanto, é possível dizer que o nível do desenvolvimento é superior ao de 1997 (fig. 3.39 a 3.41), o que se deve ao Programa de 2009 ser, em alguma medida, a junção de projetos em andamento, compilados em uma iniciativa mais ampla. Um exemplo disso são os, já mencionados, Via Fácil e Via Central.

Outro exemplo seria o do projeto de implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), então bastante avançado. É possível afirmar que, no caso do SCS, um dos maiores impactos dos projetos contidos no material de 2009 viria da interferência decorrente da passagem do VLT na via W3. Essa intervenção resultaria na criação de uma grande praça onde hoje é o nível da via W3, entre as quadras 6 e 7 (em frente ao shopping Pátio Brasil), enquanto a via W3 e o VLT desceriam para um túnel subterrâneo, liberando o espaço em superfície para a referida praça. Com isso, os trechos A e B seriam interligados, tornando o SCS um setor contínuo (fig. 3.40). Isso revela uma mudança de paradigma em relação ao que se previra no de 1997 (e também no plano de 1977). Lá, a praça proposta para interligar os dois trechos do SCS estava sob a via W3 sul, levando o pedestre para o nível de subsolo. Em 2009, invertem-se os valores: os veículos são levados ao subsolo, ao passo que a prioridade em superfície é conferida ao pedestre e à integração entre os dois trechos do Setor^[134]. Vê-se, também, a previsão de coberturas para proteger o deslocamento do

de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal (SEDUH).

132 Estão listados na última página do documento produzido os nomes dos integrantes do GT Projetos Estratégicos: Anamaria de Aragão, Clécio Rezende, Alice de Carvalho Vasconcelos, Paula Anderson de Matos, Vicente Correia Lima Neto.

133 O decreto nº 10.829/1987, determinante na preservação do CUB em âmbito distrital, foi o primeiro instrumento normativo a trazer a composição física dos setores associados à escala gregária. “Art. 7º — A escala gregária com que foi concebido o centro de Brasília, em torno da intersecção dos eixos monumental e rodoviário, fica configurada na Plataforma Rodoviária, e nos setores de Diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitalares, de Autarquia e de Rádio e Televisão Sul e Norte”.

134 A título de curiosidade, essa diretriz dá lugar à visão mais conservadora quando se chega ao Eixo Monumental. Lá, está proposta a criação de uma galeria subterrânea com áreas comerciais e culturais. Este projeto está no escopo de uma proposta chamada “Passeio Central”, desenvolvida como fruto de um contrato

pedestre tal como mostrado na figura 3.41.



Figura 3.39: Intervenções diversas como Via Fácil, Via Central e ciclovias
Fonte: Programa de Revitalização dos Setores Centrais, 2009

de consultoria entre o Instituto Jaime Lerner e a SEDUMA, em 2007. A intenção era que o Passeio Central interligasse os Setores Hoteleiros Sul e Norte juntamente com as praças da W3 em frente aos shoppings com a galeria subterrânea sob o Eixo Monumental.

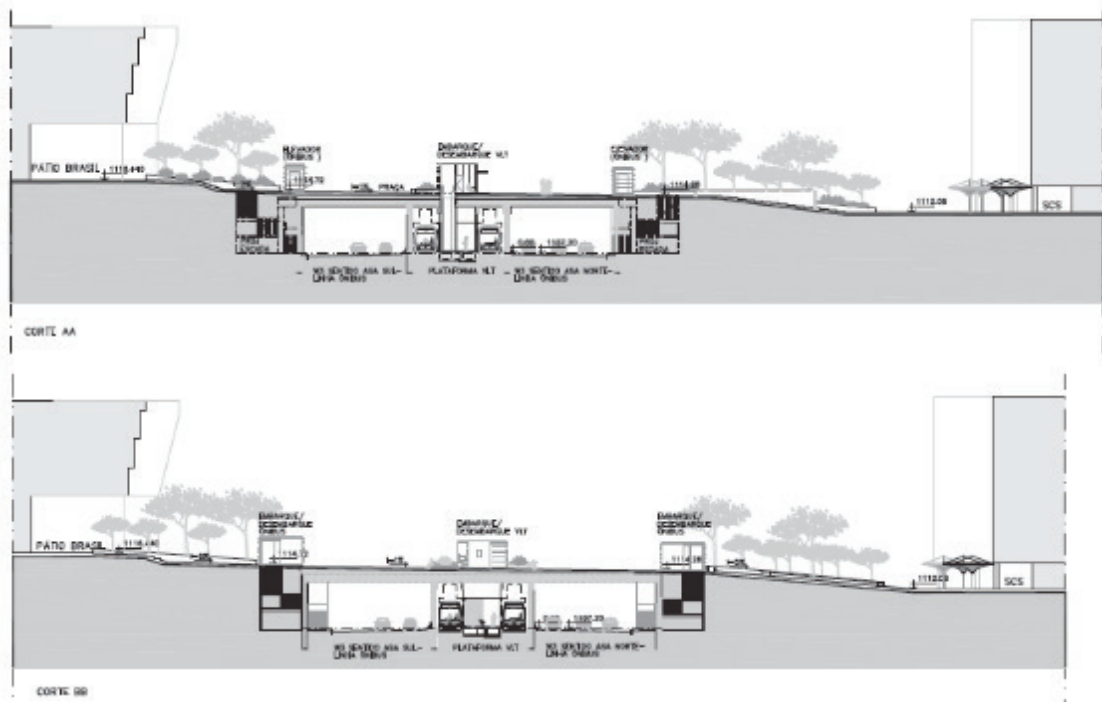


Figura 3.40: Passagem do VLT sob a via W3; criação de praça no nível da W3
Fonte: Programa de Revitalização dos Setores Centrais, 2009



Fig. 4 –Proposta para Praça dos Artistas



Figura 3.41: Propostas de paisagismo para a Praça dos Artistas e cobertura na quadra 5
Fonte: Programa de Revitalização dos Setores Centrais, 2009

Esta cobertura da figura 3.41, aliás, retoma a lógica de interligação entre partes do mesmo bloco da quadra 5, que já era um elemento do projeto de 1960, como apontamos no capítulo 1 (fig. 1.26), e que fora reiterada no Projeto de 1997 (fig. 3.34).

Outra intervenção trazida pelo documento de 2009, também como resultado do projeto de implantação do VLT, consiste na previsão de uma praça para interligar o SRTVS ao SCS-B. Aliás, a questão da integração entre os setores centrais aparece de forma prioritária, conferindo atenção também à interligação dos lados sul e norte, hoje, ainda bastante deficitária. O projeto do VLT e desta praça entre SCS-B e SRTVS ainda não se concretizaram. Nesse sentido, se nos recordarmos do que foi trazido na temática de urbanização do Setor, veremos que os últimos investimentos em criar uma relação mais explícita entre os setores lindeiros se deu no fim da década de 1970. Desde então, poucas iniciativas pontuais, como construção de calçadas e ciclovias e adaptações para acessibilidade foram realizadas para promover essa maior integração.

Além dos projetos mencionados, há peculiaridades de outra natureza que precisam ser destacadas no Programa de 2009. Primeiramente, aparece a necessidade de projetar considerando o conjunto dos setores centrais, em detrimento de intervenções pontuais e desarticuladas. Em segundo lugar, essa foi a primeira iniciativa de revitalizar o SCS após a publicação e vigência do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) de 2009^[135]. Segundo consta na Introdução deste Programa:

O Programa de Revitalização dos Setores Centrais de Brasília atende às definições da Lei Complementar 803, de 25 de abril de 2009 - Plano Diretor de Ordenamento Territorial, que cria a estratégia de revitalização de conjuntos urbanos, voltada à preservação do patrimônio cultural e ao fomento de investimentos para a sustentabilidade de sítios urbanos de interesse patrimonial, com vistas à adequação da dinâmica urbana à estrutura físico-espacial do objeto de preservação, com ênfase no combate às causas da degradação crônica do patrimônio ambiental urbano. (SEDUH, 2009, p. 3)

Assim, este foi o primeiro dos projetos que visava a cumprir uma determinação legislativa superior. Nesse sentido, destacamos que o PDOT 2009 pode ser considerado o marco normativo que assinala a construção do ideário de revitalização dos setores centrais como política de Estado, e não mais de governo. Daí em diante, todos os projetos visarão a responder a essa mesma obrigação legal.

Outros três marcos dignos de nota nesse programa são: i) a intenção de aplicar instrumentos jurídicos, financeiros e tributários que visam ao cumprimento da função social da propriedade, tais como IPTU progressivo no tempo e desapropriação; ii) a identificação da necessidade de rever a legislação de uso e ocupação do solo, reconhecendo

135 Lei Complementar nº 803 de 25 de abril de 2009, alterada pela Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012. Esse ainda é o PDOT vigente.

nela a potencialidade para operar como indutora de novas dinâmicas em horários de maior esvaziamento do setor; iii) a manifestação, pela primeira vez, de alguma preocupação de inclusão social, ainda que seja muito tangente: “(...) programas sociais voltados à inclusão social da população de baixa renda que trabalhe na região do programa, por meio da melhoria das condições de acesso ao trabalho e aos serviços públicos existentes”. (SEDUH, 2009, p. 6)

Essa inclusão social ainda está longe daquela que virá trazida no PPCUB - e esta, por sua vez, distante de conseguir expressivamente mitigar a profunda desigualdade econômica e social brasileira. Aqui, trata-se de uma perspectiva muito incipiente e marcada pela manutenção do *status quo* excludente, uma vez que se reconhece o centro urbano como um polo de atração, em razão dos postos de trabalho para aqueles que, provavelmente, não residem no Plano Piloto. Há apenas o reconhecimento desse fato, sem propositura de ações de mudança.

No que diz respeito à nossa investigação de construção do ideário da proposta habitacional, apontamos que o Programa de 2009 se vale do argumento da proteção patrimonial e da contextualização do Conjunto Urbanístico de Brasília como bem tombado e inscrito na lista do patrimônio mundial. Contém, também, a seguinte leitura:

(...) os setores centrais caracterizam-se pelo esvaziamento à noite e nos finais de semana, **como resultado da setorização de funções e da proibição do uso residencial nas normas de uso do solo dos setores. Como consequência, a prostituição, o comércio de drogas (sic) ilícitas transformam estes espaços em ambiente marginalizado evitado pela população** (grifamos) (SEDUH, 2009, p. 3-4).

Vê-se que os marcadores de ilegalidade e marginalização estão reforçados nessa narrativa de revitalização. De início, faz-se relação direta da excessiva setorização e da proibição do uso residencial com o esvaziamento do Setor fora dos horários comerciais (o que, a nosso ver, sinaliza a vontade de flexibilizar os usos e de incluir a possibilidade de moradias no escopo normativo). No entanto, é preciso estar atento ao discurso: o texto segue no sentido de reforçar viés elitista e higienista, ao afirmar que o esvaziamento à noite e nos fins de semana causaria uma ocupação tida como indesejada do Setor, o que o transformaria em local rejeitado pela população (desejada de frequentadores). Percebe-se da leitura desse trecho que o diagnóstico reproduz o lugar comum do esvaziamento, que, na verdade, consiste na visibilidade de parte daquela população que chamamos de “presenças incômodas”, em particular as prostitutas e os usuários de drogas. Não é apresentada uma perspectiva de como lidar com a existência deles, ficando patente que se entende como necessária sua exclusão do Setor. Lembremos que o Programa de 2009 se desenvolveu mais ou menos na época em que o crack, ganhou as ruas do SCS e de Brasília e começou a se tornar um problema de saúde pública (a partir de meados de 2007).

A norma de uso para o SCS é dada pelo Decreto “N” nº 596/1967, e, neste decreto, ao pé da letra, não há proibição explícita ao uso residencial. Não há também a permissão explícita¹³⁶. Nesse sentido, é preciso compreender que, do ponto de vista jurídico, diante da legislação vigente, o uso residencial precisa ser expressamente acrescentado, para que habitações multifamiliares possam ocorrer em consonância com a lei.

No Programa de 2009, reitera-se muito dos problemas que, já vimos, são históricos do SCS, e que foram compilados no Projeto de 1997, embora em nenhum momento seja feita referência direta a ele. São aqui reafirmados, por exemplo: a preocupação em priorizar o pedestre; excesso de veículos nas vias e nos estacionamentos, que criam barreiras físicas; esvaziamento à noite e nos fins de semana etc.

136 A leitura que se faz desse tipo de legislação é que somente é permitido o que está explicitado. Assim, na prática, a ausência do uso residencial no rol de atividades permitidas a impede de existir. Contudo, entendemos que há uma diferença discursiva, ainda que sutil, entre dizer que algo é expressamente proibido e que sua omissão não a permite.

NOVOS PROJETOS, 2017

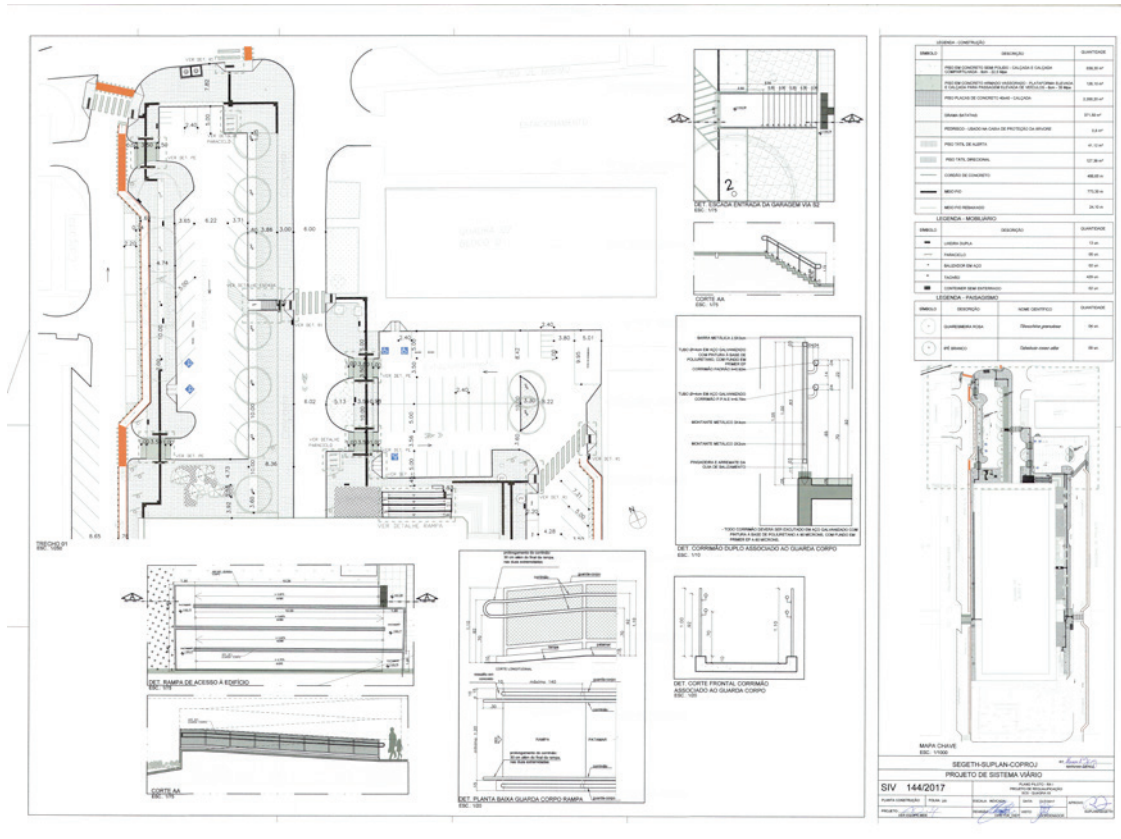


Figura 3.42: Projeto de requalificação da quadra 3
 Fonte: SIV 144/2007

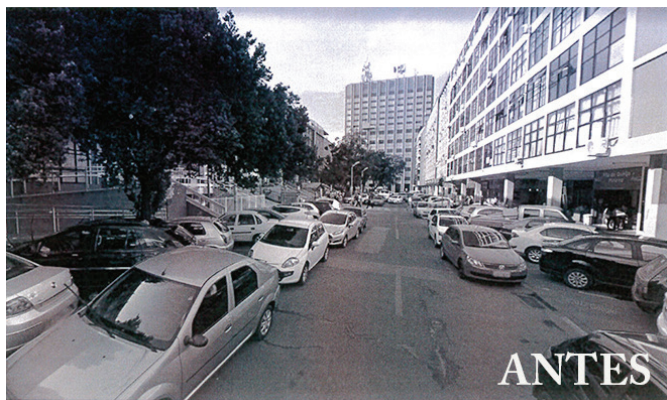


Figura 3.43: Imagens do projeto de requalificação da quadra 3
 Fonte: MDE 144/2007

O íterim entre o Programa de 2009 e os Projetos de 2017 foi marcado pela ausência de uma iniciativa mais ampla. Apesar da diretiva presente em 2009 de que as propostas pontuais fossem substituídas por projetos coordenados para os setores centrais, nesse longo interstício, não foi essa visão que predominou. Com a ausência de grandes planos, retornaram as ações menores e localizadas.

Os Projetos de 2017 foram desenvolvidos no contexto do governo Rodrigo Rollemberg, em que o Secretário de Estado da SEGETH^[137] foi o arquiteto e urbanista Thiago Teixeira de Andrade. E, pode-se dizer que vieram retomar algumas das iniciativas delineadas anteriormente. Aqui, novamente, faz-se menção ao cumprimento de exigência contida no Programa de Revitalização dos Setores Centrais, previsto pelo PDOT de 2009. Seguindo parcialmente a diretriz de empreender ações coordenadas entre os setores centrais, a iniciativa de 2017 contempla, no centro urbano, projetos para os Setores: Hoteleiro Sul, Comercial Sul e de Rádio e TV Sul. Todavia, mesmo para o SCS, a proposta não engloba sua totalidade, mas apenas três locais. Contudo, trouxemos para esta análise os Projetos de 2017 por entender que conformam um projeto de revitalização, já que fazem parte de um esforço projetual articulado.

No que tange ao SCS, estamos, de fato, diante de três projetos, aprovados em 2017. Cada um deles propõe uma ação em uma localidade do setor: i) requalificação da quadra 3^[138] (fig. 3.42 e 3.43); ii) requalificação da quadra 5^[139] (fig. 3.44 a 3.46); iii) revitalização da Praça do Povo (localizada na quadra 3)^[140] (fig. 3.47 e 3.48). Dos projetos estudados, estes dois são os únicos que se levam o nome de requalificação.

Os Projetos de 2017 foram os que mais avançaram em termos procedimentais, na medida em que, para as quadras, foram desenvolvidos os respectivos Memoriais Descritivos de Projeto (MDE) e Projetos de Sistema Viário (SIV). Já para a praça, além do Memorial, foi desenvolvido, também, o Projeto de Paisagismo (PSG). Esses projetos seguem o formato disciplinado pela INTC nº 2/98^[141]. Isso faz também com que os dese-

137 Em 1º de janeiro de 2015, foi criada a Secretaria de Gestão do Território e Habitação do Distrito Federal (SEGETH), sucedida pela atual SEDUH, em 1º de janeiro de 2019.

138 O projeto de requalificação da Quadra 3 do SCS está contido no projeto composto de MDE e SIV 144/2017, aprovado pela Portaria nº 5 de 9 de janeiro de 2017, publicada no DODF nº 7 de 10 de janeiro de 2018. A equipe de arquitetos e urbanistas responsável pelo desenvolvimento deste projeto foi formada por: Vicente Correia Lima Neto, Anamaria de Aragão, Clécio Rezende, e Mariana Gerez.

139 O projeto de requalificação da Quadra 5 do SCS está contido no projeto composto de MDE e SIV 096/2017, aprovado pela Portaria nº 6 de 11 de janeiro de 2018, publicada no DODF nº 11 de 16 de janeiro de 2018. A equipe de arquitetos e urbanistas responsável pelo desenvolvimento deste projeto foi formada por: Vicente Correia Lima Neto, Anamaria de Aragão, Clécio Rezende, Mariana Gerez e Marília Abrão.

140 O projeto de revitalização da Praça do Povo está contido no projeto composto de MDE e PSG 051/2016, aprovado pela mesma Portaria nº 5 de 9 de janeiro de 2017, que aprovou a requalificação da Quadra 3, publicada no DODF nº 7 de 10 de janeiro de 2018. A equipe de arquitetos e urbanistas responsável pelo desenvolvimento deste projeto foi formada por: Vicente Correia Lima Neto, Anamaria de Aragão, Clécio Rezende, Marcio Comas Brandão, Felipe Saraiva.

141 A INTC nº 2/98, já dissemos, dispõe sobre a apresentação de Projetos de Urbanismo. A instrução contempla, assim, a apresentação do memorial descritivo de projeto (MDE) e dos projetos de sistema viário (SIV) e paisagismo (PSG) entre outros.

nhos tenham caráter bem mais técnico e menos esquemático. Ainda assim, nos MDE, os projetos vêm acompanhados de simulações da transformação dos espaços, trazendo imagens renderizadas das situações atuais e de como ficariam após a implementação dos projetos.

Na iniciativa de 2017, os problemas identificados guardam muita similaridade com os mesmos que foram apontados na história do SCS e reforçados desde 1997. A problemática dos espaços de permanência degradados e espaços residuais inseguros mais uma vez ganha destaque. A questão da segurança, da mobilidade e da acessibilidade peatonal, ainda comprometida por algumas barreiras, pelo excesso de desníveis em alguns pontos e por passeios e rampas inadequados em diversos locais do setor, aparece novamente com protagonismo.

As chamadas requalificações das quadras 3 e 5 consistem, majoritariamente, em propostas de acessibilidade peatonal e arborização. Prevêem-se rotas acessíveis transversais ao SCS, em complemento ao Via Fácil e ao Via Central, e novo tratamento de: calçadas, rampas, escadas, corrimãos, sinalização tátil, travessias; rearranjo da distribuição de vagas de estacionamento; ciclovia (fig. 3.42, 3.45 e 3.46).

Na quadra 5, propõem-se a criação de “elementos-surpresa” em locais inusitados no SCS - paredes verdes, murais de arte, grandes pergolados (fig. 3.44) - que atraiam o usuário a tentar descobrir o Setor, **retirando a imagem de espaço degradado e marginal**” (grifamos) (MDE 096/2017, fl. 4/13). Na quadra 3, ganha destaque também a previsão de ligação cicloviária entre a ciclovia do canteiro central da via S3 e a do Eixo Monumental.

Percebe-se, nas imagens dos Projetos de 2017, que as propostas reverberam a mesma lógica de expulsão e limpeza das presenças incômodas.

As propostas para a quadra 3 complementam as de revitalização da Praça do Povo, cuja intervenção é mais substantiva. Pretende-se alterar seu paisagismo original, incluindo tratamento de desníveis para assegurar acessibilidade universal. São projetados novos níveis, rota acessível, nova paginação de piso, plantio de novas espécies vegetais, novo mobiliário e construção de elementos de cobertura e sombreamento, que visam a torná-la espaço de permanência mais convidativo (figuras 3.47 e 3.48).

Por terem propósitos muito bem delimitados, a questão de incluir moradias sequer aparece mencionada nos textos desses projetos. Já a questão de o SCS estar localizado na Zona Urbana do Conjunto Tombado (ZUCT) e, por esse motivo, apresentar restrições de preservação é apenas lançada, não havendo qualquer outra elaboração nesse sentido.

Consideramos válido mencionar que a Praça do Povo passou a ser bem menos utilizada depois da construção da passarela sobre a via de serviço na quadra 3, por ocasião da Via Central. A praça, para onde o fluxo de pedestres se desviava, passou a ter menos utilização como espaço de passagem, o que estaria associado à aceleração de seu processo

de degradação.

A ideia de movimentar o Setor no horário noturno e nos fins de semana é também novamente retomada. Reaparecem, nos diagnósticos e nas justificativas, os problemas de sinalização deficiente, arborização precária, entre outros. Um aspecto formal interessante a ser ressaltado nos Projetos de 2017 é a presença da anuência do IPHAN com relação aos projetos. À semelhança dos projetos anteriores, não se menciona a inclusão de novos usos no SCS. Em maio de 2021 pudemos verificar *in loco* que a Praça do Povo está em obras, dando andamento, portanto, a este projeto.



Figura 3.44: Imagens do resultado previsto da requalificação da quadra 5
Fonte: MDE 096/2017

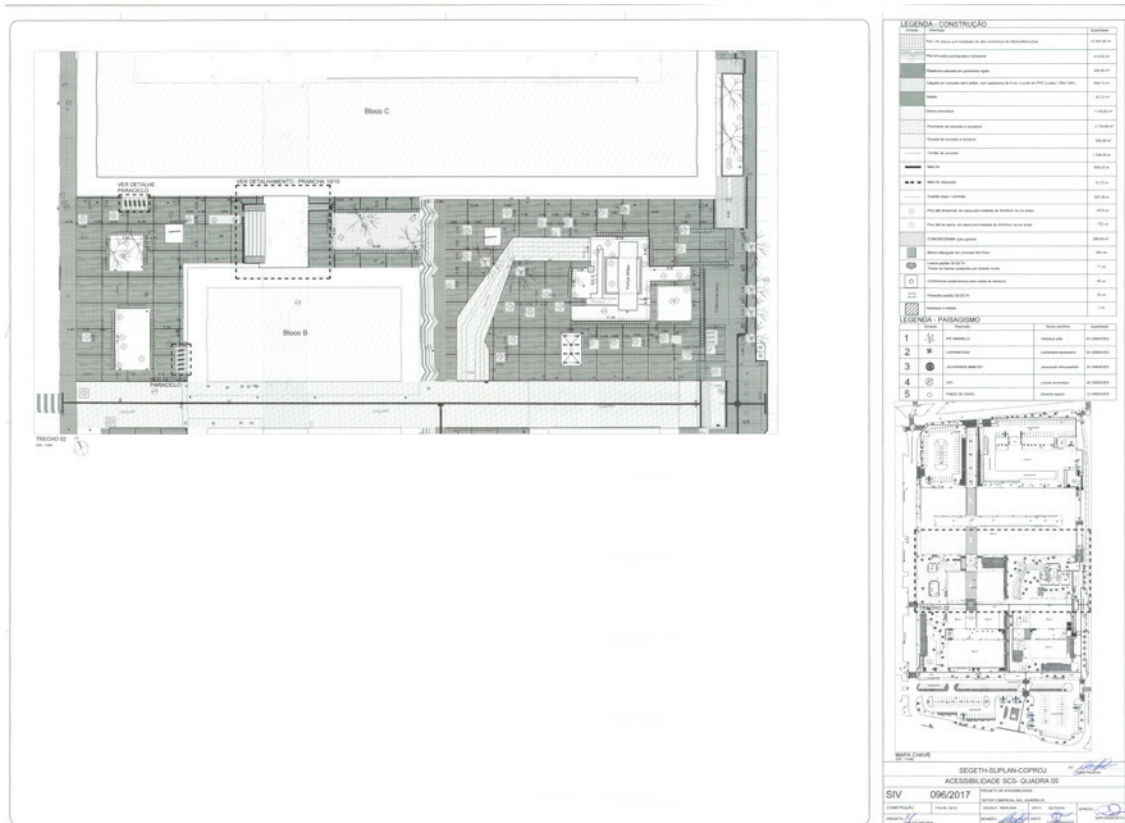


Figura 3.45: Projeto de requalificação da quadra 5
Fonte: SIV 096/2017

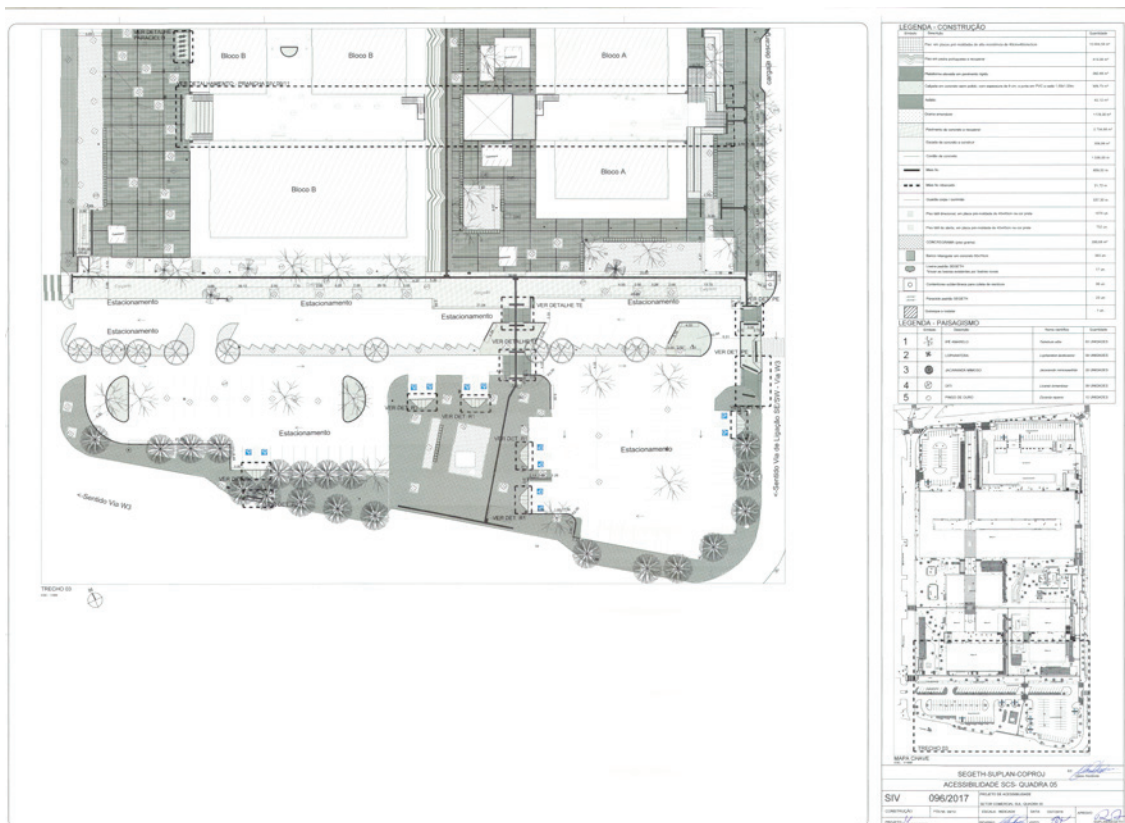
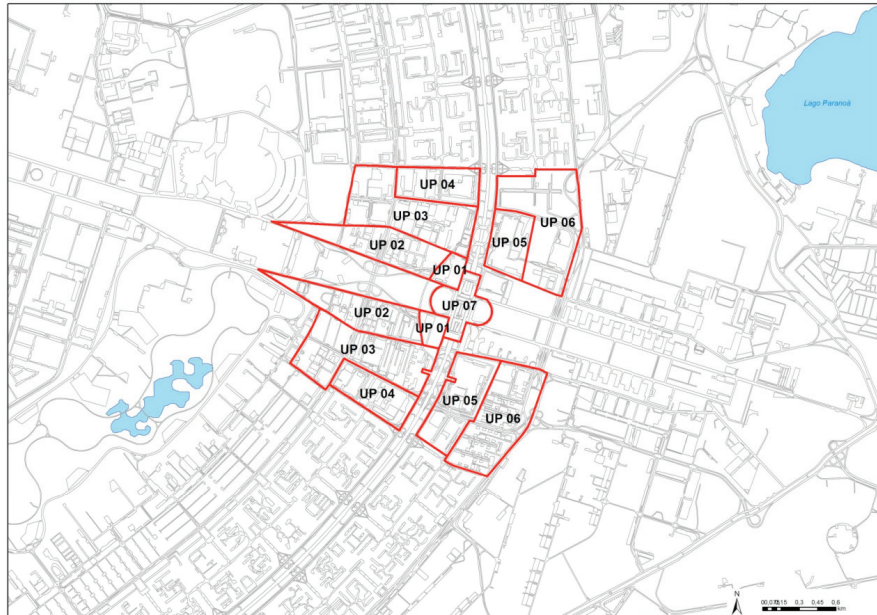


Figura 3.46: Projeto de requalificação da quadra 5
Fonte: SIV 096/2017

PLANO DE PRESERVAÇÃO DO CONJUNTO URBANÍSTICO DE BRASÍLIA (PPCUB), 2018

PLANILHA DE PARÂMETROS URBANÍSTICOS E DE PRESERVAÇÃO			COMPONENTES DE SALVAGUARDA			PURP 19
TP3	UP3	SETOR COMERCIAL NORTE E SUL – SCN e SCS; SETOR DE RÁDIO E TV NORTE e SUL – SRTVN e SRTVS	FORMA URBANA MAIOR VALCR	PAISAGEM URBANA MAIOR VALOR	HISTÓRICO MAIOR VALOR	



TP3	UP3	Folha 1 / 17		
-----	-----	--------------	--	--

Informação Técnica PLC PPCUB - ANEXO X TP3 (11208032) SEI 00390-00004204/2018-92 / pg. 33

Figura 3.49: Primeira folha da PURP 19
Fonte: Minuta PPCUB, Anexo X (SEDUH, 2018c)

O Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) foi elaborado no âmbito da SEDUH, no entanto, ainda não é legislação válida, porque não foi aprovado e publicado. Isso significa que ainda pode passar por mudanças. Trata-se de um trabalho iniciado há mais de 10 anos e que já passou por algumas versões. Pelo fato de ser um plano de longa história, não foi possível precisar a composição da equipe que o desenvolveu, já que diversos profissionais participaram de sua confecção. Para as análises desta dissertação, faremos uso da versão mais recente, disponível no sítio eletrônico da SEDUH desde agosto de 2018 (SEDUH 2018 a, b, c, d). Assim como os projetos de 2017, a versão do PPCUB utilizada para este estudo também foi desenvolvida no governo Rodrigo Rollemberg, em que o arquiteto e urbanista Thiago Teixeira de Andrade era o Secretário da SEGETH. Percebe-se que esta gestão foi marcada pela elaboração de diversos projetos. Contudo, alguns não foram a termo - naquele período ou mesmo depois.

O instrumento compõe-se de um corpo (texto da minuta do Projeto de Lei Complementar - PLC) e de diversos anexos, dentre os quais há mapas e Planilhas de Parâmetros Urbanísticos de Preservação (PURP), referentes aos Territórios de Preservação (TP) que formam o CUB. Considerando o escopo desta dissertação, utilizaremos: o corpo do texto do PLC; a PURP 19 (fig. 3.49), do Anexo X (que trata dos setores SCS,

SCN, SRTVS, SRTVN^[142]); o Anexo XVII (que traz o mapa contendo a proposta de ZEIS para o SCS. Fig. 3.50).

Ainda que se tenha modificado ao longo do tempo, desde o início, é possível identificar uma permanência na trajetória do PPCUB que, mesmo diante de futuras mudanças, deve ser mantida. Esta, sua essência por assim dizer, pode ser utilizada para defini-lo como três instrumentos em um só, destinado a cumprir três papéis centrais: i) instrumento de preservação patrimonial do Conjunto Urbanístico de Brasília; ii) legislação de uso e ocupação do solo; iii) Plano de Desenvolvimento Local (PDL) da Unidade de Planejamento Territorial (UPT) Central, cumprindo exigência contida no PDOT de 2009.

Assim como todos os projetos para o centro urbano posteriores a 2009, o PPCUB retoma a menção ao PDOT e ao programa de revitalização dos Setores Centrais. Entretanto, ao contrário dos demais projetos, que se detêm nas mesmas questões repetidamente apontadas, tais como a preocupação com o pedestre, o PPCUB traz apenas diretrizes de ações de projeto nesse sentido, e poucas propostas concretas. Acreditamos que isso se deva à sua natureza, como instrumento legislativo. Pela mesma razão, o texto não se delonga em justificativas de suas ações. A única questão que o instrumento trata mais diretamente é a da inserção habitacional no SCS. É preciso ter em conta que se trata de um instrumento amplo, que contém previsões de planos, projetos e programas a serem desenvolvidos para áreas do CUB em momentos posteriores. No que tange aos parâmetros de uso e ocupação do solo, o PPCUB contempla o uso residencial com destinação para HIS, na lista de permissões do SCS. Nesse sentido, o instrumento cumpriria seu segundo papel, trazendo não só essa previsão do uso, mas também os demais parâmetros urbanísticos aplicáveis (SEDUH, 2018 a, c).

O PPCUB toma como premissa que há processo de esvaziamento, deterioração e decadência do SCS em curso, o que resultaria na perda progressiva da função agregadora. Reiteramos que, segundo dados de 2017 da SEDUH, estimou-se em 25% o total de imóveis vazios no Setor. Nesse contexto, coloca na proposta de inserir habitações a potência para despertar o centro do Plano Piloto e reavivar sua típica função gregária.

A orientação está sintetizada no art. 25, inciso II: “(...) a revisão dos usos nos centros urbanos, por meio da inserção de habitação, despertando a cidade para seu core e criando todas as condições físicas e jurídicas capazes de estimular o cumprimento da função agregadora própria ao centro da cidade” (SEDUH, 2018a). A necessidade de que haja diversidade de utilização é tônica, sistematicamente, reiterada no PLC. Assim, quanto aos usos propriamente ditos, no art. 18, que traz as diretrizes gerais do Plano, inciso X, encontramos: “(...) permissão de flexibilização de usos, respeitadas as caracte-

142 Setor Comercial Norte (SCN); Setor de Rádio e TV Sul (SRTVS); Setor de Rádio e TV Norte (SRTVN)

rísticas fundamentais do CUB e do estabelecido pelo documento Brasília Revisitada” (SEDUH, 2018a). Lembremos a observação já feita de que no *Brasília 57-85*, para o SCS, está contida expressa recomendação de “Admitir qualquer uso não residencial, compatível com o centro urbano, exceto apart-hotel” (COSTA, M.E., LIMA, 1985, p. 75), mas que a mesma determinação não foi incorporada ao *Brasília Revisitada*.

É sobretudo na noção de que é preciso efetivar a escala, e de que essa é a forma para fazê-lo, que a proposta do PPCUB se apoia. É interessante reparar que o instrumento se utiliza quase textualmente do discurso de Lucio Costa no referido documento. No que concerne à escala gregária, Costa prossegue com instruções de:

Reexaminar os projetos dos setores centrais, sobretudo os ainda pouco edificados, no sentido de propiciar a **efetiva existência da escala gregária** (...) Neste mesmo sentido, **não insistir na excessiva setorização de usos no centro urbano** — aliás, de um modo geral, nas áreas não residenciais da cidade, excetuando o centro cívico. O que o plano propôs foi apenas a **predominância de certos usos**, como ocorre naturalmente nas cidades espontâneas. (COSTA, L., 2007, p. 89) (grifamos)

O PPCUB contempla um capítulo sobre planos, projetos e programas, os quais estão classificados em 5 eixos. A iniciativa de incluir HIS no SCS aparece nos eixos 2 e 5. E, com mais ênfase, neste último (art. 76, inciso V):

Eixo 5 – Inserção de Habitação de Interesse Social: tem como objetivo a promoção de moradia de qualidade, por meio da inserção de habitação de interesse social em áreas centrais dotadas de infraestrutura e serviços, de forma a contribuir para redução da desigualdade socioespacial no território do Distrito Federal (SEDUH, 2018a).

Quanto à forma para viabilizar essa iniciativa, nos mesmos eixos de projetos, o instrumento prevê a criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), instituto jurídico e político previsto no Estatuto da Cidade. Cabe, aqui, rápida digressão sobre o instituto da ZEIS, cujo propósito é promover a inclusão territorial de parcela menos favorecida da população. Conforme elucida a cartilha do Ministério das Cidades (BRASIL, 2009), a propositura de ZEIS no zoneamento das cidades representa a previsão de terras ou áreas para implantação de HIS. Há dois tipos mais comuns de ZEIS: as de regularização e as de vazios. Estas últimas têm por objetivo aproveitar áreas vazias (não edificadas ou edificadas mas subutilizadas), em regiões urbanizadas da cidade, para aumentar a oferta de HIS. Outro fator que não pode ser desconsiderado é o dos custos, que são reduzidos em razão de o Estado não precisar arcar com toda uma nova urbanização da área. No entanto, no caso do SCS, será necessário ponderar a viabilidade dos custos de adaptação das salas comerciais existentes para abrigar unidades habitacionais. Trata-se, porém, de questão para posterior estudo, que ficará aqui apenas para fins de reflexão.

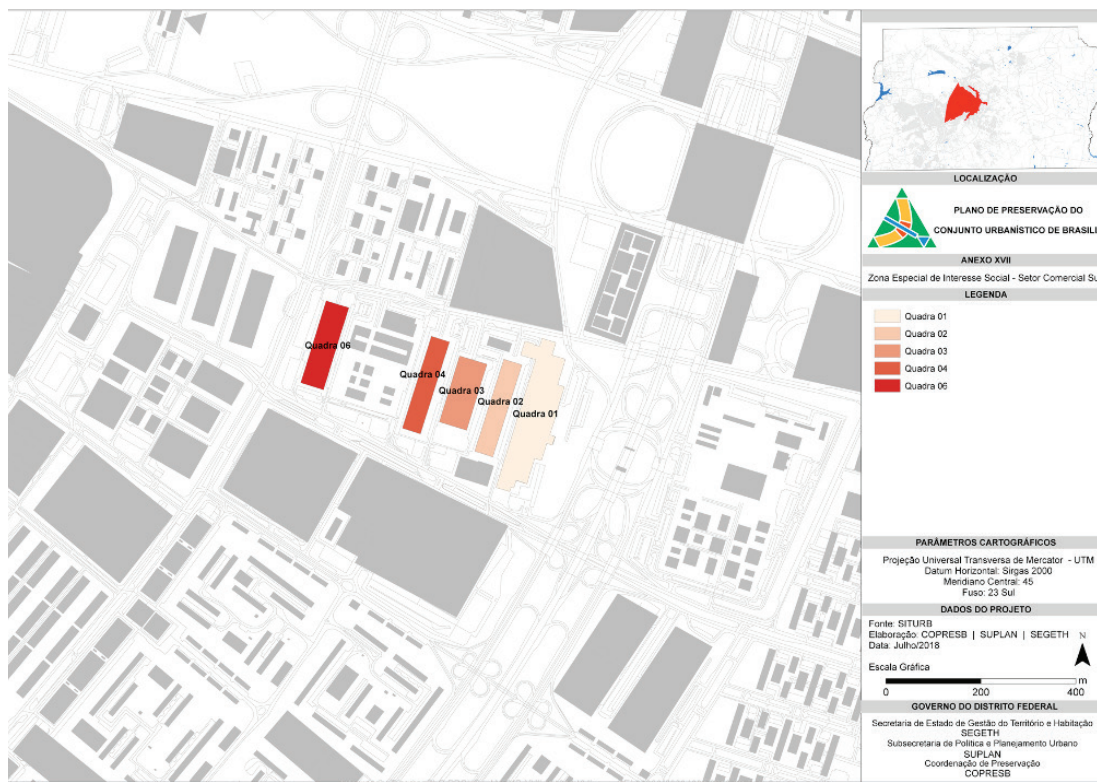


Figura 3.50: Mapa ZEIS SCS

Fonte: minuta PPCUB, Anexo XVII (SEDUH, 2018d)

Também em decorrência de sua natureza de lei, o PPCUB, em regra, não traz desenhos, sejam técnicos, sejam esquemáticos, das propostas que lança, exceção feita a alguns mapas, que visam a facilitar a compreensão do texto. No caso do SCS, fazemos menção ao mapa que localiza a ZEIS contido no Anexo XVII (fig. 3.50).

Para o Setor, está concebida a criação de uma ZEIS de vazio, nas quadras 1 a 4 e 6 (SEDUH, 2018d), em que se pretende, nos termos de seu art. 25: “(...) a inserção de habitação nos setores centrais, condicionada à preservação da paisagem urbana histórica moderna e à reabilitação dos edifícios, quando for o caso” (SEDUH, 2018 a). A ideia colocada é permitir, nas quadras designadas, o uso misto (residencial associado a outro), mantendo a predominância comercial que dá nome ao setor. A implementação, contudo, está legada para que, posteriormente à vigência do PPCUB, se desenvolva um Programa de Inserção de Habitação de Interesse Social (PIHIS), associado a cada ZEIS.

A questão do déficit habitacional no Brasil não é nova, e o Distrito Federal não é exceção ao cenário nacional. Segundo pesquisa realizada em 2017, pela SEDUH, do total de 186.169 famílias inscritas no programa da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (CODHAB), 36.075, o equivalente a 19%, localizam-se na Unidade de Planejamento Territorial (UPT) Central (SEDUH, 2017a). Trata-se, conforme aponta a pasta, do 2º maior déficit no DF. Outro dado relevante fornecido pelo órgão diz respeito à concentração de empregos: “(...) em 2015, o Plano Piloto abrigava

41,53% dos empregos totais da cidade, mas só 7,2% de sua população. Isso equivale a cerca de 434.318 trabalhadores que se deslocam diariamente para trabalhar no Plano das demais Regiões Administrativas do DF (...)” (SEDUH, 2017c).

O direito à moradia foi reconhecido como requisito para a dignidade da pessoa humana em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Posteriormente, foi recepcionado na Constituição Federal de 1988, por meio do artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000. A Lei Orgânica do DF, nos artigos nº 327 a 331, e a Lei Distrital nº 3.877, de 26 de junho de 2006, que trata da Política Habitacional no DF, também estabelecem o dever de o Estado promover a política com vistas à solução da carência habitacional. E, está entre as competências da SEDUH elaborar e gerir a política habitacional do DF. Ficou estipulado, além disso, que a prioridade deve ser conferida para a população de baixa e média rendas (SEDUH, 2017b). Nesse sentido, consideramos pertinente apontar que o PPCUB coaduna-se com instrução contida na política habitacional:

Trata-se de preservar a escala gregária, não somente pela manutenção de seus espaços construídos e usos, mas pelo empoderamento dos atores responsáveis por sua vitalidade, os prestadores de serviços, os comerciantes, os ambulantes, os moradores de rua. Nesse sentido a fixação dessa população nas áreas centrais do plano piloto pode trazer, além de justiça social, a preservação das relações sociais inerentes e das características essenciais de cada setor. Mas isso depende de uma luta contínua pelo direito à cidade, com a articulação de ações que garantam a preservação da paisagem urbana histórica às estratégias de provimento habitacional em áreas subutilizadas (SEDUH, 2017b).

Assim, vê-se que o instrumento está calcado em duas premissas. A primeira delas consiste na compreensão de que prever moradias não colocaria em risco a preservação da escala gregária e do SCS. Pelo contrário: as habitações, ao reativarem a função agregadora do Setor, contribuiriam para consolidar a própria escala e, por conseguinte, para assegurar a proteção patrimonial. A segunda constitui-se no entendimento de que as HIS poderiam operar como instrumento de democratização do centro urbano e do próprio patrimônio, ampliando o reconhecimento de seu valor sociocultural pelos cidadãos brasilienses. Entendemos que esta é, de fato, a discussão que deve ser empreendida e que estamos diante do embate que reflete a luta pelo direito à cidade. No que parece ser tentativa de reduzir disparidades é que a proposta de HIS no SCS se insere. E, no escopo da política habitacional, é explicitada a prioridade a ser conferida à população que trabalha no CUB.

Ao autorizar a ocupação do centro com HIS, pode-se argumentar que o governo se apoia tanto na prescrição do direito à cidade, como preconizado por Henri Lefebvre (2001), quanto no próprio discurso original do plano-piloto, retomado por Lucio Costa em *Brasília Revisitada*. Recobra-se, também, o conceito da função social da propriedade,

como previsto na Constituição de 1988 e no Estatuto da Cidade, de 2001, como meio de contribuir para a promoção de igualdade social.

Embora o PPCUB aborde a previsão de HIS no SCS como estratégia para reduzir o déficit habitacional, não foram localizadas informações acerca da quantidade de pessoas que poderiam ser atendidas pelo projeto. Com efeito, nos parece que se trata mais de buscar diversificar e deselitizar o Plano Piloto - provendo algum acesso à moradia social - do que, propriamente, de procurar sanar o déficit habitacional que aflige a UPT Central. O projeto de HIS no SCS poderia, inclusive, operar como iniciativa pioneira, com potencial para reprodução futura em outros setores do CUB. Nesse sentido, o PPCUB encampa, sobretudo, a discussão, atual e necessária, no que tange à democratização do Plano Piloto.

Se, por um lado, é renovador testemunhar alguma abordagem social na minuta de instrumento legislativo de tamanha monta, por outro, é necessário ponderar sobre as consequências negativas que podem decorrer dessa proposta. Uma delas seria a possível descaracterização do Setor e o comprometimento patrimonial. A outra, não alardeada, é a possibilidade de especulação imobiliária e o risco de que o novo uso residencial catalise o processo de gentrificação do SCS. Não faltam exemplos em que discursos de requalificação ou de revitalização (retórica abundante no PPCUB) foram encampados pelo capital empreendedor para se beneficiar da revalorização de áreas antes em processo de degradação. Assim, nos parece imprescindível que haja interesse, consciência e envolvimento popular, de um lado, e protagonismo governamental para equilibrar as forças sociais com as demandas de mercado e do setor produtivo, de outro.

Até meados de 2019, a ideia de permitir moradias no SCS, que estava quase restrita ao âmbito governamental (e com alguma presença na esfera acadêmica), começou a ganhar as ruas, graças ao envolvimento da mídia. No dia 23 de junho de 2019, justamente o jornal *Correio Braziliense* divulgou reportagem acerca do assunto. Logo em seguida, o tema entrou na pauta da rádio CBN (24/6/2019), que contou com manifestações de representante do GDF, do presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do DF (CAU/DF) e de um dos fundadores de um coletivo cultural que atua no Setor. Em seguida, o tópico apareceu no DFTV, jornal televisivo de amplo alcance (25/6/2019), ocasião em que alguns frequentadores e pessoas que trabalham no SCS foram entrevistadas. Depois dessas ocasiões, ganhou ainda algumas outras menções. Polêmica, a proposta ainda tem pouca repercussão, mas ensejou, do lado da sociedade civil, tanto manifestações favoráveis quanto contrárias.

É preciso, de início, chamar atenção para a diferença, aparentemente sutil, porém fundamental, entre o que consta no PPCUB e aquilo que se veiculou nos meios de comunicação. No primeiro, trabalha-se com a inserção de HIS; no segundo, apenas se fala na permissão do uso residencial, deixando implícito que habitações de qualquer

natureza seriam autorizadas. Embora entendamos ser pertinente investigar o porquê dessa assimetria de informações, já que essa mudança pode impactar o resultado quanto à democratização do centro, não iremos, aqui, enveredar por este caminho.

PROGRAMA VIVA CENTRO!, 2020

É nesse contexto, em que o debate ganhou alguma projeção junto à mídia e à sociedade, que surge o Programa Viva Centro!. Assim como o PPCUB, o novo Programa de Revitalização do Setor Comercial Sul, denominado de “Viva Centro!”, consiste em uma minuta de Projeto de Lei Complementar (PLC), ainda em trabalho por parte da SEDUH. O Viva Centro! foi inicialmente lançado em 2020. Supomos que a demora na aprovação do PPCUB (instrumento bem mais abrangente e complexo), aliada à pressão do mercado imobiliário para que se priorizem ações com o objetivo de dinamizar o Setor, tenham motivado seu descolamento do PPCUB.

Ainda que se trate de uma minuta em fase inicial, portanto, sujeita a muitas modificações, entendemos que justamente a ação de separar a intervenção sobre o SCS do PPCUB e de construir uma proposta em torno da permissão das habitações no SCS, torna-o relevante para nossa análise, ainda que esta seja breve. Por estar ainda em momento muito incipiente, por ora, o Viva Centro! compõe-se apenas da minuta do PLC e de uma apresentação estruturada pela SEDUH. Ao contrário do que se verifica com os demais Projetos de Revitalização, o Viva Centro! ainda não dispõe de projetos de urbanismo, ou de paisagismo, ou de desenhos técnicos.

A minuta do PLC do Programa foi objeto de uma reunião pública, realizada no dia 28 de setembro de 2020, e de uma audiência pública, 23 de novembro de 2020^[143]. Além disso, segundo a página oficial da SEDUH, foi examinado pelo IPHAN e apresentado para o Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Conplan), órgão máximo colegiado do Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Sisplan). Ao que tudo indica, a iniciativa corre de forma expedita.

Tanto a reunião quanto a audiência públicas (ambos eventos dos quais participamos) confirmam que há diversos atores envolvidos, que há dissenso e que a cidade é o lugar do conflito. Não há uma polarização entre os agentes institucionais e os agentes privados, há antes um embate de visões sobre as pautas que devem ser priorizadas e sobre quem deve ser favorecido com as propostas. Em última análise, há uma disputa entre, de um lado, os que enxergam o Setor como lugar que precisa ser higienizado e valorizado (como algumas entidades ligadas aos empresários e ao comércio); de outro, os coletivos que atuam no Setor, a população mais vulnerável e as entidades sociais, que defendem a necessidade de o governo atuar para garantir proteção aos mais necessitados.

Assim como todos os projetos de revitalização propostos a partir de 2009, o Viva Centro! se propõe ao atendimento da estratégia de revitalização dos conjuntos urbanos prevista no PDOT de 2009. O Programa prevê intervenção nas quadras 1 a 6. E seus objetivos estão elencados no artigo 3º da minuta:

143 Ambas realizadas virtualmente em razão da pandemia do novo coronavírus.

Art. 3º O objetivo do Programa é dinamizar a área e resgatar a função de centro urbano, elemento fundamental da Escala Gregária do Conjunto Urbanístico de Brasília, aliado à promoção do desenvolvimento econômico e à apropriação cultural e social do espaço. Parágrafo único. São objetivos específicos do Programa:

- I - fortalecer as atividades características da escala gregária do SCS; II - consolidar o SCS como referência em cultura e inovação;
- III - requalificar os espaços urbanos;
- IV - renovar edificações degradadas e obsoletas;
- V - proporcionar espaços de convívio e tratar os espaços de conflito;
- VI - diversificar usos, com inserção do uso habitacional, visando evitar o esvaziamento fora do horário comercial;
- VII - promover a oferta de habitação de interesse social em local dotado de infraestrutura e próximo à concentração de emprego;
- VIII - reduzir os deslocamentos casa-trabalho. (SEDUH, 2020a)

O Viva Centro! utiliza-se do discurso da degradação, e depreende-se que a inserção habitacional objetiva a evitar o esvaziamento do SCS. O PLC é composto de cinco eixos estratégicos de ação para os quais se estabelecem diretrizes: 1) qualificação dos espaços públicos (em que se prevê acessibilidade e modernização); 2) habitação (em que se propõe promover HIS, para garantir moradia próxima ao emprego, implicando redução de deslocamento); 3) inserção social (em que se propõe acolhida social e inserção na cidade da população vulnerável); 4) fortalecimento cultural (que visa estimular a apropriação cultural dos espaços, criando um circuito cultural e condições diferenciadas de funcionamento); 5) desenvolvimento da economia local (por meio de incentivos à integração pedestre-comércio e à diversificação de atividades). O Programa diz basear-se em uma visão integrada da revitalização do SCS e parte do entendimento de que a solução exige pactuação entre os atores (órgãos públicos, comunidade local, segmentos atuantes, iniciativa privada etc.) e ações de cada parte.

No Eixo 1, o Programa prevê a execução dos Projetos de 2017 e outros investimentos em urbanização (reiteradamente apontados ao longo dos anos), tais como melhorias de calçadas, rampas, ciclovias, paisagismo, arborização das praças, melhoria da iluminação e da sinalização urbanas, investimentos em mobiliário urbano nos espaços de convívio, entre outros.

Uma vez que estamos direcionando nosso olhar para a possibilidade de moradias no SCS, interessa-nos, em particular, o Eixo 2. Para ele, as diretrizes estão previstas no art. 7º.

Art. 7º O Eixo Habitação tem como diretrizes:

- I - dinamização do Setor com a inserção do uso habitacional em até 30% da área total construída da área de intervenção do Programa, excluídos térreo, sobreloja e subsolo dos edifícios;
- II - oferta de uso habitacional vinculada ao atendimento prioritário da população com faixas de renda familiar de até 12 salários mínimos;

III - adoção de incentivos e contrapartidas que viabilizem a destinação de, no mínimo, 25% da área admitida para uso habitacional em unidades para moradia da população de baixa renda, na forma de doação de imóveis à Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB para utilização em Locação Social ou outros programas sem transferência de propriedade;

IV - em caso das unidades doadas como contrapartida, priorização, pela CODHAB, no atendimento aos ambulantes, comerciários e outras pessoas que contribuem para a vitalidade do SCS;

V - oferta de linhas específicas de financiamento destinadas à aquisição do imóvel e à adequação ao uso habitacional, para as unidades imobiliárias de interesse social;

VI - definição de instrumentos urbanísticos e regramentos específicos para compatibilização entre os diversos usos e atividades;

VII - limitação de 60m² como área máxima da unidade habitacional, excluindo área comum e garagem;

VIII - dispensa da exigência de vagas de veículos para uso residencial e proibição de acréscimo de ampliação de área de estacionamento nos edifícios existentes;

IX - obrigatoriedade de atividade econômica no pavimento térreo.

(...)

Art. 13. O pagamento de Outorga Onerosa de Alteração de Uso - ONALT no caso de alteração para uso habitacional é feita na forma de doação de unidades habitacionais localizadas no Setor Comercial Sul, destinadas à política habitacional do DF e voltadas a programas habitacionais que não permitem a transferência de propriedade.

Art. 14. Fica criado o Comitê de Gestão Participativa do Programa Viva Centro!, como sistema contínuo de gestão participativa, nas fases de detalhamento, implantação, acompanhamento, monitoramento e avaliação de resultados do Programa. (SEDUH, 2020a)

A nosso ver, a proposta de habitação apresenta-se mais assertiva que a contida no PPCUB (que posterga a maior parte das definições para um momento posterior) e avança em alguns aspectos. Contudo, é passível de diversas críticas. Embora esteja, aparentemente, contido o viés social, ele se mostra insuficiente para assegurar que a população de mais baixa renda seja priorizada. Abre-se mão da exclusividade de HIS para permitir quaisquer tipos de habitação, limitando-as apenas pela metragem quadrada^[144], 60m², e pela prioridade de faixa de renda dos adquirentes. Não se vinculam as unidades residenciais exclusivamente a programas habitacionais. Também não há detalhamento dos meios para promover HIS no SCS nem de estratégias e instrumentos para manter a população mais vulnerável e frear a especulação imobiliária e a gentrificação, que o desenvolvimento do programa pode acabar por promover.

No Viva Centro! não aparecem explicitamente as duas argumentações sobre as quais se baseiam a proposta residencial no PPCUB (lembremos: de que residências

144 Embora possa não parecer à primeira vista, trata-se de uma metragem quadrada relativamente alta, que hoje equivale ao que o Código de Edificações de Brasília, Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018, estabelece como metragem mínima para apartamentos de três quartos.

podem funcionar como meio de ativar a função gregária, preservando a escala, e que elas podem atuar como instrumentos de democratização do centro urbano). Segundo o artigo 4º deste Programa, o que se propõe a salvaguardar são: a forma urbana (com a manutenção dos parâmetros de ocupação vigentes e do uso predominante do Setor, que permanece não habitacional, uma vez que é permitida porcentagem máxima de 30% da área construída para habitações); o valor histórico-cultural do SCS original e consolidado ao longo dos anos; a paisagem urbana (incluindo edificações e espaços de uso comum). É a isso - e não ao uso e à manutenção estrita da setorização - que o Programa atrela a questão de preservação patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO 3

A investigação pelos jornais evidenciou temáticas que permearam a história do SCS. Já a análise dos projetos de revitalização nos mostrou clara relação entre essas temáticas históricas e as propostas apresentadas pela esfera institucional para lidar com elas. Ao longo dos anos, viu-se que muitos dos problemas continuavam a ser apontados e muitas das soluções continuavam a ser reapresentadas, indicando ou a falta de implementação delas, ou a insuficiência das respostas mostradas.

Da análise dos projetos de revitalização, algumas questões nos chamaram atenção. A primeira delas foi identificar que, ao longo do tempo, a noção do SCS como centralidade na cidade foi sistematicamente trazida (inclusive, pela quantidade de propostas que foram elaboradas para o Setor) e a fluidez peatonal do SCS foi reiteradamente tratada como elemento que deveria ser priorizado. Nesse sentido, supusemos, no capítulo 1, que a ausência das vias locais no projeto de 1960, significasse a intenção de aderir ao que prescrevera o RPPB. Do mesmo modo, o projeto do sistema de circulação a pé (franco e protegido por galerias e marquises) significava conferir fluidez ao caminhar das pessoas. No entanto, a não-aderência completa a ambos desde o início do Setor, nos parece ter sido uma questão fulcral que várias iniciativas e projetos de revitalização posteriores trabalharam no sentido de resgatar. A cada projeto e intervenção, percebe-se que houve continuidade e progresso no sentido de investir na materialização desses princípios basilares. Como já apontamos na temática do trânsito, tentar resolver os problemas associados a congestionamentos e estacionamento pautou a maior parte das iniciativas pontuais no SCS até o início dos anos 1990; já nos projetos de revitalização, a perspectiva de facilitar o deslocamento dos pedestres foi a mola-mestra de boa parte das intervenções que foram executadas.

É necessário ter em conta que os projetos de revitalização reverberam uma posição

ideológica e é preciso refletir sobre a quem eles se destinam. O que se verifica neles, em regra - e que, parecia, se romper com o PPCUB - ainda é a priorização de uma lógica hegemônica em que as presenças incômodas não são levadas em conta nas iniciativas - ou são mencionadas para indicar a necessidade de sua remoção. Parece-nos que o SCS, passados os anos de ouro e até muito recentemente, não mobilizou tantos interesses de ação, haja vista a lentidão com que as soluções se implementaram - ou mesmo a ausência de sua concretização. Entendemos que essa perspectiva vem se alterando, e o Setor vem sendo progressivamente olhado com mais relevância. Assim, é possível identificar, de 2018 até hoje, um movimento de vontades para que o Setor saia do que é identificado como um processo de decadência.

Outra conclusão que tiramos diz respeito a uma leitura que, a nosso ver, subjaz a todos os projetos de revitalização (está rapidamente trazida no PPCUB e mais claramente colocada no Viva Centro!): a de que a força e a potência do projeto do SCS não se perderiam com a inserção de novos usos, mesmo o residencial, porque não está aí, mas sim na forma e na paisagem urbanas do Setor, sua essência. Apesar de essa ter sido uma discussão evitada na maioria dos projetos de revitalização, é possível depreender que os diagnósticos desses trabalhos identificaram o cerne do Setor na morfologia e na implantação, e não nos usos. Na prática, vê-se que foi em torno disso que as propostas se estruturaram para reforçar e manter, ainda que apenas o discurso do Viva Centro! gravite explicitamente para esse argumento.

Recordemos que o ponto de partida desta pesquisa foi a proposta em elaboração no âmbito da SEDUH para que se permitam habitações de interesse social (HIS) no Setor Comercial Sul, como forma de reverter o que é identificado como um processo de esvaziamento e decadência. A proposição compôs, originalmente, a minuta do Projeto de Lei Complementar do PPCUB de 2018 e nos suscitou tanto dúvidas quanto interesses. A partir dela, um novelo de questionamentos se fez, e o caminho trilhado por essa pesquisa foi de contribuir com o debate premente não somente de permitir residências no centro urbano, mas também de democratizá-lo, sob uma perspectiva inclusiva de direito à cidade. Para pensar e refletir o SCS, valemo-nos, principalmente, da elaboração de uma narrativa de sua história, desde o início até 2014, que buscou compreender o modo como o Setor foi projetado, construído, vivenciado, enxergado, pensado e reprojetoado ao longo do tempo.

Tendo aquele como ponto de partida, várias questões se apresentaram. Nos perguntamos de onde havia saído a ideia de colocar residências na área central de um núcleo urbano tão setorizado? Teria a ideia causado controvérsia? Tratava-se de uma proposta nova ou ela já havia estado presente em outros momentos sem ir adiante? Já teria havido moradias no Setor? Isso teria sido objeto de polêmica ou não? Esses questionamentos ensejaram outros tantos e, na tentativa de respondê-los, julgamos que a melhor forma para fazê-lo seria obtendo uma compreensão ampliada sobre aquele lugar.

Para isso, decidimos buscar respostas na história do SCS. Começamos por investigar sua concepção, sua construção física e seus processos de transformação. Iniciamos pela questão: como o SCS fora concebido originalmente? Assim, nossa investigação se debruçou sobre a própria gênese do Setor: o Relatório do Plano Piloto de Brasília, elaborado por Lucio Costa e vencedor do certame para a Nova Capital. Nele nos interessou compreender o que estava inicialmente proposto para aquela área do centro urbano. Quais diretrizes, elementos de projeto, princípios haviam sido pensados por Costa. O que havia lá de essencial? O escrutínio do RPPB foi seguido pelo do projeto de urbanismo da década de 1960, composto por: Plantas de Térreo (SCS-2 2-8) e de Pavimento-tipo (SCS-2 3-10), CE 1/1 a 7/1 e Decreto “N” nº 596/1967. Este projeto foi fundamental para dar ao Setor sua forma urbana. Comparamos, então, o contido no RPPB ao projeto

de urbanismo que fora desenvolvido para o SCS na década de 1960, cuja autoria não conseguimos precisar.

O olhar sobre o planejado, o projetado e o construído compôs o arcabouço de nosso capítulo 1. Das análises, pudemos tirar algumas conclusões. À primeira vista, plano e projeto parecem bem distintos. Porém, ao olhar de modo mais aprofundado para ambos e examinando um à luz do outro, pudemos confirmar que, embora o projeto seja diferente do desenhado no plano-piloto, ele reflete claramente elementos que estavam ali contidos. Há, a nosso ver, mais semelhanças do que diferenças. Ousamos dizer que um e outro seguem quase uma lógica de partido (RPPB) e projeto executivo (projeto de 1960). Ao comparar os dois fica patente que quem desenvolveu o projeto de 1960 estava imbuído do intento de captar a essência do RPPB e traduzi-la. Percebemos que houve clareza e intencionalidade projetual em identificar quais eram os princípios e os elementos centrais delineados no RPPB sobre o Setor e extraí-los, de modo a assimilá-los a um projeto. Fica evidente também que, com muita competência e habilidade, o projeto de urbanismo incorporou não somente esses elementos, mas também outros imprevistos, em particular, a complexificação topográfica que resultou do deslocamento do conjunto urbano em direção ao Lago Paranoá.

Do RPPB para o projeto de 1960, conforme observamos, foram trazidos: a posição do SCS no conjunto da Asa Sul, o contorno trapezoidal, o assentamento dos blocos em consonância com as curvas de nível, o formato alongado dos blocos retangulares paralelos ao eixo rodoviário e à W3, a previsão de estacionamento em dois níveis, a presença de ruas de serviço em subsolo, a ideia de térreo e sobreloja a partir dos quais se desenvolvem áreas interligadas cobertas, a conectividade de fluxos a pé, por meio da posição dos blocos e do sistema de deslocamento protegido de galerias e marquises. Quanto aos usos, apontamos que o texto do RPPB continha um direcionamento, mas não uma rigidez absoluta, o que é corroborado, inclusive, por uma certa imprecisão de nomenclaturas. Aliás, uma questão que já de início observamos é que nunca houve tanta rigidez de uso quanto o nome do Setor indica e se fez parecer. Com efeito, nos pareceu que desde o RPPB questões como a morfologia do Setor, a implantação dos blocos e a conexão entre eles, bem como o sistema viário e o caminhar do pedestre colocavam-se como elementos superiormente definidores da essência daquele Setor, embora a questão do uso tenha sido mais lugar-comum do que essas outras.

Em nossa análise RPPB-projeto de 1960, dois elementos chamaram especial atenção. Observamos que um princípio basilar trazido da Carta de Atenas para o plano-piloto foi o de separação entre os fluxos de pedestres e veículos, mas isso não foi completamente materializado na prática de início. E, para o deslocamento do pedestre, um componente complementar essencial no Relatório era a previsão de uma marquise interligando os edifícios e garantindo ao pedestre o caminhar livre, desimpedido, animado

por lojas e protegido das intempéries. Esse sistema também foi parcialmente construído de início, sendo completado apenas em 2012, com a Via Central.

Quanto à incorporar a separação de fluxos ao projetado em 1960 e ao construído, não pudemos precisar em que ponto essa determinação tomou outro formato. Fato é que as Plantas de Térreo e Pavimentos-tipo trouxeram indicação da locação das vias de serviço (em nível de subsolo) e as silhuetas dos estacionamentos localizados em suas bordas externas do Setor, em consonância com o RPPB. Contudo, o conflito pedestre-veículos se deu quando da abertura das vias de circulação locais, que separam as quadras do SCS, em que o fluxo de veículos foi priorizado. Imaginamos que a abertura dessas vias tenha decorrido de uma decisão mais política do que técnica, todavia, não pudemos corroborar essa suposição. Quanto à ligação entre os blocos de modo a favorecer o pedestre, o RPPB propunha um partido mais simples de distribuição dos edifícios e de conexão entre eles. No projeto de 1960, observamos um rebuscamento da solução, com um sistema interessante de galerias e marquises. No salto do projetado para o construído, esta foi outra situação que restou bastante alterada. Conforme apontamos no capítulo 1, nem todas as marquises e galerias previstas no projeto foram edificadas (caso, por exemplo, da quadra 5, da passagem sobre a rua de serviço do bloco geminado da quadra 3 e de algumas das marquises da quadra 1) e outras que foram edificadas (algumas marquises da quadra 1) depois foram demolidas, fruto de uma demanda persistente do Corpo de Bombeiros, que identificavam nelas um risco à integridade e à segurança do Setor em caso de sinistros.

De toda forma, ao analisar planejado, projetado e construído, podemos afirmar que tanto a separação de fluxos quanto o caminhar protegido do pedestre restaram prejudicados. Nos capítulos seguintes, com a análise dos periódicos e dos projetos de revitalização, pudemos ir além nessas conclusões, ao perceber que diversas intervenções propostas ou implementadas buscaram resgatar esses elementos. Uma solução apresentada para o primeiro foi o fechamento do SCS à circulação interna de veículos. Essa ideia chegou a se realizar, em 1977/1978, mas logo foi suplantada pela persistência do transporte motorizado individual. Ao longo do tempo, observamos que essa solução foi ciclicamente reapresentada e repetida como a resposta para os congestionamentos do Setor. Na prática, observamos que diversas soluções foram aventadas e implementadas, cujo objetivo foi o de mitigar o conflito pedestre-veículos, conferindo melhores condições de caminhabilidade ao primeiro. Como pudemos observar nos capítulos 2 e 3, tanto em iniciativas pontuais relatadas ao longo do tempo pelos jornais quanto nos projetos de revitalização foi se formando e reforçando a espinha dorsal do caminhar a pé, cujo maior salto foi dado com a conclusão da chamada Via Fácil (passarela na quadra 3 e caminho completo acessível desde a quadra 6 a 1, com reformas de calçadas, escadas e rampas e sinalização tátil de piso), perpassando todo o Setor de leste a oeste.

De toda sorte, reiteramos, ao analisar com profundidade tanto o RPPB quanto

o projeto de 1960: há muita semelhança entre o plano-piloto e o projeto de 1960, mas há também diferenças. Nossa visão acerca do PPB de Costa coaduna-se com a de Palazzo e Saboia (2012) também no sentido de que o enxergamos efetivamente como um plano, e não em um projeto fechado. Há aí uma diferença que talvez possa parecer sutil em determinados momentos, mas que acreditamos ser de suma importância. Na medida em que é plano, o Relatório do Plano Piloto de Brasília (RPPB) é mais aberto do que seria se fosse projeto, ele traz em si antes diretrizes do que soluções projetuais prontas. Com efeito, o plano-piloto de Costa nunca existiu como cidade. O Plano Piloto que existe hoje foi baseado naquele Relatório, guarda profundas semelhanças com ele, e, como o próprio Costa reconhece já no início do documento “Brasília Revisitada 1985/1987, Complementação, preservação, adensamento e expansão urbana”, surpreende o quanto foi mantido da proposta original. Mas, desde o princípio, a cidade que se materializava passou por diversas modificações¹, em relação ao traçado original. E, nesse sentido, entendemos que, como ocorreu, cabia observar o RPPB enquanto direcionamento e não como regra dada e imutável.

No entanto, o argumento de resgate e respeito ao plano original foi sistematicamente trazido. Desta investigação sobre as origens do SCS, chamamos atenção para que nos recordemos que plano-piloto e Plano Piloto sempre foram passíveis de mudanças, e elas vêm acontecendo desde o início. Alterações podem dar respostas às demandas de cada época. Nesse sentido, lembremos que as modificações não se deram a um só tempo. O SCS que existe é resultado de um acúmulo de constantes transformações, e foi para isso que olhamos no segundo capítulo.

Ao encarar a mudança como algo inerente ao processo das cidades, àquela pergunta de como o SCS fora concebido, outras naturalmente seguiram: como ele havia se transformado ao longo do tempo? E, por quê? Para responder a isso, surgiu o capítulo 2. Nele, o uso dos exemplares do jornal diário Correio Braziliense como principal fonte histórica mostrou-se fundamental para compreender a consolidação e a transformação do Setor. Pudemos identificar a vivência daquele espaço, os problemas que foram apontados e as respostas que foram dadas ao repensar o Setor, os atores e os fatos que foram determinantes na trajetória da construção física e do imaginário que se teceu ao longo do tempo.

Por meio dos periódicos - sabendo não somente da limitação de se utilizar uma fonte, mas também do viés que ela comporta (de caráter hegemônico e em que diferentes recortes, como os de gênero e raça, estão quase ausentes) -, montamos uma narrativa temporal de conformação da paisagem urbana do SCS, contendo formas apropriação e apreensão daquele espaço pela população, imaginários bons e ruins associados àquele

1 Para esse momento inicial da implantação da cidade e as mudanças que já desde início foram feitas, do projetado ao construído, sugerimos a consulta à dissertação *Do risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília, 1957-1964*, de Francisco Leitão (2003) e à tese de Antonio C. C. Carpintero: *Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998*.

lugar, eventos e marcos, entre outros. Em torno disso, construímos uma proposta de periodização, dividida em quatro tempos, em que alguns elementos se evidenciaram e se mostraram centrais na caracterização do Setor. Com base nisso, assim os chamamos: os anos de consolidação (1960-1971); os anos de ouro: a centralidade econômica (1971-1983); os anos da centralidade política (1980-1990); os anos de centralidade popular: retóricas de decadência e de revitalização (1990-2014).

Nessa análise e construção temporal, algumas questões nos saltaram aos olhos. A primeira delas foi o tempo de estabelecimento daquela centralidade e as alterações por que passou; outra foi a diversidade de atores que participaram na construção daquele espaço, que sempre se mostrou um lugar com alto poder de atratividade. A característica de centralidade, embora tenha passado por mudanças, não pode, como observamos ao longo do tempo, ser dissociada do Setor. Ela esteve claramente presente desde o início dos anos 1970 e nunca deixou de ser marcante, a despeito das retóricas de esvaziamento e decadência que tenham aparecido. Pudemos constatar que o SCS viveu anos de apogeu (sob a luz de uma retórica das elites), refletido no que chamamos de centralidade econômica. Esta foi substituída por uma centralidade de cunho político; esta, por seu turno, por uma centralidade de viés popular. Reportagens da década de 2000 trouxeram a nostalgia dos tempos de ouro e, diante da conformação de uma nova dinâmica de centralidade (cada vez mais popular), identificou-se o processo de decadência do Setor e a necessidade de intervenção governamental. Esse mesmo discurso foi reverberado também nos projetos de revitalização.

O Setor, pudemos observar, é, e historicamente foi, uma peça-chave do centro urbano, atrativo e pautado pela diversidade tanto de atores quanto de atividades. Nesse sentido, foi curioso constatar que os primeiros agentes a ganhar destaque naquele Setor tenham sido os órgãos públicos, que, motivados pela transferência da administração federal para Brasília, lá se instalaram. Inclusive, foram eles os grandes responsáveis por consolidar aquela centralidade. Considerando que nosso questionamento original foi instigado pela proposta de outro uso (residencial) em um setor comercial, nos pareceu curioso ver que não foi o comércio, mas sim os órgãos do governo que alavancaram a posição de centralidade urbana do SCS. Nesse sentido, relembramos algo que fora trazido nos capítulos 1 e 3: do ponto de vista legal, os órgãos públicos estão contemplados na legislação² de 1967, ao contrário das residências. É preciso reconhecer que a própria norma de uso é mais abrangente do que permitir estritamente o uso comercial. Todavia, uma rigidez na ideia de setorização poderia instigar - e pontualmente o fez, como observado nos jornais - a rejeição a outras atividades que não a comercial.

Uma descoberta decorrida do exame dos periódicos foi que o SCS sempre abrigou grande diversidade de atividades, tendo havido, inclusive, registro de moradias

2 Decreto "N" nº 596/1967.

no local. De fato, historicamente, a gama extensa de atividades foi, a nosso ver, uma característica definidora da dinâmica do Setor. Para citar algumas, relata-se ter havido embaixadas, representações de Estados, igrejas, galerias de arte, museus, instituições de ensino, cartórios, entre outros. Em regra, as diferentes atividades que aconteceram no Setor não ensejaram oposição, pelo contrário, foram vistas com naturalidade. Nesse sentido, um aspecto que nos surpreendeu foi constatar a importância que a arte e a cultura tiveram na configuração do SCS. Ao longo de toda sua trajetória, o Setor abrigou atividades diversas voltadas ao lazer e à promoção da cultura. E estas atividades - apesar de não-comerciais - sempre foram retratadas, tanto do lado do poder público como do lado dos frequentadores do Setor, como algo bom e desejável.

A importância que o SCS teve como partícipe da cena política da cidade também foi um aspecto digno de nota. Manifestações, greves e atos públicos de toda sorte tiveram lugar no Setor, assim como associações, sindicatos e incontáveis comitês de campanhas de candidatos. Mesmo passados os anos de centralidade política, em épocas de eleições, observamos que o SCS continuou sendo favorecido pelos candidatos como local para fazer campanha junto ao povo, o que, acreditamos, denota a persistência da condição de centro.

A centralidade do SCS, como dissemos, quase desde seu início foi bastante pronunciada, mas adquiriu características diferentes ao longo do tempo. Observar essas distintas preponderâncias foi, inclusive, o mote para estabelecer a divisão entre os períodos de tempo. Assim, os anos de ouro e centralidade econômica progressivamente deram lugar à centralidade política e esta, por sua vez, a uma centralidade popular. Pelo que observamos nos registros dos jornais, essa característica, de *core*, trouxe, em regra, a reboque várias questões que são associadas à condição de centro urbano também em outras cidades brasileiras. Se por um lado foram relatadas a entrada de grandes empresas, atores de peso e a realização de grandes eventos nacionais de toda sorte, por outro, foram abundantes nos periódicos as reclamações sobre trânsito, falta de urbanização e manutenção, trabalhadores informais, entre outros. A despeito de quaisquer queixas, é preciso destacar que a caracterização como coração da cidade esteve sempre presente nos jornais. Além disso, sempre foram apresentados relatos de iniciativas governamentais para tentar dar respostas às críticas, o que, a nosso ver, demonstra que o SCS teve sua importância na dinâmica da cidade reconhecida no âmbito governamental.

A estrutura cronológica foi uma forma de olhar para o SCS, necessária para a compreensão de como se formou aquele conjunto. Ao narrar, no capítulo 2, os eventos marcantes na trajetória do SCS, tentando compreender o contexto em que se inseriram e as consequências que ensejaram, percebemos que a repetição de algumas temáticas persistiu, transpassando a periodização proposta. Para alguns assuntos, olhamos ativamente, como a questão de ter - ou não - havido diferentes usos no SCS ao longo dos anos; outros,

contudo, nos foram apresentados pela fonte, como a problemática do trânsito. Dada a repetição de temáticas, com diferentes importâncias e distintas abordagens ao longo do tempo, sentimos a necessidade de destacá-las da narrativa temporal e investigá-las mais a fundo sob outro recorte. Assim, construímos a primeira parte do capítulo 3 investigando sob a perspectiva do jornal *Correio Braziliense*: a construção material do Setor; a presença de habitação e de outros usos; as questões atinentes ao trânsito; as presenças tidas como incômodas; a revisão do plano-piloto; as questões relativas ao tombamento e ao Setor; a revitalização do SCS.

O assunto revitalização do Setor já estava previsto em nosso estudo, haja vista nosso questionamento inicial sobre a proposta contida na minuta do PPCUB. Desejávamos investigar se aquele instrumento teria sido o primeiro a cogitar moradias no Setor ou se esta ideia já havia aparecido em outros projetos de revitalização. Contudo, ao investigar os projetos de revitalização e concluir a pesquisa nos jornais uma nova perspectiva de análise se descortinou. Examinamos os projetos a que tivemos acesso: Revitalização do Setor Comercial Sul, de 1997; Programa de Revitalização dos Setores Centrais, de 2009; Novos projetos, de 2017; Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB), versão de 2018 e o Programa Viva Centro!, de 2020. O primeiro olhar esteve voltado para as habitações (e o PPCUB foi, de fato, o primeiro a encampar a proposta).

Ao colocar em evidência temas que, a nosso ver, haviam sido fundamentais em dar formas física e simbólica ao SCS, depreendidos dos jornais, e compará-los ao conteúdo dos projetos de revitalização, percebemos que muito do que fora trazido nos jornais também pautou os projetos. Assim, constatamos que estes visavam a dar respostas a problemas que são históricos do Setor. As temáticas sobre a construção material e a manutenção da estrutura física, as questões relativas ao trânsito e ao pedestre e a retórica esvaziamento-decadência foram as mesmas identificadas tanto por reportagens do periódico quanto pelos diagnósticos dos projetos de revitalização. E, como já mencionamos, várias das respostas foram de tempos em tempos rerepresentadas, tanto nos jornais quanto nos projetos. Nesse sentido, é possível dizer que a demanda por habitação também é uma demanda histórica naquele local. Ainda que ela não tenha persistido abertamente ao longo dos anos, ela esteve presente em momentos que foram pontuados neste trabalho.

Pensando a mudança como algo inerente à condição das cidades e imaginando que a defesa do plano-piloto ocuparia um lugar de destaque nos jornais, buscamos olhar também para as temáticas de revisão do plano-piloto, tombamento e revitalização. Nos chamou atenção que, desses três assuntos, o da revitalização tenha sido o mais recorrente nos jornais - mobilizando as já mencionadas pautas - e o de revisão do plano, o menos. Quanto ao tombamento, como apontamos no capítulo 3, nos parece que ele foi mobilizado, sobretudo, como o argumento de autoridade último ao qual não cabe refutar. Como observamos, ele foi recorrente para rechaçar a presença dos camelôs no centro e

para impedir a multiplicação da poluição visual por meio dos *outdoors*. Em nossa leitura, a baixa incidência de matérias em que a temática do tombamento aparece em correlação com o SCS (e praticamente apenas nesses casos mencionados) nos sugere que o Setor não esteve sob ameaças de descaracterização.

Apesar disso, a mítica envolvendo a concepção original do Plano Piloto ainda apareceu no periódico como elemento para embasar argumentos de sua preservação. Palazzo e Saboia (2012) estabelecem a existência de três estruturas míticas que cercam o discurso sobre o Plano Piloto. Segundo eles,

A terceira estrutura mítica é o discurso milenar travado entre o passado não realizado da primeira estrutura e a negação da cidade atual. O mito da fundação é reconstituído, na tentativa de extrair do mito instruções para a preservação histórica de Brasília. Também dá origem a uma retórica da ausência, na medida em que o desenho original, o relatório do Plano Piloto de 1957, é irrevogavelmente substituído por sua própria materialização, mas vive para sempre em uma narrativa nostálgica. (...) o projeto original é suficientemente aberto, tanto espacial quanto conceitualmente, para ser invocado como autoritário enquanto é interpretado arbitrariamente pelo discurso competente - de forma a privar não-especialistas do debate público”³. (PALAZZO; SABOIA, 2012, p. 26)

Em nossa visão, o discurso da preservação foi invocado à conveniência também pelos periódicos, para fazer prevalecer valores elitistas e higienistas, porquanto muito esteve relacionado ao aumento daquelas que chamamos de presenças incômodas.

Sabemos que há obstáculos de outras naturezas à inserção de moradias (como o jogo de interesses imobiliários e a vontade e o clima políticos, por exemplo, e mesmo técnicos, tal como a maneira para se viabilizar tal proposta), mas nos pareceu que a questão da ameaça à preservação do Plano Piloto, ainda mais respaldada por uma potencial perda do título de patrimônio mundial que isso poderia ensejar, não poderia ser ignorada. É preciso reconhecer que a setorização foi um dos elementos que estavam presentes na efetivação dos instrumentos de proteção e que essa discussão não pode ser desconsiderada ou tornada irrelevante. Porém, complementamos com a percepção trazida por Françoise Choay (2006), de que o patrimônio não pode ser engessado, na medida em que é parte de uma construção social. Portanto, é necessário repensar quais são as disputas de poder e de narrativas que se estabelecem entre os discursos da preservação patrimonial - como

3 Tradução livre. No original: “The third mythical structure is the millennial discourse locked between the unrealized past of the first structure and the denial of the present city. The foundation myth is reenacted, in an attempt to draw from the myth instructions for the historic preservation of Brasília. It also gives birth to a rhetoric of absence, inasmuch as the original design, the 1957 Pilot Plan report, is superseded irrevocably by its very materialization, yet lives forever in a nostalgic narrative. (...) the original design is sufficiently open, both spatially and conceptually, to be invoked as authoritative while being arbitrarily interpreted by the competent discourse - in such a way as to disenfranchise non-specialists from public debate.”

mantenedores do Plano Piloto como centralidade excludente - frente à possibilidade de construção de uma nova visão, capitaneada, inclusive, por instrumentos que visem à preservação.

A questão de tornar o Plano Piloto uma centralidade mais inclusiva é, também, trazida no PPCUB. Se bem sucedida, a proposta poderia, para usar a metáfora introduzida por Didi-Huberman (2011), tornar-se um vaga-lume. Replicada para outras áreas do centro urbano, a introdução de HIS pode operar como ponta de lança para a construção de uma realidade urbana mais justa. Por certo, nos parece que a iniciativa trata mais de iniciar a oferta de habitação no centro, por meio de programas e incentivos, almejando promover maior diversidade socioeconômica no CUB do que, propriamente, de procurar sanar o déficit habitacional. É nesse sentido que entendemos que o PPCUB encampa a discussão, atual e necessária, no que tange à democratização do Plano Piloto. Nesse sentido, o instrumento parece inclinar-se favoravelmente na direção de busca por promoção de justiça socioterritorial. Não que ações como essa sejam suficientes por si só. Não o são. Nem por isso devem ser desmerecidas ou abandonadas. Já a mesma preocupação não parece tão basilar ao Viva Centro!. Uma vez que se abre mão da exclusividade de HIS, imaginamos que possa se catalisar o processo de gentrificação do SCS. Deixamos aqui nossa sugestão para que investigações nessa frente sirvam de motivação para outros trabalhos.

De todo modo, retomando o mote de nossa pesquisa, perguntamos: excluir outras atividades é condição para que um setor comercial não se descaracterize? Desde nossas primeiras incursões nas fontes históricas, percebemos que outros usos, inclusive o residencial, já fizeram - e, extra oficialmente, ainda fazem - parte do Setor Comercial Sul. A investigação em nossa fonte principal, o jornal diário Correio Braziliense, nos mostrou que utilizações de toda sorte, inclusive atividades não previstas na normativa do SCS, estiveram sempre presentes sem oposição ou questionamentos expressivos de que o Setor estivesse se descaracterizando. Nesse sentido, destacamos as atividades culturais, que, como vimos nos capítulos 2 e 3, foram fundamentais na dinâmica do SCS ao longo de toda sua trajetória. Mesmo as residências, que estiveram presentes nos anos iniciais, reverberaram pouco desconforto na mídia, junto à sociedade civil e aos órgãos de planejamento urbano da respectiva época.

Ao examinar a vivência e apropriação cotidianas dos espaços, nos parece que o entendimento de setorização esteve mais nos instrumentos do que no imaginário da população, mas, mesmo naqueles, estavam longe da austeridade que se vê propalada nos dias de hoje. A setorização que tomou forma em Brasília foi inspirada na Carta de Atenas, mas ganhou contornos próprios, e a legislação de uso e ocupação do solo no SCS não acompanhou esse recrudescimento. Basta reparar que quase toda a normativa mencionada data da década de 1960 e ainda vigora, essencialmente, idêntica.

A Carta de Atenas traz a separação dos lugares de trabalho dos de moradia, mas também traz também a necessidade de se reduzir distâncias e promover justiça socioterritorial. Identificava-se o caos da cidade como subproduto da industrialização. Primeiro, levou poeira e ruídos para áreas residenciais; depois, levou as indústrias para longe, obrigando os trabalhadores a longos deslocamentos, gerando perda de valioso tempo de lazer. Ao longo da Carta, o princípio de garantir boas condições e qualidade de vida - sol, vegetação, espaço - para a população, atuando o Estado e o planejamento urbano para esse fim, domina o discurso. Na prática, contudo, parece-nos que a setorização funcional em Brasília, que deveria ser meio para se atingir a melhor qualidade de vida, fez-se imperativa. Assim, perdeu a característica de ferramenta para consolidar-se como objetivo urbano em si.

A nosso ver, no caso da escala gregária, o que parece ser essencial - a função ou o objetivo de agregar - tem ficado eclipsado diante do discurso de que é preciso manter os usos permitidos atrelados aos nomes dos setores. Nesse sentido, pode-se dizer que a proposição contida no PPCUB vem ao encontro de desmontar a equivalência entre uso e função, contribuindo para que se desfça a sinonímia entre uso e escala, compreendendo que a setorização implica a predominância - e não exclusividade - de determinados usos. O Viva Centro! traz um passo além nessa discussão, ao reiterar algo que timidamente já aparecia no PPCUB, identificando em outros elementos, com destaque para a paisagem, para a morfologia e a dinâmicas urbanas do SCS, a essência daquele local. Entendemos que a construção desse argumento já vinha ocorrendo tacitamente nos outros projetos de revitalização, apesar de ele estar mais colocado de forma mais contundente apenas no Viva Centro!.

Em nossa leitura, percebemos que a todos os projetos de revitalização subjaz a compreensão de que a essência do SCS está em sua forma e dinâmica urbanas (que os projetos, em regra, se propuseram a manter). Assim, não podemos dizer que a natureza do Setor se perderia com a inserção de novos usos, porque, historicamente, não nos parece que esteja aí sua singularidade. A força e a potência do Setor estão na paisagem urbana, materializada com base no projeto de 1960, no princípio de priorizar o pedestre, na implantação dos edifícios, no gabarito, na configuração dos espaços públicos, nas galerias, nas praças, nas formas de apropriação daquela centralidade. Desse modo, esperamos que a pesquisa histórica tenha contribuído trazendo uma leitura mais complexa desse espaço que é o SCS, permitindo outros olhares para ele e para o centro da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGÊNCIA SENADO. **Página institucional**. Glossário legislativo. Sistema S. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>> Acesso em: 3 mar 2021.
- ATENAS. **Carta de Atenas**, 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2020.
- ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos B. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BICCA, Paulo. Brasília: mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília, ideologia e realidade**: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985, p. 101-113.
- BIROLI, Flávia. **Correio Braziliense**. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. (verbete)
- BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília: Iphan/Programa Monumenta, 2010.
- BRASIL. **Como delimitar e regulamentar Zonas Especiais de Interesse Social: ZEIS de vazios urbanos**. Brasília: Ministérios das Cidades, 2009.
- BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. **Estatuto da Cidade**: Lei 10.257/2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001.
- BRASIL. **Como delimitar e regulamentar Zonas Especiais de Interesse Social: ZEIS de vazios urbanos**. Brasília: Ministérios das Cidades, 2009.
- BRASIL. Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências.
- BRASIL. Portaria nº 314 de 8 de outubro de 1992. IPHAN, 1992.
- BRASIL. Portaria nº 166 de 11 de maio de 2016. IPHAN, 2016.
- BRASIL. Portaria nº 421 de 31 de outubro de 2018. IPHAN, 2018.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- CAMARGO, Laura Ribeiro de Toledo. **Paisagem e imaginário: configurações da avenida W3 Sul em Brasília**. Brasília, 2019, 210 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOFIORITO, I. As escalas de Brasília. In: XAVIER, A.; KATINSKY, J. R. (Eds.) . **Brasília: antologia crítica**. Coleção Face norte. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2012. p. 285–291.
- CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. A revista Brasília na construção da Nova Capital: Brasília (1957-1962). **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** (online), [S.I.], n. 11, p. 43-57, jan 2010
- CARPINTERO, Antonio Carlos Cabral; REIS FILHO, Nestor Goulart. **Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998**. 1998. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998
- CASTRIOTA, Leonardo B. Intervenções sobre o patrimônio moderno: modelos e perspectivas. In: Forum Patrimônio: amb. constr. e patr. Sust., Belo Horizonte, vol.1, n. 1, set/dez 2007.
- CERÁVOLO, Ana Lúcia. As Cartas de Atenas: análise sobre a contribuição do movimento moderno para as diretrizes internacionais e nacionais de preservação do patrimônio cultural. In: 8º SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 2009, Rio de Janeiro.
- CEBALLOS, Viviane Gomes de. **“E a história se fez cidade...”**: a construção histórica e historiográfica de Brasília. Dissertação (mestrado). Campinas-SP : [s.n.], 2005.
- CEBALLOS, Viviane Gomes de. **Memórias, tramas e espaços**: a história de Brasília construída pela fala dos moradores de Sobradinho. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas-SP: [s.n.], 2014.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- COSTA, Lucio - Brasília Revisitada 1985/87: complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. In: **Plano Piloto 50 anos: Cartilha de preservação - Brasília**. Brasília: IPHAN, 2007. p. 71-99.
- COSTA, Lucio. **Lucio Costa: registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- COSTA, Maria Elisa; LIMA, Adeildo Viegas de. **Brasília 57-85**: do plano-piloto ao Plano Piloto. Brasília: Terracap, 1985.
- COSTA, Maria Elisa. Carta de Maria Elisa Costa à Fundação Athos Bulcão. Brasília, IPHAN, 1994. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Carta_de_Maria_Elisa_Costa_a_Fundacao_Athos_Bulcao.PDF>. Acesso em: maio de 2021.
- CORREIO BRAZILIENSE. Disponível em [www:<URL: http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=028274&Pesq=>](http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=028274&Pesq=). Acesso: mar 2020 a mar 2021.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 7, de 13 de junho de 1960. **Consolidação das normas em vigor para as construções em Brasília**. Brasília, 1960.
- DISTRITO FEDERAL. Decreto “N” nº 596, de 8 de março de 1967. **Código de Edificações de Brasília**. Brasília, 1967.
- DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 10.829 de 14 de outubro de 1987. **Preservação da concepção urbanística de Brasília**, Brasília, 1987.
- DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar nº 803, de 25 de abril de 2009. **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal**, Brasília, 2009.
- DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar nº 854, de 15 de outubro de 2012. Alteração do **Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal**, Brasília, 2012.
- DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 37.966, de 20 de janeiro de 2017. **Tabela Nacional de Classificação de Usos e Atividades Urbanas e Rurais do Distrito Federal**, Brasília, 2017.

- DISTRITO FEDERAL. Lei nº 6.138, de 26 de abril de 2018. Institui o **Código de Obras e Edificações de Brasília-COE**. Brasília, 2018.
- ESTEVES, Nauro Jorge. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1989. 40 p.
- FICHER, Sylvia; BATISTA, Geraldo Nogueira; LEITÃO, Francisco; SCHLEE, Andrey. **Brasília, uma história de planejamento**. In: RODRÍGUEZ VILLAESCUSA, Eduard, e FIGUEIRA, Cibele Vieira A. (orgs.). *Brasília 1956>2006, de la fundación de una ciudad capita, al capital de la ciudad*. Lleida: Milenio, 2006. pp. 55-97
- FICHER, Sylvia, PALAZZO, Pedro Paulo. Os paradigmas urbanísticos de Brasília. Cadernos PPGAU FAUFBA, Urbanismo Modernista. Salvador: PPG-AU/FAUFBA, Ano III, edição especial, p. 49-71, 2005.
- GARCIA, Cristiana Mendes. **Construindo Brasília**: a trajetória profissional de Nauro Esteves. Dissertação (mestrado), Brasília, 2004.
- GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. O Urbanismo, a Medicina e a Biologia nas palavras e imagens da cidade. Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, [S. l.], n. 10, p. 34-61, 2001. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.v0i10p34-61. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/137416>>. Acesso em: 2 jan. 2021.
- HARVEY, David. **Rebel cities**: from the right to the city to the urban revolution. Londres: Verso, 2012.
- HOLANDA, Frederico de. **Brasília, cidade moderna, cidade eterna**. Brasília. FAUUnB, 2010
- HOLANDA, Frederico de. **O espaço de exceção**. Brasília, DF: Editora UnB, 2002.
- HOLSTON, James. **A cidade modernista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida das grande cidades**. São Paulo. WMF Martins Fontes, 2000.
- KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que construí Brasília**. Rio de Janeiro: Bloch, 1974, p. 465-469.
- LÉFÈBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEITÃO, Francisco (Org.)... [et al.] - **Brasília 1960 2010**: passado, presente e futuro. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.
- LEITÃO, Francisco - **Do risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília, 1957-1964**. Brasília: UnB, 2003. 165 p. Dissertação de Mestrado.
- LEITÃO, Francisco; FICHER, Sylvia - A infância do Plano Piloto: Brasília, 1957-1964. In: PAVIANI, Aldo. (Org.) - **Brasília 50 anos**: da capital à metrópole. Brasília: Editora UnB, 2010. p. 97-135.
- LEPETIT, Bernard - **Por uma nova história urbana**. São Paulo: EDUSP, 2001.
- LISBOA. **Carta da Reabilitação Urbana Integrada**, 1995.
- LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2015. pp. 111-153.
- MACDOWELL, Pedro de Lemos. O espaço degenerado: ensaio sobre o lugar travesti na cidade modernista. 2011. 99 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- MARTINS, Anamaria de Aragão Costa. Vazios urbanos em Brasília. In: LEITÃO, Francisco (Org.). **Brasília 1960 2010**: passado, presente e futuro. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009. p.185-199.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas**. I

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão (IPHAN), Ouro Preto, p. 25-39, 2009.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Morfologia das cidades brasileiras. Introdução ao estudo histórico da iconografia urbana. **Revista USP**, São Paulo, n. 30, p. 144-153, 1996.
- MUMFORD, Eric Paul - **The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960**. London, England: The MIT Press, 2000.
- NASCIMENTO, Flávia. Historiografia e Habitação Social: Temas e Lugares por Meio dos Manuais de Arquitetura Brasileira. **Risco revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo** (Online), n. 16, p. 6-16, 2002.
- NUNES, Brasilmar F. **Brasília, a fantasia corporificada**. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- RIBEIRO, S. B.; PERPÉTUO, T. (Org.). **Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília**. Brasília: IPHAN, 2016.
- OLIVEIRA, Maria Manuel. “*Construído na linha do horizonte*”: Brasília, o Plano Piloto e a manipulação do chão. In: RIBEIRO, S. B.; PERPÉTUO, T. (Org.). **Patrimônio em transformação: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília**. Brasília: IPHAN, 2016, p. 14-51.
- OLIVEIRA, Rômulo Andrade de. **Brasília e o paradigma modernista: planejamento urbano do moderno atraso**. São Paulo: USP, 2008. 195 p. Dissertação de Mestrado.
- PALAZZO, Pedro; SABOIA, Luciana. *Capital in a Void: Modernist Myths of Brasilia*. In: **Traditional Dwellings and Settlements Review Working Paper Series**, p. 23-38. University of California. Berkeley, 2012
- PAVIANI, Aldo. *A metrópole terciária*. In: PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. 2. ed. São Paulo: Projeto, 2010, p. 83-116
- PEIXOTO, Paulo. *Requalificação urbana*. In: FORTUNA, Carlos, LEITE, Rogério Proença (Org.). In: **Plural de cidade: novos léxicos urbanos**. Coimbra: Edições Almedina SA., 2009, p. 41-52. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/80281/1/Requalificacao%20urbana.pdf>>. Acesso em: 1 mai. 2021.
- PERPÉTUO, Thiago Pereira. **Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília**. Dissertação (mestrado), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Rio de Janeiro, 2015.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, Memória e Centralidade Urbana. **Revista Mosaico - Revista de História**, Goiânia, v. 1, n. 1, p. 3-12, mar. 2008. ISSN 1983-7801. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/225/179>>. Acesso em: 11 jan. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.18224/mos.v1i1.225>.
- PÊSSOA, J. O tombamento de um Centro Histórico Moderno. In: XAVIER, A.; KATINSKY, J. R. (Eds.). **Brasília: antologia crítica**. Coleção Face norte. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2012. p. 298–305.
- PINHEIRO, Julyana Sangaleti. **Dinamismo e deterioração nas cidades: estudo da configuração dos setores comerciais centrais do plano piloto**. Brasília: UnB, 2018. 172 p. Dissertação de Mestrado.
- REIS, C. M., **Brasília: Espaço, Patrimônio e Gestão Urbana**. Brasília: UnB, 2001. 162 p. Dissertação de Mestrado.
- REIS, C. M.; VASQUES, C. M.; RIBEIRO, S. B. (Org.) - **Brasília, cidade que inventei**. Relatório do Plano Piloto de Brasília. Brasília: IPHAN, 2014.

REIS, C. M.; RIBEIRO, S. B.; PERPÉTUO, T. (Org.). **GT Brasília**: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal. Brasília: IPHAN, 2016.

REZENDE, Rogério. **Centro de Brasília: projeto e reconfiguração**: O caso do Setor de Diversões Sul – Conic. Brasília: UnB, 2014. 141 p. Dissertação de Mestrado.

RIBEIRO, S. B.; PERPÉTUO, T., Prefácio. Na tessitura das memórias e tessitura de uma história: o GT Brasília e os desafios no âmbito do patrimônio cultural do Distrito Federal. In: **GT Brasília**: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal. Brasília: IPHAN, 2016. p. 8-14.

RIBEIRO, S. B.; PERPÉTUO, T. (Org.). **Patrimônio em transformação**: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília. Brasília: IPHAN, 2016.

REIS, C. M., Conjunto urbanístico de Brasília: da preservação e outros demônios. In: RIBEIRO, S. B.; PERPÉTUO, T. (Org.). **Patrimônio em transformação**: atualidades e permanências na preservação de bens culturais em Brasília. Brasília: IPHAN, 2016. p. 114-135.

SAMPAIO, Andréa da Rosa. Centros históricos de Bolonha e do Porto: lições de reabilitação urbana para o debate contemporâneo. **Revista CPC**, n. 23, p. 40-64, 9 ago. 2017.

SANTOS, C. N. F. DOS. Brasília: Belo Sonho Ideológico que se Tornou um Pesadelo (1979). In: XAVIER, A.; KATINSKY, J. R. (Eds.). **Brasília: antologia crítica**. Coleção Face norte. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2012. p. 198-202.

SEDUH. **Página institucional**. Detalhamento da população em déficit - Zona Urbana do Conjunto Tombado. Brasília-DF, [2017a]. Disponível em:

<http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/10/Apresenta%C3%A7%C3%A3o-PPCUB-d%C3%A9ficit_20.09.pdf>. Acesso em: 3 jul 2019.

SEDUH. **Página institucional**. Política Habitacional. Brasília-DF, [2017b]. [Consult. 3 Jul. 2019]. Disponível em [www:<URL: http://www.seduh.df.gov.br/politica-habitacional-2/](http://www.seduh.df.gov.br/politica-habitacional-2/).

SEDUH. **Página institucional**. **Relatório preliminar Diagnóstico - volume 1** - Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Brasília-DF, [2017c]. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/Ihistorico_ocupacao_capital.pdf>. Acesso em: 9 fev 2021.

SEDUH. **Página institucional**. Minuta do Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Brasília-DF, [2018a]. Disponível em: <<http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/Minuta-PLC-PPCUB.pdf>>. Acesso em: 4 jul 2019.

SEDUH. **Página institucional**. Minuta do Anexo I do Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Brasília-DF, [2018b]. Disponível em: <<http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/Anexo-I.pdf>>. Acesso em: 5 jul 2019.

SEDUH. **Página institucional**. Minuta do Anexo X, PURP 19, do Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Brasília-DF, [2018c]. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/Anexo-X_TP3.pdf>. Acesso em: 4 jul 2019.

SEDUH. **Página institucional**. Minuta do Anexo XVII, Mapa da ZEIS-SCS, do Projeto de Lei Complementar do Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília. Brasília-DF, [2018d]. Disponível em: <<http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/Anexo-XVII.pdf>>. Acesso em: 5 jul 2019.

SEDUH. **Página institucional**. Nota técnica da Oficina de Morfologia Urbana. Brasília-DF, [2018e]. Disponível em:<<http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/10/Nota-T%C3%A9cnica->

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Oficina-de-Morfologia-Urbana.pdf>. Acesso em: 3 jul 2019.

SEDUH. **Página institucional**. GEOPORTAL. Brasília-DF, [2019a]. Disponível em: <<http://www.geoportal.seduh.df.gov.br>> Acesso em: out 2019.

SEDUH. **Programa de revitalização dos setores centrais**. Versão Preliminar de 2009. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/17069604-Programa-de-revitalizacao-dos-setores-centrais.html>>. Acesso em: 21 nov 2019.

SEDUH. **Página institucional**. Minuta do Projeto de Lei Complementar do Programa de Revitalização do SCS, Viva Centro!. Versão Preliminar de 2020. Brasília-DF, [2020a] Disponível em: http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/05/Minuta-PLC-Viva-Centro_-Audiencia-Publica.pdf. Acesso em: 12 abr 2021.

SEDUH. **Página institucional**. Apresentação do Projeto de Lei Complementar do Programa de Revitalização do SCS, Viva Centro!. Versão Preliminar de 2020. Brasília-DF, [2020b] Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2020/03/Viva-Centro-Apresentacao-2020-09-03-Conplan.pdf>. Acesso em: 12 abr 2021.

SEDUH. **Página institucional**. Calendário CONPLAN 2020. Disponível em: <http://www.seduh.df.gov.br/conplan-2020-2019/>. Acesso em: 12 abr 2021.

SEGAWA, H. M. Brasília: pátina do futuro. URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, Campinas, SP, v. 10, n. 3, p. 430–474, 2019. DOI: 10.20396/urbana.v10i3.8654756. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/view/8654756>. Acesso em: 17 jan 2021.

SILVA, Cláudio Oliveira da. Brasília sem carros?: um estudo sobre o espaço ocupado pelos carros e a propensão a medidas de restrição e controle de acesso. 2017. 279 f., il. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SIMÕES Jr., José Geraldo. **Revitalização de Centros Urbanos**. São Paulo, 1994. 74 p. (Publicações Pólis, 19).

SOTRATTI, Marcelo Antônio. Revitalização. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete)

STENZEL, M.E.B. Palestra no Bloco 1: Possibilidades e Estratégias para Inserção de Habitação no CUB. Seminário de Habitação em Áreas Centrais do Distrito Federal. SEGETH, 28 de novembro DE 2017.

TEIXEIRA, Marcelo Augusto de Almeida. “Presença incômoda: corpos dissidentes na cidade modernista.” 2013. 162 f., il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

TURKIENICZ, B.; COMAS, C. E. Brasília: História e Análise. In: XAVIER, A.; KATINSKY, J. R. (Eds.). **Brasília: antologia crítica**. Coleção Face norte. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2012. p. 348–354.

VELOSO, Sainy Coelho Borges. Composição pontos pretos sobre fundo verde-amarelo : a visibilidade dos sem-teto em Brasília, 2000 a 2007.2008. 273 f. Tese (Doutorado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. 2a. edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.

VIDAL, Laurent. **De Nova Lisboa a Brasília**: a invenção de uma capital (séculos XIX-XX). Brasília:

Editora UnB, 2009.

VIDESSOT, Luisa. **Narrativas da construção de Brasília**: mídia, fotografias, projetos e história. Tese (doutorado), EESC-USP, São Paulo, 2009.

CORREIO BRAZILIENSE

Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional

Acesso em: 20 de maio de 2020 a 15 de fevereiro de 2021

1960 a 1969

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_01&pesq=%22setor%20comercial%20sul%22

Ocorrência nº 1

PEDRA fundamental do Edifício ESOL: hoje. **Correio Braziliense**, Brasília, 17 jul. 1960. Edição nº 75, p. 6.

Ocorrência nº 3

Correio Braziliense, Brasília, 23 ago. 1960. Edição nº 106, capa.

Ocorrência nº 10

PROPAGANDA. **Correio Braziliense**, Brasília, 31 jan. de 1961. Edição nº 238, p. 5.

Ocorrência nº 26

CONSTRUTORES mantém ritmo da Brasília de JK. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 out. de 1961.

Ocorrência nº 39

ANÚNCIO. **Correio Braziliense**, Brasília, 5 jul. de 1962. Edição nº 0660, p. 2, 2º Caderno. Edição nº 456, p. 3.

Ocorrência nº 71

LEVANTAMENTO das construções de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 nov. de 1962. Edição nº 784, sem número de página.

Ocorrência nº 80

NOVACAP e o SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 dez. de 1962. Edição nº 807, p. 4.

Ocorrência nº 104

Correio Braziliense, Brasília, 8 mar. de 1963. Edição nº 863, p. 2.

Ocorrência nº 105

CUNHA, Ari. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 mar. de 1963. Edição nº 866, Coluna Visto, lido e ouvido.

Ocorrência nº 171

ANÚNCIO. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 maio de 1963. Edição nº 928, p. 3, Classificados.

Ocorrência nº 173

ANÚNCIO. **Correio Braziliense**, Brasília, 31 maio de 1963. Edição nº 931, p. 3, Classificados

Ocorrência nº 436

ONDE está o Serviço Social? **Correio Braziliense**, Brasília, 20 abr. de 1965. Edição nº 1502, p. 5.

Ocorrência nº 442

ÁGUA estagnada. **Correio Braziliense**, Brasília, 4 maio de 1965. Edição nº 1512, 2o caderno, p.5.

Ocorrência nº 470

MELHORIA do Setor Comercial. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 jun. de 1965. Edição nº 1558, s.n.

Ocorrência nº 492

CUNHA, Ari. **Correio Braziliense**, Brasília, 5 ago. de 1965. Edição nº 1589, 1º caderno, p.3, Coluna Visto, lido e ouvido.

Ocorrência nº 507

ANÚNCIO. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 set. de 1965. Edição nº 1627, p. 6, Mercado de Imóveis.

Ocorrência nº 595

DUA vê estacionamento e 'bambolê' no SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 31 mar. de 1966. Edição nº 1786.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ocorrência nº 1143

SARAIVA, Nogueira. Segurança para o pedestre. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 mar. de 1968. Edição nº 2520, capa do Caderno 2.

Ocorrência nº 1187

ANÚNCIO. **Correio Braziliense**, Brasília, 4 abr. de 1968. Edição nº 2545, p. 6.

Ocorrência nº 1193

VASCONCELOS, Adirson de. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 abr. de 1968. Edição nº 2549, p. 7, coluna Brasília.

Ocorrência nº 1898

ANÚNCIO: Exposição denominada Cartazes II. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 jun. de 1969. Edição nº 2904, s.n., coluna Agenda.

Ocorrência nº 1904

ANÚNCIO. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 jun. de 1969. Edição nº 2906, p. 4, Mercado de Imóveis.

1970 a 1979

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&pesq=%22setor%20comercial%20sul%22&pagfis=14

Ocorrência nº 15

HELENO, Guido. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 jan. de 1970. Edição nº 3088, p. 2, coluna Contato.

Ocorrência nº 253

CONGRESSO de trabalhadores inicia hoje. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 set. de 1970. Edição nº 3300, capa.

Ocorrência nº 272

Correio Braziliense, Brasília, 2 out. de 1970. Edição nº 3315.

Ocorrência nº 315

Correio Braziliense, Brasília, 18 dez. de 1970. Edição nº 3381, p. 5, coluna Correio Diplomático.

Ocorrência nº 399

ESTACIONAMENTO em Brasília será pago. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 mar. de 1971. Edição nº 3462.

Ocorrência nº 432

O mato no SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 7 abr. de 1971. Edição nº 3472, p. 11.

Ocorrência nº 466

Correio Braziliense, Brasília, 21 abr. de 1971. P 15.

Ocorrência nº 659

PROBLEMAS urbanos em debate nos 'Cadernos de Arquitetura'. **Correio Braziliense**, Brasília, 1 set. de 1971. Edição nº 3596, p. 15.

Ocorrência nº 711

VAN Cliburn na Thomas Jefferson. **Correio Braziliense**, Brasília, 7 out. de 1971. Edição nº 3627, p. 15.

Ocorrência nº 773

CRESCER o mercado de imóveis no DF. **Correio Braziliense**, Brasília, 4 nov. de 1971. Edição nº 3650, capa.

Ocorrência nº 843

BARROS, João Paulo. O elefante volta à cena. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 dez. de 1971. Edição nº 3687, p. 4.

Ocorrência nº 1065

VISITA frequente. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 jul. de 1972. Edição nº 3871, coluna Brasília, D.F., p. 2.

Ocorrência nº 1080

OS vazios da cidade. **Correio Braziliense**, Brasília, 7 ago. de 1972. Edição nº 3890, p. 2.

Ocorrência nº 1234

INSTITUTO de Arquitetos do Brasil. Os arquitetos e a experiência de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 1 out. de 1972. Edição nº 3945, p. 15.

Ocorrência nº 1242

- MUDANÇA do Banco. **Correio Braziliense**, Brasília, 3 out. de 1972. Edição nº 3947, coluna Brasília, DF, p. 2.
Ocorrência nº 1262
- ATIVIDADE irregular. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 out. de 1972. Edição nº 3952, foto, p. 23.
Ocorrência nº 1280
- FALTA de passagens. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 out. de 1972. Edição nº 3956, p.23.
Ocorrência nº 1304
- EDIFÍCIO Denasa inaugurado em Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 out. de 1972. Edição nº 3963, p. 3.
Ocorrência nº 1463
- PRATES diz que tráfego de Caracas é ideal para o DF. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 jan. de 1973. Edição nº 4064A, p.2.
Ocorrência nº 1585
- LOJAS Americanas convidam Prates. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 mar. de 1973. Edição nº 4115A, p.15.
Ocorrência nº 1669
- Correio Braziliense**, Brasília, 10 abr. de 1973. Edição nº 4032, p. 4, Coluna Cartas ao Correio.
Ocorrência nº 1689
- FECHANDO o trânsito. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 maio de 1973. Edição nº 4068.
Ocorrência nº 1725
- PROPAGANDA Encol. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 maio de 1973. Edição nº 4076B.
Ocorrência nº 1797
- NASSER, José Roberto. Estacionamento: problemas e soluções. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 jun. de 1973. Edição nº 4092B.
Ocorrência nº 1947
- ARTISTA baiano expõe em Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 jul. de 1973. Edição nº4132.
Ocorrência nº 1984
- DETRAN altera mão no Setor Comercial Sul. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 jul. de 1973. Edição nº 4141, capa.
Ocorrência nº 2107
- FSS fará experiência cobrando estacionamento. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 ago. de 1973. Edição nº 4166, p. 15.
Ocorrência nº 2157
- BARRACO de madeira no Setor Comercial Sul. **Correio Braziliense**, Brasília, 1 set. de 1973. Edição nº 4175.
Ocorrência nº 2439
- AMBULANTES apresentarão memorial a Prates. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 nov. de 1973. , Edição nº 4241, p. 12.
Ocorrência nº 2447
- ESTACIONAMENTO pago começa no SBS e SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 nov. de 1973. Edição nº 4243.
Ocorrência nº 2750
- OSCAR Niemeyer assina o projeto do Edifício que leva seu nome. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 jan. de 1974. Edição nº 4314, p. 14.
Ocorrência nº 2999
- CUNHA, Ari. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 mar. de 1974. Edição nº 4389A, p. 3, coluna Visto, lido e ouvido.
Ocorrência nº 3020
- PIRES, Êzio. Em Brasília há um déficit de 65 mil moradias. **Correio Braziliense**, Brasília, 1 abr. de 1974. Edição nº 4393, p. 3.
Ocorrência nº 3238
- CONCURSO de filmes. **Correio Braziliense**, Brasília, 14 jun. de 1973. Edição nº 4466, p. 11.
Ocorrência nº 3474
- LÚCIO Costa defende áreas de vizinhança. **Correio Braziliense**, Brasília, 7 ago. de 1974. Edição nº 4519, capa.
Ocorrência nº 3583
- VIADUTO do Setor Bancário-Setor Comercial será o dobro das atuais passagens de nível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Correio Braziliense**, Brasília, 1 set. de 1974. Edição nº 4542.
Ocorrência nº 3898
CADA qual no seu igual. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 nov. de 1974. Edição nº 4639, p. 2, coluna Brasília D.F.
Ocorrência nº 3992
SIMONSEN fala hoje na ACDF. **Correio Braziliense**, Brasília, 3 dez. de 1974. Edição nº 4364.
Ocorrência nº 4021
NOVO plano prevê ligação da W-5 e L-2 com microônibus. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 dez. de 1974. Edição nº 4370, p. 6.
Ocorrência nº 4036
FESTIVIDADES do Dia do Engenheiro. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 dez. de 1974. Edição nº 4373B, p. 9.
Ocorrência nº 4072
NOVO ritmo de trabalho. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 dez. de 1974. Edição nº 4383B, coluna Brasília, D.F., p. 2.
Ocorrência nº 4209
MELHORAM as agências da ECT no DF. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 jan. de 1975. Edição nº 4413A.
Ocorrência nº 4404
MOTORISTAS fazem sugestões ao GDF. **Correio Braziliense**, Brasília, 4 abr. de 1975. Edição nº 4482, p. 13.
Ocorrência nº 4574
SETOR Comercial ainda à espera do plano viário. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 jun. de 1975. Edição nº 4561, p. 14.
Ocorrência nº 4667
ELMO Serejo equaciona problemas do Setor Sul. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 jul. de 1975. Edição nº 4581, p. 12.
Ocorrência nº 4689
SCS será todo urbanizado em pouco tempo. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 jul. de 1975. Edição nº 4587, p. 9.
Ocorrência nº 4821
GOVERNO cria novas áreas para estacionamento: SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 ago. de 1975. Edição nº 4616, p. 10.
Ocorrência nº 5007
UMA nova moda: mostra de arte no S. Comercial. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 set. de 1975. Edição nº 4654, p. 12.
Ocorrência nº 5033
Correio Braziliense, Brasília, 28 set. de 1975. Edição nº 4659, p. 2, coluna Katucha.
Ocorrência nº 5210
PLANO de Ação para Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 14 nov. de 1975. Edição nº 4706, p. 6.
Ocorrência nº 5214
ÔNIBUS seletivos obtêm sucesso. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 nov. de 1975. Edição nº 4707, p. 14.
Ocorrência nº 5496
OBRA da passagem de nível. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 fev. de 1976. Edição nº 4797A, p. 16.
Ocorrência nº 5667
TRÂNSITO fecha pistas no Setor Comercial Sul. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 jul. de 1976. Edição nº 4945, p. 1.
Ocorrência nº 5681
RONÁI, Cora. Entrevista com João Filgueiras Lima, o Lelé. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 ago. de 1976. Edição nº 4963, p. 3.
Ocorrência nº 5743
TRÂNSITO no SCS sofre completa 'cirurgia'. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 set. de 1976. Edição nº 5005, p. 17.
Ocorrência nº 5811
MUYLAERT também defende revisão do plano da cidade. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 out. de 1976. Edição nº 5029, p. 8.
Ocorrência nº 5877

- ARQUITETO quer revisão nos planos de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 nov. de 1976. Edição nº 5056, p. 12.
Ocorrência nº 5957
- AULER, Hugo. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 dez. de 1976. Edição nº 5084, coluna Artes Visuais.
Ocorrência nº 6041
- Correio Braziliense**, Brasília, 11 jan. de 1977. Edição nº 5115, p. 12, coluna É carnaval.
Ocorrência nº 6048
- MEDIDAS já afetam Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 14 jan. de 1977. Edição nº 5118, capa.
Ocorrência nº 6052
- MEDIDAS para melhorar: microônibus e lotação. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 jan. de 1977. Edição nº 5119, p. 10.
Ocorrência nº 6070
- PRONTO o plano de transportes do DF. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 jan. de 1977. Edição nº 5127, p. 12.
Ocorrência nº 6129
- SUBEMPREGO é visível até nas calçadas. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 fev. de 1977. Edição 5157, p. 5.
Ocorrência nº 6218
- CAMELÔS invadem SCS mas acham que não prejudicam. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 mar. de 1977. Edição nº 5184, p. 18.
Ocorrência nº 6237
- CARROS deixam de entrar no Setor Comercial Sul dia 30. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 mar. de 1977. Edição nº 5188.
Ocorrência nº 6276
- Correio Braziliense**, Brasília. 13 abr. de 1977. Edição nº 5205, p. 13, coluna Mesa da cidade.
Ocorrência 6303
- ADIADA a interdição no Setor Comercial Sul. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 abr. de 1977. P. 14.
Ocorrência nº nº 6417
- SEMANA começa com o SCS servindo mais ao pedestre. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 maio de 1977. Edição nº 5240, capa.
Ocorrência nº 6500
- PAISAGISMO no SCS fica pronto a 15 de julho. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 jun. de 1977. Edição nº 5264, p. 17.
Ocorrência nº 6522
- MICROÔNIBUS ligarão o estádio ao SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 jun. de 1977. Edição nº 5270, p. 6.
Ocorrência nº 6553
- PAISAGISMO vai mudar a face do SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 ago. de 1977. Edição nº 5313, capa.
Ocorrência nº 6554
- SCS terá nova paisagem já em setembro. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 ago. de 1977. Edição nº 5313, p. 13.
Ocorrência nº 6734
- S-1 está sendo alargada. E vai melhorar o trânsito entre SCS e SHS. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 jul. de 1977. Edição nº 5301, p. 12.
Ocorrência nº 6782
- LIMA, Irlam Rocha. Cotidiano. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 set. de 1977. Edição 5390A, p. 3, coluna Geleia Geral.
Ocorrência nº 6966
- Correio Braziliense**, Brasília, 25 nov. de 1977. Edição nº 5421B, p. 17, coluna Mesa da cidade.
Ocorrência nº 7194
- INVASÃO no SCS. Automóvel expulsa pedestre. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 fev. de 1978. Edição nº 5499, p. 16.
Ocorrência nº 7210
- BRASILIANENSE está gostando do SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 fev. de 1978. Edição nº 5508, p. 13.
Ocorrência 7285
- VASP tem nova sede. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 mar. de 1978. oc. nº 7285, 30/3/1978, p. 3.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ocorrência 7372

CEUB, muito a ver com a maioria. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 abr. de 1978. Edição nº 5568, p. 12.

Ocorrência nº 7376

PRAÇAS humanizam Setor Comercial Sul. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 abr. de 1978. Edição nº 5569, p. 14.

Ocorrência nº 7446

EMERGÊNCIA pode parar passarelas. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 maio de 1978. Edição nº 5598, p. 14.

Ocorrência nº 7804

TRÂNSITO. Luta por um lugar para o pé. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 set. de 1978. Edição nº 5715, p. 8.

Ocorrência nº 7826

PASSARELAS ameaçam segurança. **Correio Braziliense**, Brasília, 5 out. de 1978. Edição nº 5729.

Ocorrência nº 7913

SETOR Comercial Sul em retrato sem retoque: A imagem permanente do caos. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 nov. de 1978. Edição nº 5777, p. 15.

Ocorrência nº 8269

ANISTIA virá no 7 de Setembro. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 jul. de 1979. Edição nº 6017, capa.

Ocorrência nº 8321

AMARAL, Mara. A opinião de cada um. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 ago. de 1979. Edição nº 6034, coluna Jornal da casa.

Ocorrência nº 8324

SCS vira deserto em dia de domingo. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 ago. de 1979. Edição nº 6035, p. 7.

Ocorrência nº 8569

ANÚNCIO: venda de dois lotes no SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 nov. de 1979. Edição nº 6131, p. 11, seção Imóveis.

Ocorrência nº 8578

IMÓVEIS estão mais caros, mas procura não cai. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 nov. de 1979. Edição nº 6134, p. 11.

Ocorrência nº 8661

EBN em novas instalações. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 dez. de 1979. Edição nº 6164, p. 8.

1980 a 1989

Disponível em:

http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=028274_03&pagfis=5

Ocorrência nº 40

APÓS 100 anos, ECT tem museu. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 jan. de 1980. Edição nº 6188, p. 9.

Ocorrência nº 244

LEONEL quer coligação. **Correio Braziliense**, Brasília, 27 mar. de 1980. Edição nº 6257, p. 5.

Ocorrência nº 505

CAVAZOS volta a Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 jul. de 1980. Edição nº 6377B, p. 19.

Ocorrência nº 549

ASSASSÍNIOS dão força ao feminismo. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 ago. de 1980. Edição nº 6401, capa.

Ocorrência nº 586

UNB inicia amanhã greve de três dias contra ensino pago. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 set. de 1980. Edição nº 6422, p. 11.

Ocorrência nº 590

HOJE. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 set. de 1980. Edição nº 6424, capa.

Ocorrência nº 604

PARALISAÇÃO em hospitais. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 set. de 1980. Edição nº 6433, p. 9.

Ocorrência nº 632

PRESIDENTE fala na inauguração da sede do PDS. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 set. de 1980. Edição nº 6443, p. 4.

Ocorrência nº 944

CONCENTRAÇÃO alta. **Correio Braziliense**, Brasília, 17 fev. de 1981. Edição nº 6579, p. 8.

Ocorrência nº 970

BRASÍLIA faz apelo por voto. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 fev. de 1981. Edição nº 6588.

Ocorrência nº 1120

SCS assiste a um desfile de estrelas. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 jun. de 1981. Edição nº 6692, capa.

Ocorrência nº 1307

Correio Braziliense, Brasília, 2 out. de 1981. Edição nº 6802, coluna Correio do Consumidor.

Ocorrência nº 1606

LIMA, Irlam Rocha. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 mar. de 1982. Edição nº 6956, p. 30, coluna Música Popular.

Ocorrência nº 1609

SÁTIRA e discurso contra o 'pacote'. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 mar. de 1982. Edição nº 6958, p. 12.

Ocorrência nº 1616

MUDANÇAS não atendem à população. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 mar. de 1982. Edição nº 6969, p. 5.

Ocorrência nº 1664

Correio Braziliense, Brasília, 31 mar. de 1982. Edição nº 6976, p. 20, coluna Katucha.

Ocorrência nº 1672

MOTEL do SCS' será de novo um prédio valorizado. **Correio Braziliense**, Brasília, 4 abr. de 1982. Edição nº 6980, p. 17.

Ocorrência nº 1726

Correio Braziliense, Brasília, 4 maio de 1982. Edição nº 7009, p. 18, coluna Katucha.

Ocorrência nº 1757

PEDESTRES sem vez. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 maio de 1982. Edição nº 7023, p. 12.

Ocorrência nº 2021

BRASÍLIA vê protesto palestino. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 set. de 1982. Edição nº 7152, p. 6.

Ocorrência nº 2802

OITO mortos só no fim de semana. **Correio Braziliense**, Brasília, 4 jul. de 1983. oc. 2802, 4/7/1983, edição nº 7429.

Ocorrência nº 3009

IMÓVEL ainda tem mercado em Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 out. de 1983. Edição 7537, p. 20.

Ocorrência nº 3174

COMEÇA remoção dos camelôs. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 jan. de 1984. Edição nº 7631, p. 17.

Ocorrência nº 3187

CAMELÔS. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 jan. de 1984. Edição nº 7634, capa.

Ocorrência nº 3285

LOJAS não vendem e galeria fecha um pouco todo dia. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 mar. de 1984. Edição nº 7673, p. 18.

Ocorrência nº 3301

ARTISTAS no SCS pedem as diretas. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 mar. de 1983. Edição nº 7680, capa.

Ocorrência nº 3325

NEGROS protestam contra o racismo. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 mar. de 1983. Edição nº 7685A, p. 17.

Ocorrência nº 3558

CUNHA, Ari. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 jul. de 1984. Edição nº 7796A, p. 3, coluna Visto, lido e ouvido.

Ocorrência nº 3564

COMERCIAL Sul, onde se unem as esquerdas. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 jul. de 1984. Edição nº 7799A, capa.

[Ocorrência nº 4080

BRASÍLIA já vive seu maior carnaval. **Correio Braziliense**, Brasília, 7 fev. de 1985. Edição nº 7985, p. 19.

Ocorrência nº 4279

PROFESSORES farão ato contra baixo salário e ensino ruim. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 maio de 1985. Edição nº 8089, p. 21.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ocorrência nº 4343

LÚCIO Costa faz a 'Bíblia de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 jun. de 1985. Edição nº 8115, p. 19.

Ocorrência nº 4483

ESTACIONAMENTO no SCS é caso de polícia. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 ago. de 1985. Edição nº 8171, p. 17.

Ocorrência nº 4758

SCS é um verdadeiro mercado persa local. **Correio Braziliense**, Brasília, 2 mar. de 1986. Edição nº 8365, p. 33.

Ocorrência nº 5037

MUDANÇA de trânsito termina esta semana. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 jul. de 1986. Edição nº 8515, p. 17.

Ocorrência nº 5050

PROJETO fixa camelôs onde estão. **Correio Braziliense**, Brasília, 5 ago. de 1986. Edição nº 8521, p. 14.

Ocorrência nº 5080

GUARITA é moradia de mendigos. **Correio Braziliense**, Brasília, 14 ago. de 1987. Edição nº 8530, p. 21.

Ocorrência nº 5142

GONDIM, Pelagio. Nova Lapa: bregão invade o Plano. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 set. de 1986. Edição nº 8553A, p. 21.

Ocorrência nº 5333

GRUPO de destruição dividiu-se em dois. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 nov. de 1986. Edição nº 8536B, p. 17.

Ocorrência nº 5411

CARDOSO, Otomar Lopes. **Correio Braziliense**, Brasília, 17 jan. de 1987. Edição nº 8684, p. 4, coluna Opinião.

Ocorrência nº 5453

GDF fixa 89 pontos para manifestação. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 fev. de 1987. Edição nº 8709, p. 13.

Ocorrência nº 5477

O novo mapa de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 fev. de 1987. Edição nº 8723, p. 17.

Ocorrência nº 5533

DETRAN busca solução para eliminar congestionamento. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 mar. de 1987. Edição nº 8744, p. 18.

Ocorrência nº 5692

MICRO fecha loja e faz passeata. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 jun. de 1987. Edição nº 8825, p. 23.

Ocorrência nº 5757

SETOR Comercial Sul. Única solução é o fechamento. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 jul. de 1987. P. 30.

Ocorrência nº 5775

A vida dentro de uma guarita. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 jul. de 1987. Edição nº 8863, p. 19.

Ocorrência nº 5793

REMOÇÃO de invasores das guaritas agita o SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 jul. de 1987. Edição nº 8874, p. 18.

Ocorrência nº 5796

PELO fim da censura. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 jul. de 1987. Edição nº 8875, p. 24.

Ocorrência nº 5844

GDF diminui pontos para ambulantes. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 ago. de 1987. Edição nº 8901, p. 19.

Ocorrência nº 5938

SCS muda e pode ser um grande calçadão. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 out. de 1987. Edição nº 8951, p. 22.

Ocorrência nº 5939

BRASÍLIA agora é patrimônio cultural. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 out. de 1987. Edição nº 8951, p. 23.

Ocorrência nº 5969

SCS começa a ficar sem as passarelas. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 out. de 1987. Edição nº 08964, p. 22.

Ocorrência nº 5977

EM 20 dias o SCS fica sem as 5 passarelas. **Correio Braziliense**, Brasília, 31 out. de 1987. Edição nº 08967, p. 24.

Ocorrência nº 6071

COMERCIANTE rejeita calçadão no SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 dez. de 1987. Edição nº 9009, p. 19.

Ocorrência nº 6154

ESTACIONAMENTO vai ganhar mais vagas no SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 jan. de 1988. Edição nº 9056, p. 18.

Ocorrência nº 6191

DUBEUX, Ana. Reforma do SCS começa esta semana. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 fev. de 1988. Edição nº 9083, p. 34.

Ocorrência nº 6206

MUDANÇA no SCS inicia 2a feira e amplia vagas. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 mar. de 1988. Edição nº 9092, p. 19.

Ocorrência nº 6213

POPULAÇÃO compra briga por camelôs. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 mar. de 1988. Edição nº 9095, p. 16.

Ocorrência nº 6354

SCS muda com novos estacionamentos. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 maio de 1988. Edição nº 9168, p. 19.

Ocorrência nº 6614

SILVEIRA, Mônica Silva da. Casa da cultura. Uma feira de arte latina. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 set. de 1988. Edição nº 9297, p. 30.

Ocorrência nº 6629

INDIFERENTE, Brasília não comemora a Carta. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 out. de 1988. Edição nº 9303, p. 13.

Ocorrência nº 6662

AMBULANTES repudiam a criação do camelódromo. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 out. de 1988. Edição nº 9317, p. 27.

Ocorrência nº 7103

SAVARIN, J.C. Português, mas não só no sotaque. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 ago. de 1989. Edição nº 9612, p. 16, Coluna "Comes e Bebes".

Ocorrência nº 7199

LIMA, Irlam Rocha. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 out. de 1989. Edição nº 9668, p. 7, coluna Todos os sons.

1990 a 1991

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=028274_04&pasta=ano%20199&pesq=%22Setor%20Comercial%20Sul%22&pagfis=58

Ocorrência nº 40

FEDERAL espalha pânico na blitz contra camelôs. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 fev. de 1990. Edição nº 9787, p. 18.

Ocorrência nº 99

COM a política na mesa. **Correio Braziliense**, Brasília, s.d. Edição nº 9818.

Ocorrência nº 211

GREVE é marcada por confronto. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 jun. de 1990. Edição nº 9907, p. 8.

Ocorrência nº 321

VASCONCELOS, Adriana. Setor comercial vira um verdadeiro 'muambódromo'. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 ago. de 1990. Edição nº 9975, p. 5.

Ocorrência nº 375

PAULA, Isabel de. Camelô quer área livre no centro. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 set. de 1990. Edição nº 10007, capa Caderno Cidade.

Ocorrência nº 463

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SETOR Comercial Sul em obras. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 nov. de 1990. Edição nº 10075, capa. *Ocorrência nº 520*
- CUNHA, Antonio. Centro atraente. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 jan. de 1991. Edição nº 10117, capa, foto. *Ocorrência nº 521*
- CRUZ, Carmen. Governo quer novas atividades no SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 jan. de 1991. Edição nº 10117, capa caderno cidade.

2002 a 2009

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_05&pesq=%22setor%20comercial%20sul%22&pagfis=384

- Ocorrência nº 13*
BRASILIENSE vai pagar pela vaga. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 jan. de 2002. Edição 20.01.2002, 1º caderno, p. 18.
- Ocorrência nº 16*
APELO à Justiça. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 jan. de 2002. Edição nº 23.01.2002, 1º cad., p. 14.
- Ocorrência nº 67*
AMBULANTES ganham área. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 mar. de 2002. Edição 20.03.2002, 1º caderno, p. 22.
- Ocorrência nº 73*
CAMELÔS querem local permanente para feira. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 mar. de 2002. Edição 23.03.2002, guia, p. 3.
- Ocorrência nº 116*
POLUIÇÃO visual. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 abr. de 2002. Edição nº 25.04.2002, 1º caderno, p. 2.
- Ocorrência nº 134*
ÁREA comercial lidera registros. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 maio de 2002. Edição 19.05.2002, 1º caderno, p. 21.
- Ocorrência nº 182*
FEITOZA, Valéria. Área tombada desprotegida. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 jul. de 2002. Edição nº 11.07.2002.
- Ocorrência nº 184*
HILÁRIO, Rodrigo. Definida a área do camelódromo. **Correio Braziliense**, Brasília, 12 jul. de 2002. Edição 12.07.2002, 1º caderno, p. 11.
- Ocorrência nº 230*
A caminho do fim. **Correio Braziliense**, Brasília, 14 ago. de 2002. Edição nº 14.08.2002, caderno 100 anos de JK, capa.
- Ocorrência nº 263*
GUIMARÃES, Nina. E o trocado, tia? **Correio Braziliense**, Brasília, 9 set. de 2002. Edição 09.09.2002, coisas da vida+guia, p. 3.
- Ocorrência nº 310*
MENEZES, Rogério. Não quero que vigiem meu carro. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 out. de 2002. Edição 18.10.2002, 1º caderno, p. 2, Coluna Crônica da cidade.
- Ocorrência nº 405*
FEITOZA, Valéria. Sem substituto para o carro. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 fev. de 2002. Edição 09.02.2002, 1º caderno, p. 16.
- Ocorrência nº 442*
FERREIRA, Cláudio. **Correio Braziliense**, Brasília, 22 mar. de 2003. Edição nº 22.03.2003, 1º cad, p. 2, coluna Crônica da cidade
- Ocorrência nº 491*
FREITAS, Conceição. Os fantasmas de todos os sexos dominam a madrugada. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 jul. de 2003. Edição nº 24.07.2003, 1º cad. p. 26, coluna Crônica da cidade.
- Ocorrência nº 505*
MONTENEGRO, Érica; ROCHA, Marcelo. Comércio informal. Vai um aí, freguês? **Correio Braziliense**, Brasília, 6 maio de 2003. Edição 06.05.2003, 1º caderno, p. 21.

Ocorrência nº 525

GOULART, Guilherme. Sangue novo para o coração da cidade. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 maio de 2003. Edição 23.05.2003, 1º caderno, p. 24.

Ocorrência nº 588

TORRES, João Rafael. Prepare o bolso para estacionar. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 jul. de 2003. Edição 13.07.2003, 1º caderno, p. 29.

Ocorrências nº 1135 a 1137

FRÓES, Henrique. Jovem e decadente. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 set. de 2004. Edição nº 26.09.2004, revista D, p. 6.

Ocorrência nº 1163

JÚNIOR, Darse. Capital agredida. **Correio Braziliense**, Brasília, 01 nov. de 2004. Edição nº 01.11.2004, 1º cad., p. 1.

Ocorrência nº 1245

BRANDIM, Cecília. Revitalização: Água, sabão e sal grosso para o SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 dez. de 2004. Edição 19.12.2004, 1º caderno, p. 38.

Ocorrências nº 1325 e 1326

PAIXÃO, Ana Helena. Por onde o povo passa. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 fev. de 2005. Edição 06.02.2005, 1º caderno, p. 22-23.

Ocorrência nº 1338

JÚNIOR, Darse. Promessa de vida nova ao SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 fev. de 2005. Edição 18.02.2005, 1º caderno, p. 29.

Ocorrência nº 1388

PAIXÃO, Ana Helena. Cara nova para o centro de Brasília. **Correio Braziliense**, Brasília, 11 abr. de 2005. Edição 11.04.2005, 1º caderno, p. 21.

Ocorrência nº 1556

QUELEM, Naiobe. O coração da cidade. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 set. de 2005. Edição 10.09.2005, caderno C.

Ocorrência nº 1670

CARABALLO, Carolina. Becos do SCS ganham iluminação especial. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 dez. de 2005. Edição 08.12.2005, 1º caderno, p. 38.

Ocorrência nº 1801

GOULART, Guilherme. Não há mais vagas. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 fev. de 2006. Edição 06.02.2006, 1º caderno, p. 13.

Ocorrência nº 1927

MADER, Helena. Busca de solução para vagas. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 abr. de 2006. Edição 18.04.2006, 1º caderno, p. 28.

Ocorrência nº 2045

MADER, Helena. Patrimônio ameaçado. **Correio Braziliense**, Brasília, 3 jul. de 2006. Edição nº 03.07.2006, 1º cad., p. 15.

Ocorrência nº 2164

TAFFNER, Ricardo. Defesa de um projeto. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 set. de 2006. Edição nº 13.09.2006, 1º cad., p. 8.

Ocorrência nº 2172

DUARTE, Marcela; REBELLO, Pablo. Violência: Medo no Setor Comercial Sul. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 set. de 2006. Edição 20.09.2006, 1º cad.

Ocorrência nº 2361

ESTACIONAMENTO no SCS será pago. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 jan. de 2007. Edição 06.01.2007, capa.

Ocorrência nº 2396

CASTRO, Jorge de. Criminalidade. Lojas do SCS são arrombadas nas madrugadas. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 jan. de 2007. Edição nº 26.01.2007, 1º cad., p. 25.

Ocorrência nº 2422

LIBRELON, Rachel. SCS vai receber feira desalojada. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 fev. de 2007. Edição 08.02.2007, 1º caderno, p. 30.

Ocorrência nº 2429

REBELLO, Pablo. Lojistas desaprovam mudança para o SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 fev. de 2007. Edição 10.02.2007, 1º caderno, p. 27.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ocorrência nº 2596

FREITAS, Conceição. O Setor dos desejos. **Correio Braziliense**, Brasília, 15 maio de 2007. Edição nº 15.05.2007, 1º cad., p. 26, coluna Crônica da cidade.

Ocorrência nº 2629

FILGUEIRA, Ary. Mais uma apreensão de crack. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 jun. de 2007. Edição 09.06.2007, 1º cad., p. 22.

Ocorrência nº 2845

O melhor de tudo: Samba das arábias. **Correio Braziliense**, Brasília, 2 nov. de 2007. Edição 02.11.2007, p. 22.

Ocorrência nº 2866

FREITAS, Conceição. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 nov. de 2007. Edição nº 18.11.2007, 1º cad., p. 32, coluna Crônica da cidade.

Ocorrência nº 2882

MADER, Helena; Rodrigues, Gizella. Reféns da desordem. **Correio Braziliense**, Brasília, 1 dez. de 2007. Edição 01.12.2007, 1º cad., p. 25.

Ocorrência nº 3020

BERNARDES, Adriana; GOULART, Guilherme. Cinco infrações a cada dia. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 abr. de 2008. Edição 26.04.2008, 1º caderno, p. 34.

Ocorrência nº 3030

COSTI, Lúcio. Shopping Popular recebe ambulantes até o dia 11. **Correio Braziliense**, Brasília, 20 maio de 2008. Edição 20.05.2008, 1º caderno, p. 26.

Ocorrência nº 3074

BERNARDES, Adriana. Centro, enfim, livre de camelôs. **Correio Braziliense**, Brasília, 19 maio de 2008. Edição 19.05.2008, 1º caderno, p. 21.

Ocorrência nº 3081

Correio Braziliense, Brasília, 25 maio de 2008. Edição 25.05.2008, 1º cad., p. 14-15.

Ocorrência nº 3082

GÓIS, Edma Cristina de. Irreversível 1968. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 maio de 2008. Edição nº 25.05.2008, Revista do Correio, p. 10-11.

Ocorrência nº 3114

BERNARDES, Adriana; MONTENEGRO, Érica. Os donos do pedaço. **Correio Braziliense**, Brasília, 16 jun. de 2008. Edição 16.06.2008, 1º caderno, p. 17.

Ocorrência nº 3125

FLORES, Mariana. Espaço apertado. **Correio Braziliense**, Brasília, 21 jun. de 2008. Edição 21.06.2008, 1º caderno, p. 20.

Ocorrência nº 3143

SCS mais acessível. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 jul. de 2008. Edição 10.07.2008, 1º cad., p. 27.

Ocorrência nº 3300

ALVES, Renato. Cracolândias brasilienses. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 dez. de 2008. Edição nº 8.12.2008, 1º cad., p. 15.

Ocorrência nº 3341

AMORIM, Diego; RODRIGUES, Gizella. Siglas com um novo significado. **Correio Braziliense**, Brasília, 18 jan. de 2009. Edição nº 18.01.2009, 1º cad., p. 37.

Ocorrência nº 3360

VAGA Fácil ressuscita a R\$ 4 por hora. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 fev. de 2009. Edição 13.02.2009, capa.

Ocorrência nº 3392

FREITAS, Conceição. SCS solar. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 mar. de 2009. Edição 26.03.2009, 1º cad., p. 38, coluna Crônica da cidade.

Ocorrência nº 3618

REBELLO, Pablo. Quiosques padronizados. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 out. de 2009. Edição 23.10.2009, 1º cad., p. 32.

2010 a 2014

Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_06&pesq=%22setor%20comercial%20sul%22&pagfis=21

Ocorrência nº 120

PULJIZ, Mara. Revitalização ainda é projeto distante. **Correio Braziliense**, Brasília, 30 abr. de 2010. Edição 3042010, 1º caderno, p. 29.

Ocorrência nº 125

BRITO, Daniel; GOULART, Guilherme. A dominação dos camelôs. **Correio Braziliense**, Brasília, 5 abr. de 2010. Edição 5042010, 1º cad., p. 26-27.

Ocorrência nº 392

ARAÚJO, Saulo; CALCAGNO, Luiz. Sob o domínio dos flanelinhas. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 set. de 2010. Edição 13092010, 1º caderno, p. 24-25.

Ocorrência nº 686

LABOISSIÈRE, Mariana. Quiosque desaparece do Buriti. **Correio Braziliense**, Brasília, 28 maio de 2011. Edição 28052011, 1º cad., p. 36.

Ocorrência nº 732

CAMPOS, Ana Maria; TEMÓTEO, Antonio. Esplanada dos estacionamentos. **Correio Braziliense**, Brasília, 14 jul. de 2011. Edição 14072011, 1º caderno, p. 31.

Ocorrência nº 769

FREITAS, Conceição. **Correio Braziliense**, Brasília, 24 ago. 2011. Edição nº 24082011, p. 29, coluna Crônica da cidade.

Ocorrência nº 782

TOLENTINO, Lucas; PULJIZ, Mara. A droga que consome Brasília. Socorro aos usuários. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 set. de 2011. Edição 1092011, 1º caderno, p. 30.

Ocorrência nº 831

JERRY Adriani no SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 10 nov. de 2011. Edição 10112011, Diversão e Arte, p. 4.

Ocorrência nº 1048

ANÚNCIO. **Correio Braziliense**, Brasília, 26 abr. de 2012. Edição 26042012, p. 11, Classificados.

Ocorrência nº 1066

GODOY, Jane. Exposição Paixões Privadas - A Arte Européia nas coleções particulares do Rio de Janeiro. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 maio de 2012. Edição 9052012, Diversão e Arte, p. 2.

Ocorrência nº 1077

ANÚNCIO. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 maio de 2012. Edição 13052012, p. 1, Classificados.

Ocorrências nº 1158-1161

O coração urbano da capital. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 jul. de 2012. Edição 08072012, Revista do Correio, capa.

Ocorrência nº 1159

As figuras do SCS. **Correio Braziliense**, Brasília, 8 jul. de 2012. Edição 08072012, Revista do Correio, p. 24-25.

Ocorrência nº 1266

LIMA, Irlam Rocha. **Correio Braziliense**, Brasília, 2 nov. de 2012. Edição 2112012, Divirta-se, p. 21, coluna: Coluna Sons da Noite.

Ocorrência nº 1685

MACIEL, Nahima. Brasília sob intervenção. **Correio Braziliense**, Brasília, 7 set. de 2013. Edição 7092013, Diversão e Arte, p. 3.

Ocorrência nº 1774

POMPEU, Ana. Os endereços da resistência. **Correio Braziliense**, Brasília, 4 nov. de 2013. Edição 4112013, 1º cad., p. 20.

Ocorrência nº 1780

HOMENAGEM ao Malandro: 110 anos de Moreira da Silva. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 nov. de 2013. Edição 6112013, Diversão e Arte, s.n., propaganda.

Ocorrência nº 1832

MINISTÉRIO da Cultura e Correios apresentam: Macanudismo, quadrinhos, desenhos e pinturas, por Liniers. **Correio Braziliense**, Brasília, 6 dez. de 2013. Edição 6122013.

Ocorrência nº 1852

LINS, Thalita. Esperança para quem precisa. **Correio Braziliense**, Brasília, 25 dez. de 2013. Edição 25122013, 1º cad., p. 26.

Ocorrência nº 1970

PAGANINI, Arthur. Conselho tenta votar PPCub. **Correio Braziliense**, Brasília, 13 mar. de 2014. Edição 13032014, 1º caderno, p. 30.

Ocorrência nº 2072

BIKES públicas à disposição no Monumental. **Correio Braziliense**, Brasília, 29 maio de 2014. Edição 29052014, 1º caderno, p. 29.

Ocorrência nº 2297

LIMA, Irlam Rocha. **Correio Braziliense**, Brasília, 31 out. de 2014. Edição 31102014, Divirta-se+, p. 24, coluna Sons da Noite.

REVISTA BRASÍLIA

Revista Brasília, ano 1, nº 1, jan. de 1957

Revista Brasília, ano 1, nº 11, nov. de 1957

Revista Brasília, ano 2, nº 15, mar. de 1958

Revista Brasília, ano 2, nº 18, jun. de 1958

Revista Brasília, ano 2, nº 23, nov. de 1958

Revista Brasília, ano 3, nº 28, abr. de 1959

Revista Brasília, ano 5, nº 50-52, 21 abr. de 1961

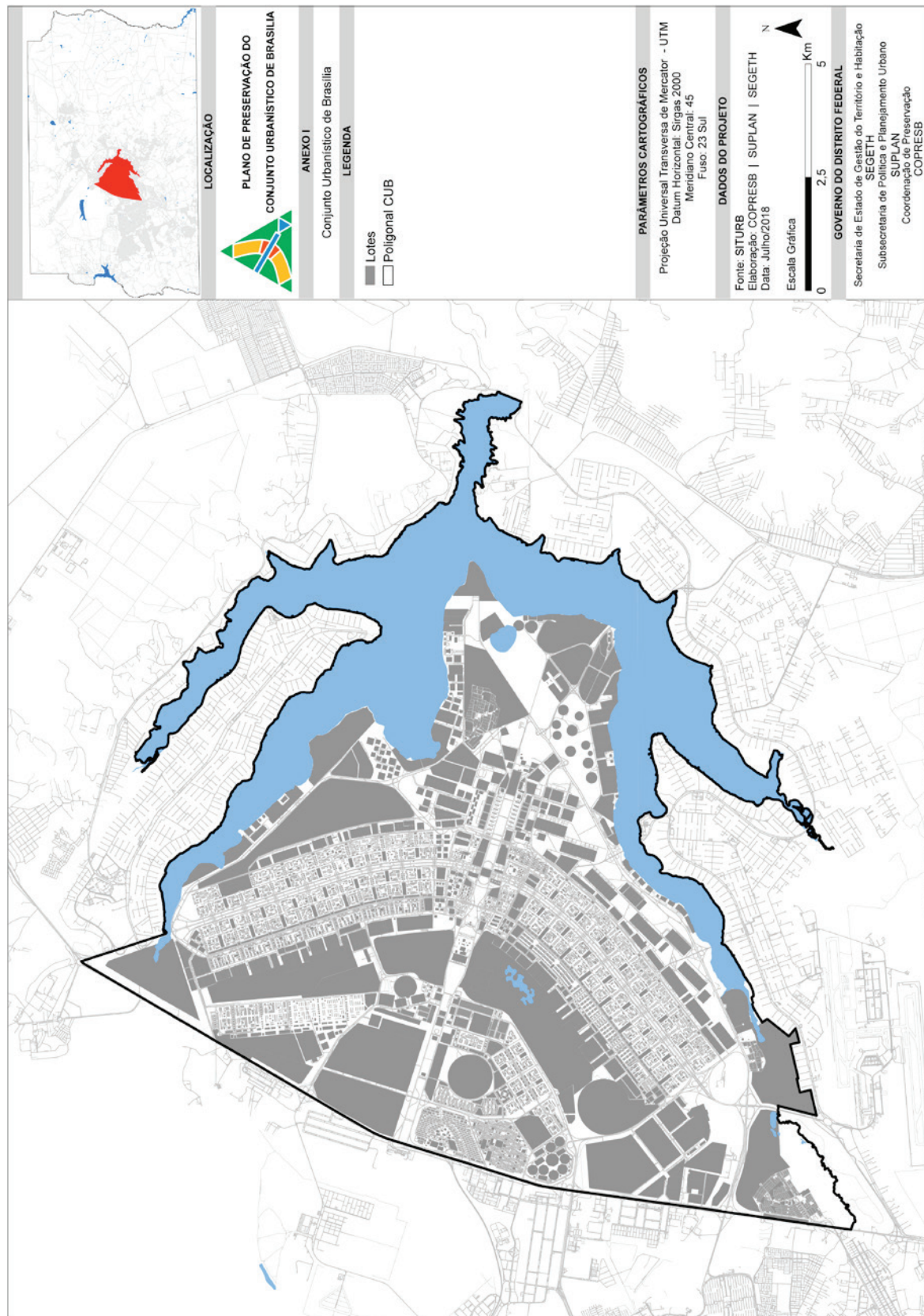
Revista Brasília, ano 6, nº 53-64, maio de 1961 - abr. de 1962

Revista Brasília, ano 6, nº 53-64, maio de 1961 - abr. de 1962

ANEXO I

Anexo 1 do PLC do PPCUB nova poligonal CUB

Fonte: <http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2017/11/Anexo-I.pdf>



ANEXO II

Dossiê de registro da Terracap, com áreas destacadas pela autora

Fonte: SEDUH

LOTEAMENTO: BRASÍLIA – RA-I		REGISTRO			OBJETO		PLANTA		DOSSIÊ: 11 – 03	
CART.	INSC.	AVERB.	MATR.	DATA						
1º	11	-	-	20.04.61	Memorial do Loteamento do Setor		2.3-10 e 2.2-8	001		
1º	11	729	-	01.03.73	Retificação das Projeções 22 e 24		PR-25/1	002		
1º	11	733	-	05.06.73	Retificação das Projeções 1 e 36, Quadra 11		PR-27/1	003		
1º	11	752	-	18.10.74	Integração da Projeção 25, resultante da junção das antigas Projeções 25 e 26 do mesmo setor		PR-24/1	004		
1º	11	759	-	14.12.76	Alteração da área e dimensões da Projeção 21		PR-30/1	005		
1º	11	760	-	09.05.77	Alteração das áreas dos Lotes 28, 29 e 30, Quadra 11		PR-36/1	006		
1º	11	761	-	20.05.77	Alteração das áreas dos Lotes 4 e 5, Quadra 12, Lotes 51 e 52, Quadra 15 e Lotes 26 e 27, Quadra 11		PR-32/1, PR-33/1 e PR-34/1	007		
1º	11	762	-	13.07.77	Transformação da Projeção 25, em Lote 25, com acréscimo de área		PR-31/1	008		
1º	11	763	-	19.08.77	Alteração dos Lotes 31, 32 e 33, Quadra 11		PR-38/1	009		
1º	11	766	-	20.06.78	Mudança de destinação da Projeção 24, de Edifício Garagem, para Edifício Comercial, conservando contudo, suas demais características		PR-50/1	010		
1º	11	775	-	14.12.81	Criação da Área para Subestação em Subsolo, junto à Projeção 24		PR-60/1	011		
1º	11	783	-	31.05.96	Criação da Área para Subestação da CEB		PR-29/1	012		
1º	11	2	45.085	19.06.97	Alteração do Lote 25, Quadra 5, cuja superfície anterior de 2.655,00m2, passou para 2.746,53m2		URB-121/91	013		
1º	11	1	110.498	03.02.98	Criação da Área Especial 1, Quadra 5 (Antiga Quadra 14)		URB-148/91	014		